

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE (CPDA)

DISSERTAÇÃO

**O Gênero da Posse da Terra:
um estudo sobre o poder de negociação das mulheres titulares
de lotes no assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em
Minas Gerais**

Maria Luiza Duarte Azevedo Barbosa

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O GÊNERO DA POSSE DA TERRA:
UM ESTUDO SOBRE O PODER DE NEGOCIAÇÃO DAS
MULHERES TITULARES DE LOTES NO ASSENTAMENTO
SANTA ROSA/CÓRREGO DAS POSSES, EM MINAS GERAIS**

MARIA LUIZA DUARTE AZEVEDO BARBOSA

*Sob a Orientação da Professora
Débora Franco Lerrer*

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Ciências
Sociais no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade – CPDA.

Rio de Janeiro, RJ
Julho de 2014

305.498151	Barbosa, Maria Luiza Duarte Azevedo.
B238g	O gênero da posse da terra: o caso das mulheres titulares de lotes no Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em Minas Gerais / Maria Luiza Duarte Azevedo Barbosa, 2014.
T	
	154 f
	Orientadora: Débora Franco Lerrer.
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 138-141.
	1. Relações de gênero - Teses. 2. Posse da terra – Teses. 3. Mulheres trabalhadoras rurais – Teses. I. Lerrer, Débora Franco. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARIA LUIZA DUARTE AZEVEDO BARBOSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____ / ____ / ____

Dra. Débora Franco Lerrer - UFRRJ/CPDA
(Orientadora)

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros - UFRRJ/CPDA

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira – UFLA/PPGA

Às mulheres que não abdicam de uma rebeldia cotidiana.

Ao mar, companhia inspiradora.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me profundamente feliz em escrever estes agradecimentos por dois motivos: primeiramente, por ter a oportunidade de expor minha gratidão a quem me apoiou, orientou e cobrou, gentilmente, que eu fizesse o meu melhor; em segundo lugar, porque significa que esta etapa está sendo, de alguma forma, concluída.

Primeiramente, eu gostaria de expor minha gratidão a(o)s assentada(o)s do Santa Rosa/Córrego das Posses, embora não tenha palavras... O que me consola, diante da impossibilidade de lhes agradecer, é acreditar que, nas palavras de Galeano, “quando as palavras não são tão dignas quanto o silêncio, é melhor calar e esperar”. Anseio um dia voltar ao Assentamento para expressar meu “muito obrigado”, tomar um café fraco e doce, proscar com os assentados, colher café, jogar futebol, brincar com as crianças, reencontrar algumas das mulheres que me trataram como uma filha...

Agradeço, também, a todas as pessoas da região do Vale do Mucuri que contribuíram com meu trabalho, compartilhando suas memórias do período da luta por terra e indicando caminhos por onde eu conseguia obter informações.

Muito especialmente, quero agradecer à professora Débora Lerrer, por ter me orientado e estimulado em todas as etapas deste trabalho, por demonstrar confiança em minha capacidade e respeito pelas minhas preocupações acadêmicas e militantes. Sobretudo, sou grata por ter-me “recomendado” – em uma reunião quando voltei do primeiro trabalho de campo – a me divertir com a construção da dissertação. Apesar de ter sido um exercício esgotante (cadeira-bunda-hora), chego ao final entusiasmada e isso é, também, resultado do seu acompanhamento comprometido.

Sou grata, de maneira especial, as professoras com quem tive interlocução nas bancas de qualificação e de defesa. As reflexões sagazes provocadas na qualificação pelas professoras Claudia Schmitt e Leonilde Medeiros e o incentivo entusiasmado para que seguisse o trabalho foram fundamentais para o amadurecimento do mesmo. A esta última, agradeço também por aceitar participar da banca examinadora de defesa e discutir mais uma vez a pesquisa, porém em estágio diferente. Expresso, ainda, meu sincero agradecimento a Maria de Lourdes Oliveira, por aceitar participar da banca de defesa e pelo diálogo sobre estudos de gênero iniciado quando eu estava ainda na graduação. Ambas se tornaram exemplos de profissionais para mim.

Institucionalmente, quero agradecer ao conjunto de professora(e)s do CPDA com quem tive contato durante o mestrado e a(o)s funcionária(o)s do Programa, principalmente ao Marcos, pela competência e alegria.

É preciso ainda agradecer ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, que me receberam para cursar disciplinas, contribuído, entre outras coisas, para a construção do referencial teórico da dissertação.

Pontuo que os dois anos dedicados ao mestrado somente foram possíveis por conta da bolsa de estudos oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao qual registro meu agradecimento.

Um agradecimento muito especial à gentileza de Raimundo Sousa por revisar o texto e formatar a dissertação com extremo cuidado.

Além disso, de maneira carinhosa, ressalto o meu muitíssimo obrigada a(o)s amiga(o)s do CPDA, que contribuíram para que os anos vividos no Rio de Janeiro fossem um período muito feliz. A companhia em momentos tão especiais, as trocas de experiências, as reflexões cotidianas... fizeram com que me sentisse “em casa”. Não poderei nomear toda(o)s, mas a(o)s colegas da turma de mestrado/2012, são

impossíveis de não citar: Ariane Brunghara, Aline Borghoff, Fabício Teló, Anna Lopane, Mirna Oliveira, Joyce Drumond, Murilo Camargo, Lila Almendra... Foi muito especial encontrar vocês e trabalhar com algumas/alguns na comissão editorial da Revista IDeAS, no ano de 2013.

A Sérgio Barcelos e a Josiane Wedig agradeço pelas longas horas de conversas sobre minha pesquisa, pelas leituras atentas e pelas observações sobre a dissertação. Sou eternamente grata ao incentivo, às “dicas”, às críticas e ao fato de me “dizerem” que eu poderia fazer melhor. Em relação à parceria, as aventuras, a amizade... posso dizer que é uma grande beleza tê-los encontrado nessa caminhada.

Nesse sentido, também agradeço àquela(e)s que acompanharam de perto minha experiência no mestrado, mas que são longa data. A Bruno Prado, pelo estímulo interrumpido e por me apresentar “outros mundos” possíveis. A Helena Lopes, pela paciência cotidiana, pelo apoio carinhoso, sobretudo nos dias em que a temperatura (40 graus) não era problema para “as quatro páginas” (risos). Agradeço-lhes pela companhia leve e pela vida compartilhada.

É importante dizer que na cidade do Rio conheci pessoas muito especiais, embora seja impossível nomeá-las para agradecer. Pontuo, porém, a(o)s amiga(o)s da “colônia francesa”. Morar com vocês fez com que esse período de muito trabalho não deixasse de ser divertido. Agradeço-lhes pelo cotidiano não monótono e pelos jantares deliciosos! Em especial, agradeço a Anna, pelo incentivo e por me entender nos momentos mais estressantes, e, também, a Cecília e a Audeu, as arquitetas, que me ajudaram a desenhar o mapa do Assentamento.

Eu gostaria de agradecer, ainda, a(o)s amiga(o)s que, embora distantes, são presentes por terem um lugar em meu coração: Lívia Mara, Wanessa Fagundes, Carla Graziele, Silvia Rocha, Carol Diório, Tita Silva, Rafa Dotta (mi hermana), Marcela Ramos, Savinho, Mariazinha, Alison, Ednilton, Carlos Alberto, Ábia Mariane, Maria Letícia... Agradeço a toda(o)s da “cidade dos sinos”, da “cidade de ferro”, “em el valle em la montaña, en la pampa y en el mar, cada cual con sus trabajos, con sus sueños cada cual, con la esperanza delante, con los recuerdos detrás, yo tengo tantos hermanos que no los puedo contar” (Atahualpa Yupanqui).

Tenho muito prazer em agradecer ao professor Benedito Anselmo Martins de Oliveira (Bené), por quem tenho um profundo carinho e respeito, principalmente por me apresentar, durante o curso de Administração, caminhos que me fizeram mais feliz. Aproveito para dizer ao professor Paulo Caetano, também da UFSJ, que sou grata a ele por ter-me mostrado que uma “universidade” menos pragmática e mais sensível e humana pode ser construída. Ambos foram super importantes para que encarasse o mestrado e alimentasse meu gosto pelo estudo.

Nunca escondi que minha paixão por esse tema foi intensificada a partir da experiência militante na Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Por isso, quero registrar meu sincero agradecimento às companheiras mineiras, sobretudo às do núcleo Carcará em São João del-Rei, e, também, às mais recentes, do núcleo Rosa dos Ventos no Rio de Janeiro, pelos debates, materiais, estudos, ações, pelas angústias compartilhadas e por me mostrarem que o caminho da revolução é: “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Carinhosamente, agradeço alguns de meus familiares, avós, tia(o)s e prima(o)s, que de forma muito fraterna vêm me acompanhando e apoiando minhas escolhas mesmo quando estas divergem do que consideram “bom” para mim ou significam minha distância. A minha mãe, pai (in memoriam) e irmã, que são meus exemplos maiores, o que posso dizer-lhes é que vocês iluminam minha vida e todos os meus

méritos eu divido com vocês. Obrigada, mãe, por me educar para a autonomia e, sobretudo, com amor, algo que não é intrínseco à instituição “família”, mas, sim, construído.

Foi muito bom poder me dedicar a essa pesquisa. Por meio desta escolha aprendi e compartilhei belas experiências, ao mesmo tempo em que conheci alguns dos meus limites que até então desconhecia. Por essa oportunidade, agradeço a Deus. Neste momento, é difícil perceber, por estar imersa nestas páginas, o que este trabalho atingiu; precisarei de um tempo para saber se era o que pretendia. Mas isso não tira a alegria de finalizá-lo e poder agradecer a toda(o)s que carinhosamente me apoiaram.

Confidênciа do Itabirano

Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.

Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.

Noventa por cento de ferro nas calçadas.

Oitenta por cento de ferro nas almas.

E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

*A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.*

*E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,
é doce herança itabirana.*

*De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil,
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;*

este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.

Hoje sou funcionário público.

Itabira é apenas uma fotografia na parede.

Mas como dói!

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

BARBOSA, Maria Luiza D. A. O Gênero da Posse da Terra: O caso das mulheres titulares de lotes no Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Neste trabalho, realizei um estudo sobre algumas das mulheres do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, localizado em Minas Gerais/Brasil, que são beneficiárias titulares do lote e as implicações da posse em suas experiências de vida. O objetivo foi compreender se e como o direito formal à propriedade reposiciona as mulheres trabalhadoras rurais em âmbito doméstico e público ou, em outras palavras, confere a elas maior capacidade de negociação. Para isso, consideramos os processos de luta pela terra que foram os responsáveis pela formação do assentamento de reforma agrária em 1992 e as trajetórias de vida dessas mulheres. O trabalho teve como referência o estudo de Carmen Deere e Magdalena Leon (2002), que aponta que a construção de igualdades reais para as mulheres rurais está vinculada à conquista de bens materiais, em especial à posse terra. O Assentamento foi escolhido, principalmente, devido à participação das mulheres na luta pela terra e por algumas terem a posse individual do lote. Os procedimentos de pesquisa para a coleta dos dados foram: observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. A pesquisa indica que a posse formal influencia as possibilidades de negociação das mulheres principalmente quando a posse é operada concomitantemente a outras dimensões que foram narradas, como a renda, divisão sexual do trabalho, relações sociais de apoio e família. Isso se dá, entre outras coisas, porque as assentadas do Santa Rosa/Córrego das Posses não acionam a posse formal como uma conquista relacionada a seus direitos enquanto mulheres, mas como um resultado de experiências que muitas vezes remetem à vulnerabilidades pelas quais passaram ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: relações de gênero; posse da terra; mulheres trabalhadoras rurais.

ABSTRACT

BARBOSA, Maria Luiza D. A. The Gender of Land Tenure: The case of women who hold land titles in Santa Rosa/Córrego das Posses Settlement, Minas Gerais. Dissertation (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

In this dissertation, we carried out a study about some of the women from the Santa Rosa/Córrego das Posses Settlement, located in Minas Gerais, Brazil, who hold land titles, and the implications of tenure in their life experiences. We aimed at understanding if and how the formal right to ownership relocates rural women workers in the domestic and public spheres or, in other words, how it can provide them with greater bargaining capacity. For such, we considered the processes of struggle for land that led to the land reform settlement in 1992 and the life trajectories of those women. References for this study were taken from Carmen Deere and Magdalena Leon (2002) who point out that the achievement of real equality for rural women is linked to the achievement of material goods, especially the ownership of land. The Settlement was chosen mainly due to the participation of women in the struggle for land and because some of them are individual owners of their lots. Participant observation, semi structured interviews and analysis of selected documents were the procedures for data collection. The study indicates that formal ownership influences the women's possibilities for bargaining mainly when it is operated concurrently other dimensions that were narrated, as income, sexual division of labor, social relations of support and family. Amongst other things, this happens because women from Santa Rosa/Córrego das Posses Settlement do not argue for the formal tenure as a conquest related their rights as women, but as a result of experiences that are often related to other ones considered by the as difficult in their lives.

Keywords: gender relations; land tenure; rural women workers.

LISTAS DE SIGLAS

ATMG - Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CBBB - Confederação Brasileira de Bispos do Brasil
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEM - Conselho Estadual da Mulher
CEMTR - Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNTA - Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas
CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER/CUT - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EMATER /MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAREM - Federação das Associações Rurais do estado de Minas Gerais
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MATR – Movimento Autônomo da Mulheres Trabalhadoras Rurais
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA - Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista do Brasil
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Minas Gerais dividido pelas 12 mesorregiões, os pontos 34 vermelhos indicam 2 cidades importantes para esse trabalho, Teófilo Otoni e Governador Valadares	
Figura 2: Regiões do Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha divididas por 45 municípios - as cidades citadas acima estão indicadas no mapa por um círculo	
Figura 3: Fluxograma do percurso da movimentação da(o)s trabalhadora(e)s - do 61 trabalho de base à conquista do Santa Rosa/Córrego das Posses	
Figura 4: Pedra Santa Rosa que divide as duas áreas do Assentamento	67
Figura 5: Pedra Santa Rosa e barragem na área do Assentamento	68
Figura 6: Escola na área do Santa Rosa	70
Figura 7: Escola na área do Córrego das Posses	70
Figura 8: Mapa do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses segundo a visão espacial da pesquisadora	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LUTA PELA TERRA E O ACESSO À POSSE DA TERRA COMO PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DAS MULHERES RURAIS	24
1.1 A luta pela “terra” e pelo “acesso a posse” no contexto nacional	24
1.2 A Luta pela terra nos “gerais”	33
2. A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA/CÓRREGO DAS POSSES: PROCESSOS QUE “ELAS” PARTICIPARAM	43
2.1 A “memória coletiva” e suas lembranças	43
2.2. As lutas e a conquista da “terra prometida”	44
3. O ASSENTAMENTO “HOJE” E AS MULHERES TITULARES DO LOTE: QUANDO JOANA, PAULA, CLARA E ROSA ENTRAM EM CENA	66
3.1 Exposições gerais sobre o espaço social do Assentamento e minha inserção em campo	66
3.2 Mães, esposas, trabalhadoras, “donas” da terra... experiências de vida de mulheres assentadas	76
3.2.1 Rosa	76
3.2.2 Paula	82
3.2.3 Joana	88
3.2.4 Clara	96
4. REFLEXÕES SOBRE AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO MUNDO RURAL A PARTIR DA LENTE DE ANÁLISE “POSSE DA TERRA”	102
4.1 Gênero, uma categoria útil para análise de processos no campo	102
4.2 O direito e a posse de terras para as mulheres: como isso se dá no espaço social estudado	106
5. MULHERES RURAIS E PODER DE BARGANHA	117
5.1 Divisão sexual do trabalho no campo e as possibilidades de acesso à renda pelas mulheres assentadas	117
5.2 Dimensões não diretamente relacionadas ao poder econômico: casamento, filha(o)s, parentela e sistemas de apoio social	127
5.3 Apontamentos sobre a capacidade de negociação da mulher em contexto rural	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

Quando o espaço social investigado se anuncia, um único assentamento se complexificou em duas áreas – Santa Rosa/Córrego das Posses –; as mulheres deixam de ser apenas as “trabalhadoras rurais” e tornam-se mães, filhas, irmãs, tias, em uma ampliada rede de parentesco; os homens, que, a princípio, representavam o “outro”, são agora atores centrais das relações de gênero discutidas; as crianças que morreram no período do acampamento são para as mulheres cicatrizes da luta; debaixo das lonas ou das casas de adobe os casamentos se constroem e se destroem; o que moveu as pessoas para a ocupação foi “ter terra” e o engajamento se enfraqueceu após serem assentada(o)s?; quais são as “marcas” no Assentamento decorrentes do fato de as fazendas terem sido negociadas/compradas?; de um lado, o laudo “terra difícil para agricultura”, e de outro, o cansaço de estar onde não me pertence; a dificuldade do INCRA em incluir efetivamente as mulheres nas políticas de reforma agrária; a cachaça de cada dia – o que esta significa na comunidade?; o que divide a(o)s assentada(o)s são as religiões ou diferentes práticas espirituais?; a violência doméstica é também velada pelas mulheres?; estudar e casar são ações excludentes?; as mulheres trabalham na roça para serem reconhecidas como agricultoras, ter renda e ter o que comer?; as mulheres se mobilizaram por “ter terra” e a posse formal para elas é compreendida como uma conquista? Existe uma questão de gênero na “posse” e o acesso das mulheres à propriedade implica poder de barganha?

Expor algumas das questões que surgiram ao realizar o trabalho de campo no Assentamento é interessante para evidenciar a complexidade que esse espaço social impôs durante a construção deste trabalho. Embora não pretendo dar conta de discutir todos esses pontos, esforço em considerar a maioria deles para o desenvolvimento do objeto de pesquisa, isto é, se e como a posse formal da terra é um elemento que implica ampliação do poder de negociação das assentadas titulares de lotes do Santa Rosa/Córrego das Posses.

Nessa perspectiva, para desenvolver o debate aproximo-me do campo dos estudos de gênero no âmbito das ciências sociais voltados para reflexões sobre o mundo rural. Essa literatura é expressiva e vem aumentando por meio de pesquisas que focam aspectos particulares como o direito à posse da terra, a divisão sexual do trabalho no campo, o acesso à renda e a participação política das mulheres em movimentos sociais e sindicatos rurais, as relações de parentesco, entre outros. Alguns desses estudos, referências para este trabalho, assinalam que o acesso a bens materiais contribui para que as mulheres tenham maior capacidade de negociação em espaço público e doméstico. Além disso, concebem a luta pela terra como uma experiência que pode contribuir para aumentar a autonomia e a participação política das mulheres trabalhadoras rurais. Essas pesquisas (Bina Agarwal (1997), Carmen Diana Deere e Magdalena Leon (2002), Anita Brumer e Grabiele dos Anjos (2010), Andréa Butto e Karla Emmanuel R. Hora (2010), Maria Ignez Paulilo (2009), Sonia F. Schwedler (2009)), entre outra(o)s), de modo geral, empreendem esforços na problemática sobre a construção do empoderamento¹ da mulher no meio rural, embora apresentem reflexões, a partir de metodologias, teorias e realidades distintas.

¹ O conceito de empoderamento da mulher exposto nesta dissertação se aproxima do discutido por Young (1993, p. 158), que o define como “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a oposição subalterna da mulher como um gênero”. Definições similares também são apresentadas por Deere e Leon (2002) e serão expostas mais adiante neste trabalho.

Realizar esse exercício envolve, entre outras coisas, duas características específicas: a primeira está relacionada ao fato de que a história brasileira foi contata enfatizando a “história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história daqueles que participam do pacto político” (MARTINS, 1995, p. 26); a segunda está associada a “terra”, elemento central de manutenção e transformação das relações de poder no Brasil – relações vinculadas também às hierarquias de gênero.

Dialogando com esses estudos e seus apontamentos, indago se a posse formal do lote pelas mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses implicou um reposicionamento delas, uma vez que experienciaram a luta pela terra. O propósito é discutir sobre as relações de gênero no Assentamento pela lente de análise da propriedade da terra, elemento que foi negado às mulheres ao longo dos anos, seja pelo sistema de herança, seja pelo mercado, seja por meio da reforma agrária. Para esta análise, as principais indagações foram: de onde as mulheres vieram e por que foram para a ocupação de terra? Quais trabalhos que realizam? Por onde as mulheres circulam? Como se constituíram suas famílias? Como essas mulheres se tornaram proprietárias individuais do lote? O que entendem por negociação e como a realizam?

Para isso, evidencio principalmente a trajetória de algumas mulheres assentadas, suas memórias do período do acampamento, dos primeiros anos da formação do Assentamento, seus cotidianos narrados, assim como minhas observações durante o tempo em que estive na área. Dessa maneira, este trabalho é marcado por um esforço de destacar a história das mulheres na perspectiva exposta por Michelle Perrot:

Nossa meta não é criar um novo território chamado ‘história das mulheres’, uma pequena concessão onde as mulheres possam trabalhar em paz, protegidas das contradições, mas sim mudar a direção do interesse histórico, situando a questão da relação entre os sexos como central. Esse é o verdadeiro objetivo da história das mulheres (*apud* ALVAREZ GONZÁLEZ, 2010, p. 21).

Assim, a proposta é discutir acerca da posse da terra e da capacidade de negociação das mulheres, a partir das “experiências” destas – construídas relationalmente às dos homens, visto que tais experiências atuam modulando o campo de possibilidades e os projetos de vida da(o)s atora(e)s sociais. A noção de “experiência” adotada por este trabalho é principalmente a discutida por Joan Scott (1999). Em seu trabalho, a experiência é considerada como a “história do sujeito” e a linguagem como o local onde essa experiência é encenada, sendo o sujeito construído discursivamente. A centralidade dessa proposta é que, ao mesmo tempo, a experiência é uma interpretação e também algo a ser interpretado. Para Scott (*ibid*), a “experiência” dos sujeitos não pode ser tratada como uma evidência histórica, ou seja, a história contada ser a experiência relatada. Segundo a autora, historicizar a categoria experiência pode contribuir para negar a fixidez e a transcendência dos fundamentos presentes na experiência. “Experiência é, nessa abordagem, não a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar” (*ibid*, p.48).

O objeto empírico foi o assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, localizado na cidade de Itaipé, no Vale do Mucuri – Nordeste de Minas Gerais. Esse assentamento é fruto da luta pela terra, iniciada em 1982, realizada por trabalhadora(e)s rurais, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Teofiló Otoni, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Teofiló Otoni e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado. Em 1992, a partir de um acordo, sobretudo, entre a(o)s sem terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o Assentamento foi criado. As terras circunscritas pelo

Assentamento eram duas fazendas e foram compradas por meio das verbas de subvenção social² destinadas a uma deputada e a um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais e por títulos da dívida pública. Posteriormente, a área foi assumida pelo INCRA do estado para formalizar o assentamento e dar assistência às/aos moradora(e)s.

O Assentamento tem área total de 720,9 hectares, existe há 21 anos e atualmente tem 49 famílias moradoras na área, sendo que, entre essas, 35 estão registradas no INCRA e 14 não têm lote, e por isso, não possuem contrato de concessão de uso das terras. Na área, nenhum título definitivo foi emitido até os dias atuais, embora a(o)s assentada(o)s tenham o direito de entrar com o pedido no Instituto.

Para a construção desta dissertação foram realizados aproximadamente 60 dias de trabalho de campo, não sequenciais, incluindo: os dias no Santa Rosa/Córrego das Posses, as visitas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaipé, a ida à cidade de Teófilo Otoni para conversar com Padre Júlio e com a Deputada Dora (que participaram das ações relacionadas ao período de acampamento) e as visitas ao INCRA, situado em Belo Horizonte³.

Especificamente em Santa Rosa/Córrego das Posses, foram 20 dias de trabalho de campo. Um primeiro trabalho foi realizado em março de 2013 e o segundo em agosto do mesmo ano. Porém, o Assentamento foi conhecido em janeiro de 2011, quando participei de uma vivência organizada pelo Estágio Interdisciplinar de Vivência⁴ de Minas Gerais, por quinze dias. Contudo, naquele momento, não realizei nenhuma sistematização, embora, a partir das lembranças, fosse possível observar algumas mudanças e permanências. A vivência possibilitou, especialmente, a construção de laços de confiança com a(o)s moradora(e)s, e, nesse sentido, acredito que os depoimentos que serão apresentados neste trabalho apresentam uma densidade devido ao respeito que foi desenvolvido nas diferentes oportunidades em que estive no Assentamento.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi de base qualitativa, que abre a possibilidade de qualificar os indivíduos, as relações cotidianas e a complexidade dos processos (BECKER, 1993). O método escolhido foi o estudo de caso, uma opção interessante, segundo Bent Flyvbjerg (2006), visto que possibilita uma profundidade analítica para compreender determinados fenômenos presentes em um grupo específico e verificar como variam dentro do caso. Ainda, segundo o mesmo autor, esse método de pesquisa permite que as histórias sejam contadas em complexidade, desdobrando muitas histórias de diferentes lados, às vezes conflitantes, se a história for contata em sua diversidade. O recorte temporal são os 21 anos de

²As subvenções sociais são aquelas que se destinam a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa. Essas subvenções sociais visam fundamentalmente custear as despesas concernentes à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional. As subvenções continuam regidas pelas disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro. Ao contrário do posicionamento de alguns autores, que sustentam a revogação desse diploma legal pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que institui normas financeiras públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, aquela Lei de 1964 continua em vigor naquilo que não conflitar com a nova lei. Informações obtidas no site <http://goo.gl/aTtpBC>. Acesso em: 10 mai. 2013.

³Todos os nomes dos atores sociais citado durante esse trabalho são fictícios para preservar o anonimato dos mesmos.

⁴Evento organizado e construído pelo MST (Movimento dos Sem Terra), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), MMM (Marcha Mundial das Mulheres), por estudantes de diversas federações estudantis, militantes e organizações políticas do estado de Minas Gerais. O objetivo é articular a luta estudantil com as pautas dos movimentos sociais, proporcionando aos estudantes uma vivência em alguma área de reforma agrária do estado.

existência do Assentamento, mais os 4 anos que significaram o período acampamento vivenciado pela maioria da(o)s assentada(o)s.

As técnicas de coleta de dados foram a observação participante, as entrevistas – realizadas a partir de um roteiro flexível – e a análise documental. A estratégia metodológica de registro foi o caderno de campo e gravação. O caderno foi utilizado durante todo o trabalho de campo de duas formas diferentes: fazendo o registro, ao mesmo tempo em que dialogava e observava o campo, e, durante a noite, geralmente sozinha, fazia uma síntese do dia. O caderno foi, sobretudo, o meio pelo qual encontrei as conversas informais, as experiências nos cultos evangélicos, alguns gestos, comportamentos, músicas e até algumas receitas culinárias que aprendi durante a convivência com as mulheres do Assentamento. É importante ressaltar, ainda, que essa foi uma forma de registro muito importante, visto que proporcionava menos estranhamento/vergonha aos atores sociais.

Por sua vez, o gravador registrou as narrativas da(o)s entrevistada(o)s de forma mais completa. No total, realizei 17 entrevistas gravadas com a(o)s assentada(o)s. Fora da área foram realizadas 04 entrevistas, todas gravadas – uma com a técnica e com o técnico do INCRA de Minas Gerais, que foram responsáveis por acompanhar os assentamentos da região nordeste, outra com o Padre Júlio, outra com a deputada Dora e outra com o presidente do STR de Itaipé. Destas, transcrevi 08. A atividade de transcrição foi extremamente importante, pois, como me dei conta após “sair” do campo, foi possível identificar elementos importantes que não havia registrado no caderno de campo. Como exemplo, menciono os diferentes caminhos pelos quais as mulheres se tornaram titulares de lotes na área.

Geralmente, iniciei as entrevistas com a(o)s assentada(o)s pedindo que relatassem sua trajetória de vida e, assim, cada uma/um desenvolveu como lembrava, alguns começaram por onde nasceram, outros pelas ocupações e, em alguns casos, as pessoas relataram histórias de seus antepassados. Na grande maioria das vezes, foram conversas de aproximadamente duas horas, mas algumas duraram mais de quatro horas, e a maneira que encontrei para não interromper a(o)s informantes foi deixar o gravador ligado. Com os atores sociais externos ao assentamento, as entrevistas abarcaram especificamente o período da luta por terra, os anos de 1989 a 1992; apenas a realizada com a deputada se estendeu também sobre sua trajetória, embora essa parte não seja exposta na dissertação.

As conversas com as mulheres assentadas, na grande maioria das vezes, foram realizadas individualmente ou com alguma/algum filha(o) pequena(o) por perto. Essas se deram, principalmente, no espaço doméstico, enquanto cozinhavam, lavavam roupas e utensílios de cozinha, arrumavam a casa ou enquanto caminhávamos pelas estradas – para fazer algo na casa da(o) vizinha(o) ou ir à venda comprar alguma coisa –, de modo que, na maior parte das vezes, percebi que o gravador era “esquecido” após um tempo de conversa.

Foram sistematizadas, no total, 40 conversas ocorridas no Assentamento no caderno de campo. Desses, 27 foram com mulheres de diferentes idades, trajetórias e moradoras das duas áreas – Santa Rosa e Córrego das Posses. Dentre os homens, foi possível dialogar com 12, sendo que a maioria foram com assentados mais antigos e as conversas ocorreram, geralmente, perto da companheira ou de outra(o)s familiares. É importante pontuar que isso ocorreu porque demonstraram ser “ruim” eu conversar com um homem reservadamente e como, em nenhum momento, não sugeri que as conversas eram “particulares”, as realizadas com os homens foram de certa maneira “coletivas”. Apenas com três homens conversei sem a presença de outras pessoas. Um deles foi Marcos, pois nossa conversa, como será exposto no capítulo II, foi em Belo Horizonte;

outro foi Vicente, filho de Dona Flor, e a conversa foi individual porque nos encontramos na “estrada” do Assentamento – lugar público por onde outras pessoas passavam – e, por último, com Gaspar, companheiro de Joana, pois por algumas vezes tivemos a oportunidade de conversar a sós, visto que me hospedei a maior parte do tempo em sua casa.

As entrevistas realizadas em Teófilo Otoni com Padre Júlio e com a deputada Dora foram importantes para a “reconstrução” do período acampamento, embora o Padre não se lembrasse praticamente de nada das lutas por terra em Minas. Ambos foram atores fundamentais para a criação do Assentamento, lembrados pela(o)s própria(o)s assentada(o)s, hora de maneira grata, principalmente em relação ao Padre, e às vezes de maneira desconfiada, referente à participação da deputada. Esta também apresentou um sentimento ambivalente em relação a(o)s assentada(o)s, pois considera que foram um tanto quanto “ingratos” a ela, visto que não reconheceram seu esforço em negociar e comprar a terra posteriormente à formalização do Assentamento.

De maneira geral, quero pontuar a generosidade da grande maioria da(o)s moradora(e)s do Santa Rosa/Córrego das Posses. Não somente no sentido de se dispuserem a dividir suas experiências, mas também em me agradar com comidas, de cederem o que tinham de mais confortável e me convidarem para participar de atividades. Nos dias em que estive no Assentamento, contribuí nos trabalhos domésticos e da roça; neste último em menor proporção, pois achavam que eram “pesados” para mim, segundo o conceito de Paulilo (1997). Também assisti televisão – uma pluralidade de novelas que ia das 16h às 23h, joguei futebol com as meninas do time do Assentamento, brinquei com as crianças na escola, fui aos cultos da Igreja Evangélica em Santa Rosa e a uma festa de aniversário⁵.

Durante o segundo trabalho de campo, em agosto de 2013, foi possível conhecer e passar por todos os 49 núcleos familiares do Assentamento. Na maioria das vezes, cada dia ficava com uma família por maior tempo – chegava cedo, almoçava e ajudava em alguma atividade; em outras, passava no fim da tarde, para um “cafezinho”, e permanecia por uma hora ou menos. A divisão do tempo se deu de forma espontânea, quando me convidavam para almoçar, para voltar e quando eu percebia que estavam confortáveis com minha presença dedicava mais tempo à convivência. Quando escurecia e era hora do jantar, geralmente às 19h, voltava para a casa onde estava hospedada.

Dessa forma, as discussões realizadas nesta pesquisa são fundamentadas, principalmente, nos discursos da(o)s assentada(o)s que me receberam por maior tempo, pois seus cotidianos e experiências ficaram mais evidentes. Todavia, foi muito importante passar em todas as casas do Assentamento, porque consideravam um “desrespeito” - fazer uma pesquisa na área e desconsiderar a existência de alguma casa/família.

Dentre as 49 casas, em uma tive dificuldade de diálogo, ao ponto de ir embora porque estavam realmente incomodada(o)s com minha presença. Em outras quatro ou cinco casas as conversas foram curtas, bastantes desconfiadas e, por conta disso, praticamente não registrei informações. Porém, na maioria fui bem recebida, com o bom costume do “cafezinho”. Como não tinha muito tempo disponível, não consegui voltar às casas em que houve dificuldade de diálogo. Assim, priorizei as que, a princípio, se “abriram”. Entretanto, não quero afirmar que a grande maioria da(o)s assentada(o)s me

⁵Durante os vinte dias de trabalho de campo, realizado no de 2013, não ocorreu nenhuma reunião da Associação no Assentamento e nenhuma reunião formal entre a(o)s assentada(o)s.

trataram “como uma igual”, mas, como poderá ser observado nos depoimentos, as conversas foram densas e ricas em detalhes. Na grande maioria dos momentos, surpreendia-me como as pessoas se interessavam em dialogar e contar sobre sua experiência de vida no Assentamento e anteriormente a ele. Era como se “estivessem esperando a sua vez de falar”.

Além disso, é importante pontuar que a comida foi como um “termômetro” durante o trabalho na área. Geralmente a(o)s assentada(o)s tem uma refeição composta por arroz, feijão, macarrão e uma verdura, a carne é um elemento especial e não está disponível para todo dia. Assim, todas às vezes que as famílias me convidaram para almoçar com antecedência havia no mínimo um tipo de carne na refeição, geralmente o frango que é criado no lote. Em outros momentos, quando cheguei sem avisar próximo ao horário do almoço e não existia uma carne para me oferecer as pessoas da família ficaram constrangidas, chegaram a pedir desculpa por não terem carne. Para evitar isso, chegava cedo na casa em que pretendia almoçar e passava no mínimo toda a manhã com a família, assim foi possível evitar alguns constrangimentos. Por outro lado, a ausência da carne nas refeições nas casas em que me hospedei representou, em certo sentido, que me consideravam “de casa”, pois era o que tinham para me oferecer e perceberam que isso não era um problema.

Durante os 20 dias de trabalho de campo no Assentamento dormi em duas casas diferentes: na de Joana, em Santa Rosa, e na de Paula, em Córrego das Posses. Por conta disso, as experiências dessas duas mulheres se evidenciaram. Não por coincidência, ambas as assentadas são atualmente titulares individuais dos lotes em que vivem e também são irmãs. Conheci Joana ainda em 2011, na primeira vez que estive no Assentamento. Foi ela quem me hospedou e, por conta disso, passou a ser meu principal contato. Quando voltei para fazer esta pesquisa e precisava conhecer também a área do Córrego das Posses, Joana me levou para a casa de sua irmã, Paula⁶. Foi Joana quem me “abriu as portas” do Assentamento e, por isso, pondero que essa relação teve implicações em meus diálogos com as/os demais assentada(o)s, ou seja, quando era um amiga(o) de Joana a conversa “rendia”; quando era alguém que a mesma não tinha uma boa relação, percebi que falaram relativamente menos. Acredito que isso se deu porque pensavam que poderia contar a Joana o que escutava, o que não fazia, claro, embora esta tinhá curiosidade, mas não me perguntava diretamente.

Entre as dificuldades encontradas para realizar a pesquisa de campo, a principal foi referente às informações por parte do INCRA de Minas Gerais, justamente porque o Assentamento não está sendo acompanhado pelo Instituto. Pontuo que todas as informações presentes neste trabalho oferecidas pelo órgão foram encontradas em documentos e não obtidas na entrevista. Um dos servidores que anteriormente era responsável pelos assentamentos do Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha afirmou, na última vez que estive no INCRA, que “em Minas tem muito assentamento ruim, mas você conseguiu escolher o pior”. Infelizmente, este trabalho não consegue esclarecer o porquê da opinião do funcionário. Eu a exponho porque não acredito que seja uma informação perdida, pois, em certa medida, traduz a opinião do Instituto sobre o Assentamento.

Desenvolvo esta dissertação em cinco capítulos. O capítulo I é um resgate histórico de alguns eventos centrais relacionados à luta pela terra em nível nacional a partir da década de 1950 e, especialmente, sobre as lutas no estado de Minas Gerais até

⁶Por ser extremamente delicado dormir na casa de alguém “desconhecida(o)”, priorizei ficar em casas onde me sentia segura, com mulheres com as quais consegui construir vínculos de respeito.

o período em que a maioria da(o)s atuais assentada(o)s no Assentamento se encontraram na primeira ocupação de terra, em 1989.

Refletir sobre as lutas por terra no país implica, entre outras coisas, deparar-se com a desigual distribuição fundiária no país, onde quase a metade das terras cultiváveis (45%) estão sob poder de 1% dos proprietários de terra, enquanto 1% das terras são propriedade de 37% dos trabalhadores rurais (CARTER, 2010). O Brasil é considerado uma das nações mais desiguais do mundo e algumas razões para esse fenômeno estão vinculadas à estrutura agrária atual, marcada por políticas que privilegiaram a grande propriedade rural. Essa assimetria fundiária foi mantida e alimentada pelos diferentes sistemas políticos brasileiros e demanda dos estudos nessa temática uma historicização.

Ainda no Capítulo I, o histórico sobre as lutas por terra é cruzado com a participação política das mulheres a partir da década de 1980, momento em que a auto-organização das mulheres se fortaleceu e sua projeção política nos movimentos sociais de luta pela terra começou a ser evidenciada (ESMERALDO, 2013). Esse exercício é realizado com o objetivo de pontuar como a reivindicação pela propriedade da terra por via da reforma agrária foi uma das primeiras bandeiras de luta das mulheres trabalhadoras rurais⁷.

No II Capítulo apresento os processos que deram origem ao Assentamento e chamo atenção para a participação das mulheres nessa luta. Essas informações foram coletadas predominantemente no primeiro trabalho de campo realizado em março de 2013. Não obstante, nessa parte é exposto trajetórias de algumas das assentadas, buscando reconhecer seu “lugar” na luta, pois acredito que identificar sua participação no período do acampamento é um dos elementos-chave para refletir sobre sua “localização” no Assentamento nos dias atuais.

Início o Capítulo III descrevendo a entrada em campo e apresentando, de maneira geral, o espaço social do Assentamento e o seu entorno. A intenção é criar uma “ambientação” para as narrativas dos atores sociais e, dentro do possível, compartilhar as experiências vividas durante a pesquisa na área, além de evidenciar quais são as condições de vida da(o)s assentada(o)s, pontuando a estrutura física das construções, o que plantam, as formas de mobilidade, quais mulheres são titulares de lotes, etc.

Na segunda parte do Capítulo III, exponho as narrativas de quatro assentadas titulares de lotes. Essas foram escolhidas, sobretudo, porque foram aquelas com a quais mais dialoguei e, de certa maneira, partilhei de seus cotidianos por maior tempo. Cada uma das mulheres é titular de lote por um motivo diferente e, neste momento, é exposto os processos pelos quais elas acessaram a posse formal, além de, a partir de suas experiências, criar uma base empírica que possibilite nossa discussão sobre a implicação da posse e a capacidade de negociação nos capítulos seguintes.

Dessa forma, no II Capítulo chamamos atenção para a primeira fase da luta: o tempo do acampamento e, posteriormente, no III Capítulo, desenvolvermos os processos do período de assentamento, enfatizando as experiências de algumas assentadas. A importância de analisar o assentamento, considerando esses dois momentos distintos, contudo integrados, é constatado por Schwendler (2009, p. 219) quando afirma que “o processo de emancipação da mulher nas lutas sociais não é

⁷ Apesar de as mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses não terem participado da construção política de reivindicar o acesso à terra, trato a organização política das mulheres como parte da contextualização da pesquisa.

contínuo, nem uniforme, e precisa ser compreendido a partir da processualidade social em que a luta pela terra é construída nos acampamentos e assentamentos”.

Posteriormente, no IV Capítulo, adentro o debate sobre o gênero, considerando-o uma categoria útil para a análise dos processos no campo, tendo como referência a abordagem de Scott (1989) e os estudos de Deere e Leon (2002) para debater gênero no contexto rural e, sobretudo, porque as autoras discutem como a posse da terra está relacionada ao poder de barganha. Ainda nesse capítulo, pontuo as mudanças na legislação que ocorreram em 2003, visto que estas têm como orientação contribuir para empoderar as mulheres em contexto rural e implicaram obrigatoriedade da titulação de terras para as mulheres, entre outras coisas. E, por fim, é discutido como as mulheres expuseram as implicações da posse da terra.

No último capítulo, é realizado o exercício de desenvolver algumas outras dimensões que foram narradas pelas mulheres, pois estas evidenciaram serem importantes para a compreensão sobre o que é negociação e como as mulheres a realizam. Assim, concomitantemente com a questão da posse da terra, trabalhamos com a divisão sexual do trabalho, acesso à renda, parentesco, relações sociais na área e a família para discutir algumas negociações realizadas pelas mulheres e como a posse da terra é, ou não, açãoada em meio a esses outros elementos.

Infelizmente, temas como religião, a relação com a bebida alcoólica, sexualidade e violência, que foram fortes nesta experiência de pesquisa, não puderam ser abordados nesta dissertação. A escolha pelas dimensões supracitadas se justifica porque são temas mais comuns no âmbito dos estudos de gênero em contexto rural, além da dificuldade de se apropriar de uma literatura muito diversa no campo dos estudos de gênero (sexualidade, trabalho, família, política pública, violência, etc.), estabelecendo diálogo com o objeto de pesquisa. Reconhecemos que toda escolha nesse âmbito torna-se arbitrária, mas não pretendemos esgotar o debate sobre o poder de barganha das mulheres do Santa Roso/Córrego das Posses. Pelo contrário, este trabalho significa um primeiro e limitado exercício de reflexão sobre o tema.

Ainda é fundamental frisar que faço o exercício de tentar “preservar” os atores sociais. Trata-se de algo difícil, pois compreender que algumas coisas “ditas” não devem ser “escritas” é algo, às vezes, util. Assim, as exposições foram “dosadas” e o limite foi o que acreditava ser importante para atender às questões de pesquisa, mas que não invadisse a vida de mulheres já marcadas por dores, perdas e dificuldades. Ao mesmo tempo, não há o direito de “tirar” seus gostos, cheiros, medos e, assim, desejava mostrar sem “véus” essas mulheres que me puseram a escrever e a refletir durante um ano, e provavelmente me instigarão por mais “nem sei quantos”. Espero que o cuidado em expor os atores sociais, mesmo com muitos atropelos, tenha ficado evidente.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de pontuar como o interesse por esta temática surgiu. Embora talvez seja “estranho” expor isso no final da introdução, visto que em muitos trabalhos acadêmicos é como se inicia. Mas é realizado desta forma para ser coerente com meu fluxo de pensamento e, ao mesmo tempo, por ser uma forma de finalizar a introdução expondo alguns fatores que me moveram a realizar este trabalho, sem “acanhamento” de, com isso, evidenciar que quem escreve é uma feminista.

Minha aproximação dos estudos de gênero em contexto rural se deu após experiência no EIV. Por meio desse estágio, conheci militantes e algumas atividades do MST em Minas Gerais, assim como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento que tem muitas militantes que vivem na área rural do estado. Dessa forma, o EIV me apresentou o debate teórico e prático sobre luta pela terra e relações gênero a partir de lideranças de ambos os movimentos. Ao ir para a área de reforma agrária, uma

das etapas do estágio, esperava encontrar esse debate no discurso da(o)s assentada(o)s. Reconheço que fui ingênuas, mas era difícil imaginar que o assentamento ou o acampamento onde iria realizar a vivência poderia não ter vinculação ao MST, sendo que isso foi informado no estágio. Assim, foi uma experiência bastante diferente do que o EIV tinha me “preparado”.

Esse distanciamento entre o Assentamento e o MST ficou claro na vivência em 2011; porém, o Estágio deu resposta contrária mesmo depois de voltar do campo – era uma área vinculada ao MST com algumas peculiaridades, disseram a Coordenação Política Pedagógica. Dessa forma, compreender as relações de assentamentos rurais com o Movimento foi um dos fatores que me moveram a escrever o projeto de mestrado⁸.

Outra experiência que contribuiu para o interesse pelos estudos de gênero e mundo rural está relacionada a um assédio sofrido por mim e a uma companheira que estava também no Santa Rosa/Córrego das Posses pelo EIV. Não há necessidade de explicitar como isso se deu, mas pontuar que senti uma vulnerabilidade da qual ainda não tinha me dado conta. Perguntava-me o que é ser mulher, estar sozinha e no meio do mato em uma sociedade machista? Por conta disso, ficamos com medo de continuar circulando pela área e deixamos de fazer algumas atividades para evitar encontrar com o assentado que realizou a ação.

Entretanto, após sair do Assentamento e passar a angústia dessa experiência e de outras proporcionadas também pelo EIV, senti-me motivada a voltar meus esforços acadêmicos para compreender como as mulheres e os homens no meio rural percebem/vivenciam/questionam/embatem o patriarcalismo. Mais especificamente, me percebi estimulada a voltar no Santa Rosa/Córrego das Posses para dialogar sobre isso.

Ao voltar ao Assentamento para a pesquisa do mestrado, outras questões vieram a me incomodar e me instigar, e tento, dentro do possível, expô-las nesta dissertação. Mas, pontuo algo que não dei conta trabalhar “cientificamente”, embora valha a pena mencionar: com algumas mulheres com as quais dialogo neste trabalho, a partir da “riqueza” de suas vidas e do carinho com que me trataram, compreendi um pouquinho melhor o que Simone de Beauvoir traduziu em uma frase: “Querer-se livre é também querer livre os outros”.

⁸Porém, após voltar ao Assentamento para realizar esta pesquisa, a relação do mesmo com o MST tornou-se um pano de fundo para a pesquisa. Mas isso será desenvolvido nos capítulos que se seguem.

1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LUTA PELA TERRA E O ACESSO À POSSE DA TERRA COMO PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DAS MULHERES RURAIS.

É melhor morrer na luta que morrer com fome
Margaria Maria Alves

Neste capítulo, apresento um pouco da história da luta pela terra em contexto nacional e em Minas Gerais, empreendendo esforços em dar visibilidade à participação das mulheres rurais nesses processos. Mais especificamente, chamo atenção para uma das bandeiras de luta que as mulheres inicialmente levantaram: a posse da terra. Esse exercício é desenvolvido visando situar a pesquisa num processo mais amplo que, de certa forma, lança luzes sobre as reflexões empreendidas nos capítulos seguintes.

1.1 A luta pela “terra” e pelo “acesso a posse” no contexto nacional

Neste trabalho, é enfocado os processos históricos a partir da década de 1950, período em que a reforma agrária surgiu como uma das bandeiras de luta e as reivindicações populares e os conflitos no campo ganharam visibilidade e maior organicidade. Nessa década, observa-se a atuação importante de atores como as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e alguns setores da Igreja Católica, contribuindo com as mobilizações.

A Igreja, nesse período, passou a criticar a realidade agrária do Brasil como fonte de injustiça e exclusão social, além de legitimar a “função social da propriedade”, disputando a organização das classes populares do campo (DELGADO, 2010).

As Ligas Camponesas, denominação pela qual ficou conhecida a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, surgiram em 1955 no Engenho da Galiléia em Pernambuco. Foi uma articulação que teve apoio do PCB e rapidamente se espalhou pelo nordeste, “se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteítas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais” (MARTINS, 1995, p. 76). O principal líder e um dos fundadores das Ligas Camponesas da Paraíba foi João Pedro Teixeira⁹. Este foi preso diversas vezes por ordem dos fazendeiros da região, assustados com a organização dos trabalhadores e, em 1962, foi assassinado por tiros a mando dos latifundiários. Sua companheira, Elizabeth Teixeira, viria a continuar sua luta, organizando os trabalhadores e mantendo as Ligas¹⁰ na Paraíba.

⁹ Quando morou no Recife/PE, ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores da Construção e, por conta da luta, encontrou dificuldades em ser empregado pelos fazendeiros da região. Com a consequente penúria de sua família, foi obrigado a voltar com ela para a cidade de Sapé, na Paraíba. No entanto, lá a situação era a mesma, marcada por fome e miséria. João Pedro começou a questionar aquela situação e a andar pelos engenhos para saber como as famílias faziam para sobreviver frente a tanta concentração de renda. Dessa forma, iniciou um processo de mobilização, organizando os trabalhadores para lutarem pelos seus direitos e, assim, criaram uma associação que ficou conhecida como Liga Camponesa.

¹⁰Com a ditadura militar, a partir de 1964, ela foi obrigada a desaparecer, conseguindo levar consigo apenas um dos seus onze filhos. Nessa época, conseguiu trabalho no interior do Rio Grande do Norte e viveu por lá dezesseis anos na clandestinidade, utilizando o nome fictício Marta Maria da Costa. Durante esse período, Elizabeth criou uma escola para alfabetizar as crianças da cidade de São Rafael e, além disso, continuou a articulação política no Sindicato Rural de São Rafael, embora ninguém soubesse que ela era a viúva de João Pedro. Após o fim da ditadura, Elizabeth voltou para sua cidade natal, Sapé, no estado da Paraíba, e reencontrou seus demais filhos. Sua história é importante para pontuarmos a participação da mulher na luta pela terra, desde o início das organizações camponesas no país.

O PCB foi uma organização que contribuiu significativamente para a disseminação da pauta pela reforma agrária. Orientado principalmente pela Internacional Socialista, defendia a eliminação do latifúndio.

Eliminar o latifúndio era, segundo os intelectuais do PCB, um dos passos necessários de um conjunto de transformações pelas quais o país deveria passar para poder realizar uma revolução de caráter “democrático-burguês”. (...) A ação do PCB voltava-se, de um lado, para o encaminhamento de lutas mais imediatas e cotidianas, como melhores salários, direitos trabalhistas, abolição de “vales” e “barracões” (instrumentos de endividamento contínuo dos trabalhadores), apoio à resistência na terra, demanda por maior prazo e garantia de renovação de contratos de arrendamento, diminuição de seu valor, diminuição de seus impostos e fretes. De outro buscava estipular a luta por reforma agrária, o que supunha um conjunto amplo de alianças (MEDEIROS, 2003, p. 15-16).

A organização dos camponeses na década de 1950 também resultou na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul. As mobilizações camponesas, em diversas regiões do país, se expressavam pelas lutas de resistência na terra contra despejos, acampamentos, marchas nas ruas e congressos realizados. Apesar das diferentes formas de lutas dessas organizações, elas convergiam na proposta da luta contra a renda da terra (MARTINS, 1995).

Durante a década de 1960, a reforma agrária se intensificou como um dos principais debates. A partir de um acordo entre o PCB e a Igreja Católica, que disputavam espaço dentro dos sindicatos e excluindo as Ligas Camponesas, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963, três meses antes do golpe de Estado pelos militares. Martins (1995) destacou que a Igreja tinha uma estratégia de polarização do campesinato, pois desejava afastá-lo dos anseios comunistas e o caminho para isso era a sindicalização¹¹.

Apesar do cerceamento das articulações dos(as) trabalhadores(as), das mobilizações e dos debates políticos, houve conquistas desse período, como, por exemplo, o direito à organização sindical dos trabalhadores rurais, em 1962, a aprovação do Estatuto do Trabalho Rural, em 1963, e a criação de uma Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), no período do governo de João Goulart (MEDEIROS, 2003). As ações do governo de Goulart geraram grande tensão, principalmente após anunciar uma proposta de reforma agrária. Nesse contexto, os militares, com a contribuição do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), instituíram uma ditadura que durou 21 anos no país (MEDEIROS, 2003).

O período do governo militar (1964-1982) foi considerado por Delgado (2010, p. 86) a “idade de ouro do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”. Nessa ocasião, um importante fato foi a aprovação do Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, que marcou a matriz agrária do

Informações disponíveis no premiado documentário de Eduardo Coutinho “Cabra marcado para morrer”. Disponível em: <http://goo.gl/KuNAUB> Acesso: 30 mai. de 2013.

¹¹“Somente em 1963, a Confederação Brasileira de Bispos do Brasil (CNBB) tomou uma posição menos ambígua em relação à questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituiria um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiro” (MARTINS, 1995, p. 88-89).

governo. Considerada uma lei do “desenvolvimento rural” pelos militares, o estatuto classificou os imóveis rurais em quatro categorias, quais sejam: minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndios por extensão e empresas rurais.

A reforma agrária, nesse contexto, seria a gradual extinção dos latifúndios e minifúndios, pois eram considerados fonte de tensões no campo e o modelo ideal seria o empresarial¹², que poderia ser uma empresa familiar. A desapropriação seria realizada se o latifúndio causasse tensão social e se ultrapassasse o tamanho máximo regulamentado. Os critérios dessa lei estendem-se até os dias atuais, sobre as condições de obtenções de terras para a reforma agrária (MEDEIROS, 2003).

Dessa forma, o período militar teve caráter tecnicamente modernizante e socialmente conservador, nas palavras de Delgado (2010). Ficou conhecido como “modernização conservadora” da agricultura, caracterizada pela proteção financeira e fiscal do latifúndio, além de projetos e investimentos tecnológicos e valorização das propriedades. Essa política minou os possíveis avanços que o Estatuto da Terra oferecia juridicamente, ou seja, as regulações das propriedades fundiárias não ocorreram de fato, principalmente pelo estreitamento dos interesses entre militares e latifundiários¹³.

Na década de 1970 a repressão, por parte do governo militar foi intensificada, a reforma agrária foi abafada e os conflitos ecoavam de forma dispersa e efêmera frente aos ideais modernizadores e à censura dos meios de comunicação. Nesse sentido, a Igreja Católica muda sua postura começa a criticar o regime militar, que antes havia apoiado como uma medida para impedir que a ideologia comunista se instaurasse no Brasil. Nesse período existia a “Ação Católica”, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os núcleos da cultura ligados à educação popular. Por meio destes, alguns representantes dos movimentos eclesiais articularam-se com os(as) trabalhadores(as) rurais para organizar lutas sociais. Além disso, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para colocar em prática as orientações do Concílio do Vaticano II (MEDEIROS, 2003).

Essas efervescências deram origem à CPT, em 1975, no estado de Goiás. Vinculada à concepção progressista¹⁴ da Igreja Católica, que se constituiu como uma importante ação política junto aos setores populares e uma reorientação da Igreja Católica em relação à questão agrária e às lutas por terra no país. A CPT se fundou com uma orientação ecumênica, auspiciada pelo Concílio Vaticano II. Teve uma relação intensa com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e, com o passar do tempo, membros de outras Igrejas se juntaram a esse serviço de evangelização (*ibid*, 2010)¹⁵.

¹²As empresas seriam “imóveis entre 1 a 600 módulos, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e de racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais, o cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos recursos naturais” (MEDEIROS, 2003, p. 23).

¹³Martins (1995) expõe que o Estatuto foi uma grande estratégia dos militares, pois a partir do mesmo eles abrem a possibilidade de uma reforma agrária localizada nas áreas de tensão social, pra evitar crise durante o governo e, ao mesmo tempo, excluem uma possibilidade da reforma agrária nacional. O real interesse do governo era o fortalecimento da concentração fundiária e a implantação de grandes empresas nas áreas rurais.

¹⁴“Progressista” é um conceito altamente vinculado à promoção da “igualdade”, que, junto com a “liberdade”, tornaram-se ideias cardinais da modernidade ocidental e que tem entre seus principais paladinos Rousseau, com seu “Discurso sobre a Origem da Desigualdade” (LERRER, 2008, p. 34).

¹⁵“A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidades de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer ao camponês: “Espera que tu terás o céu”. Ao contrário, passou a dizer: “Tu

A CPT influenciou, ainda, algumas “oposições sindicais” que começaram a disputar Sindicatos de Trabalhadores Rurais, visto que, durante a ditadura militar, estes se voltaram muito para o assistencialismo e negociações jurídicas, contribuindo pouco para as articulações e mobilizações populares, assim como para a politização dos trabalhadores (MEDEIROS, 2003). Por outro lado, foi a atuação sindical que, de certa maneira, contribuiu para generalização do termo “trabalhador rural”. Neste contexto, a categoria passou a abranger uma variedade de situações de trabalho relacionadas à terra (posseiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários), facilitando o enquadramento sindical (MEDEIROS, 2010).

Em meio a esse contexto, torna-se importante falar de Margarida Maria Alves, a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Nascida em 1933, era casada e mãe de um filho, trabalhadora rural que se inseriu no Sindicato por influência da Igreja Católica do município. Margarida esteve à frente do Sindicato por 12 anos (1971-1983), no período ditatorial, inicialmente como tesoureira e posteriormente como presidente. Nesse período, a trabalhadora moveu em torno de 600 ações trabalhistas contra os senhores de engenho da região, lutou por direitos trabalhistas que já eram garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural desde 1962, como férias anuais, jornada de trabalho de oito horas, 13º salário e registro de carteira de trabalho. Além disso, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural em Alagoa Grande, do qual foi diretora de 1981 a 1983, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, com um tiro no rosto enquanto estava à porta da sua casa. Os principais acusados foram um proprietário de usina de açúcar local e seu genro; contudo, até os dias atuais esse crime permanece impune¹⁶.

Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira são símbolos femininos da luta pela terra no Brasil¹⁷. Sobre essas mulheres Esmeraldo pontua:

destacam-se na luta contra o latifúndio, a exploração do trabalho, pela organização dos trabalhadores, pelo acesso à terra, à educação e a participação das mulheres. São lideranças que assumem a presidência de sindicatos rurais e revelam-se na região e no país como ícones da luta pelo direito de organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 243).

Contudo, acredito que existiram muitas outras que mereceriam igual reconhecimento; entretanto, infelizmente, não se tem memórias de suas ações, não somente pelo fato de serem mulheres, mas principalmente porque a história tradicionalmente não foi contada com a participação ou a narrativa de atores que são historicamente subalternizados ou “perdedores”, como considera Thompson (1987).

precisas se organizar para lutar e resolver aos teus problemas aqui na Terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (STÉDILE, FERNANDES, 2001, p. 20).

¹⁶ Como homenagem e reconhecimento de seu trabalho, o dia 12 de agosto é conhecido como Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária e uma caminhada organizada por diversas organizações de mulheres para reivindicar suas pautas foi batizada como “Marcha das Margaridas”. Postumamente, Margarida Alves recebeu em 1988 o prêmio Pax Christi Internacional, recebeu em 2002 a Medalha Chico Mendes de Resistência e em 1994 foi fundada a Fundação de defesa dos Direitos Humanos Margaridas Alves pela Arquidiocese da Paraíba. Informações disponíveis nos sites: <http://goo.gl/dHmyJG> <http://goo.gl/6pMeJe> <http://goo.gl/IJmogW> Acesso: 21 jun. 2013.

¹⁷ Ainda podemos citar Maria da Penha Nascimento, que também foi dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e do Movimento de Mulheres do Brejo, mas que infelizmente não temos informações sobre sua trajetória.

Durante os anos 1970 e 1980 a bandeira pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e previdenciários ganha centralidade no repertório de reivindicação da(o)s trabalhadora(e)s. Essa adesão, relacionada à condenação da concentração fundiária, deu densidade à palavra “latifúndio”, que, “mais do que grande extensão de terra, consolidou significados relacionados à opressão, exploração, violência, improdutividade” (MEDEIROS, 1995, p.117). Fernandes descreve alguns dos efeitos da ditadura militar responsáveis por impulsionar esses sentimentos:

Em 1985, a situação do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “milagre brasileiro”. No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bôia-fria (FERNANDES, 1996; D'INCAO e MELLO, 1995; apud FERNANDES 1999, p. 31).

Nessa perspectiva, um ciclo intenso de mobilizações por terra é realizado no início da década de 1980, de modo especial na região Sul do Brasil, sedimentado pelas noções de direitos e pelo sentimento de injustiça dos camponeses e estimulada pela ampliação das mobilizações pela redemocratização do país, como a grande campanha pelas “Diretas já” (1984).

Quando emerge a “Nova República”, como regime de transição da ditadura para a democracia, a partir de 1985, novas categorias são socialmente reconhecidas, mas de maneira geral fazendo críticas aos efeitos da modernização conservadora e acionando outras formas de luta. As ocupações de terra tiveram grande importância no âmbito do repertório de lutas das ações coletivas dos movimentos sociais do campo neste período. Essas ocupações tinham o caráter de questionar a legitimidade da propriedade da terra ociosa. É uma criação histórica, “um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses” (FERNANDES, 1999, p. 56).

Nessa época, ocorriam várias lutas no interior do estado de São Paulo, tanto de posseiros, na região de Andradina, como ocupações de terras na região de Itapeva e do Pontal do Paranapanema. Paralelamente, o Mato Grosso do Sul também tornou-se palco de uma ocupação de terra realizada por 600 famílias, em 1981. Mais ou menos bem sucedidas em termos de desapropriação e assentamento, todas essas lutas isoladas e dispersas pelos estados do Centro-Sul do país foram sendo articuladas através do trabalho pastoral da CPT em encontros regionais, que acabaram desembocando no Encontro Nacional de janeiro de 1984, quando foi fundado oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (LERRER, 2008, p. 64).

Apesar de não ser o único nem o primeiro movimento social de luta pela terra no Brasil, o MST conseguiu nacionalizar a sua luta¹⁸. As ações desse movimento foram

¹⁸ “No período - 1985 a 1990 - o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e confrontos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades. Assim, prosseguiram com o processo de formação do

direcionadas aos problemas estruturais, relacionados à pobreza e à desigualdade, sendo que a distribuição de terras e acesso a crédito foram as principais estratégias políticas propostas para minimizá-los.

Dessa forma, a redemocratização significou um momento de oxigenação para as ações civis no país. Além do surgimento do MST, pode-se observar uma reorganização da CONTAG, um fortalecimento da CPT, o surgimento de Organizações não governamentais (ONGs) - apoiando o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a consolidação dos movimentos de mulheres¹⁹. O movimento auto-organizado de mulheres

apresenta trajetória semelhante a muitos outros movimentos sociais que emergiram nesse período no Brasil. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção (PAULILO, 2009, p. 181).

Durante a década de 1980, as reivindicações das mulheres rurais tiveram como questões centrais os direitos previdenciários (como salário maternidade e aposentadoria), sindicalização, documentação e participação política. As articulações de mulheres estavam presentes em diversos estados e as pautas das mulheres do campo foram se fortalecendo (PAULILO, 2009).

No Rio Grande do Sul, as mulheres membros dos sindicatos se reuniram em 1981, na primeira reunião, que se tornaria a reunião anual de mulheres na liderança da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), preocupadas em aumentar o número de mulheres sindicalizadas. Anos depois, em outubro de 1985, ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esse foi organizado pelas mulheres da FETAG-RG e pela CPT. Houve participação de aproximadamente 10 mil trabalhadoras (DEERE, 2004).

Ao mesmo tempo, em Pernambuco – no Sertão Central e na Paraíba –, no Brejo, as mulheres começaram a se reunir para debater a situação emergencial provocada pela seca prolongada. Em 1984, quando as mulheres do Sertão Central fundaram oficialmente o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR- Sertão Central), levaram para o IV Congresso da Contag, em 1985, a preocupação da participação das mulheres no movimento sindicalista (DEERE, 2004).

Nesse Congresso, foram tratadas, pela primeira vez, questões relativas à sindicalização das mulheres, decidiu-se incorporar mais mulheres em seu quadro de associada(o)s e debateram sobre medidas para diminuir a violência que acometia as

MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade” (FERNANDES, 1999, p. 160)

¹⁹Nos anos 1980 houve uma ampliação importante dos movimentos de mulheres no Brasil; todavia, Deere e Leon (2002) afirmam que na década de 1970 já existiam e atuavam em duas frentes, pela redemocratização e pelos direitos das mulheres. É interessante ressaltar também que no final da década de 1970, segundo Butto e Hora (2010), inicia-se o reconhecimento dos direitos das mulheres em nível Internacional. Em 1979 houve a I Conferência Mundial da Reforma Agrária da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta foi aprovada a “Carta do Campesino” – “os direitos das mulheres à terra são os que ganharam maior destaque, com uma referência explícita ao direito das mulheres à propriedade da terra. (...) Entretanto, abordamos as medidas necessárias para garantir a efetivação destes compromissos, como ressalva da recomendação da Carta do Campesino de mudanças legislativas genéricas” (ibid, p.125-126).

trabalhadoras²⁰. Ainda em 1985, com o retorno da democracia, durante o governo Sarney, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Esse conselho, que reuniu mulheres de diferentes movimentos, inclusive algumas militantes feministas, operou sob a jurisdição do Ministério da Justiça (DEERE, LEON, 2002).

Em 1986 a CUT, em seu II Congresso Nacional, organizou uma comissão formada por mulheres, a Comissão Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora, espaço para as trabalhadoras urbanas e rurais debaterem suas próprias questões. Essa comissão foi construída principalmente por reivindicação do MMTR do Brejo, onde a primeira Secretaria de Mulheres tinha sido criada em nível estadual, após o I Congresso Estadual da CUT na Paraíba. Foi também nesse II Congresso Nacional que as mulheres do Brejo reivindicaram direitos à terra; a terra da reforma agrária deveria ser titulada em nome do casal, segundo Deere (2004).

No Sul a pauta pelo direito à posse também apareceu pela primeira vez em 1986 em um documento redigido na preparação para o congresso de mulheres no Rio Grande do Sul. Foi proposto que “(...) o título de propriedade distribuído pela reforma agrária fosse emitido em nome do casal, independentemente do seu estado civil legal”, e que “se a família é a base para a seleção dos beneficiários então que os direitos da mulher chefe de família (viúvas, mulheres separadas, mães solteiras) à propriedade e aos benefícios da reforma agrária sejam reconhecidos” (DEERE, 2004, p. 181).

No mesmo ano, o Ministério da Agricultura organizou o primeiro Congresso Nacional das Mulheres Rurais, por pressão dos trabalhos realizados pelo CNDM em conjunto com os movimentos de mulheres rurais. Nesse congresso, “a exigência pela distribuição de terra da reforma agrária para as mulheres chefes de família e pela distribuição e titulação conjunta para os casais foi claramente reivindicada” (DEERE, LEON, 2002, p. 248-249).

Nessa perspectiva, a década de 1980 foi um momento em que as mulheres rurais começaram a ser reconhecidas como “trabalhadoras da agricultura”. Os MMTRs²¹ estaduais foram formados por mulheres membros em sindicatos vinculados à Contag ou à CUT, que perceberam que suas reivindicações eram consideradas menos importantes do que as pautas de classe e economia que norteavam essas organizações. O I Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas em Barueri, São Paulo, em 1986, apoiado pela CUT e pelo MST, teve participação de mulheres de 16 estados. Esse encontro tinha o objetivo de criar uma organização nacional de mulheres; porém, durante o encontro, foi decidido que deveriam se concentrar na criação de redes regionais²² (DEERE, 2004).

Com a Constituição Federal em 1988, a igualdade de gênero na representação da família foi explicitada juridicamente, e a mulher teve a possibilidade de responder pela(o)s suas/seus filha(o)s e também de ser proprietária de um patrimônio. Segundo

²⁰“Fatores que explicam a abertura da Contag a mulheres membros foram o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre Contag e a recentemente formada, e mais radical, Central Única dos Trabalhadores (CUT) por vários membros. Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais, e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura tradicional. Por volta de 1987, as mulheres representavam aproximadamente 29% dos membros dos sindicatos filiados à Contag” (DEERE, 2004, p. 181).

²¹“Os encontros de fundação das associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram nos seguintes anos: 1984 em Santa Catarina; 1985 no Paraná; 1986 na Paraíba; 1987 em Pernambuco e no Espírito Santo; e em 1989 no Rio Grande do Sul” (DEERE, 2004, p. 182).

²²O I encontro nacional foi catalisador para a formação do MMTR Nordeste (MMTR-NE), fundado em 1987, e para a criação da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos estados do Sul (AIMTR-Sul), em 1988 (DEERE, 2004).

Deere e Leon (2002), essa conquista também foi resultado dos seminários e congressos que ocorreram no período. As mesmas autoras destacaram uma campanha de coletas de assinaturas realizada pela CNDM e pelas mulheres que lideravam os sindicatos que apresentaram ao Congresso Nacional uma ementa popular para a Constituição, segundo a qual “a terra distribuída através da reforma agrária poderia ser destinada e titulada em nome de um homem, uma mulher, ou de ambos, independentemente de seu estado civil” (*ibid*, 249). Além disso, foi estipulado que homens e mulheres que viviam nos espaços urbana(o)s ou rurais tinham os mesmos direitos trabalhistas e os benefícios da Previdência Social²³. Dessa forma, chamo atenção para o fato de como é recente a conquista das mulheres por direitos fundamentais como, por exemplo, ser oficialmente responsável pela terra em que vive²⁴.

Durante esse período da “Nova República”, de 1985 a 1988, foi aprovado também o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Contudo, ficou claro, durante o período do governo de José Sarney, que não se tinha a intenção de aplicar o Plano, já que forças políticas presentes nos poderes Executivo e Legislativo representavam os interesses das oligarquias rurais²⁵.

As ações dos grupos patronais paralelas ao revigoramento das lutas por terra no país foram fortes nesse período, trazendo, por exemplo, no início da década de 1980, as reivindicações por créditos subsidiados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Além disso, em 1985, em Brasília, um mês após o PNRA ser anunciado no Congresso da Contag, foi criada outra organização patronal, a União Democrática Ruralista (UDR). Nos anos seguintes se verificou a intensificação do poder do patronato no campo e, ao mesmo tempo, a reconfiguração do rural, “marcado pela recusa à precariedade, pela luta pela participação na conformação dos espaços públicos, em um esforço pelos trabalhadores de serem vistos e ouvidos e, assim, romper com o anonimato” (MEDEIROS, 2003, p. 135), expressando polaridade política.

O governo de José Sarney (1985-1990), que tratou com austeridade as lutas por terra, foi sucedido por Fernando Collor (1990-1992), historicamente identificado como ainda mais coercitivo para os movimentos que lutavam pela reforma agrária no Brasil. O interesse por regulamentar a legislação constitucional, tratando da reforma agrária, era nulo, além do silêncio por parte do governo. Foi um período de grande repressão e

²³“Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa seriam qualificadas diretamente do homem chefe de família, além disso, elas adquiriam o direito a 120 dias de licença maternidade remunerada. Uma série de novos direitos constitucionais adquiridos pelas mulheres e em 1988 exigiram uma legislação regulamentar para tornar-se lei” (DEERE, LEON, 2002, p. 250).

²⁴No Código Civil brasileiro de 1916 constava que os bens das mulheres casadas eram administrados pelos maridos, representantes das famílias. Em 1962, com aprovação do Estatuto da Mulher Casada, a liderança masculina na família é mantida, mas se reconhece a mulher como colaboradora e se concede a ela direitos como exercer uma profissão: “Essa lei criou a categoria especial de “bens reservados” da mulher casada, que eram bens adquiridos por ela através da própria renda. Não se exigiu que a mulher casada dividisse estes bens com o marido, e ela foi autorizada a administrá-los quase que independentemente” (DEERE, LEÓN, 2002, p.82).

²⁵ “Nesse meio tempo, apesar das derrotas institucionais, o MST continuou seu processo de articulação e crescimento pelo país. Como observa Coletti, os poucos assentamentos criados pelo governo Sarney – 6% das metas do PNRA – deveram-se em grande parte à capacidade de luta e resistência do MST, que saiu da ‘Nova República’ presente em 18 estados brasileiros, demonstrando ‘enorme capacidade de organização interna e de ofensiva política’. Orientado para ações diretas de enfrentamento, como acampamentos e ocupações, mas sem descartar a luta institucional, o MST, que se classificava ainda como uma ‘articulação’ dentro do movimento sindical, logrou arregimentar grandes contingentes para suas bases”. (LERRER, 2008, p. 67)

enfrentamentos com os “sem-terra”. O “resistir” da palavra de ordem “ocupar, resistir, produzir” do MST foi intensificado, as ocupações eram violentamente rechaçadas pela polícia, diminuindo o número de famílias que compunham a luta (FERNANDES, 1999). Nesse contexto repressivo, o MST se voltou para “dentro” a fim de manter o que havia conquistado. Essa estratégia visava o fortalecimento econômico de seus assentamentos e foi, nessa época, criada a confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil²⁶.

Durante o período Collor o orçamento do CNDM foi cortado e perdeu sua autonomia. Assim, muitas feministas deixaram o trabalho mediante renúncia. Em 1991 ocorreu o 5º Congresso da Contag, as mulheres eram 10% dos delegados e o debate foi como conquistar na prática os novos direitos. No mesmo ano, a CUT realizou o Segundo Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, no qual a reivindicação das mulheres para que os títulos de lotes emitidos pelo INCRA constassem o nome delas estava em pauta. Todavia, segundo Deere (2004), apesar de a terra sempre aparecer como uma das reivindicações nesses espaços sindicais, as pautas que significam o reconhecimento das mulheres como profissionais – especificamente os benefícios da aposentadoria – foram mais enfatizadas pela CUT e pela Contag.

O governo de Itamar Franco (1993-1994), iniciado após o *impeachment* de Collor, abriu um pouco o espaço para ações dos “sem terra”, pois ocorreu um aumento das ocupações de terras, o presidente recebeu o MST em audiência e aprovou a Lei Agrária que viabilizava as desapropriações. Nesse período, a mídia deu mais visibilidade às lutas, principalmente às ocupações realizadas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo (LERRER, 2008).

O período que comprehende o final da década de 1980 e os anos 1990 é especialmente interessante para este trabalho, pois corresponde aos processos que deram origem ao Assentamento estudado. Além disso, em 1995 foi oficializada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), significando uma reorganização das camponesas. Sob essa sigla reuniram-se mulheres do MST, da CPT, da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do STR e, no último período, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)²⁷. A primeira ação da ANMTR vinculada à pauta pelo direito à posse da terra e aos benefícios trabalhistas foi uma campanha nacional para obter os documentos oficiais para as mulheres, visto que sem estes as mulheres não poderiam acessar os direitos previstos em lei. Deere e Leon (2002) comentam que:

Tal fato está relacionado, em parte, à composição multiclassista do movimento de mulheres rurais, o qual inclui, além das trabalhadoras sem-terra, trabalhadoras rurais assalariadas temporárias e permanentes, produtoras camponesas e semiproletárias. Sua agenda unificada, baseada em gênero, era pelo seu reconhecimento como mulheres trabalhadoras rurais – posição que todas compartilhavam – e para obter na prática os benefícios da Previdência Social garantidos a elas na Constituição. Assim, uma das principais

²⁶ Em termos de política econômica, “com a eleição de Collor, este Estado desenvolvimentista em crise foi sendo suplantado por políticas neoliberais que tiveram continuidade no governo de Itamar Franco e foram aprofundadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso. No campo, isto implicou uma drástica redução de gastos do governo não só em termos de crédito rural, já reduzido pelos ajustes macroeconômicos impostos pela crise da dívida externa, como também na entrega das tarefas de comercialização e escoamento da produção para a iniciativa privada, bem com a extinção da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)” (LERRER, 2008, p.79).

²⁷ Em 2004, os movimentos autônomos de mulheres abrigados sob diferentes denominações uniram-se sob uma única sigla, MMC - Movimento de Mulheres Camponesas (PAULILO, 2009).

atividades da ANMTR foi uma campanha nacional para obter documentos para as mulheres rurais, a fim de que elas pudessem se inscrever no sistema de Previdência Social (*ibid*, 2002, p.251).

De acordo com Paulilo (2009), nesse período, as mulheres rurais organizadas passaram a questionar se as políticas direcionadas para as famílias eram necessariamente progressistas para as mulheres, colocando em questão algumas reivindicações “universais”. Isso provocou tensões internas nos movimentos sociais mistos. Percebe-se ainda um maior interesse em estudos e debates sobre as relações das categorias classe e gênero no mundo rural. Nesse caminho reflexivo, um exemplo é o trabalho de Valenciano e Thomaz Junior (2002), que levanta questões sobre uma espécie de “dupla batalha” das mulheres camponesas, visto que, além de lutarem pela terra, também lutam pela mudança nas relações de gênero.

Deere e Leon (2002) apontam que, a partir de 1998, houve uma maior atenção para a pauta dos direitos da mulher à terra na reforma agrária devido à aceleração das desapropriações em respostas às ocupações e também à atenção dada aos movimentos mistos para a questão de gênero. A titulação conjunta constituiu-se como uma meta para o MST e foi adotada a política de 50% de mulheres na liderança²⁸. Ao mesmo tempo, no 7º Congresso Nacional da Contag, naquele ano, foi aprovada uma resolução que exigia que o INCRA cumprisse a legislação.

De maneira geral, esse sintético resgate histórico sobre o surgimento de movimentos sociais do campo, da organização política das mulheres rurais e da reivindicação pela posse da terra até a década de 1990 apresentou elementos que possibilitam refletir como a “posse da terra” pode significar uma ameaça à estrutura de privilégios da classe patronal historicamente construída no Brasil, devido a seu processo de colonização baseado principalmente no tripé monocultura-latifúndio-trabalho escravo.

Neste trabalho, chamo atenção para o fato que a concentração de poder é ancorada, também, em hierarquias fundamentadas no gênero. Dessa forma, apesar dos movimentos sociais mistos apoiarem a inserção das mulheres, o acesso à posse da terra não aparece como uma reivindicação consensual e, muitas vezes, sem visibilidade – embora sempre presente, até a década abordada.

1.2 A luta pela terra nos “gerais”

Para compreender a formação do Assentamento Santa Rosa /Córrego das Posses, foi fundamental mapear alguns dos principais processos históricos relacionados à luta pela terra em Minas Gerais, sobretudo, no nordeste mineiro, anteriores à formalização do espaço social pesquisado. As informações discutidas a seguir vão no sentido de expor esses processos entrecruzando-os com os apontamentos em nível nacional mencionados. Ainda pontuo a participação das mulheres trabalhadoras rurais nas organizações sindicais do estado. Embora as mulheres do Assentamento não tenham construído essas lutas, realizo o exercício de, brevemente, elucidar como a reivindicação pela posse da terra também compõe as pautas das mulheres em Minas Gerais, concomitantemente com os processos nacionais expostos.

²⁸ “A falta de atenção do MST aos direitos das mulheres à terra, principalmente à distribuição e titulação conjunta da terra para casais, também está relacionada ao fato de que, durante todo esse período, uma prioridade do MST foi a distribuição e titulação coletiva da terra, ao invés de sua divisão e distribuição formal às famílias individualmente” (DEERE, 2004, p.187).

As regiões privilegiadas neste trabalho se situam no nordeste do estado e são geograficamente nomeadas como Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce. Na imagem abaixo estas regiões estão indicadas no mapa do estado.



Figura 1: Mapa de Minas Gerais dividido pelas 12 mesorregiões. Os pontos indicam 2 cidades importantes para este trabalho: Teófilo Otoni e Governador Valadares²⁹.

Decorrente da decadência do processo de extração de ouro e de diamantes em Minas Gerais no final do século XVIII, as migrações no estado se acentuaram. As terras estavam associadas a poder e prestígio, e eram trocadas por alimentos, animais e outras terras, mas não por dinheiro. Além de expor essas questões, Zangelmi (2007) conta que as migrações no nordeste do estado nesse período estavam vinculadas ao período de descanso das terras e a conflitos entre fazendeiros e posseiros.

O assunto “terras devolutas” em Minas Gerais se iniciou mais tarde, a partir da década de 1880. Especificamente na região do Vale do Rio Doce e Manhuaçu (na Zona da Mata) se tem notícias de propriedades com grandes extensões de terra e, por conta disso, do surgimento de conflitos entre o Império e posseiros. As terras eram consideradas de boa qualidade e despertavam cobiça dos intrusos e posseiros que iam criando ou ampliando as propriedades (SILVA, 1996). Esses conflitos estão relacionados à Lei de Terras de 1850, visto que é o período de transição quando a posse passa a ser legitimada pelo documento registrado em cartório e não mais pelo uso da mesma.

²⁹Mapa disponível em: <http://goo.gl/nGZ0QE>. As alterações indicando a região estudada não são originais da imagem.

Do final do século XIX até meados do século XX, mais precisamente entre 1880 e 1970 ocorreu, segundo Ribeiro (2010), o fenômeno do “agrego” na região do Mucuri e baixo Jequitinhonha. Tal fenômeno foi estimulado pelas “imigrações de baianos, geralmente associadas à “seca do noventinha”, imigrações do “Alto do Jequitinhonha em direção às ‘terras de matas’ e o incremento da pecuária derivado do comércio com a Bahia” (p. 394). Os agregados eram geralmente subordinados à casa, à terra e à família do fazendeiro; contudo, este tinha autonomia sobre seu destino, podendo migrar quando desejasse. Essas pessoas foram atraídas pela terra “nova” da mata devido ao fato de serem excluídas da partilha da herança ou ao esgotamento natural da área de origem e ficaram conhecidas como lavradores ou aventureiros.

Segundo Fernandes (1999), na região de Governador Valadares, desde a década de 1940, ocorreram confrontamentos entre posseiros e fazendeiros interessados nas terras (principalmente por causa da construção da rodovia ligando a Bahia ao Rio de Janeiro)³⁰. Ribeiro (2010) relaciona esses fatos aos motivos do declínio do agregado:

Quando a agregação caminhava para o fim, nos anos 1960, os recursos naturais minguaram e as interdições cresceram: o número de animais que o agregado podia criar foi limitado, foi proibida a coleta de lenha, o agregado para os filhos se acabou, foi vetado replantar lavoura na mata ou capoeira derrubada (p. 421).

Não foi, porém, a mesma relação ao longo desse período: por um lado, as fazendas instituíram novas exigências; de outro, os agregados se moveram de zona para outra, de uma a outra fazenda. Por fim, (...) restou aos agregados o caminho da cidade, numa época em que São Paulo contratava muitos trabalhadores e o mercado de trabalho estava em franco crescimento, ou das novas fronteiras do sul do Pará ou de Rondônia (p. 419).

Mais tarde, quando os sindicatos de Minas Gerais dos anos 1980 buscaram as origens dos conflitos fundiários, viram no agregado a gênese dos atores que reivindicavam acesso a terra, denominados agora como trabalhadores rurais, entre outras categorias (RIBEIRO, 2010).

O sindicalismo foi um processo relevante por toda a Minas Gerais e um dos meios mais importantes pelo quais os trabalhadores rurais se organizaram. Apesar de se observar um fortalecimento dos sindicatos na década de 1980, Camisasca (2009) chama atenção para o fato de que os camponeses do estado entraram em cena bem antes. Embora as organizações sejam consideradas frágeis em relação ao poder dos fazendeiros,

(...) até o final da década de 1950 existiram, em todo o estado, 13 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. Elas estavam presentes nos municípios de Açucena, Bom Despacho, Canápolis, Capinópolis, Francisco Sá, Frei Inocêncio, Nanuque, Ponte Nova, Rio Casca, Santa Rita do Sapucaí, São Pedro dos Ferros, Teófilo Otoni e Ubá. Porém, nota-se que essas associações tiveram uma atuação estritamente local. Elas não possuíam uma articulação que permitisse dar unidade ao trabalho a ser desenvolvido no meio rural. Devido à fraqueza do movimento, essas associações não conseguiram se opor, de forma coesa e consistente, ao poder dos proprietários de terras (CAMISASCA, 2009, p. 52).

³⁰ “Para formar fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para a formação de pastos, e só poderiam plantar para a subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles” (FERNANDES, 1999, p. 25).

Nesse sentido, em 1956 foi realizada a 1º Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Minas Gerais³¹. Esse evento estadual está imbricado no processo nacional de fortalecimento das organizações da(o)s trabalhadora(e)s rurais, visto que em 1954, em São Paulo, foi realizada a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CNTA), organizada pelo PCB³². Como decorrência da conferência realizada em Minas Gerais foi criada a Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG), filiada à ULTAB. A tônica do discurso nessas organizações era a produtividade rural e a melhoria das condições de vida no campo. A ATAMG contribuiu, sobretudo, com o apoio jurídico aos camponeses (CAMISASCA, 2009).

Na década de 1960, com o aumento da mobilização dos trabalhadores do estado, foi realizada a 2º Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, além de reuniões nas cidades do interior, como em Governador Valadares, Uberlândia e Três Marias, promovidas pelos camponeses. Esses eventos tiveram como objetivos discutir as demandas estaduais e eleger os delegados para o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Minas Gerais em 1961 – evento que, convocado pela ULTAB, conseguiu reunir cerca de 1800 delegados camponeses dos diferentes estados brasileiros. A escolha pelo estado de Minas Gerais foi apontada pelo PCB e pelas Ligas Camponesas devido à concentração fundiária³³, miséria nas áreas rurais e ainda fragilidade na organização camponesa. A palavra de ordem que marcou esse congresso foi “reforma agrária na lei ou na marra”, trazida pelas Ligas Camponesas (idid).

Segundo Magalhães (2008), nesse “Congresso de Belo Horizonte”, como ficou conhecido, é possível perceber a participação das mulheres implícita em algumas pautas quando se analisa os documentos:

Pode-se localizar a participação das mulheres do campo através da formulação e aprovação de propostas específicas na comissão de Reivindicações Sociais no que se refere a temas como a educação, a organização das mulheres rurais e o intercâmbio com as urbanas, a comemoração do 8 de março nas zonas rurais, assistência à maternidade, entre outros (CONTAG, 2002:6). Apesar da histórica invisibilidade da participação das mulheres, questões e demandas importantes já eram pautadas no interior do movimento mais amplo de luta e organização do campo (ibid, p. 91).

Após esse primeiro congresso nacional, o governo incentivou a sindicalização dos trabalhadores rurais, além de projetos que impulsionavam a reforma agrária. Todavia, houve ações de contraposição dos proprietários de terra, como um documento em repúdio ao evento nacional dos camponeses. Entretanto, mesmo com alguns

³¹Esse foi o primeiro ato público ocorrido em Minas Gerais em que os camponeses tiveram alguma participação. Essa conferência foi realizada em Belo Horizonte e contou com a participação de membros das recém criadas associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, entidades que reuniam camponeses e que possuíam como objetivo inicial melhorar as condições de vida e trabalho nas áreas rurais (CAMISASCA, 2009).

³²Conferência que fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

³³“As propriedades com mais de quinhentos hectares, em Minas Gerais no ano de 1960, eram apenas 13.500, mas possuíam 19 milhões de hectares, cerca de 52% da área total. Isso revela o predomínio, no estado, das grandes propriedades, na maior parte das vezes, utilizadas como pastagem para o gado” (CAMISASCA, 2009, p. 55).

entraves dos fazendeiros, a organização dos trabalhadores rurais no estado melhorou. Posteriormente ao I Congresso Nacional, de 13 associações que eram registradas no estado em 1950, passou-se para 22 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas na década seguinte (1961), e esse número pode ser ainda maior, visto a dificuldade de obter registro (*ibid*).

No início dos anos 1960, os sindicatos da região dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce estavam em maioria ligados ao PCB e eram basicamente formados por meeiros, posseiros e assalariados. Nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata e Campo das Vertentes, os sindicatos estavam mais influenciados pelos “Círculos Operários” e eram formados por pequenos produtores, de acordo com Ferreira Neto, *apud* Zangelmi (2010).

Entre 1962 e 1963 foi criada uma lei que regulamentava a formação dos sindicatos, além de estabelecer algumas regras. Dentre essas, exigia-se que os sindicatos precisassem ter no mínimo 50 associados, e em dois anos atingissem 200 membros. Camisaca (2009) descreve esse fato, além de analisar o aumento da sindicalização em nível nacional:

Assim, o aumento vertiginoso da fundação de sindicatos rurais, em todo o país, entre os anos de 1962 e 1964, pode ser explicado devido ao impulso concedido pelo governo federal. Entretanto, as ações adotadas pelo Estado devem ser analisadas como resultado de um complexo jogo político, em que a capacidade de pressão exercida pelo campesinato foi fundamental. Mas ao mesmo tempo em que a força de mobilização dos camponeses pressionou o governo para que ele apoiasse a criação de sindicatos rurais, os próprios atos governamentais também se constituíram em novos estímulos às lutas empreendidas no campo. (*ibid*, p. 59-60).

De acordo com as pesquisas da mesma autora, havia em todo o estado, sendo que em Minas Gerais existem 853 municípios, cerca de 130 sindicatos em 98 cidades, ou seja, mais de um sindicato em algumas delas. Contudo, as regiões Norte, Jequitinhonha e Triângulo Mineiro foram as que apresentaram menos sindicalização, além de apenas três STRs em todo o estado terem conseguido cumprir as exigências e tirar o registro: o de Pote (Vale Mucuri), Araçuaí (Vale do Jequitinhonha) e Santana do Deserto (Zona da Mata) (FERREIRA NETO *apud* ZANGELMI (2010)).

Dessa forma, a sindicalização foi um fenômeno a se considerar em Minas Gerais, pois 13,5% dos municípios mineiros até 1964 tinham um STR, promovendo alianças e disputas entre diferentes grupos. Além disso, foram fundadas no estado, em 1963, três federações denominadas Federação de Trabalhadores na Lavoura, Federação de Produtores Autônomos e Federação de Trabalhadores na Produção Extrativa. Estas tinham como objetivo reunir os sindicatos rurais em um único órgão representativo. Camisaca (2009) expõe que a intensificação do sindicalismo em Minas é decorrente, em grande medida, do trabalho incentivador à sindicalização realizado pela SUPRA e pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) depois de terem instaladas sedes regionais no estado. A mesma autora conclui que a presença dos sindicatos no estado foi fundamental, visto que

possibilitou a constituição de espaços para onde os camponeses se dirigiam com o objetivo de discutirem questões que os afligiam, além de produzir resoluções a serem adotadas pela coletividade. O sindicato rural se tornou, deste modo, um local produtor de um “nós”. Essas organizações deram visibilidade ao movimento camponês. Afinal era por meio delas que se divulgavam as suas principais ações e reivindicações. O sindicato rural proporcionou ao campesinato a sensação de que o seu movimento possuía

força política suficiente para promover uma alteração na estrutura agrária (CAMISASCA, 2009, p. 67).

Paralelamente à organização dos camponeses, os proprietários rurais em Minas Gerais também se reuniram em associações e federações no sentido de se contrapor às reivindicações pela democratização das terras. Em 1951 os proprietários criaram uma federação para congregar as associações – Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM) – e até 1964 foram contabilizadas aproximadamente 294 associações dos proprietários rurais no estado e 2.025 em todo o Brasil. Havia tentativas de bloquear os sindicatos camponeses pelos ruralistas, além de demitirem os trabalhadores que se sindicalizavam (*ibid*).

Em 1961 foi organizado por esse grupo em Belo Horizonte a I Concentração Ruralista (em outubro) e a I Concentração Regional de Agricultores (em dezembro). Nos discursos proferidos, destacaram-se o temor por um processo de reforma agrária. Na segunda Concentração, um dos ruralistas afirmou que “defenderemos nossas terras dentro da lei ou na marra”, estabelecendo analogia com a palavra de ordem lançada no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ocorreu em novembro do mesmo ano. Camisaca (*ibid*) também ressalta que, além desses dois maiores eventos na capital mineira, ocorreram Concentrações Ruralistas em 38 municípios, todas sob o “auspício da FAREM”. Nacionalmente, no ano seguinte, 1962, ocorreu a VI Conferência Rural Brasileira no Rio de Janeiro, reunindo cerca dez mil fazendeiros, dentre os quais cerca de mil eram mineiros.

A Igreja Católica em Minas Gerais se posicionou com temor e fazia proposta de ação preventiva, visto que pretendia evitar um suposto perigo da revolução comunista. Dessa forma, realizou poucas ações a favor da sindicalização e mobilização do campesinato, ainda que a CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil – tenha se manifestado a favor das organizações (*ibid*).

Especificamente sobre a ofensiva ruralista na região de Governador Valadares – Vale do Rio Doce –, Camisaca (*ibid*) afirma que em 1963, quando foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, os fazendeiros criaram a Associação Rural de Governador Valadares para atuarem contra os camponeses. Os ruralistas obtiveram apoio da maior parte das outras organizações patronais do estado, além da “Liga Feminina Anticomunista”, já que a bandeira anticomunista agregava muitas forças políticas nesse período.

Os camponeses de Governador Valadares, no governo Goulart, reivindicavam que a SUPRA desapropriasse a fazenda do Ministério da Agricultura. Essa fazenda foi

uma tentativa fracassada de instalação de uma fazenda experimental, cujas terras haviam sido ocupadas pelos grandes fazendeiros como invernada de seu gado. Essa reivindicação irritou os fazendeiros, que começaram a organizar uma milícia, comandada por dois antigos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, também fazendeiros na região, com o objetivo de impedir a execução de um plano de reforma agrária na fazenda que era de propriedade do governo federal (MARTINS, 1995, p. 70).

Entretanto, João Goulart, sensível a essas pressões camponesas, encaminhou o ministro da Agricultura para promover a desapropriação da área. O Ministro anunciou, em reunião com os associados ruralistas, que “as terras do Vale do Rio Doce deveriam ser utilizadas para a horticultura, quem quisesse criar bois que os levasse para o Amazonas” (CAMISASCA, 2009, p. 159). Os proprietários reagiram agressivamente ao comunicado do governo federal, consideravam a desapropriação como “baderna de agitação comunista” e se organizaram para conversar com o Ministro da Guerra. Nesse

mesmo período, ocorreu o Comício da Central do Brasil e o presidente João Goulart anunciou que realizaria a desapropriação em Governador Valadares.

Esse fato foi considerado um dos estopins para as ações violentas dos ruralistas e para o golpe militar em 1964. Martins expôs esse fato da seguinte forma:

A entrega das terras estava prevista para o dia 30 de março de 1964, quando então se daria o confronto. No dia seguinte houve o golpe militar. O aparentemente isolado confronto de fazendeiros e camponeses de Governador Valadares foi, na verdade, o estopim preparado pela CIA para o golpe, segundo os documentos do arquivo do presidente Lyndon Johnson. Foi a partir do fato consumado da insurreição armada dos fazendeiros, que chegaram a matar, prender e torturar pessoas nos primeiros dias de abril, que o governo de Minas Gerais declarou a secessão no dia 31 de março, para permitir o avanço de tropas do Exército, aquarteladas no Estado, sobre o Rio de Janeiro e Brasília (MARTINS, 1995, p.70).

Mas em Governador Valadares, antes do golpe ser decretado nacionalmente, os fazendeiros mandaram grupos armados acionarem fogo contra a sede do sindicato dos camponeses, em 30 de março. Os conservadores estavam impacientes para o golpe e não conseguiram esperar o ato ser deflagrado em todo o país; assim, “na região do Vale do Rio Doce, o golpe começou no dia 30 de março” (CAMISASCA, 2009, p. 164). Dessa forma, a(o)s camponesa(e)s de Governador Valadares foram presas(os) e torturadas(os), e o período ditatorial interrompeu a perspectiva de conquista daquelas terras.

Nos 21 anos de ditadura militar os sindicatos foram, em grande medida, criminalizados e algumas lideranças perseguidas por todo o país. As regiões do Triângulo Mineiro, Norte e Nordeste, além de áreas do cerrado do estado, foram marcadas por projetos agropecuários e industriais (irrigação e reflorestamento), de acordo com Ferreira Neto *apud* Zangelmi (2007).

Nesse período ocorreu a fundação, em 1968, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), sindicato filiado à CONTAG. A FETAEMG, assim como os Círculos Operários Cristãos (ligados ao grupo tradicional da Igreja Católica), nesse período, foram direcionados para o cumprimento do Estatuto da Terra e, principalmente, para denúncias de expropriações de terra (ZANGELMI, 2010).

Em toda a região sudeste, de acordo com Fernandes (1999), dezenas e milhares de famílias trabalhadoras enfrentaram a expulsão, a expropriação e o assalariamento na década de 1980. O fortalecimento da monocultura fez com que os agricultores familiares perdessem suas terras e migrassem para as cidades, para viver principalmente nas favelas. Martins (1995) concluiu que esses processos provocaram uma profunda transformação do campesinato em Minas Gerais, modificando sua relação com a sociedade.

Esses casos da região do Rio Doce são muitos significativos porque nos colocam diante de um fato novo no processo de expulsão dos posseiros. É que estes, tradicionalmente, costumavam deslocar-se para regiões mais interiores, ainda virgens, abrindo ali suas novas posses; ou então eram incorporados em trabalhos permanentes dentro das fazendas, como moradores ou parceiros. O que vemos agora é o camponês vivendo limitado de tempo como parceiro, transformando-se num expropriado completo, um trabalhador à procura de trabalho (MARTINS, 1995, p. 71).

Por sua vez, Fernandes (1999) salienta que essa situação provocou uma espécie de indignação e lutas pela terra se fortaleceram pelo país. Na região de Campinas,

Araraquara e Andradina (São Paulo), no norte do Espírito Santo, e no Rio de Janeiro vinham ocorrendo ocupações de terra. Em Minas Gerais, o autor aponta a região de Governador Valadares como o foco de resistência e futuras ações.

Em Minas Gerais, a CPT começou a surgir em 1975, na região de Poté, impulsionada pelo movimento das oposições sindicais, realizando críticas ao sindicalismo da FETAEMG. Todavia, nos anos 1980, em consonância com os movimentos pela redemocratização, a Federação se aproximou das lutas dos trabalhadores rurais. Segundo Magalhães (2008), em 1984, antes do IV Congresso Nacional da Contag, ocorreu em Minas Gerais o I Encontro Mineiro da Mulher Rural, promovido pelo Conselho Estadual da Mulher (CEM) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

Os temas que compuseram o documento de propostas do encontro abarcam questões sobre melhorias nas condições de trabalho das professoras e o acesso à educação para jovens e crianças rurais; melhoria e acesso ao sistema de saúde – destacamos nesse ponto a reivindicação pelo direito à Previdência Social e orientação para o planejamento familiar. Além desses, foi também debatido no ponto sobre a saúde o tema do acesso a terra, o incentivo à produção e geração de renda, o acesso a financiamentos, subsídios e crédito específico para a categoria, a criação de feiras e a realização de cursos de formação para mulheres e jovens. Outros temas que ganharam destaque foram a habitação, a proposta de aposentadoria da trabalhadora rural aos 45 anos, a criação de uma representação da mulher rural no Conselho Estadual da Mulher, o apoio e incentivo para a organização de grupos de mulheres e projetos de geração de renda, melhores condições de comercialização de produtos como o artesanato, além da reivindicação para que as mulheres tivessem carteira assinada (Relatório do Iº Encontro Mineiro da Mulher Rural). (MAGALHÃES, 2008, p. 110-111).

Nesse contexto, surge também o MST em Minas Gerais. Fernandes (1999) afirma que em 1984, nas CEBs, foram realizados os primeiros encontros promovidos pela CPT no município de Poté. As famílias presentes nas reuniões discutiam as experiências de luta que ocorriam no sul do país e eram incentivadas a construir uma organização para lutar pela terra. Interessados, enviaram dois delegados ao 1º Congresso do MST e os mesmos trouxeram demandas de não só organizar as famílias que iam às reuniões como também iniciar um trabalho de base em toda a região.

O mesmo autor salienta que nesse momento aconteceram, isoladamente, ocupações de terra pelo estado, e foi por meio dos STRs que se iniciaram contatos com a(o)s trabalhadora(e)s para criarem uma organicidade estadual. Nesse sentido, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, que foi o responsável pelo início dos trabalhos de base na região, e, posteriormente, um estadual, dando maior articulação às ações nas regiões do Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Zona da Mata³⁴.

Dessa forma, a(o)s trabalhadora(e)s que se encontravam nas CEBs foram a(o)s primeira(o)s integrantes do MST em Minas Gerais e passaram a realizar trabalho de base nas comunidades na região. O objetivo era organizar a primeira ocupação de terra

³⁴ “No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembleia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberaram pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta. Também decidiram se mobilizar para as eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, apoiando a chapa articulada pela Central Única dos Trabalhadores” (FERNANDES, 1999, p. 127).

ligada ao Movimento no estado. Para isso, usaram a “legitimidade moral de paróquias” das cidades na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (ZANGELMI, 2010, p. 28).

No encontro regional realizado em Teófilo Otoni, decidiram pelas ocupações de terras e elegeram uma coordenação para direcionar as ações a partir do segundo semestre de 1987. Desse encontro participaram grupos de dez municípios localizados nas regiões do Jequitinhonha e Mucuri, que tinham dificuldades de se articularem devido às péssimas condições das estradas, principalmente nos períodos de chuva, e aos poucos recursos financeiros para os deslocamentos. Mesmo com essas dificuldades estruturais, cerca de 400 famílias fizeram a primeira ocupação articulada por esse grupo quando, em 12 de fevereiro de 1988, ocuparam a fazenda Aruega, de 630 hectares de terra, no município de Novo Cruzeiro. A ação foi em favor dos sem terra, pois o proprietário tinha apenas 290 hectares registrados e parte da área era de proteção ambiental (FERNANDES, 1999).

Os latifundiários responderam com articulação da UDR, o suposto proprietário pediu reintegração de posse com apoio da União, mas o pedido foi negado depois que a vistoria do governo estadual declarou a área improdutiva.

A segunda ocupação de terra no estado foi da fazenda Sapezinho, ao lado de Aruega. Essa ocupação reuniu a maioria da(o)s sem terra que mais tarde seriam assentada(o)s no Santa Rosa/Córrego das Posses.

Nesse período, em 1989, a questão agrária fora muito militarizada no estado. De acordo com Fernandes (1999), a polícia desenvolveu ações conjuntas com a UDR, reprimindo muito os sem terra. Essa política estava associada a um processo de repressão nacional que marcou o período do governo Collor. Prova disso foram as armas que a polícia desenvolveu especialmente para usar nos confrontos, que receberam o nome das duas primeiras fazendas ocupadas:

Foram denominadas *aruega* e *sapezinho*, em alusão às primeiras ocupações do Movimento. A *aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas (Ibid, p. 128-129).

Diante disso, os grupos que organizavam as ocupações (MST, CUT e CPT) foram a Brasília denunciar a violência sofrida e entregaram no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seis pedidos de vistoria em latifúndios da região. Mas em nenhuma ação obtiveram respostas. Pelo contrário, as perseguições aumentaram, o mesmo aconteceu em todo o estado e pelo Brasil (ibid). Com fim do governo Collor as relações dos sem-terra com a polícia e o governo melhoraram significativamente, embora continuassem conflituosas.

Aponta-se que em 1989 foi criada a Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da FETAEMG, como uma das deliberações do IV Congresso da Contag. A primeira organização formalizada pelas trabalhadoras rurais do estado, apesar de reivindicarem a posse da terra como um direito das mulheres, teve suas ações voltadas para o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, realizando cursos pelo estado e incentivando a sindicalização das mulheres³⁵. Embora a participação das

³⁵ De acordo com Magalhães (2008, p.121), as reivindicações da Comissão eram: “direitos sociais e previdenciários, igualdade salarial, título da terra, documentação. Saúde, direitos sexuais e reprodutivos. Participação da juventude. Combate à violência contra as mulheres. Combate à discriminação dentro do MSTTR. Educação contextualizada para o campo. Geração de renda, agricultura familiar e

mulheres nos sindicatos não tenha reverberado, como ocorreu nas regiões Sul e Nordeste do país, Magalhães (2008) aponta que as mulheres do estado trabalharam intensamente na campanha de arrecadação de assinaturas realizada para pautar os direitos na Constituição e participavam da construção de demandas junto aos seus sindicatos, ao PT e à CPT.

Dessa forma, durante a década de 1990 se constituiu a maioria dos assentamentos existentes na região Nordeste de Minas Gerais. Entretanto, apenas um terço do total dos assentamentos do estado é atualmente vinculado ao MST. Uma das prováveis razões talvez seja o forte processo de sindicalização no estado e a presença de outros movimentos socioterritoriais. Fernandes (1999) aponta que, de 1979 a 1998, foram assentadas 510 famílias organizadas pelo MST e 5687 famílias vinculadas a outros movimentos sociais, mas, não menciona se esses assentamentos foram todos criados através do INCRA.

Contudo, o fato de um terço dos assentamentos do estado estarem relacionados ao MST, pode ser ainda fruto de um processo de afastamento do Movimento, como o caso do Santa Rosa/Córrego das Posses, tratado a seguir.

desenvolvimento sustentável. Cota mínima de 30% nas direções, em eventos de formação, seminários e congressos”.

2 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA/CÓRREGO DAS POSSES: PROCESSOS QUE “ELAS” PARTICIPARAM

*Você tem certeza que quer pesquisar esse assentamento?
Porque você não escolhe outro?
Esse é difícil demais!*³⁶

Neste II capítulo, trabalho as lutas de trabalhadora(e)s por terra no Vale do Mucuri-MG entre os anos 1988 e 1992, resgatando os principais processos que fomentaram a criação do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses na cidade de Itaipé. Esse histórico foi construído a partir das lembranças das ocupações terra, dos acampamentos, das inúmeras formas de violência sofridas, das articulações políticas, entre outras memórias expostas pelos atores sociais. O Santa Rosa/Córrego das Posses foi o segundo assentamento oficializado e compõe o início das reivindicações pela reforma agrária em Minas Gerais no fim da década de 1980.

2.1 A “memória coletiva” e suas lembranças

Nesta pesquisa os depoimentos fazem parte de uma memória coletiva que busca, de certa maneira, recompor o passado. A memória coletiva na perspectiva sociológica de Halbwachs (1990), de acordo com a leitura de Duvignaud (1990), evoca

o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam. Isto quer dizer que o “eu” e sua duração situam-se no ponto de encontro de duas séries diferentes e por vezes divergentes: aquela que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança, aquela que reconstrói aquilo que não é mais se não do passado. Que queria desse “eu”, senão fizesse parte de uma, “comunidade afetiva”, de um “meio efervescente”, do qual tenta se afastar no momento em que ele se “recorda”? (DUVIGNAUD, 1990, p.13-14).

Nesse sentido, a memória individual existe, mas “situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados (...) e é da combinação desses diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança” (ibid, p. 14), sendo essas traduzidas em linguagem.

De todas as “interferências coletivas” que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do “pensamento coletivo”. Eis por que experimentamos tanta dificuldade para nos lembrar dos acontecimentos que apenas nos concernem. Vemos então que não se trata de explicitar uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial... (ibid, p.14)

Essa perspectiva abre caminhos, de acordo com a compreensão de Duvignaud, para não “reduzir o individual ao coletivo, mas tentando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individualização” (ibid, p. 14).

³⁶Pergunta do técnico do INCRA de Minas Gerais, responsável pelos assentamentos das mesoregiões do Mucuri-Jequitinhonha, quando estive no Instituto em março de 2013 para coleta de materiais sobre o PA Santa Rosa/Córrego das Posses. Infelizmente, quando questionei o porquê da pergunta, o técnico não respondeu e disse que, por não acompanhar atualmente o assentamento, não tinha informações para mim.

Nesse sentido, os depoimentos apresentados fazem parte de uma memória coletiva imbricada em processos diversos, dentre eles as trajetórias dos atores sociais. Realizo o exercício de expor essas narrativas de maneira processual, embora, por expressarem contradições e lacunas, não necessariamente construam uma história linear. As memórias que contam os processos pelo qual o assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses foi criado estão enraizadas nos “eus” que oferecem uma pluralidade de fatos enriquecedores para análise. Busco nesse sentido, proporcionar um espaço comum para perspectivas por vezes conflitantes, mas que, entretanto, criam um pano de fundo para as próximas análises relacionadas às construções de gênero nesse espaço social. As lembranças expostas, principalmente pela(o)s assentada(o)s, são como uma espécie de legitimação da conquista do Assentamento e dela(e)s própria(o)s como trabalhadora(e)s.

2.2 As lutas e a conquista da “terra prometida”

As ocupações de terra (com aporte de alguns movimentos e organizações sociais) realizadas pela(o)s sem terra em Minas Gerais, como relata Zangelmi (2010), iniciaram-se em janeiro de 1988, na cidade de Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. A ocupação ocorreu na fazenda Aruega e foi organizada por membros do MST, CPT, STR de Novo Cruzeiro e por cerca de 400 trabalhadora(e)s rurais que vieram das cidades que compõem a região do Vale do Mucuri e Jequitinhonha e, em sua maioria, trabalhavam para fazendeiros. O acampamento de Aruega foi uma referência para a luta por terra no Estado, haja vista que vária(o)s assentada(o)s do Santa Rosa/Córrego das Posses se referem atualmente ao mesmo como um exemplo de organização que “deu certo”.

Posteriormente, a segunda ocupação do estado foi a da fazenda Sapezinho, localizada, também, na cidade de Novo Cruzeiro, e ocorreu em outubro de 1988, ou seja, nove meses após a ocupação de Aruega. A ocupação foi organizada por integrantes da CPT, STR, por militantes do MST, basicamente as mesmas lideranças que estavam no acampamento de Aruega, além da(o)s sem terra. No total, foram aproximadamente 200 famílias, sendo que a grande maioria era natural das seguintes cidades: Teófilo Otoni, Pavão, Padre Paraíso, Caraí, Itaipé, Águas Formosas, Araçuaí, Novo Oriente de Minas e Pote.

TERRITÓRIOS DOS VALES DO MUCURI E DO JEQUITINHONHA - MG

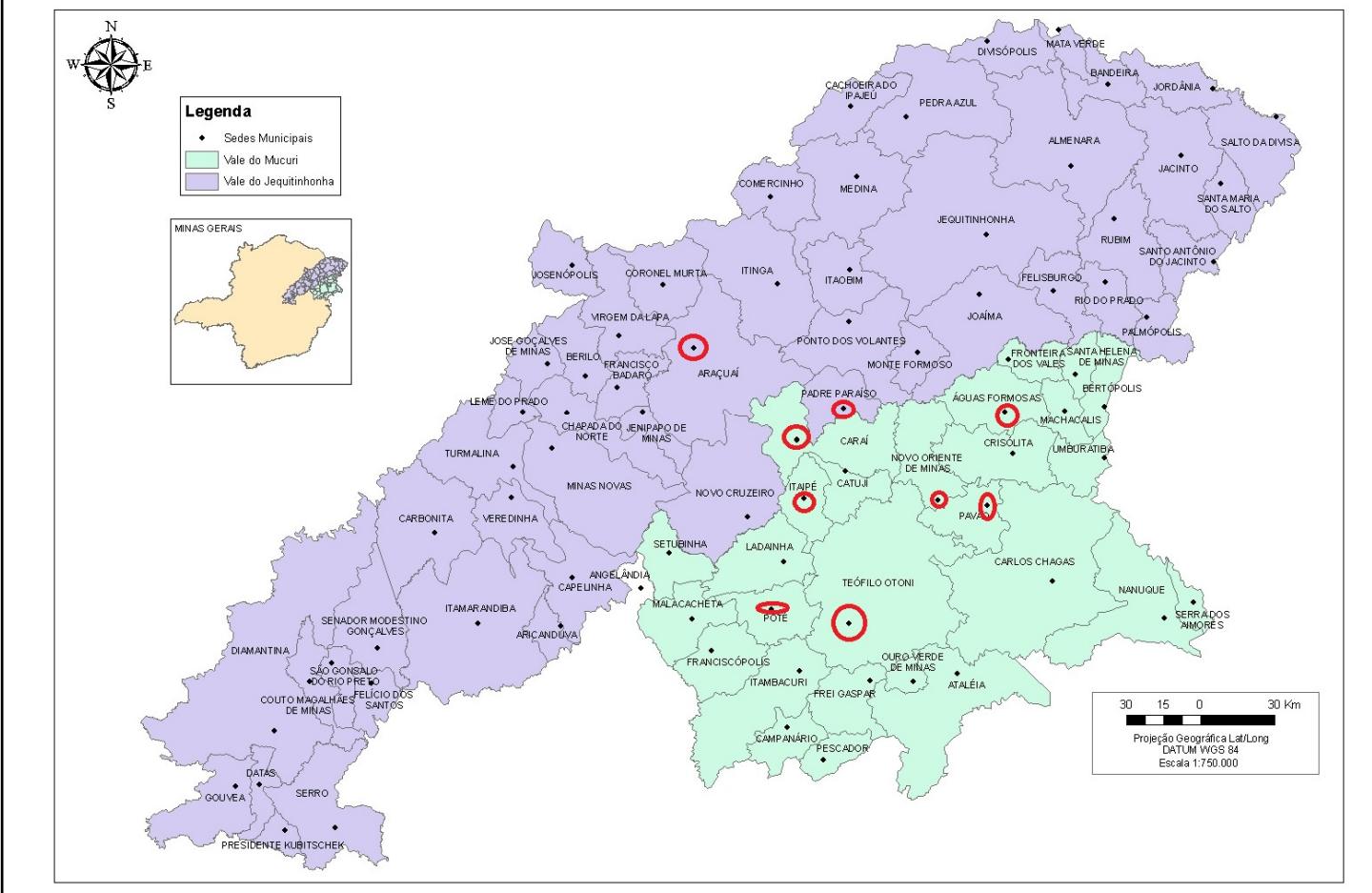


Figura 2: Regiões do Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha divididas por municípios - as cidades citadas acima estão indicadas no mapa por um círculo³⁷

Os membros dessas famílias, em sua maioria, moravam nas áreas rurais dessas cidades e trabalhavam para fazendeira(o)s como meeira(o)s ou assalariada(o)s. De acordo com os relatos da(o)s própria(o)s trabalhadora(o)s, viviam em situação de extrema carência, principalmente de alimentos, roupas e ferramentas para trabalho (na roça e em âmbito doméstico), além da insegurança e violência por parte da(o)s dona(o)s de terras. Foi em situações como essas que grande parte da(o)s assentada(o)s relataram ter conhecido militantes (do PT ou MST) realizando trabalho de base na região e, por meio deles, foram convidada(o)s e estimulada(o)s a ocuparem terra. Sobre essas duas primeiras ocupações no estado, Dora³⁸, que na época era deputada

³⁷ Os círculos não são originais da imagem. Disponível em: <http://goo.gl/ZInlI9> Acesso: 30 mai. 2013.

³⁸ A entrevista realizada com Dora ocorreu em 19 de março de 2013 na cidade de Teófilo Otoni-MG, onde é “nascida e criada” (usando as palavras da própria entrevistada quando perguntei sobre sua origem). Dora me recebeu em sua casa a pedido de Padre Júlio, seu amigo. Durante um dia inteiro, conversamos sobre as lutas por terra em Minas Gerais e sua inserção política na região. Na época das ocupações descritas acima, Dora era deputada estadual e presidente do PT de Teófilo Otoni. Dora é um ator importante desse processo, pois participou de reuniões com o Sindicato, o MST e com trabalhadora(e)s para organizar as ocupações de terra, além de ter articulado a compra da terra que hoje é o Assentamento. A informante tem sua história de vida incorporada a uma trajetória política, pois exerceu função pública durante 16 anos. Dora tem atualmente 82 anos e é uma referência política, principalmente, para a região do Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Nesse trabalho incorporamos apenas suas memórias referentes à luta por terra que originou o Assentamento pesquisado. Contudo, seu depoimento foi muito além desse

estadual pelo PT em Minas Gerais e acompanhou o início das lutas por terra na região, relatou que a ocupação de Sapezinho foi fruto da repercussão na região do Mucuri e Jequitinhonha da ocupação da fazenda Aruega. A ex-deputada contou que as pessoas começaram a se juntar, visto que ficaram “inspiradas com o exemplo” e resolveram fazer uma nova ocupação na mesma cidade, em Novo Cruzeiro, referindo-se ao assentamento de Aruega como “vitorioso” e “bem organizado”.

A ocupação da fazenda de Sapezinho reuniu a maior parte das famílias que mais tarde seriam assentadas no PA Santa Rosa/Córrego das Posses. O assentado Marcos³⁹, que iniciou na luta pela terra nessa ocupação, contou que as pessoas vinham das cidades próximas a Novo Cruzeiro. Ele morava em Araçuaí, cidade da Mesorregião do Jequitinhonha. Segundo ele, uma das estratégias do MST era buscar pessoas de diferentes lugares, que não se conheciam, para fazer as ocupações:

Marcos - O movimento usa essa estratégia, porque se você pegar tudo gente conhecida do mesmo lugar não faz ação. Pra você fazer ação é com companheiro desconhecido. Se você conhece o companheiro, você conhece o talento dele ou já sabe que ele não tem coragem. Agora quando você vê uma pessoa estranha você acha que ela é valente, você diz “opa, juntou mais companheiros”. Depois que você vê que não era tão valente assim. Porque a luta é uns confiando nos outros, um vai porque está junto com o outro. Agora se todo mundo já se conhece, dizem, “haha! esse ai não tem coragem pra nada não”.

Joana⁴⁰, assentada atualmente na área do Santa Rosa, contou que nasceu em Americaninha, um vilarejo perto de Padre Paraíso. Ela contou que tinha 12 anos quando foi com sua família para a primeira ocupação de terra:

Joana - Meu pai ficava de fazenda em fazenda trabalhando, quando saía de uma fámos para outra. Até que um dia fomos para a BR 116, nós não tínhamos nada para comer, pois estávamos em uma fazenda e o fazendeiro colocou fogo em nossa casa. Por isso fomos para a BR 116. Nós ficamos em uma casa durante uns oito meses porque o dono foi lá e falou com meu pai, “seu Pedro eu fico com dó do senhor porque com esse tanto de filho para

episódio. Dora relatou, por exemplo, como foi “a inserção política de uma mulher solteira na política mineira de esquerda no início dos anos 1980”, atitude que contrariou sua família.

³⁹ A entrevista com Marcos foi realizada em 18 de março na cidade de Belo Horizonte, onde o assentado trabalhava como pedreiro para ajudar nas despesas da família que, em parte, vive na área da agrovila em Santa Rosa. Para algumas/alguns assentada(o)s e pelo presidente do STR de Itaipé, ele é uma liderança do Assentamento, o que justifica o fato de eu tê-lo procurado fora do Assentamento. Marcos me recebeu na casa de seu irmão, localizada em bairro longínquo de Belo Horizonte, e tivemos uma longa conversa, de aproximadamente cinco horas. Acredito que esse ambiente pode ter influenciado em seu depoimento, visto que não havia pessoas que pudessem “questionar” sua versão – estava sozinho. Como poderá ser observado, sua fala apresenta contradições em relação às de outra(o)s assentada(o)s e, posteriormente, quando conversei com sua companheira – na área do Assentamento –, ela narrou alguns fatos de modo diferente do que fora relatado por Marcos. De maneira geral, a narrativa do assentado sobre o período de luta pela terra é enriquecedora para este trabalho, sobretudo porque o entrevistado foi extremamente detalhista ao descrever os acontecimentos. Sem dúvida, foi o assentado que mais demonstrou contentamento em falar sobre sua trajetória na luta e, logo no início da conversa, perguntou se eu gostaria de gravar.

⁴⁰ Os relatos de Joana fazem parte de algumas de nossas conversas realizadas no Assentamento no mês de agosto de 2013, algumas gravadas e outras não, visto que, como me hospedei durante um período do trabalho de campo em sua casa, meu contato com a assentada foi cotidiano. No próximo capítulo explorarei com mais profundidade suas narrativas.

cuidar...”. Meu pai tinha uns oito filhos e mais os netos. Ele falou, “essa propriedade está aqui para vender”, esse homem chamava Zé da Carangola. Disse que podíamos ficar, mas deixou pai avisado que a casa era para vender. Nós ficamos trabalhando por perto, para os fazendeiros vizinhos. O homem foi em Teófilo Otoni e comprou várias coisas para a gente comer, esteira, coberta, comprou feira e trouxe um punhado de tábua para fazermos cama. Quando foi um dia chegou um rapaz e perguntou, “o seu Pedro você já ouviu falar da reforma agrária?” Pai disse que já tinha ouvido falar, mas que nunca tinha vivido pra saber como era. O homem disse assim, “o senhor vai lutar por uma terra, o senhor acampa nela, o senhor vive nela, quando chegar um certo tempo o governo vai desapropriar a terra e o senhor vira o proprietário daquela parte da terra”. Pai falou com maínha assim, “o Ana nós estamos há tantos anos com esses meninos de ‘deu em deu’, não vão para a escola direito - ficam dois meses, voltam e ficam mais meses. Então, “você topa de irmos para essa terra?” Daí mãe falou com ele assim, “uai, nós vamos”. Pai falou com o homem, “tudo bem” e combinou como iríamos.

P – Quem era esse homem? Ele era de algum movimento?

Joana - Eu esqueci o nome dele. Ele estava reunindo gente. Antigamente eles falavam que eram do PT, pois era a forma que o PT tinha inicialmente de fazer política. Agora nem tem mais esse negócio de falar que PT ajuda sem terra que não está mais ajudando. Daí o caminhão passou lá de noite para buscar a gente e nossas coisas. Apanhou nós, aquele tanto de menino, jogos, levou nós e colocou lá em Sapezinho. Nós nos reunimos com muita gente.

Rosa⁴¹, também assentada na área do Santa Rosa, relatou uma trajetória parecida com a de Joana antes de chegar com sua família à ocupação de Sapezinho:

Rosa- Eu morava na casa de minha irmã em Pavão, melhor, entre Novo Oriente e Pavão.

P – Você nasceu em Pavão?

Rosa - Não, eu nasci em uma roça que chamava Lambuzia, mas lá não estava indo muito bem, não tinha onde trabalhar, não tinha onde morar, vivia um dia aqui outro dia ali. Quando estava em Pavão juntou uma equipe, que eu não vou citar o nome deles para não prejudicar eles. Fizeram uma reunião e saiu pegando pessoas de Pavão e da região em que eu estava. Chegou essa equipe fazendo reunião dizendo que nós íamos ocupar as terras e com 15 dias o documento das terras saía. Nós fomos, ficamos escondidos na gruta, na casa de um homem que chamava Luan para esperar o caminhão passar. Ficou três dias sem passar esse caminhão. No terceiro dia que esse caminhão não passou, nós descemos aqui para baixo, para uma gruta, e saímos em uma estrada real. Ficamos esperando esse caminhão e o caminhão veio. Quando ele veio, não deu para pegar as trouxas, as trouxas ficaram para trás porque só cabia as pessoas. Ai foi eu! Oh moça, eu estava com um menino de sete meses e grávida de outro, grávida de Maria e trouxe Teresa de sete meses. Quando chegamos em Sapezinho era uma dificuldade, encontramos só mato porque não tinha nada para comer. (...) Lá (acampamento) eu peguei a trabalhar para as pessoas, no cabo da enxada e no cabo da foice, “uma coisa que eu conheci na minha vida foi isso, não tinha outra coisa diferente não”! (...) Quando eu saí da casa de minha irmã eu pedi um homem que era candidato a prefeito uma lona, porque meu cunhado e minha irmã tinha mandado eu ir embora da casa deles(...) O homem me perguntou, “você dá um voto em mim Rosa?”. Eu disse, “eu dou”. “Então eu vou trazer”. Passou uns três dias ele trouxe uma lona amarela que tinha umas fitelas. Daí quando

⁴¹Os depoimentos de Rosa foram colhidos durante o trabalho de campo realizado em agosto de 2013, especialmente em um dia que estive em sua casa durante toda a manhã e à tarde. Embora tenha conversado com Rosa em outros momentos durante minha experiência no Assentamento, nesse dia, que inclusive cheguei de surpresa em sua casa, ela “parou” de trabalhar para me receber e conversarmos. Rosa é umas das assentadas que tratarei com mais densidade no próximo capítulo também.

fui para Sapezinho eu fiz o barraco, todos sabiam qual era o meu por cauda do amarelo. Finquei os paus grossos, amarrei bem e podia dar o vento que fosse que minha lona não caía. Em volta da lona eu plantei abóbora, feijão, quiabo e tinha verdura de todo jeito. Eu trocava verdura em galinha e em batatinha. Fiquei amiga de umas mulheres de longe e ia a casa delas pra conseguir um leite.

Contudo, não são toda(o)s a(o)s assentada(o)s de Santa Rosa/Córrego das Posses que acamparam inicialmente na fazenda Sapezinho. Rita⁴², atualmente assentada na área do Córrego das Posses, primeiramente foi com a família para a ocupação de Aruega. Anteriormente, moravam na área rural de Itaipé e, diferentemente das histórias expostas acima, seu pai era dono da terra onde moravam. Por conta disso, relatou que não passavam por dificuldades extremas. Foi seu pai quem decidiu que iriam para a ocupação de terra com esperança de “melhorar de vida”.

P – Você chegou primeiro em Sapezinho?

Rita - Não, eu fui para Aruega. O primeiro assentamento de Minas foi Aruega. Quando estávamos em Aruega chamaram a gente para ir para Itutinga, mas meu marido não queria sair de perto da mãe dele. Por isso de Aruega nós fomos para Lajinha, onde estava a famílias dele, e de Lajinha nós viemos para cá.

P – Quando você foi para o acampamento em Aruega você já era casada?

Rita - Não. Quando ou fui para Aruega eu tinha 19 anos com meus pais e lá eu conheci meu marido, ele era natural de Padre Paraíso.

P – Você lembra como vocês ficaram sabendo que iria ter a ocupação de Aruega?

Rita- Teve umas reuniões nas comunidades da região, explicando como seria para os que interessavam. O pessoal do movimento iam lá dar uns informes e faziam as reuniões. Assim, nós animamos. Foi eu, meus pais e meus dois irmãos mais velhos do que eu. Tinha um casado, um solteiro e eu também que era solteira. Nós animamos, arrumamos as bagagens e fomos. Subimos nos caminhões e fomos. Quando nós chegamos lá tinham muitas famílias e era muito animado. Nossa... muita animação mesmo!

Para Rita, em Aruega havia mais de duzentas famílias, sendo que algumas eram conhecidas, visto que anteriormente moravam nas áreas rurais próximas a Itaipé. A informante pontuou que conheceu seu marido logo que chegaram ao acampamento e no mesmo ano se casaram. Para ela, isso era considerado muito comum. “As meninas da minha idade ou mais novas, todas arrumaram maridos no acampamento, porque as famílias foram, foi moça, foi rapaz e as pessoas foram se conhecendo”.

Rita e seu companheiro ficaram em Aruega aproximadamente quatro anos e depois foram para o acampamento na área da Lajinha, em Teófilo Otoni. Como eram excedentes em Aruega, dificilmente conseguiriam um lote quando a fazenda fosse desapropriada. Seus pais e seu irmão mais novo tiveram um caminho diferente: desistiram da luta e voltaram para Itaipé.

P – Vocês ficaram em Aruega quanto tempo?

⁴²Quando Rita me recebeu em sua casa, em agosto de 2013, eu disse que passava para uma conversa rápida, que estava conhecendo a(o)s assentada(o)s. Diferentemente da maioria da(o)s assentada(o)s que já sabiam da visita da “estudante” à área, ela não tinha ideia o que eu fazia ali. Porém, foi muito simpática e atenciosa e o que eu acreditava que seria uma conversa rápida se tornou uma das principais entrevistas para esta pesquisa. Infelizmente não houve tempo para voltar à sua casa, para acessar seu cotidiano, mas no que tange à parte da luta pela terra a narrativa de Rita contribuiu muito.

Rita - Oh moça eu não sei! Acho que foi uns 4 anos em Aruega, não sei se foi isso tudo não, mas foi tipo isso.

P – E seus pais também? Seu irmão solteiro também casou por lá?

Rita - Meu irmão até hoje não se casou. Meus pais desistiram e voltaram com meu irmão para Itaipé.

P – Voltaram para onde vocês moravam antes?

Rita - É. Meu irmão mais velho ficou em Aruega e hoje mora lá e meu pai tinha o lugarzinho dele, a terra dele. Mas o que aconteceu foi que nós tínhamos feito roça lá em Aruega e tínhamos feito uma arrozal (em Itaipé). Em uma época ele foi pra Itaipé apanhar o arroz e nesse tempo você não podia ficar muito tempo fora do acampamento. Assim, eles disseram que ele não podia mais entrar e não pode mesmo. Era assim, no acampamento tinha as regras, se a pessoa sair e ficar mais de um mês ou uns 15 dias quando chegava era feita uma reunião e começavam a falar que não tinha direito mais. Foi o que aconteceu com pai. Ele largou tudo que ele tinha em Aruega e foi embora, porque o povo não aceitou ele sair. Mas eu e meu irmão ficamos.

De acordo com Marcos, no acampamento de Aruega não havia espaço para todas as famílias, principalmente porque a área era de Mata Atlântica e, por isso, não seria permitido derrubar a mata para fazer assentamento para todas as famílias que lá estavam acampadas. A solução era “os excedentes” – pessoas que chegavam depois ou que foram se casando no acampamento – irem para outras ocupações até conseguirem uma terra. Nesse sentido, a maioria dos excedentes de Aruega ficou provisoriamente acampada na BR 116 (próximo à cidade de Caraí e Padre Paraíso) e, mais tarde, ocupou outras fazendas: uma na região de Governador Valadares, em 1993, e outra próxima à cidade de Itumirimtinga, em 1994. Posteriormente, essas ocupações foram oficializadas nos assentamentos Primeiro de Julho e Oziel, respectivamente⁴³.

Dessa forma, a ocupação de Sapezinho foi o “primeiro encontro” da maioria das famílias que mais tarde foram assentadas em Santa Rosa/Córrego das Posses, sendo que quase todas são originárias da região de Mucuri/Jequitinhonha. Joana, quando expôs suas memórias sobre a primeira ocupação, relatou que plantaram e colheram na terra e que havia um grupo de mulheres que cuidavam de uma horta para todo o acampamento. Contudo, enfatizou as dificuldades:

Joana - Lá nós comemos até arroz envenenado. Hoje não pode mais, mas na época nós comemos. Por isso nós começamos a comer os bois da fazendeira, era comer ou morrer de fome. Os mais sabidos comiam, os mais bestas ficavam pedindo uma “imbocadinha”.

P - Os bois eram da fazendeira proprietária de Sapezinho?

Joana - Sim, eram. O pessoal começou a matar e pai falou com nós, “se nós levássemos para dentro de casa um pedaço de carne dos bois mortos que ele ia pegar nós e dar um ‘coro’”. Então, pra nós comermos tinha que ser escondido. Tinha aquele grupo, que combinava, “vamos matar um tal dia”. Nós passamos por muita fome, muita fome mesmo, muita dificuldade. Depois, que nós ficamos certo tempo em Sapezinho, os policiais acamparam com nós.

A dificuldade, principalmente, de alimentação em Sapezinho foi enfatizada por muita(o)s assentada(o)s. O fato de matarem os bois para comerem foi algo que ficou na memória de muita(o)s e foi narrado ora com certo constrangimento, ora de forma bem humorada.

⁴³ Essas informações foram relatadas na entrevista realizada com Marcos, mas também estão detalhadamente presentes no trabalho de Zangelmi (2010).

Rosa - As pessoas da coordenação saíam, arrumavam aqueles caminhões de feira. Mas tem hora que só tinha aquele arroz fedendo, outra momento era arroz, óleo, açúcar, macarrão e feijão. Não tinha café, não tinha outras coisas não. Tinha hora que o pessoal de Aruega arrumava uns balaios de verdura para dividir com nós. Mas tem uma sujeira que não vou contar não, porque eu não ajudei a fazer, se eu tivesse ajudado eu ia te contar, mas eu não ajudei a fazer. Então, eu não vou falar que o pessoal começou a pegar as vacas da mulher e comer (risos). Mas, a maior parte deles já morreram ou foram embora.

De acordo com Rosa, em Sapezinho havia escassez de tudo, principalmente de alimentos, o que contribuiu para que ela perdesse um filho ainda criança. Quando relatou essa experiência, demonstrou sentir um profundo sofrimento, uma dor que o tempo não foi capaz de amenizar:

Rosa - As criancinhas pequenas que as mães tinham desmamado não tinham leite direito para dar elas. Inclusive eu perdi um nessa (...). Meu menino foi ficando magrinho, foi ficando magrinho e eu comecei a brigar com a coordenação. Não era coordenação era... comissão! (...) Quando eu vi que o menino estava muito ruim, irmã Ana me deu cenoura, batatinha, coisas assim para eu dar o menino. Mas o menino não comia mais... Eu peguei e fui procurar a comissão de saúde e briguei muito. Disse para uma das agentes que chamava Paula que eu tinha que levar meu filho pra um conforto, que eu não podia deixar meu filho morrer, que eu tinha que sair, que se meu filho morresse a míngua eu iria denunciar eles, entregar a equipe toda. Quando eu fiz esse barraco todo, mas não falei de boa assim não, falei nervosa! Quando fiz isso, eles me pegaram, levaram para Teófilo Otoni e internaram meu menino no Hospital São Lucas. Eu fiquei em um abrigo, onde todas as pessoas que iam doentes ficavam, na rua Marajuara. Eles me levaram para esse lugar e esse menino ficou internado, cheio de aparelho e no balão de oxigênio. Um dia ele olhou para mim com aqueles olhos e caiu a cabeça. Eu desesperei!

P – Você tinha companheiro nessa época?

Rosa - Tinha... que depois foi embora e me largou com 6 filhos. Mas eu estava lá (no hospital) sozinha, ele ficou em Sapezinho porque nós tínhamos Maria que era a menina mais velha, tinha que cuidar dela. Eles me perguntaram o que eu podia fazer pro menino, eu disse só o nome do menino, o nome do pai e o meu nome. Não sei nem o que aconteceu com o menino! Quando foi de noite, umas dez horas da noite eu comecei a passar mal para ganhar o outro. Eles me pegaram e levaram para o hospital Santa Rosália, lá eu ganhei o Lucas (...) Depois eu procurei o agente de saúde que me levou para a cidade e disse que ele precisava me levar para Sapezinho, eu queria ir embora. Disse, “meu menino morreu, o outro nasceu e o que eu vou ficar fazendo aqui?” (...).

Ficou evidente que para Rosa a “direção” dos acampamentos se concentrava em Aruega, e até significava um *status* melhor estar na primeira ocupação do que em Sapezinho:

Rosa - Quando deu 8 meses que estávamos lá em Sapezinho os policiais vieram e acamparam no meio de nós. Ninguém podia sair, passar um metro pra fora das barracas dos policiais que eles batiam, se alguém saísse eles pegavam as pessoas e jogavam dentro dos formigueiros de formiga cabeça (....). Então, eles fizeram essas covardias todas com as pessoas, batendo, jogando no formigueiro. Para resolver, nós de Sapezinho reunimos, conversamos e fomos todos para Aruega, pois sabíamos que tinham um ‘muncado’ da equipe que tinha levado nós para Sapezinho que ficou em Aruega.

Devido ao fato de policiais estarem cercando o acampamento e fazendo pressão para a(o)s trabalhadora(o)s deixarem a área, a(o)s sem terra que estavam em Sapezinho foram para Aruega tentar resolver a situação. De acordo com a mesma assentada, após a conversa, a “direção” conseguiu um caminhão que possibilitou a saída dela(e)s da fazenda ocupada e a(o)s levaram para a área da “Pedra do Chifre”. Essa área foi emprestada temporariamente para acampar as famílias que estavam em Sapezinho por um homem conhecido como “Zica da Serra”⁴⁴.

Rosa - Nessa reunião falamos com a direção (em Aruega), “se não arranjar outro lugar pra gente ir nós fámos fugir pra dentro da mata e entregar eles para a polícia, pra justiça”. A gente tava sofrendo e eles não estavam ligando pra ninguém, as crianças estavam morrendo de fome e a gente jogado, abandonado, sem nada... Depois, a equipe saiu escondido pelas matas, arrumou um caminhão que saiu apanhando o povo. Todo mundo que saía no caminhão a polícia parava e pedia os documentos, pegou os dados das pessoas e enchia o saco de todo mundo primeiro. Esse caminhão saiu e foi para uma área emprestada do Zico da Serra. Ficamos três meses na terra dele. Nessa época, Lucas, que foi o menino que eu ganhei quando o outro morreu em Sapezinho, estava com três meses, começando a sentar (...). Foi no meio do mato de uma manga que cada um armou a lona e ficou esses três meses. Não tinha direito de nada não, era fazer colher de pau e trabalhar dia de serviço para poder sobreviver. Não tinha outro recurso não. Nessa época a coordenação não arrumava nada para ninguém comer.

A ocupação da fazenda Sapezinho durou seis meses, pois em julho de 1989 a polícia militar retirou os sem terra da fazenda. Fernandes (1999) também expôs sobre a ação policial em Sapezinho e a saída da(o)s sem terra:

Duzentas e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Sapezinho, ao lado da Aruega. Resistiram por seis meses, plantando na área e exigiram a vistoria pelo Incra. Outra vez, os sem-terra foram cercados, agora por um contingente de aproximadamente mil policiais. O acampamento estava localizado em um lugar de difícil acesso e a Polícia Militar preparou uma ação estratégica para impedir a saída dos trabalhadores. Os que tentavam e eram pegos, os policiais torturavam. Com a liminar de reintegração de posse e a perspectiva de uma ação violenta, os sem-terra decidiram transferir o acampamento para uma pequena propriedade no município de Itaipé. A área pertencia a um camponês que tinha um filho acampado (FERNANDES, 1999, 128).

Para Marcos foi estratégia do MST a ocupação em Sapezinho para proteger o acampamento de Aruega, no sentido de criar um novo problema que dividisse a preocupação da polícia na época. De acordo com Jonas⁴⁵, assentado na área do Santa Rosa e atual presidente da associação do Assentamento, o despejo ocorreu porque eram “muito ingênuos”. Durante a ocupação começaram a ter relação de amizade com a dona da fazenda. “Ela entrava a saía da ocupação e, em algumas vezes, levou comida”. O assentado relatou que isso fez com que diminuíssem a guarda, ao ponto de um dia a polícia cercar toda a área e obrigá-los a sair.

⁴⁴Quando perguntei quem era Zica da Serra, Rosa respondeu que era um homem da “comunidade da Pedra do Chifre, era conhecido, mas não era muito amigo não, mexia com sindicato e tudo, sindicalista sabe? Ai ajudou a gente”. Nesse sentido, seu relato difere do de Joana, para quem a terra era de um homem candidato a vereador na época.

⁴⁵Essa conversa aconteceu no dia 20 de março de 2013. Jonas tinha assumido recentemente a presidência da Associação, pois, de acordo com ele, não havia nenhuma/nenhum assentada(o) disposta(o), mas disse que não permaneceria no cargo por mais de um ano, já que não tinha aptidão para assumir cargo de representação.

Nessa perspectiva, a polícia despejou aproximadamente 200 famílias que estavam na fazenda Sapezinho. O sentimento de terem sido um “escudo” de Aruega pode ser responsável por grande parte do afastamento existente atualmente entre a(o)s assentada(o)s do Santa Rosa/Córrego das Posses e o MST, conforme Zangelmi (2010).

Depois de três meses que as famílias estavam acampadas na Pedra do Chifre as lideranças de Aruega foram à área para fazer uma reunião com a(o)s trabalhadora(e)s despejada(o)s e comunicaram que a proposta era outra ocupação, agora da fazenda Bela Vista.

Rosa - Quando nós ficamos esses três meses lá a mesma equipe tornou a fazer reunião. Arrumou os caminhões de novo e falou com que íamos para Bela Vista, mas que lá eles não iam fazer nada com nós. Disseram que a Polícia não ia acampar com nós e que a fazenda estava liberada. Essa fazenda era a Bela Vista, ficava perto de Novo Oriente e Topázio.

Ao se referir à composição dessa ocupação, Marcos citou novamente o MST, o STR, a CPT, além da CUT e o PT de Teófilo Otoni, representado por Dora, que na época era deputada estadual e presidente do PT⁴⁶. Para organizarem a ocupação fizeram uma reunião em Teófilo Otoni com representantes dos movimentos citados e alguns sem terra. Dora estava presente nessa reunião e relatou o momento:

Dora - Eles resolveram fazer uma nova invasão. Na época eu me lembro que nós pedimos para não ocuparem, mas quando as pessoas do MST colocam uma coisa na cabeça não há nada quem tire. Lembro que tínhamos uma sede do PT na Rua Manuel Esteves (em Teófilo Otoni) e nós chamamos as lideranças lá. O Marcos estava no meio e mais um cara que hoje trabalha na secretaria de Valadares⁴⁷. Faltavam duas semanas para as eleições municipais e eles querendo ocupar a terra. Eu disse, “nós não vamos eleger prefeito aqui, mas podemos conseguir pelo menos um vereador, falta apenas duas semanas para a eleição...”. E você sabe que, para as pessoas, o PT e os sem terra eram a mesma coisa. Disse, “vocês vão prejudicar a eleição aqui”. João, uma liderança do MST e ele (Marcos) reafirmavam que iam ocupar a terra (...). Passou uma semana e eles ocuparam uma fazenda em Topázio e foi um desastre. A polícia foi impedir a ocupação, teve um deles que levou um tiro na cara, tinha criança, todos saíram correndo. Então a ocupação em Topázio foi um desastre, um fracasso.

A ocupação da fazenda Bela Vista e a ação violenta da polícia foi lembrada pela maioria da(o)s trabalhadora(e)s como um dos momentos de maior tensão no período de acampamento. De acordo com a narrativa de Rosa, se dependesse dela sua família não tinha ocupado Bela Vista, mas a decisão foi de seu companheiro.

Rosa - Quando nós fomos para Bela Vista, chegamos na faixa de umas dez e meia ou onze horas da manhã, recebemos uma notícia que quando fosse meio dia os policiais iam chegar na Bela Vista. A polícia ia despejar, tirar todo mundo e “quebrar no pau” mesmo. Eu falei com o velho Bento (seu companheiro) assim, “oh moço, vamos embora, vamos apanhar nossos meninos pequenos, vamos embora porque nós já sofremos muito, vamos colocar nossas trouxinhas na cacunda e ‘pipocar’ para Novo Cruzeiro ou

⁴⁶ Dora foi bastante citada na entrevista por Marcos, visto que ela contribuiu para a constituição do Assentamento. O depoente afirmou que ela “sempre foi” a liderança central do PT na região. Foi após entrevistar Marcos que procurei Dora em Teófilo Otoni.

⁴⁷ A entrevistada referiu-se a esse João como uma liderança importante do MST, sendo que era secretário da prefeita da cidade de Governador Valadares em 2013.

Novo Oriente. Vamos pedindo carona e pedindo esmola até chegar lá e deixar isso aqui". Ele falou assim, "não! nós temos que tirar essa terra, nós não temos onde morar, nós vamos morar onde?" Eu falei, "nós armamos uma lona na rua e entramos de baixo". Ele disse, "não tem jeito não, nós vamos ficar aqui", eu falei, "pois é, coisa pior nós vamos ver". Ele ainda disse, "ta bom Rosa, se tiver que ver coisa pior nós vamos ver, porque não vamos embora". Assim, nós ficamos e quando foi na faixa de meio dia a polícia "brotou" com aquele tanto de cavaleiro e um tanto de polícia á pé. Chegou jogando bomba de gás, atirando, encontrando as primeiras pessoas e dando chute e pancada (...). Nessa época deveria ter umas 250 famílias, não tinha as 400 mais, muita gente tinha ido embora (...). A polícia chegou batendo, atirando, jogando bomba e falando palavrão. Eu falei com um policial assim, "oh desgraçado, se você matar minha filha, sua desgraça, se ela cair dentro do córrego e morrer, eu vou te entregar para você perder a farda, seu desgraçado". Ele disse, "vai tomar naquele lugar, rapariga", e picou três chutes de bota na minha coluna que até hoje minha coluna fica estalando quando eu viajo. Apanhou todo mundo. Ficaram na faixa de 10 a 15 crianças perdidas, mas devagar íamos achando, um dia, três dias íamos achando(...). E o que eles fizeram com os homens, algemou todos uns nos outros, colocou uma fila de homem no chão ao lado do caminhão(...). Um homem levou um tiro no rosto, depois quando ele ia comer aquela aguinha de fubá ou leite a metade vazava pra fora e a outra metade caia para a dentro⁴⁸.

Joana, apesar de muito jovem na época do despejo, também contou com riqueza de detalhes como foi a ação policial na fazenda Bela Vista - sem mandato judicial - e a considerou um trauma para ela e sua família.

Joana - A gente chegou, quando o dia amanheceu. Depois fomos esticar os paus pra colocar a lona e as mulheres foram fazer comida pra dar para as crianças. Assustamos que chegou aquele monte de policial, aquela cavalaria, chegou jogando bomba. Oh moça! Era gente pra todo lado correndo, pegaram os homens e bateram nos homens, bateu em mulher...

P – Mas eles sabiam que vocês iam ocupar a terra?

Joana - Eu acho que sabia. Por que não tem capacidade, foi muito rápido. Teve quebra pau feio, teve homem que levou tiro na boca e no braço. Eu tinha uma irmã de quatro anos, mãe disse pra gente não sair da barraca, mas não tinha jeito. Eles jogavam bomba de gás, aquele negócio queima o nariz da gente e a boca, por isso a gente foi enrolando pano e colocando na cabeça dos meninos. Eu tinha os irmãos pequenos, a caçula levou um tiro nas coxas, a minha irmã que tinha 10 anos levou um tiro no joelho e um irmão também levou um tiro no joelho. Todas as três crianças levaram tiro (...). Quando nós avisamos mãe que os meninos estavam baleados, eu nunca vi mãe tão desesperada. Gritava, "matou meus filhos, matou meus filhos". O policial disse assim, "nós não matamos não, nós só atiramos pra assustar". O comandante tentou nos acalmar, mas não tinha mais jeito, pois, como acalmava uma mãe com três filhos baleados? Os policiais pegaram os meninos para levar para o hospital em Teófilo Otoni.

P – Então a polícia chegou dando tiros e jogando bombas?

Joana - É, chegaram. Você precisava ver... barbaridade mesmo. Foram juntando o povo igual junta aquele 'muncado' de vaca, sabe? Os homens, eles juntaram na estrada e iam andando em cima das costas dos homens. Andando igual se tivessem andando por cima de um tapete. Teve um homem lá que eles cortaram o cabelo, deu para outro comer e perguntava "tem gosto

⁴⁸Esse homem foi lembrado por muita(o)s da(o)s assentada(o)s e pela ex-deputada Dora. Ele foi baleado no rosto no confronto em Bela Vista, mas conseguiu sobreviver, morreu no período que estavam na Lajinha, já muito fraco porque não conseguia se alimentar bem, visto que a comida vazava pela perfuração causada pela bala.

dê que?” A pressão foi tanta que deu medo. Eu estava começando a criar peitinhos e o policial deu um soco no meu peito, eu nunca senti tanta dor daquele jeito... Eles prenderam os homens, colocaram separados das mulheres. Como acharam que não estava bom e ainda estava chovendo, eles amarraram um homem no outro, tudo algemado no outro e colocaram no camburão. As mulheres foram colocadas no caminhão, de baixo de chuva e nós fomos cantando assim, “um, dois, três, quatro, cinco, mil queremos lula presidente do Brasil”. Os policiais que estavam com nós falam assim, “cala a boca”. Mas nós não calávamos, debaixo de chuva. Eles nos levaram para a Pampulha e os homens para a delegacia.

Para Marcos o despejo foi devido ao fato de o MST ter decidido pela ocupação, mesmo com discordâncias com os outros movimentos parceiros na reunião em Teófilo Otoni, acreditando que estava forte ou consolidado. “Acho que quando eles acharam que tinham ‘asas pra voar’, eles quiseram dirigir sozinho e se deram mal, bateu. Quando fez a ocupação de Aruega foi todo mundo”. O entrevistado relatou ainda:

Marcos - No despejo da fazenda Topázio⁴⁹ (Bela Vista), na região de Teófilo Otoni, na hora estava a imprensa. A polícia acertou padre Pedro, quebrou a perna de uma velinha, um cachorro colocou pra correr uma jornalista do *Hoje em Dia*... O pau vem de cima então nos grandes são quem mais machucam, os mais pequenos na massa são comprimidos. Mulher grávida e criança pequena não podia fazer ocupação. Daí nós ficamos comprimidos em uma cerca, e o policial me chamou e falou pra mim passar para fora, “passa chefe” e eu passei. Fiquei do lado de fora, na BR olhando. Mas eu fiquei com vontade de juntar meus companheiros, mas eu sou covarde, eu corri. Foi muito violento. Por conta do despejo muita gente começou a defender nossa causa.

A tentativa de ocupação da fazenda Bela Vista se evidencia nos relatos como um processo bastante complexo. Primeiramente, chama atenção que, no depoimento de Dora, Marcos é identificado como pertencente ao MST e como um dos sem terra que estavam determinados a realizar a ocupação. Contudo, Marcos criticou essa ocupação e responsabilizou o MST pela tentativa considerada mal sucedida, colocando-se fora do grupo que apoiou a ocupação. Além disso, o assentado relatou que estava em Bela Vista e que, enquanto todos os homens estavam presos, o policial o liberou individualmente. Todavia, quando conversei com sua companheira, Graça, a mesma chamou atenção de Marcos, dizendo que ele não podia contar como foi em Bela Vista, visto que ele não tinha ido para a ocupação. Graça contou que Marcos estava no grupo que ficou na Pedra do Chifre esperando a segunda viagem do caminhão, pois, como havia muitas pessoas, o veículo faria duas viagens. Porém, a rápida chegada da polícia a Bela Vista interrompeu a chegada do segundo caminhão à área.

Segundo Fernandes (1999), algumas famílias teriam sido barradas de chegar a Bela Vista, mas estas vinham principalmente da ocupação de Aruega, não da Pedra do Chifre. O mesmo autor descreveu essa ocupação da fazenda Bela Vista como uma “tentativa” de ocupação, visto que logo que entraram na área a polícia e os jagunços da propriedade violentamente despejaram a(o)s trabalhadora(e)s.

Os trabalhadores continuaram negociando com o Incra, que não apresentava proposta de assentamento das famílias acampadas. Ante a falta de perspectiva, os sem-terra articularam uma nova ocupação e no dia 5 de

⁴⁹Pelo fato de a fazenda Bela Vista se localizar na região de Topázio, algumas/alguns assentada(o)s se referem à fazenda por sua localidade.

setembro de 1989, tentaram ocupar a fazenda Bela Vista, no município de Teófilo Otoni. As famílias acampadas em Itaipé (Pedra do Chifre) chegaram até a área, todavia, as famílias da Aruega foram barradas na rodovia pela Polícia Militar. A Bela Vista era um latifúndio de dois mil e setecentos hectares, que os sem-terra pretendiam ocupar e exigir a vistoria. Primeiro os jagunços e depois os policiais impediram que as famílias montassem o acampamento. No confronto, duas pessoas foram baleadas e as famílias recuaram. Vários trabalhadores foram presos e as famílias transferidas para uma área na periferia da cidade. As famílias excedentes da Aruega, que foram impedidas de chegar até o local da ocupação, retornaram para o assentamento, FERNANDES (1999, p.127).

Nesse sentido, após o despejo de Sapezinho, os trabalhadores não tinham para onde ir, mas, por articulação de Padre Júlio, foram abrigados no Parque de Exposição Agropecuária da cidade de Teófilo Otoni, conhecido como Pampulha. É importante percebermos um sentimento de tristeza nos depoimentos, principalmente porque os assentados foram colocados em um local destinado à exposição de animais. “As cocheiras cheia de capim era a cama que a gente dormia”, contou Rosa.

Joana - Você acredita que não tinha lugar nenhum para colocar a gente e colocaram a gente para dormir no curral dos cavalos? Nossa! Eu nunca vi coisa para dar piolho daquele jeito (...). Os piolhos vinham pra dentro da nossa cabeça. Minha irmã que estava de resguardo teve uma dor de cabeça, quase que morreu. Nós ficamos ali três dias sem tomar banho, tinha uns banheiros que não tinham água, a gente procurava um mato e não tinha. Só as mulheres, porque os homens estavam na cadeia. Era aquela caganeira danada, Deus abençoou que o Padre levava comida para nós... As pessoas pulavam o muro para sair para pedir coisa.

Na Pampulha as mulheres ficaram cercadas por policiais, não podiam sair, até que a ex-deputada Dora conseguiu recurso financeiro para tirar os homens da prisão. Por meio da articulação de Padre Júlio uma terra na Lajinha, em Teófilo Otoni, foi emprestada para que a(o)s trabalhadora(e)s pudessem ficar temporariamente.

Dora - Eles não tinham para onde ir. Aqui em Teófilo Otoni tem um Parque de Exposição e Padre Júlio arrumou para eles irem para lá. Porque os fazendeiros para quem eles trabalhavam antes não queriam mais recebê-los. Padre Júlio arrumou na Pampulha e eles ficaram acomodados nas baías onde ficam os animais em exposição. Viviam de ajuda. Quando a gente podia ajudar com dinheiro e comida, ajudávamos. Foi um fracasso. Mas veio à época da exposição e os fazendeiros pediram que o espaço fosse liberado. Uma moça do movimento popular do Carmo tinha um sítio na Lajinha e abriu lá para levar os sem terra. Mas continuaram a viver de favor, arranjavam algo ali e outra aqui. Nessa época, eu era presidente do partido (PT) em Teófilo Otoni e cedemos um quarto da casa (comitê) pra eles. Para quando eles vierem à cidade deixar as trouxas.

Marcos também contou sobre a transição do parque de exposição para a Lajinha, mas, como ele não chegou a ser preso, seja porque foi solto ou porque não chegou à ocupação de Bela Vista, narrou o fato excluindo-o até chegarem na Lajinha:

Marcos - Em Teófilo Otoni, por intervenção do padre Júlio, os trabalhadores ficaram em um lote na Lajinha, uma vila que fica próximo ao Teófilo Otoni. O Padre que conversou com o comandante da polícia para liberar os trabalhadores. Na Lajinha existia um espaço aproximadamente de 2 mil m², considerado pequeno para caber as 60 famílias, quase 560 pessoas. Mas as pessoas permaneceram durante 3 anos neste local.

Sobre o período em que ficaram na Lajinha, a(o)s trabalhadora(e)s disseram ter passado por muitas dificuldades inicialmente; entretanto, como a terra era emprestada e não corriam o risco de ser despejados, significou o momento mais tranquilo do período de ocupação. Rosa contou que para sobreviver tiveram de trabalhar para a(o)s fazendeira(o)s da região.

Rosa - Eu comecei a pegar na amizade na região, as mulheres me conhecendo, me chamando pra lavar a roupa, pra limpar curral, pra catar laranja, fruta para levar na feira de Teófilo Otoni... Assim, eu comecei ganhar meu dinheiro (...). Quando os policiais vieram, eles trouxeram aquelas cobertinhas mais fininhas e daqueles colchãozinhos mais ruinzinhos, mas eu só consegui pegar uma coberta (...). Dava uma briga quando colocava aquele tanto de roupa para dividir. Aqueles que tinham aquele tanto de menino pegavam e também os colchões. Como meu marido era um “bosta”⁵⁰. Eu sempre ficavam sem nada. Nós ficamos na Lajinha cerca de uns três anos e sete meses, mas eu sofri muito no primeiro ano, no mais eu comecei a trabalhar, fiz amizade com muita gente, comprei vasilha, roupa, comprei coberta de casal, comprei lona e fiz um barraquinho separado.

Para Joana, a chegada à Lajinha foi o momento de abandonar o acampamento. Cansada da vida difícil, fugiu para trabalhar na cidade como empregada doméstica e voltou dois anos depois quando sua família estava assentada na área do Santa Rosa. “Eu era moça, ficava andando de pé no chão, ia pra escola de pé no chão, ia pra Igreja de pé no chão, ai eu falei, “quer saber eu vou embora daqui”. Mãe não queria que a gente saísse, por isso eu fugi...”.

Rita, que foi para Lajinha nesse período, contou que sua vida em Aruega era melhor, principalmente porque tinha um barraco individual para morar com o marido. Na Lajinha, os barracos de lona eram coletivos e tiveram que morar juntamente com a família de seu marido e outras famílias não conhecidas. A assentada é mais uma das mulheres que perdeu filho quando estava acampada. Sua filha tinha seis meses quando pegou pneumonia com sarampo e uma infecção que se agravou com o calor e o frio extremo que fazia debaixo da lona, além da má alimentação. Nesse período, Rita ainda estava grávida da(o) segunda(o) filha(o) e, por conta disso, expôs que não pode acompanhar sua filha doente quando esta foi levada ao hospital pela irmã Ana⁵¹. Sua filha não conseguiu sobreviver e faleceu no hospital.

Além de Rita, outra(o)s trabalhadora(e)s que atualmente foram assentadas são oriunda(os)s da ocupação de Aruega. Entretanto, existe um sentimento de que são pessoas que sofreram menos, pois não estavam no despejo violento de Bela Vista: “o povo de Aruega não sofreu nada não. Quando eles vieram já estávamos na Lajinha. Em vez deles terem ido para Bela Vista tomar ‘sola’ da polícia, não, eles foram pra Lajinha”, expôs Rosa. No depoimento de Gabriel, atual companheiro de Rosa, também ficou evidente que ele é considerado “menos sofrido”, pois quando chegou ao Santa

⁵⁰ Durante as conversas, Rosa, poucas vezes, referiu-se ao seu companheiro enquanto estavam acampados e, quando o fazia, era para criticá-lo. Logo nos primeiros anos, quando foram assentados na área do Santa Rosa, ele foi embora para morar com outra mulher e a deixou no lote com seis filha(o)s ainda crianças.

⁵¹ Essa Irmã Ana a que Rita se referiu era vinculada à Igreja Católica, da cidade de Ouro Verde. Em outro momento, Rosa também descreveu a presença dessa mesma Irmã Ana no acampamento de Aruega. Nesse sentido, é importante observarmos a presença constante de pessoas vinculadas à Igreja Católica no período de acampamento.

Rosa para morar com sua família, sua mãe chegou a dizer que ele não era “sofrido” porque não estava com a família no período do acampamento.

Sobre a organização política no período em que ficaram na Lajinha, Rita, por exemplo, contou que não participava muito das reuniões porque tinha “menino pequeno” e que seu marido que acompanhava mais as reuniões. Porém, pontuou que havia mulheres na direção política do acampamento (não se lembrou de nomes) e que, comumente, a participação de homens e mulheres nas reuniões era considerada igual. Na memória da assentada, foi Padre Júlio que negociou e comprou a terra para realização do assentamento, mas foram a(o)s trabalhadora(e)s que fizeram vistoria nas fazendas.

Para Marcos, o momento em que acamparam na Lajinha significou o rompimento com o MST, visto que, após as experiências traumáticas dos despejos de Sapezinho e de Bela Vista, decidiram não ocupar mais terra; só iriam para uma próxima terra legalmente liberada ou doada.

Marcos - Para o Movimento Sem Terra, tinha que ocupar terra de novo, mas o povo já tinha sido despejado, sofrido muita violência, perdido pertence, alguns foram machucados, tivemos muitos feridos à bala, assim por diante. As famílias não queriam ir de novo ocupar terra. Elas só iriam para uma terra já liberada ou doada, ou qualquer coisa assim. Inclusive quando foi feita uma avaliação lá, das 70 famílias tinha 13 que topava ocupar e 57 diziam que não iriam. Então, pensando democraticamente, respeitamos a maioria. Foi quando as famílias não quiseram mais a direção do MST e criaram uma comissão com direção própria. Nessa comissão, eles colocaram eu, isso foi em 1991. Ai eu entrei junto com os companheiros e fomos trabalhar uma equipe de apoio com o povo. A gente conseguiu reunir as pessoas para achar uma saída. Nessa época, a gente tinha o Padre Júlio que dava muito apoio e assistência para nós, a deputada Dora, que ainda era deputada, e teve também Paulo, na época, que era deputado também (...) As máscaras foram caindo e por isso tiramos uma comissão entre nós que ia trabalhar para conseguir uma terra. Mas ocupar... Nós não vamos invadir terra de ninguém! Porque até mesmo quando aparecia alguém querendo ajudar dessa forma, eles atrapalhavam. O prefeito de Teófilo Otoni disse que podia ajudar, não diretamente. Ele não queria assumir, pois a reforma agrária é assunto federal. Mas um ajudando daí e outro daqui às vezes a gente consegue.

P – Então vocês que decidiram criar uma comissão?

Marcos- Foi uma iniciativa dos próprios trabalhadores, cansados de escutar o MST dizendo que tinha que ocupar de novo.

Essa comissão teve nove integrantes. Desses, sete eram trabalhadores acampados, um advogado vinculado à CPT e o outro integrante era um sindicalista. Rosa também relatou a existência de uma comissão responsável por vistoriar uma terra depois do INCRA ter anunciado a existência de recurso para a criação do assentamento:

Rosa - Quando tinha três anos e sete meses que nós estávamos lá chegou o INCRA, tinha uma comissão lá com Marcos, Baiana e Gino, os três que eu estou lembrando, esse pessoal que estava na coordenação. O INCRA veio e falou pra gente que tinha um dinheiro liberado para os acampados e falou mais ou menos a quantidade (...) Antes deles falarem que nós íamos vir para a terra, veio uma equipe, Marcos, Baiana e Gino, que veio vistoriar essa terra, Dedé também, ai quando eles vieram vistoriar a terra eles vieram falando que a terra era boa que nós queríamos a terra, era essa terra aqui, a fazenda Córrego das Posses eu não sei de quem era, mas essa aqui (Santa Rosa) o dono chamava Nojim Tauré.

Nesse período na Lajinha, Dora sempre os visitava, juntamente com Padre Júlio, sobretudo porque sua base política era nessa região – área do Mucuri e Jequitinhonha. Ao mesmo tempo, a deputada estava na Assembléia Legislativa procurando recurso e ajuda de outra(s) deputada(o)s para conseguir assentar as famílias acampadas na Lajinha.

Dora - Todo fim de semana eu vinha para cá (Teofiló Otoni), Padre Júlio é muito amigo nosso e ficamos rodando nessa região: Itaipé, Carlos Chagas, a região que eu fazia meu movimento político; Mucuri e Jequitinhonha, região mais pobre de Minas. Você pode acreditar, eu conheço todas as cidades e distritos do Mucuri e baixo e médio Jequitinhonha. E sempre eu chamava o padre Júlio pra ir lá vê o povo que estava na Lajinha. Ele ia. Agora, eles eram muitos agressivos, parecia que eles achavam que nós éramos culpados pela situação deles. Falavam desafetos para o padre Júlio, “pois é, a gente não conseguiu nada ainda”. Nós dizíamos, “mas nós aconselhamos que vocês não estavam preparados para ocupação”. Uma vez estávamos passando de carro na estrada e eu parei, uma delas falou tanto desafeto para o padre Júlio que eu disse, “meu Deus”, parecia que a gente que tinha levado o povo pra ocupação. E eu lá em Belo Horizonte pelejando pra arrumar um dinheiro pra comprar uma terra pra eles. Até que Newton Cardoso nos recebeu, ele e o secretário, que não me lembro o nome, e disse que sim, que ia ajudar. Eu ligava pra ele todos os dias, no início ele atendia, mas depois ele nunca estava. E eu disse vou “vencê-lo pelo cansaço”. Um “dia ele (governador) me encontrou na Assembléia e disse – “a senhora já me ligou 17 vezes”, eu disse, – “não, 18, porque eu já liguei ontem também e você não me atendeu”.

Nesse sentido, a ex-deputada pontuou que se empenhou muito para conseguir apoio e dinheiro do Estado para comprar terra onde os sem-terra pudesse ser assentados, até que outro deputado estadual, Paulo, também do PT, procurou por ela e lhe disse que iria ajudá-la a conseguir o recurso. Dora relatou que esse deputado não fazia política voltada para a região nordeste do Estado nem conhecia os trabalhadores que estavam na Lajinha, mas acompanhava a luta dos sem-terra por causa do partido. Nesse mesmo período, Newton Cardoso, governador, liberou a verba de subvenção social aos deputados. O dinheiro disponível para um deputado (Dora não se lembra qual foi o valor) não era suficiente para comprar terra que comportasse todas as famílias acampadas; porém, somado com a verba liberada para o deputado Paulo, era possível comprar alguma propriedade.

Dora - Nilton Cardoso liberou a verba de subvenção e os deputados podiam gastar como quisessem. Hoje não tem isso mais, pois existe muita gente fazendo o que quer. Eu mesmo trabalhei para que ela acabasse. Eu gastava a minha logo e outros a deixavam no banco rendendo por causada da inflação alta, o lucro ficava pra eles. Então, eu mesmo fui contra. Mas foi mesmo, bem lembrado⁵². O meu dinheiro não dava pra comprar duas fazendas, choramingava dia e noite e Paulo me viu lá e disse que iria complementar com a dele.

⁵² No primeiro momento da entrevista, quando relatou sobre a compra das terras, Dora não disse que a compra foi efetuada com a verba de subvenção. Não se lembrava. Mas no decorrer da entrevista falei que um dos assentados do Santa Rosa havia relatado que o dinheiro utilizado era da subvenção. Dito isso, a entrevistada se lembrou e confirmou o fato. Por isso, no seu depoimento acima diz “bem lembrado”.

Após conseguir a verba de subvenção, Dora relatou que voltou ao acampamento para dar a notícia a(o)s sem-terra na Lajinha e explicar que precisavam escolher uma terra para realizar a compra, visto que já dispunha de verba.

Dora - Padre Júlio não conhece terra, eu muito menos. Por isso quem tinha que escolher a terra eram eles e o sindicato. Ai eu disse, “o governo disponibilizou tantos mil reais pra comprar terra e levar o povo que está na Lajinha. Agora vocês têm que procurar a terra”. Ai eles começaram a procurar.

Marcos contou que fizeram (a comissão) vistoria com o sindicato para saber quais fazendas tinham condições de serem compradas. Relatou que muitos fazendeiros tinham medo das andanças deles, pois achavam que estavam indo para invadir as terras e chamavam a segurança⁵³.

Marcos - Eu já tinha dado a minha palavra para o comandante da época, Santos Filho, que “o meu trabalho só vai ser feito nessa ordem legal. “Eu quero ajuda de você, dando assistência, segurança, ajuda que vocês puderem dar. Podem participar de todas as reuniões, o que vocês quiserem acompanhar fiquem à vontade. Meu trabalho eu vou fazer e vou responsabilizar tudo que eu vou fazer. Vocês podem saber e podem acompanhar. Não sou do MST, sou líder porque o povo me escolheu. No dia que o povo me tirar, ai acabou, mas no dia que o povo me quiser ai eu estou lá”. Até hoje eu sou dessa maneira, quando o povo quer que eu faça alguma coisa, eu estou lá, quando não quer eu estou saindo.

Durante a procura por uma terra que poderia ser comprada com o dinheiro da subvenção, encontraram um latifúndio abandonado na zona rural da cidade de Itaipé, próxima a Teófilo Otoni.

Marcos - Os donos moravam em Araçuaí, eram conterrâneos meus. Fazendeiros turcos, só vendiam por dinheiro (...) a gente viu essa área lá mais favorável, bem espaçosa, até hoje ela é a terra que tem a melhor topografia do município, 70% dela pode mecanizar (...). Em 91, Collor já estava ameaçado, pois em 92 ele sofreu impeachment. Collor tinha criado os ‘títulos da dívida agrária’, que trocava por títulos as terras improdutivas para fins de reforma agrária. Mas os fazendeiros disseram que não trocavam por títulos, pois sabiam que o governo seria “impeachmado”(...). Os deputados nos ajudaram pagando a fazenda Santa Rosa no município de Itaipé. Tinha uma fazenda, bom preço, tava sem produção nenhuma, própria mesmo para assentamento. Apesar da região de Itaipé ser fraca para agricultura, mas não dava para esperar mais, pois o governo não tem interesse de assentar os trabalhadores em terra boa, porque sabe que eles vão produzir. Ainda mais o governo daquela época. Era pior do que o de hoje ainda. Naquela época, eles eram contra e o de hoje eles não são contra, mas não faz nada a favor também não. Mas as famílias falaram, “a gente vai pra qualquer lugar, a gente não aguenta mais é ficar aqui uai”. A situação lá era difícil, até o barraco você não podia fazer dois ou três cômodos, era um cômodo só. As casinhas de necessidade eram uma só para dez famílias, formava fila nas privadiñas lá. Assim, a deputada Dora e o deputado Paulo pegou a verba da subvenção e pagou a fazenda.

⁵³Uma relação próxima com a polícia foi enfatizada por Marcos como estratégia da comissão para conseguirem o Assentamento e, ao mesmo tempo, acreditando em uma “boa relação” que legitimasse as ações do sem terra.

Em 08 de janeiro de 1992 as fazendas foram compradas. Nos documentos arquivados no INCRA consta que a fazenda Santa Rosa, de 1085 ha, foi comprada por Cr\$67.865.341,32 pagos com Títulos da Dívida Agrária e Cr\$8.825,65 pagos por moeda corrente pela Prefeitura de Itaipé; e a fazenda Córrego das Posses, de 145,20 ha, foi comprada por Cr\$12.827.287,00 pagos com Títulos da Dívida Agrária e Cr\$298,80 com moeda corrente, também pela prefeitura de Itaipé. Nesses documentos não está exposto que as terras foram compradas por meio das verbas da subvenção. Contudo, possivelmente o pagamento em moeda corrente realizado pela Prefeitura aos proprietários das fazendas tenha sido com o dinheiro da subvenção dos deputados⁵⁴.

Posteriormente o INCRA ficou responsável de encaminhar a criação do PA (Projeto de Assentamento). Em documento de vistoria das terras o Instituto descreveu

Os imóveis apresentam solos com relativa restrição à implantação de culturas anuais, sendo mais apropriado à culturas perenes e a pecuária. A topografia é acidentada e os solos são de baixa fertilidade, entretanto, através de orientação e assistência técnica adequada, poderá obter boa produção com excedentes comercializáveis (Documento em Anexo I)

Além disso, em relatório de viagem realizada entre os dia 20 e 25 de janeiro de 1992, técnicos agrícolas do INCRA documentaram que estiveram na Lajinha para realizar o cadastro das famílias. O documento informa que os técnicos foram recebidos pela Dep. Dora e pelo Padre Júlio e que durante os trabalhos no acampamento os técnicos foram acompanhados pelos integrantes da comissão dos sem-terra. No total, foram cadastradas 68 famílias, das quais 61 foram registradas pelo nome dos homens e 7⁵⁵ pelos nomes de mulheres. Nesse mesmo documento, os técnicos do INCRA relataram que o único problema ocorrido durante o cadastramento foi relacionado a um trabalhador que pertencia ao MST. No relatório o técnico afirma que o grupo de acampados não queria que esse homem fosse cadastrado, ver Anexo II.

Marcos - O Incra se responsabilizou de parcelar a terra e fazer um assentamento para as famílias. Foi aí que saiu o cadastramento das famílias. O Incra foi na área da Lajinha e fez o cadastramento, a comissão foi na polícia conversar com o comandante porque o pessoal, todas as famílias, estavam sob custódia da polícia militar. Ninguém apareceu para se responsabilizar pela “invasão” que eles falaram. Era uma invasão. Invadir uma área toda produtiva no meio rural (refere-se a fazenda Bela Vista), mas o movimento queria mesmo era causar conflito entre trabalhador, fazendeiro e o governo, a meta do movimento era essa.

P – O movimento é o MST?

Marcos - É o MST. Queria causar conflito, naquela época, conflitar. Então o Incra fez o cadastramento parcelou a terra, em parcelas pequenas de 5, 6, 10 hectares de terra para cada família. Deu uma pequena ajuda naquela época. Eles falam fomento para alimentação, ferramenta, essas coisas.

Em 31 de agosto de 1992 foi criado por “ad referendum” do Conselho de Diretores do INCRA o PA Santa Rosa/Córrego das Posses, com área total de 720,9 ha e

⁵⁴A ex-deputada Dora não contou quais foram os trâmites legais para a compra da fazenda pela venda da subvenção. Consideramos como hipótese que a prefeitura de Itaipé possa ter sido um intermediário da compra.

⁵⁵Durante a pesquisa de campo descobri que duas dessas mulheres eram viúvas; quanto às outras cinco, não sei o motivo pelo qual vieram a representar um núcleo familiar; possivelmente eram também viúvas ou separadas.

com capacidade máxima para 36 famílias. Nesse período também foram liberados créditos para alimentação (Cr\$780.000,00), habitação (Cr\$1960.000,00) e fomento (1300.000,00) – valores no total, com prazo para serem entregues até 02 de setembro de 1992 (ver Anexo III). Para ajudar na compreensão do percurso realizado pela(o)s sem terra até esse momento histórico, construí o fluxograma abaixo.

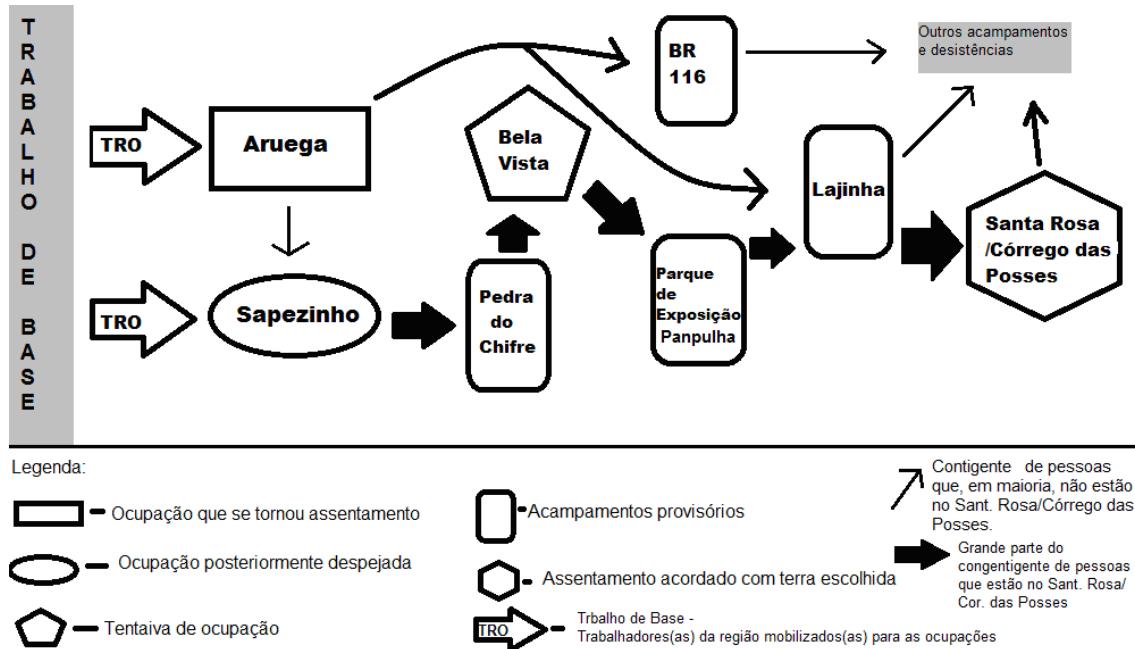


Figura 3: Fluxograma do percurso da movimentação da(o)s trabalhadora(e)s – do trabalho de base à conquista do Santa Rosa/Córrego das Posses⁵⁶.

Rosa lembrou que muita(o)s sem terra não tinham documentos, seja porque perderam nos conflitos, seja pelo fato de nunca os terem tirado. Foi preciso providenciá-los rapidamente, pois era necessário para fazer o cadastro de assentada(o) no INCRA.

Rosa - O pessoal de Sapezinho tinha perdido os documentos todos (...) quando o INCRA falou que tinha o dinheiro e que ia sair a terra, aquelas pessoas de Sapezinho saíram procurando dinheiro emprestado, em nome do padre Júlio, da irmã Ana, no meio da rua e foram nos municípios tirar outros documentos. Quando o INCRA veio e falou que era quatro mil e quarenta cruzeiros para cada acampado, aqueles que eram das famílias grandes falaram, “porque fulano é duas pessoas e vai pegar quatro mil e quarenta e eu sou doze vou pegar quatro mil e quarenta”. O cara do Incra falou, “porque fulano não tem culpa de você ter sua casa cheia não, então o negócio aqui é parte igual. Entendeu?” Depois que todo mundo fez os documentos, legalizou tudo(...) eles liberaram esses R\$4.000,00 e avisaram o dia e a hora que a gente iria vir para a terra (...). Na data certa que eles marcaram veio os caminhões pra fazer a mudança e os ônibus para trazer as pessoas, mas até os cachorros eles colocaram em uma gavetinha do caminhão e trouxeram.

Nessa passagem Rosa enuncia um ponto importante, visto que, para a concessão de uso dos lotes, a(o) titular precisava apresentar algum documento e as mulheres,

⁵⁶Esse fluxograma foi construído a partir do material empírico coletado durante a pesquisa de campo e baseando em algumas informações obtidas em Zangelmi (2007).

geralmente, não tinham. Por conta disso, Joana afirmou que os lotes foram registrados em sua maioria em nome dos homens, visto que eram eles que tinham pelo menos a carteira de trabalho, enquanto as mulheres vieram a tirar seus documentos de identidade alguns anos após estarem assentadas. Esse detalhe é importante, apesar de não anular o fato de que o processo de cadastramento reconhecia o homem como representante da família.

P – As mulheres não tinham documentos? E precisava ter para ser cadastrada?

Joana - Precisava, sempre precisou e não tinha. Eu mesma sou titular daqui por que na época o homem que eu morava com ele não tinha documento e eu tinha carteira de trabalho. Aí eu fui cadastrada pela minha carteira de trabalho.

Embora em documento o INCRA aponte que a área comportasse 36 famílias, vieram para a área as 67 famílias cadastradas⁵⁷ e todas elas, segundo o Instituto, receberam o recurso de fomento. Marcos contou que os lotes foram numerados e sorteados entre as famílias acampadas. Quando chegaram a área, cada uma tinha seu lote definido. De acordo com Rosa foi complicado encontrar os lotes; por isso, inicialmente ficaram onde era a “entrada” da fazenda Santa Rosa.

Marcos - Foi feito um sorteio por número, cada parcela foi numerada. Eu peguei a pior. O que mais ralou pra conseguir a terra e peguei a parcela pior (risos). Nem abacaxi deu na minha terra (...).

Rosa - Quando a gente chegou aqui não sabíamos onde era lote não, um muncado de gente parou lá em baixo. Onde é a escola tinha uma casa velha, mas aqui para as grotas só tinha mato(...) A gente tinha que fazer a abertura e mexer nos lotes. Ficamos 14 dias na gruta do compadre Pedro, parado em um barraquinho de lona. Depois desses quatorze dias que nós ficamos lá, nós fomos perguntando, perguntando até que achamos os piquetes, na época o lote era 37, a gente abriu uma área e fizemos um barraquinho de lona, lá em cima(...).

Marcos - Mas daí, assim que fomos para a área, cada um morando na sua parcela, a gente viu que ficou difícil, pois desuniu, separou. Na medida que cada um foi morar no que é seu, a organização quebrou. Hoje ninguém consegue mais a organização que a gente tinha. Muito difícil. Individualizou demais. Esse é o mau de qualquer assentamento, de qualquer comunidade. Cada um pensa só em si mesmo. Cada um só está preocupado com o seu e esquece do que é de todos, do que é da comunidade.

Para os assentados, um dos principais prejuízos, após irem para a área, foi a fragmentação dos processos coletivos que aconteciam enquanto estavam acampados. Rita, assentada na área do Córrego das Posses, expôs que no início foi complicado ficar no lote, visto que se “acostumou” a morar muito perto de outras famílias. Em certa medida, essa aproximação favorecia a relação de amizade e interdependência.

Rita - Porque desde Aruega era todo mundo junto, aquele bolinho. Os barracos eram pertinho. Depois que veio pra cá ficou mais longe, tem hora que gente até lembra dos amigos da gente. Era tudo juntinho.

P – Você lembra com saudade do período do acampamento?

⁵⁷ Anteriormente foi exposto que o cadastramento foi de 68 famílias e nesse momento os documentos INCRA indicam que o sorteio dos lotes contemplou 67 famílias, uma pessoa não foi para o Assentamento e também não se tem notícias do porquê.

Rita – Lembro. Quer dizer, eu lembro assim, antes de ter meus meninos. Porque quando tem um, dois fica mais leve pra gente, mas depois de mais... Lá em Aruega, depois que tive ela (primeira filha que morreu) eu não entrei mais em conflito. A polícia ia lá e nós barrávamos mesmo e não estava nem ai, depois que eu tive a outra menina pensei, “preciso proteger ela”.

Todavia, essa não foi uma questão específica do Santa Rosa/Córrego das Posses. As mudanças que ocorrem entre o estágio do acampamento para assentamento foram identificadas por muita(o)s autora(e)s que estudaram as lutas por terra no país.

A vida no acampamento, portanto, mesmo que se dê ao longo de vários anos, é uma experiência vivida como “extraordinária”, mesmo porque pressupõe uma instabilidade e um tipo de socialização que desenvolve certas estratégias de adaptação que serão deixadas para trás quando esses sem-terra vão para assentamentos definitivos e, geralmente, voltam a ter uma vida mais focada no atendimento de suas necessidades individuais e familiares, muitas vezes saindo da órbita de influência do MST, até por falta de condições da organização de acompanhar de perto a estruturação dos assentamentos (LERRER, 2008, p. 110).

Nesse sentido, o desejo das famílias de se instalarem nos lotes individuais foi recorrente nas narrativas de muita(o)s assentada(o)s. Existia um anseio forte de morarem de forma “privada”, pois, para algumas/alguns, viver “embolado” contribuía para que as pessoas tomassem “conta da vida do outro”, nas palavras de Rosa.

Por conta disso, a maioria das famílias procurou seu lote, mas algumas decidiram se instalar na agrovila, uma área central onde ficaria a escola, o posto de saúde e chegaria primeiro a energia elétrica de acordo com o PA. Nessa área, cada família teria um lote pequeno para construir uma casa. A proposta do projeto era que a(o)s trabalhadora(e)s morassem na agrovila e trabalhassem nos lotes durante o dia.

A deputada que viabilizou a compra da área contou que após a(o)s trabalhadora(e)s terem sido assentada(o)s, sentiu dificuldades de diálogo com os mesmos, pois eles tiveram dificuldades de produção e vivência na terra, alegando que era ruim, improdutiva, responsabilizando-a e ao Padre Júlio pela escolha da terra.

Dora - Mas aí falaram que a terra era ruim demais e colocaram a culpa na gente. “É isso que dá acreditar em padre e em deputada que não conhece nada do assunto”. Eu disse, “não entendo mesmo, mas meu trabalho foi de conseguir o dinheiro e isso eu fiz”. Resultado, fui visitar o Santa Rosa, já tinha algumas casas construídas. Mas você vai continuar a visitar um povo que você tentou ajudar, que a terra não está dando certo e que você só houve desaforo? Não dá raiva? Ai eu parei de ir lá.

P – Você foi visitar quanto tempo depois que eles estavam lá?

Dora - Fui logo no início que eles se mudaram. No princípio eu fui umas três vezes. Só escutava eles falarem que estavam passando necessidade, que foram jogados lá. “Aqui não nasce nada, não tem criação”. Depois eu me afastei e fiquei em Belo Horizonte. Por isso não posso te dar mais informação. Mas o que eu posso dizer é que no princípio foi muito difícil. Eu acho que continua sendo difícil, mas eu cansei. Eles estavam com dificuldade e eu não tinha mais condição de ajudar por causa da oposição política. Depois de Newton Cardoso veio Hélio Garcia, Eduardo Azeredo e a gente não tinha como arrumar mais dinheiro. Não sei se eles reclamam ainda. Eles não reclamaram da terra pra você? Quando você estiver conversando com eles pergunta quem escolheu a terra.

A participação de Dora na luta pela terra foi especificamente no caso do Santa Rosa/Córrego das Posses. No final da nossa conversa, ela afirmou que, após a “ruptura” com os(as) moradores(as), não se relacionou com as ações pela reforma agrária que continuaram acontecendo na região. “Eu participei só no Santa Rosa e fui algumas vezes no Aruega, mas não fui bem recebida. De acordo com a ex-deputada, Aruega representa uma direção da qual os sem terra que estavam na Lajinha não faziam parte. Para ela, isso era uma incoerência que contribuiu para seu distanciamento dos movimentos por terra na época⁵⁸.

Sobre a escolha da terra, Marcos deixou claro que foi responsabilidade deles (da comissão), e o “povo” (como ele se refere aos sem terra) preferiu aceitar a área, pois não suportavam mais ficar acampados na Lajinha. Entretanto, afirmou que a área não é propícia para a agricultura: “o solo lá é muito ácido são quatro toneladas de calcário só pra começar a corrigir o solo, lá é bom pra eucalipto, cana e até uma mandioquinha dá lá”. Isso indica que tinham conhecimento das possibilidades do local e que o laudo realizado pelo INCRA estava correto.

Rita contou que não cogitaram a possibilidade de não aceitarem que o assentamento fosse nessas fazendas em Itaipé, pois, como a situação em Lajinha estava difícil, “a vontade de todos era só sair”. Para Joana, não havia dúvida de que queriam ir para a terra, pois não tinham outra opção: “era o que tinha, você estava ganhando a terra, ou era aqui, ou ficar na Lajinha, mas lá nós não podíamos ficar mais”.

Todavia, durante os primeiros anos algumas famílias desistiram da terra. Segundo Rita, depois que chegaram e perceberam “na prática” que a terra não era considerada apropriada para a agricultura, algumas famílias começaram a ir embora para outros acampamentos. Essas pessoas que ocuparam outras terras foram consideradas por algumas/alguns como dotadas de mais coragem, justamente porque se propuseram a acampar em outra terra que era melhor e maior para fazer roça, abandonando a terra conquistada.

Joana - Tinha um “muncado” de mulher aqui que depois foi para os acampamentos do Piriquito e Resplendor (...). As mulheres que tinham mais iniciativa foram embora com os maridos. Ficaram aqui as que tinham menos iniciativa. Eles foram porque a terra aqui era pouca. Eles toparam ir para uma outra ocupação e ficaram aqui os mais lentos. Se aqui tivesse umas quatro mulheres mais explosivas como eu, botava meio mundo pra quebrar, mas não tem. Eu fico procurando. Se achasse mais uns três como eu e Penha⁵⁹, “oh minha filha”, esse assentamento era outro.

Principalmente Dedé⁶⁰, de acordo com Rita, faz muita falta, visto que era o mais articulado com o MST do grupo, além de ter uma grande capacidade de liderança. Nesse sentido, considero que o Santa Rosa/Córrego das Posses perdeu seus principais vínculos com o movimento nesse período. Porém, Marcos frisou que na área há algumas

⁵⁸ Nenhuma/nenhum assentada(o) contou como perderam contato com a deputada. Esse fato parece não ter sentido de ruptura com “maus entendidos” (como para Dora), mas ser um processo de afastamento natural a partir do momento que a terra foi comprada. Não obstante, a relação com o padre também se enfraqueceu após a conquista da terra. Como o mesmo não se lembra, não é possível saber se ele se sentiu desrespeitado pelos sem-terra.

⁵⁹ Penha é uma assentada da segunda geração, mas que não participou da luta pela terra, pois foi para o Assentamento após sua mãe ter sido assentada e posteriormente conseguiu um lote que tinha sido evadido.

⁶⁰ Dedé foi para ocupação na região de Governador Valadares e atualmente é assentado no Oziel.

pessoas que mantêm algum contato com o movimento, caracterizando uma heterogeneidade política.

P – Hoje tem alguém que se articula com o MST no Assentamento?

Marcos - Depois desse caso que contei a você da criação da comissão e tal teve um racha com o MST. Eles até chegaram a rasgar a bandeira vermelha do MST. Então nosso contato com os companheiros do MST é assim: quando eles precisam de nós em alguma ação, eles avisam e a gente participa. E quando a gente precisa, a gente avisa e eles vêm. Mas eles não têm nenhuma responsabilidade no assentamento. Já com Aruega eles dão respaldo, nós não. Eles são “filho da mãe” mesmo (...). O João e a Joana relacionava muito com eles. Agora comigo é diferente. Porque eu sou da revolução, da comissão que revolucionou.

Entretanto, os depoimentos de Joana não demonstram reconhecer uma ruptura com o MST, mas uma relação que foi se fragmentando após a saída dos militantes mais articulados e uma apatia das pessoas que continuaram no Assentamento em relação à pauta política do Movimento.

De acordo com Marcos, todas as famílias que ficaram os primeiros anos no lote receberam um documento do lote – concessão de uso das terras. Esse documento foi registrado majoritariamente em nome do “chefe da família”. Rita expôs que pelo fato de a maioria dos casais não serem casados no civil o documento veio em nome do homem e as mulheres não questionavam o procedimento.

Rita - Falavam que por nós sermos casados nos padres não valia (técnico do INCRA). “Vocês não são casados não, tudo solteiro, porque na lei só nos padres não é casado”.

P - Mas em nenhum momento a mulher falava que queria que colocasse em nome dela?

Rita - Não (risos). Falava não, era em nome do homem mesmo.

Na listagem do INCRA de 1993, para emissão do documento, o Instituto registrou o total de 51 lotes ocupados por famílias, dois lotes comunitários que vieram a ser as agrovilas em cada área e 12 lotes evadidos. Desses 51 lotes, quatro foram registrados em nome de mulheres. Marcos pontuou que um ano depois também foi liberado o PROCERA⁶¹ para as famílias assentadas.

⁶¹ O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 e tinha o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com plena inserção no mercado, permitindo sua independência da tutela do governo. O Procera foi substituído em 1999 pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Disponível em: <http://goo.gl/KOko15>. Acesso: 09 jan. 2014.

3 O ASSENTAMENTO “HOJE” E AS MULHERES TITULARES DO LOTE: QUANDO JOANA, PAULA, CLARA E ROSA ENTRAM EM CENA

Neste capítulo faço uma exposição do espaço social estudado, a partir de elementos relacionados à estrutura física, características da vegetação, a forma como a área foi organizada e as principais atividades realizadas coletivamente pelos atores sociais. Além disso, descrevo como se deu minha inserção em campo. Esse exercício é realizado com o intuito de ambientar o leitor em relação ao local onde as principais reflexões desta pesquisa surgiram. Em seguida, chamo atenção para as experiências de quatro assentadas que são atualmente titulares de lotes na área. Esses atores sociais foram escolhidos, entre outras coisas, pelo fato de que seus discursos apontaram possibilidades de análises interessantes sobre as implicações da posse da terra.

3.1 Exposições gerais sobre o espaço social do Assentamento e minha inserção em campo

Aqui nós não somos assentados, somos abandonados.
Declaração de um assentado

A cidade de Itaipé tem aproximadamente onze mil habitantes. Destes, quatro mil habitam a área urbana e sete mil a área rural (dados aproximados de acordo com o Censo brasileiro de 2010), ou seja, praticamente 60% da(o)s habitantes são moradora(e)s rurais. Esse município é conhecido, entre outras coisas, pelas grandes pedras que compõem seu relevo e atraem turismo de aventura. Como muitas cidades mineiras de pequeno porte, Itaipé tem uma praça central onde se concentram quase todos os principais serviços do município, como correio, banco, “rodoviária”, restaurante, prefeitura, câmara municipal, ponto de táxi, mercado, padaria e, claro, uma igreja católica. Essa pracinha é um ponto de encontro para as pessoas que moram na cidade, principalmente durante a noite, e para todas as demais que por motivos múltiplos passam pelo município.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) de Itaipé, localizado na rua acima dessa praça central, também é espaço de circulação de trabalhadora(e)s. Em março de 2013 estive pela primeira vez no Sindicato e conversei com Pires, seu presidente⁶². Apesar de não ter exposto informações substanciais sobre o Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, ele curiosamente contou que em Itaipé existem três comunidades rurais que se chamam “Santa Rosa”, sendo que uma delas é o Assentamento⁶³. Relatou, ainda, que a maioria dos moradores de Itaipé não sabe que uma delas é uma área de reforma agrária, nem mesmo os que vivem na área rural.

Quando fui à área do Assentamento em março de 2013, procurei primeiramente o atual presidente da Associação, Jonas. Ele e sua esposa, que estavam em casa

⁶²O Sindicato é uma casa pequena; possui três funcionária(o)s e, além de ser um espaço de diálogo entre a(o)s trabalhadora(e)s sindicalizada(o)s, é onde alugam máquinas para o trabalho na roça, as mulheres rurais recorrem ao salário maternidade, obtêm-se informações sobre programas de apoio financeiro a(o)s agricultora(e)s e, a partir desses encontros, são também realizados negócios como venda de leite, gado e galinha.

⁶³Isso se deu porque na região há uma grande pedra que se chama Santa Rosa. Por isso, as comunidades rurais próximas à pedra receberam esse nome.

iniciando os trabalhos do dia, se surpreenderam como minha chegada e me convidaram para ficar e almoçar⁶⁴.

Em poucas horas, algumas pessoas do Assentamento já sabiam do retorno da “estudante”. Joana foi à casa de Jonas me cumprimentar e saber o porquê de eu não ter ido à sua casa “primeiro”. Expliquei que achei inconveniente da minha parte chegar a sua casa sem avisar e que, por isso, procurei o STR em Itaipé e o presidente do mesmo me levou diretamente à casa do presidente da Associação do Assentamento, um caminho mais “formal” para explicar sobre a pesquisa – o motivo de meu retorno. Joana não quis saber das minhas explicações e perguntou: “você fica é lá em casa, né?”. Foi nesse momento que percebi que o campo estava aberto para mim, pois, apesar de agirem de maneira envergonhada, as pessoas pareciam felizes por me ver novamente. Até mesmo aquelas que não conheci em 2010 diziam quando eu as encontrava: “você é uma das estudantes que estiveram na casa de Joana anos atrás, né?”.

O Assentamento fica a aproximadamente 8 km da área urbana e em seu centro há uma daquelas gigantes pedras que caracterizam o relevo montanhoso do município. É justamente essa pedra, conhecida como Santa Rosa, que divide as duas áreas do Assentamento: Santa Rosa e Córrego das Posses. O lugar lembra um vale, rodeado de muitas pedras, possui vegetação verde escura, terra vermelha e, apesar do calor durante o verão, no inverno é relativamente frio. Não existe nenhum rio que passa pelas terras do assentamento, apenas uma barragem que contribui para que as pessoas se refresquem no verão.



Figura 4: Pedra Santa Rosa que divide as duas áreas do Assentamento⁶⁵

⁶⁴Como afirmado na introdução, em janeiro de 2010 realizei vivência no Assentamento pelo Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais (EIV MG). Por isso, já conhecia algumas famílias.

⁶⁵Fotografia tirada durante o trabalho de campo em março de 2013.



Figura 5: Pedra Santa Rosa e barragem na área do Assentamento⁶⁶

O dia no Assentamento se inicia logo cedo, entre 5h30 e 6 h, horário em que as crianças se arrumam para ir à escola, enquanto a mãe ou o pai coâ o café para iniciar os trabalhos na roça ou em casa. A atividade de coar o café é, na grande maioria das vezes, compartilhada entre o casal: “quem acorda primeiro passa o café”, explicou Joana em uma manhã. Como não se tem o costume de comer nada pela manhã, no máximo uma fruta ou uma “quitanda” – sobretudo o biscoito de polvilho –, o almoço é cedo, às 10 h. Depois do almoço, feito particularmente pelas mulheres, e após um curto período de sesta, é hora de voltar para a roça ou para os serviços da casa.

As noites começam às 19 h, momento em que o sol se põe e é hora do jantar. As noites foram, na grande maioria dos dias, muito escuras, frescas, silenciosas e o céu parecia um manto de estrelas que cobria todo o território. De maneira muito especial, a noite não passava despercebida pelas pessoas que ali moram ou passam: o céu é admirado, as constelações são identificadas e é uma indicação de tempo para o dia seguinte. A lua é respeitada para se plantar, colher e interpretar a vida; lá, a noite é o principal momento de descanso.

Para algumas/alguns é também o horário de ir à “venda da Cedir”, para aquela(s) que moram em Santa Rosa, ou à “venda da Paula”, em Córrego das Posses. Mas, como não existe luz pelas estradas de terra e poucas pessoas têm motos ou bicicletas, essa atividade é mais comum para quem aprecia uma “cachacinha” ao final do dia. Apesar de as mercearias nas áreas serem conhecidas pelos nomes das “donas”, durante a noite quem realiza as vendas é o marido (bar da Paula) ou o filho (bar da Cedir). Durante o dia as mulheres cuidam da venda. No caso de Paula, até mesmo no período diurno quem fica mais tempo é o seu companheiro. Contudo, além dessa diferença, é preciso explicar que Cedir não é uma assentada, mas uma fazendeira que mora bem próximo à Santa Rosa e desde o início do Assentamento abriu o negócio. Paula é uma assentada que abriu o comércio com seu antigo companheiro, que já faleceu, no seu lote em Córrego das Posses.

De maneira geral, essas duas vendas são muito importantes para as comunidades, pois oferecem a(o)s assentada(o)s algumas mercadorias básicas, evitando o deslocamento excessivo a Itaipé. Cedir, apesar de ser uma pessoa de “fora”, relaciona-se bem com a(o)s assentada(o)s, tem uma venda maior, pois consegue estocar mais

⁶⁶ Fotografia tirada durante o trabalho de campo em março de 2013.

mercadorias. A venda de Paula é menor, e depois da morte de seu companheiro, quem cuida do comércio é Zeca, seu atual companheiro. Durante a noite, “as vendas viram bares” e, de acordo com o discurso da(o)s moradora(e)s, é por isso que são os “homens” que cuidam das vendas.

“Estar em casa” à noite significa majoritariamente assistir televisão. A televisão é, sem sombra de dúvida, um dos elementos mais centrais para as famílias se reunirem. Apenas em duas das casas em que estive reparei que não assistiam televisão: em uma porque não possuíam antena (falta de recurso) e na outra possivelmente porque a assentada era cega. A grande maioria das casas possui televisão com ótima imagem. Na maioria das vezes se assiste às novelas. Em algumas casas essa é uma atividade que começa às 16h e vai até as 24 h. Nesse intervalo, são assistidos muitos canais, principalmente as redes Globo e Record – que televisionam mais novelas por dia. Em algumas casas também se assiste a telejornais, missas e cultos evangélicos, programas de esporte e as crianças/adolescentes assistem predominantemente a desenhos e filmes. Nessa perspectiva, assistir televisão foi uma atividade constante durante minha experiência no Assentamento. Era o momento em que as pessoas estavam reunidas, relaxadas, descansando e se propunham a conversar sem se preocupar em terminar o “serviço”⁶⁷.

Sobre a estrutura do Assentamento, é preciso dizer que existe energia elétrica e água, sendo que em algumas casas é encanada. Todavia, na maioria, o poço artesiano, quando bombeado, leva água por uma mangueira apenas até ao quintal. As casas são construídas de alvenaria ou adobe, e a maioria não tem banheiro interno, mas uma fossa no quintal. São pequenas, com sala, cozinha e quartos, geralmente um do casal e os outros divididos entre a(o)s filha(o)s. A comida é feita, predominantemente, no fogão à lenha, as roupas são lavadas nas bacias e colocadas para secar no arame farpado. A maioria das famílias cria galinhas, algumas criam porcos, e os cachorros estão por toda parte, zelando pela segurança da família e da terra. Em Santa Rosa, como a maioria das famílias decidiu morar nos lotes, não na agrovila, as casas são distantes umas das outras. Para passar por todas as moradias da área a pé é necessário caminhar em torno de duas horas. Já em Córrego das Posses, além de a área ser menor, a maior parte das famílias decidiu construir na agrovila e se locomover para trabalhar nos lotes.

Além das vendas, existem duas escolas que oferecem ensino da primeira à quarta série do Ensino Fundamental: uma em Santa Rosa e outra em Córrego das Posses com professora(e)s contratada(o)s pelo município. Em Santa Rosa, lecionam duas professoras durante a parte da manhã, e as crianças são organizadas em turmas multi seriadas (1º com 2º série e 3º com 4º série). A escola tem duas salas de aula e uma cozinha, onde é feito o café da manhã e o almoço. Nesse sentido é disponibilizado pela prefeitura uma “cantineira”. Em Córrego das Posses um professor leciona para as quatro turmas, visto que só existe uma sala de aula; de manhã são as 3º e 4º séries e de tarde 1º e 2º séries. Nessa escola os alunos também recebem alimentação.

⁶⁷ Curiosamente, em umas das novelas mais assistidas pelas mulheres a personagem principal tinha o mesmo apelido que eu. Esse fato é relevante, porque era uma personagem muito querida, considerada a “mocinha” da história. De certa maneira, isso fez com que eu me sentisse mais “familiar” para ela(e)s. Às vezes perguntavam: “você assiste a novela da personagem fulana?” e por ai começávamos a conversar.



Figura 6: Escola na área do Santa Rosa⁶⁸



Figura 7: Escola na área do Córrego das Posses⁶⁹

Na escola na área do Santa Rosa todas as crianças são do assentamento, mas em Córrego das Posses as crianças das comunidades vizinhas também frequentam a escola, para que se complete o número mínimo de aluna(o)s⁷⁰. As escolas são também espaços para reuniões da Associação e os cultos que acontecem aos sábados nas duas áreas. Todavia, em Córrego das Posses os cultos são, às vezes, celebrados nas casas.

Estive algumas vezes na escola de Santa Rosa e dialoguei com uma das professoras, mas em Córrego das Posses não consegui conversar com o professor. Em uma manhã antes de iniciar as aulas, a professora relatou que trabalha na escola desde o início do Assentamento e que enfrenta algumas dificuldades devido à carência das famílias. Contou que muitas crianças, por exemplo, chegam cotidianamente com fome, sujas, com piolhos, sem sapatos e material escolar. Além disso, relatou que os pais assentados são majoritariamente analfabetos e, por isso, não conseguem ajudar os filhos a fazerem o dever de casa ou incentivar o estudo. Ao mesmo tempo, a professora

⁶⁸Fotografia tirada durante o trabalho de campo em agosto de 2013.

⁶⁹Fotografia tirada durante o trabalho de campo em agosto de 2013.

⁷⁰As escolas no Assentamento são as únicas na área rural de Itaipé. As outras crianças que vivem na área rural do município frequentam escolas na área urbana – a prefeitura oferece transporte.

comentou ser mais “tranquilo” dar aula para os alunos menores e da área rural em comparação com os da cidade, pois são mais “carinhosos e educados”.

Como está há muitos anos acompanhando a escola da área, a professora afirmou que percebe uma desmobilização política da(o)s assentada(o)s. Como a escola é o local das reuniões, sempre via chamadas e avisos sobre os encontros no quadro; contudo, atualmente é difícil encontrá-los. E, curiosamente, quando perguntei pela escola na área do Córrego das Posses, disse que não sabia que a comunidade fazia parte do Assentamento.

A cantineira do Santa Rosa também mora em Itaipé e vai todos os dias, de moto, ao assentamento. Ela relatou não gostar de cuidar da cantina, mas que tenta conciliar a atividade com sua loja de roupas na cidade. Como algumas vezes ao mês ela precisa viajar para comprar roupas, Joana cuida da cantina, prepara o café da manhã e o almoço e, dessa forma, consegue ganhar uma renda. Joana afirmou que não quis tentar o concurso público para assumir a cantina, pois tem “pouco conhecimento”, mas adora trabalhar na escola, cozinhar e, como conhece todas as crianças, “faz do jeito que elas gostam de comer”.

Toda a comida servida na escola é oriunda da agricultura familiar a partir do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)⁷¹. Segundo Joana, esse programa é importante, mas é muito difícil para a(o)s assentada(o)s participarem, pois a quantidade da produção exigida para fornecer alimentos deve ser alta e ninguém do Assentamento conseguiu se encaixar. Nesse sentido, a comida vem de outra(o)s produtora(e)s das comunidades vizinhas ao Assentamento.

A partir da 5º série fundamental, a(o)s estudantes do Assentamento precisam estudar na cidade de Itaipé e, para isso, a prefeitura disponibiliza um ônibus que realiza o transporte das crianças que moram na zona rural. Como existe uma grande dificuldade de mobilidade do Assentamento à cidade, ou vice versa, o ônibus que faz o transporte da(o)s estudantes é um dos principais meios de transporte para a(o)s assentada(o)s. Mas, nos últimos anos, tornou-se proibido “dar carona” e as pessoas não conseguem utilizar o ônibus. Assim, os meios de transporte possíveis para se locomoverem são os táxis, que, por cobrarem trinta reais a viagem (da cidade ao assentamento), são utilizados somente em caso de urgência. Bicicletas ou motos são mais comuns e algumas/alguns assentada(o)s as possuem. Todavia, algumas pessoas, por não terem opção, disseram ir “a pé”. Assim, a(o)s moradora(e)s do Santa Rosa/Córrego das Posses vão à cidade praticamente uma vez ao mês, em grande maioria, para receber a aposentadoria e a Bolsa Família. Nesse mesmo dia, já realizam as compras necessárias para o mês, as quais consistem principalmente em alimentos e remédios.

A relação do Assentamento com as outras comunidades rurais vizinhas é diferente em relação às duas áreas. Em Córrego das Posses, como a área é menor em população e território, as pessoas têm relações próximas com aquelas que não são “assentadas”. Essas relações foram construídas, em parte, pela escola ao “misturar” as crianças do Córrego das Posses com as de outras comunidades vizinhas. Além disso, o

⁷¹ O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O programa também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Disponível em: <http://goo.gl/kp3pZX>. Acesso: 16 dez. 2013.

culto católico realizado toda a semana é composto por pessoas do assentamento e por vizinha(o)s. Esses são dois exemplos de encontros cotidianos realizados entre a(o)s assentada(o)s e outras pessoas que moram na área rural de Itaipé, próximas à área. Além disso, foi possível perceber a circulação de pessoas “não assentadas” pela área e nas casas da(o)s assentada(o)s.

Um dos motivos possíveis dessa proximidade é o fato de que as pessoas vivem de maneira econômica, social e culturalmente semelhante. Não foi possível ir à casa de uma família vizinha ao Córrego das Posses, mas, ao olhar para as casas e conversar com diferentes pessoas, tive a percepção de que todos compartilham as mesmas condições de vida – principalmente em nível de recursos materiais. Nesse contexto, a categoria “assentada(o)” é menos acionada se compararmos a(o)s moradores de Santa Rosa, sendo até possível de supor que em Córrego das Posses as pessoas são mais próxima(o)s, cotidianamente, da(o)s “não assentada(o)s” vizinha(o)s do que da(o)s assentada(o)s em Santa Rosa.

Santa Rosa concentra 39 do total de residências do Assentamento. O tamanho da área provavelmente promove uma relação mais distante entre as pessoas assentadas para com as que moram próximas à área. A única atividade que demonstrou colocar o Santa Rosa em diálogo com outras comunidades foi o futebol. Existe um time de futebol feminino que treina em Santa Rosa, do qual algumas meninas do Córrego das Posses também participam. Esse time joga geralmente com outro time de mulheres do Baixão⁷².

No discurso das pessoas da área do Córrego das Posses foi perceptível uma maior dificuldade de informação e comunicação com a Associação, a prefeitura de Itaipé, o sindicato ou com o INCRA. Muita(o)s afirmaram que quando sabem que alguma reunião já ocorreu consideram isso um desrespeito, como evidencia o relato de Paula, moradora do Córrego das Posses:

Eu vou falar pra você quando ficamos sabendo de reunião já passou. Eu estava até falando com meu marido que quando tiver reunião que eu for eu vou falar com eles que eles têm que sair avisando, porque tem hora que a gente perde e eles falam fulano nem gosta de vir em reunião, mas às vezes a gente nem sabe, você vai sem saber? Quando tem alguma coisa quando a gente vê já passou.

Esse depoimento demonstra um conflito gerado pela “separação” das áreas; contudo, não foi declarado como um “problema” central pela(o)s assentada(o)s do Córrego das Posses. Rita expôs que “para nós irmos pra lá não tem dificuldades, nós vamos de pé, de moto, de qualquer forma nos vamos”.

Quando conheci o Assentamento, em 2010, foi-me apresentado apenas como “Santa Rosa”, fruto da “considerada” maior relevância que a área tem para o total do Assentamento. Posteriormente, quando me aprofundei no estudo sobre a área, a partir do “processo de criação do assentamento”, documento disponibilizado pelo INCRA de Minas Gerais, e, em seguida pelo trabalho de campo em março de 2013, percebi que não cabia reduzir tudo a “Santa Rosa”. Nesse sentido, é realizado um esforço nesse trabalho de evidenciar que o Assentamento é composto por duas áreas com especificidades. Porém, é presente no discurso dos atores uma unidade que torna relevante uma reflexão de um “único Assentamento”.

⁷²Comunidade rural do município de Itaipé.

Todavia, como foi possível e necessário acompanhar por mais tempo a área do Santa Rosa, principalmente por causa do número de moradora(e)s, seu cotidiano foi melhor explorado e aparece mais nesta pesquisa. Porém, isso não é pontuado como problema para analisar o objeto de pesquisa inicialmente exposto, porque penso que é fruto de uma dinâmica do próprio espaço social e das relações que, como pesquisadora, consegui estabelecer.

Um processo fundamental para a configuração do Assentamento da maneira como o conheci foi a nova divisão dos lotes evadidos, que ocorreu dez anos após a formação do Assentamento. Em agosto de 2002 foi realizado pelo INCRA um novo cadastramento das famílias que permaneceram nas terras para identificar quais lotes foram abandonados e poderiam ser destinados às famílias moradoras do Assentamento. O Instituto registrou que permaneceram nos lotes 24 famílias e que a área seria novamente dividida para 34 lotes. Assim, as famílias assentadas poderiam expandir sua área e também seria possível assentar novas (ver Anexo IV (doc. 2, p. 3 e 4)).

No mesmo documento o INCRA informou que os 10 lotes disponíveis seriam ocupados pelas famílias por indicação da Associação do Assentamento, ou seja, seguindo os critérios estipulados pela comunidade. Assim, Associação indicou 10 famílias, filho(a)s de assentados para as vagas. Dessas, 08 ocuparam lotes, sendo que o Instituto não relatou por que duas famílias não foram oficialmente assentadas.

Isso configurou no Assentamento “duas remessas de assentada(o)s”, uma primeira de 1992 e outra registrada em 2004. Joana, uma das moradoras cadastradas nessa segunda remessa, morava na mesma casa que seus pais com seus filhos. Quando ocorreu a nova divisão, recebeu um lote. Foi a única mulher que recebeu uma parcela individualmente, visto que não tinha companheiro, possuía documentos para o registro e tinha participado das ocupações.

No Anexo V, no qual consta a lista disponibilizada pelo INCRA da(o)s atuais assentada(o)s, é possível observar, que atualmente na área existem 34 beneficiária(o)s indicados como “assentados” e 5 beneficiária(o)s indicados como “evadidos” ou “desistentes”. Nessa listagem, que foi atualizada pelo INCRA em agosto de 2012, podemos observar que todos os lotes que estão com a data de homologação do ano 2000 são da(o)s assentada(o)s da “primeira geração” – as 24 famílias inicialmente assentadas que foram recadastradas. Nesse processo foi-se incluindo o nome da(o)s cônjuges no cadastro, indicando que em nível formal no Santa Rosa/Córrego das Posses atualmente a maioria das concessões de terras são conjuntas. Contudo, isso foi uma atualização do sistema do INCRA, visto que a(o)s assentada(o)s não receberam um novo documento e, principalmente, porque não foi discutido no Assentamento as implicações do registro conjunto das terras. Em outras palavras, a(o)s assentada(o)s reconhecem a vigência do documento que possuem, emitido pelo INCRA quando chegaram às terras.

No caso da “segunda geração” de assentada(o)s, a(o)s que tinham cônjuge receberam lotes registrados em nome do casal, enquanto a(o)s “solteira(o)s” – a maioria – receberam a posse individual. Durante o trabalho de campo a(o)s assentada(o)s que possuem a concessão individual disseram ter solicitado ao INCRA a inclusão do nome da(o) companheira(o) como beneficiária(o) oficial. No entanto, até o momento não receberam um novo documento que conste uma concessão conjunta do lote.

Assim, neste trabalho opto por não direcionar a análise empírica para os atores sociais que “possuem” a titulação conjunta da terra, visto que isso é de certa forma muito confuso para a(o)s assentada(o)s e para o próprio INCRA – principalmente pelo fato de a homologação inicial das terras não ter se dado com esse caráter, e o Instituto não ter realizado na área nenhum trabalho que explique a titulação conjunta. Além disso, não é considerada como base a listagem da(o)s assentados disponibilizada pelo

INCRA, pois com o trabalho de campo, percebi que há muitas informações que não correspondem à realidade atual na área⁷³.

Para a pesquisa, foi produzida uma listagem “real” da(o)s atuais moradora(e)s do Santa Rosa/Córrego das Posses (ver Anexo VI). De fato, na área existem 49 famílias moradoras, sendo que 35 são beneficiárias oficiais, 02 lotes estão registrados apenas em nome do homem e 10 lotes estão apenas em nome da mulher ou, usando a expressão da(o)s assentada(o)s, são as “donas” da parcela.

Entre as 10 mulheres que atualmente são consideradas “donas” de um lote, apenas uma foi assentada em 1992 individualmente, visto que era viúva e permaneceu solteira; outra foi assentada em 2002 porque tinha documentos pessoais e era mãe solteira; outra se tornou proprietária porque o marido a abandonou e posteriormente morreu; outra tem atualmente a posse porque se separou e o companheiro foi embora do assentamento; outras duas assentadas têm a concessão porque seu marido faleceu; outra tem a posse porque seu pai foi embora e lhe deixou a terra; e existe ainda um caso em que a assentada tem a posse porque se separou do marido, mas este ainda vive no assentamento, na casa de um filho.

Para ilustrar melhor a estrutura do espaço social exposto acima, construí um “mapa” do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses. Nesse mapa, está indicado, a partir da minha visão espacial, a localização das duas áreas, a divisão dos lotes e as unidades familiares que existem em cada um deles. Indico também a primeira geração e a segunda geração de assentada(o)s, as áreas conhecidas como “agrovilas”, os núcleos familiares “excedentes”, ou seja, sem posse formal, as escolas, as vendas e o campo de futebol. Por fim, destaco, com um quadrado preto, as nove unidades familiares que têm a mulher como assentada titular. A seguir, dialogo particularmente com quatro destas assentadas. Neste “mapa” está indicado “onde” elas estão no Santa Rosa/Córrego das Posses.

⁷³ Como, por exemplo: beneficiária(o)s que vivem no assentamento e na listagem consta(m) como “evadido”, nome errado de beneficiária(o) e pessoas que já morreram e não foram retiradas da listagem.



Figura 8: Mapa do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses segundo a visão espacial da pesquisadora

3.2 MÃES, ESPOSAS, TRABALHADORAS, “DONAS” DA TERRA... EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE MULHERES ASSENTADAS

Rosa é cunhada de Paula que é irmã de Joana que também é cunhada de Rosa que não é nada de Clara. Joana é titular de seu lote “porque” era solteira, Paula tem a posse “porque” ficou viúva, Rosa é proprietária da terra “porque” se separou, Clara herdou o lote “porque” o pai decidiu ir embora do Assentamento.⁷⁴

As experiências descritas a seguir são centrais para este trabalho, visto que evidenciam “com quais” e “sobre quais” mulheres estou trabalhando, principalmente. Pretendo dar rosto, cor, corpo, expor com densidade alguns dos atores sociais que mobilizaram a construção das principais análises desta pesquisa, além de tornar evidente “até que ponto” foi possível adentrar a vida de algumas/alguns assentada(o)s. O critério por escolher Joana, Paula, Rosa e Clara foi por serem as assentadas titulares de lotes com as quais mais dialoguei e, de certa maneira, partilhei de seus cotidianos por maior tempo⁷⁵. Esse exercício é realizado com o intuito de construir uma base empírica que apresente as mulheres com suas singularidades, expondo a riqueza de suas trajetórias e, ao mesmo tempo, demonstrar que “essas vidas” não são isoladas.

3.2.1 Rosa

*(...) Nós podemos ser feio, nós podemos ser bruto,
nós podemos ser porco, mas ladrão nós não somos.
(...) Toda a vida minha sorte foi curta!*

(Declaração de Rosa, referindo-se a uma discussão que teve com outra assentada, que acusou seu filho de roubo).

Essas duas frases são como um retrato de Rosa. Durante sua narrativa, a assentada expôs uma vida de muita dificuldade, sofrimento e pontuou seu caráter idôneo, que, de acordo com a assentada, é evidenciado pelo seu trabalho.

Quando a conheci em 2010, fiquei extremamente impressionada com seu ritmo de trabalho. Praticamente todas as mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses trabalham na roça e em casa; contudo, não com a mesma “intensidade” de Rosa. Isso não foi só evidenciado em seu discurso, mas também na de várias(o)s assentada(o)s que se referiram a ela.

Rosa é uma mulher considerada bonita e tem cerca de 40 anos. O trabalho duro durante toda a sua vida ficou exposto em sua face de pele clara queimada de sol. A falta de alguns dentes na boca não a impede de sorrir. Seu cabelo loiro, bastante ressecado, confere-lhe um aspecto de descuido e suas mãos são marcadas pelo trabalho cotidiano

⁷⁴Paródia do poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade, para “ilustrar” a relação de parentesco e um dos pontos de “interseção” entre a vida dessas quatro mulheres, bem como o fato de todas serem atualmente as titulares do lote em que vivem com suas famílias.

⁷⁵É importante esclarecer que Rita também é uma das assentadas titulares de lote no Assentamento, mas não incluímos seus relatos neste momento, visto que suas narrativas foram mais direcionadas para período do acampamento, principalmente porque houve menos tempo de diálogo com a mesma.

com a enxada e a foice. A força que expressa em sua fala e em seus gestos assusta à primeira vista. É preciso um tempo para se acostumar com seu jeito “bruto” de ser, como ela mesma diz, e, ao mesmo tempo, para entender que a sensibilidade tímida que vem de seus olhos, muito azuis, é reflexo da luta que ela enfrentou para não ver morrer mais uma/um de suas/seus filha(o)s.

Quando cheguei a sua casa durante a manhã de um dia frio de agosto de 2013, a assentada trabalhava na roça, fazendo uma cerca. Ao ver uma “visita” parada na porteira de entrada do seu lote, Rosa desceu da roça para me receber. Perguntei-lhe se se lembrava de mim e prontamente ela disse que sim, que não poderia se esquecer, e que ainda guardava uma fotografia que tiramos em 2010, com toda a sua família. Afirmei que não queria atrapalhar seu trabalho, que tinha retornado ao Assentamento para fazer um estudo e seria muito bom conversar com ela, saber melhor de sua trajetória e expliquei a proposta da pesquisa. De forma muito atenciosa, ela me convidou para entrar em sua casa, serviu um café (de sua própria produção) e começou a falar. Nossa conversa se prolongou durante a manhã e a tarde.

Logo que começamos a conversar, Rosa fez questão de mostrar a nova casa que estavam construindo. A estrutura estava pronta: alvenaria e telhado colonial, tinha cinco quartos, sala, cozinha e banheiro. Rosa pontuou que faltava apenas colocar as janelas, portas, piso, rebocar as paredes e pintá-las, mas iria fazê-lo gradativamente. A construção estava sendo feita por ela e por seu companheiro, Gabriel, com ajuda da(o)s filha(o)s maiores. Era visível um grande sentimento de felicidade; afinal, moram em uma casa de adobe pequena, ela, o companheiro, 10 filha(o)s e seu pai.

O lote de Rosa é o último, na “grotă”, na área do Santa Rosa, todo plantado, com milho, feijão, café, hortaliças, além de criação de gado, porco e galinha. A família também possui duas motos, que facilitam a mobilidade até à cidade e à venda da Cedir, quando é necessário fazer compras. Enquanto conversávamos, seu pai, já muito velhinho, sentava-se na sala, “participando” do assunto, enquanto suas/seus filha(o)s brincavam pelo quintal e seu companheiro estava na roça fazendo a cerca. A maior parte do tempo, ficamos sentadas na sala. Algumas vezes fomos ao quintal e à cozinha “fiscalizar” o almoço que a filha mais velha fazia.

Rosa contou que quando chegou a Santa Rosa era amasiada⁷⁶ com o “velho Zequinha” e tinham seis filhos. Após os primeiros anos em que moraram na área, seu companheiro foi embora, largando-a com toda(o)s a(o)s filha(o)s para criar e ainda levou o dinheiro que receberam do PROCERA. O documento de concessão do uso das terras estava apenas em nome dele, mas esse papel ficou com Rosa.

Depois que o velho Zequinha lhe deixou, a assentada soube do seu falecimento e procurou o INCRA, solicitando que colocasse a titularidade do lote em seu nome (levando a certidão de óbito). Em seguida, recebeu um papel que lhe garantia a posse das terras, embora ela tenha frisado que ainda chegava ao Assentamento documentos do Instituto nos quais constava o nome do falecido.

Atualmente, Rosa é “amasiada” com outro homem, Gabriel, filho de Ana e Pedro. Gabriel não participou da luta por terra; porém, como praticamente toda a sua família morava no assentamento, foi para a área há quinze anos e se juntou a Rosa. A assentada contou que solicitou ao INCRA a inclusão do nome de Gabriel no documento de concessão de uso do lote, mas ainda não obtiveram resposta.

⁷⁶ A palavra “amasiada” se refere a um casamento não oficializado em cartório. As denominações ajuntada ou amigada têm sentido similar. Essas expressões são muito comuns, visto que praticamente toda(o)s a(o)s assentada(o)s casada(o)s não registraram a união em cartório.

Rosa - O documento só veio em nome dele (velho Zequinha), porque nós não éramos casados no civil. Mas não era esse lote todo aqui. Depois que o INCRA me passou um segundo, pois esse aqui era de Silvia, que foi embora e mora hoje em Itaipé.

P – Mas o INCRA depois que o velho Zequinha morreu passou para seu nome?

Rosa - Passou. Minha sogra falava que Gabriel ia trabalhar no lote do Velho que foi embora e que o INCRA ia “empurrar nós com a barriga”, íamos ficar sem nada. Quando o INCRA veio ele passou de casa em casa falando que era para participarmos da reunião e eu fui. (Comentou que isso deve ter uns 14 anos). Fui na reunião e falei com o INCRA. Eu estou precisando que você me dê uma explicação. Eu moro em um lote que o dono foi embora e deixou o lote. Eu morava com ele e hoje eu permaneço no lote, tem gente que fala comigo que o INCRA vai me “empurrar com a barriga”. No lote eu tenho pastagem, tenho banana, feijão, cerca (...). O moço do INCRA me respondeu assim, “Rosa, ninguém empurra à senhora com a barriga não, se a senhora está lá desde quando todo mundo entrou, o homem foi embora deu evasão de lote, então, sem ele, o lote é da senhora” (...) Quando passou um pouco de tempo ele chegou com o documento do lote e me entregou. É o que todo mundo aqui tem, a concessão do Assentamento.

P - Mas quem era casado no civil o documento foi entregue em nome dos dois?

Rosa - Aqui foi só em nome do homem(...). Até hoje o nome do velho Zequinha não foi tirado também não. Já enviei o atestado de óbito e não tiraram o nome dele. Toda hora que eles vão ler alguma coisa na reunião citam o nome dele. Sabe o que o Velho fez? Ele pegou esse dinheiro do PROCERA, 4000,00 mil reais, e foi embora, morreu lá no lugar que ele estava e o nome dele está no INCRA até hoje.

É importante observarmos que Rosa, mesmo amasiada com o velho Zequinha, mãe de seis filha(o)s e participante na luta pela terra, considerava que o lote era de direito do companheiro, teve medo de perder a terra depois de ele ter lhe deixado. Após Zequinha ter morrido e o INCRA emitir a concessão de uso das terras em seu nome, Rosa passou a se considerar proprietária, tendo a segurança de que não perderia a terra. Seu atual companheiro, Gabriel, relatou, em outro momento, enquanto almoçávamos, que há quinze anos mora com Rosa, cuida dos filhos “do outro” e, ainda assim, o INCRA não o reconhece como assentado.

Rosa teve seis filha(o)s com o velho Zézinho e seis filha(o)s com Gabriel, sem contar o primeiro filho, que morreu na ocupação de Sapezinho. Dessa(e)s, sete frequentam a escola, duas/dois são muito crianças e um é portador de deficiência – tem problemas mentais e motores – e por isso fica sempre em casa. Sua filha mais velha é casada e mora em Boa Sorte, município vizinho de Itaipé. Rosa também tem um filho que mora e trabalha em Belo Horizonte e frequentemente visita a família no Assentamento. Dessa forma, Rosa tem 12 filha(o)s. É a mulher que mais tem filha(o)s no Assentamento.

Seu filho portador de necessidades especiais vive dentro de casa e nunca frequentou a escola. Necessita de educação e transporte especial, mas o município não oferece. Rosa praticamente não falou sobre o filho. Disse apenas que tem “problemas mentais”, dificuldades de comunicação e motora – para se locomover se arrasta pelo chão, pois seus membros não se desenvolveram⁷⁷.

⁷⁷Durante as duas vezes que estive em sua casa, encontrei-o. Tem aproximadamente 17 anos e as atividades que realiza são comer, dormir e brincar sozinho. Não presenciei nenhuma da(o)s suas/seus

Excluindo esse filho e mais quatro que são ainda crianças – têm menos de seis anos –, a(o)s outra(o)s cinco contribuem com os trabalhos, as meninas na casa e os meninos na roça. Inclusive, uma das meninas cuida, praticamente sozinha, do almoço de toda a família e Gabriel também ajuda nos serviços domésticos. Assim, os trabalhos que precisam ser realizados cotidianamente na casa e na roça não são totalmente concentrados em Rosa e Gabriel.

Rosa não expôs com detalhes como é ser mãe de 12 filha(o)s. Disse que, como não tomava pílula anticoncepcional, foi engravidando sequencialmente. Atualmente toma a pílula, mas deseja fazer a laqueadura. Seu primeiro casamento foi explicado, pelas entrelinhas, como uma necessidade de ter um “marido”, como proteção ou respeito, mas não expôs nenhum sentimento pelo velho Zezinho. Em contraposição, refere-se a Gabriel com carinho e respeito, pois foi ele quem lhe ajudou no momento em que ficou sozinha com seis crianças. Não obstante, isso não anula a importância do fato de que ser casada significa, em certa medida, proteção. Rosa e Gabriel expuseram a casa como elemento que materializa o trabalho cotidiano que realizam. Gabriel contou que, quando foi morar com Rosa, existia um barraco de lona e foi ele quem construiu a casa de adobe para a família. Atualmente eles constroem a casa de alvenaria que simboliza a melhora de vida e a “família que deu certo”, a partir de muito trabalho.

A assentada contou que seus pais a deixaram quando ainda era criança e, por isso, foi “criada pela vida”. Quando perguntei quem foi sua principal referência, quem tinha lhe ensinado a viver de forma tão guerreira, ela contou que houve um tempo em que morou com uma mulher que a ensinou a trabalhar. Essa mulher, que não era sua parenta, “pegou ela pra criar” em troca do seu trabalho: “Eu trabalhei muito, até no dia que eu vi que estavam me explorando”. Rosa narrou que essa mulher lhe ensinou que quando se é pobre há que trabalhar muito na vida e, trabalhando, conseguiu enfrentar as dificuldades que apareceram em seu caminho. Dessa forma, orgulha-se em declarar que tudo o que tem, incluindo a terra, foi porque nunca teve “medo de serviço”.

Rosa, posteriormente, foi morar com uma irmã, no município chamado Pavão, e se casou com o velho Zequinha, homem muito mais velho do que ela. Embora não tenha detalhado como conheceu Zequinha e por que vieram a se casar, a entrevistada expôs a união como se precisasse constituir uma família para ser “alguém”. Como não tinham trabalho e moradia, foram para a ocupação de Sapezinho ela, o marido e uma filha.

A assentada administra a casa, a produção na roça e as finanças – recebe dois salários mínimos, um da aposentadoria de seu pai e o outro do filho que tem problemas mentais. Rosa foi a única mulher que tem filhos na escola e disse não ser beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Informou que na Secretaria de Assistência Social do município lhe disseram que, como sua unidade familiar recebe as duas aposentadorias, sua renda ultrapassa o limite de carência⁷⁸. Nessa perspectiva, é o trabalho na roça e a criação de animais que sustentam as despesas da família.

Rosa carrega uma chave pendurada em uma corda no sutiã, que é da “despensa”. “Tem que trancar tudo, se não os meninos mexem em tudo”. Como a chave fica com ela, o acesso aos alimentos está concentrado em seu poder. Suas filhas adolescentes cuidam da casa e do almoço praticamente sozinhas, enquanto ela e o marido ficam na

irmãs/irmãos brincando ou conversando com ele. Ficou evidente uma dificuldade grande da família em lidar com as limitações do menino.

⁷⁸ A assentada frisou ser um absurdo não receber o benefício do Bolsa Família porque, como os remédios para cuidar do filho e do seu pai são muito caros, sobra pouco para cobrir as despesas da casa.

roça. Contudo, é Rosa quem decide o que vai ser feito e como, tanto na limpeza da casa como na alimentação.

Para Rosa, assumir o trabalho na roça é algo muito importante, visto que é da criação de animais e da agricultura que extraem a principal renda e a subsistência da família. Quando perguntei se a maioria das mulheres no Assentamento tinha uma “rotina como a dela”, respondeu que não. Gabriel, que no momento entrou na sala, frisou que Rosa é a mulher que mais trabalha no Assentamento.

Rosa - Qual mulher? Na roça? Quem trabalha aqui é poucas. Se você perguntar elas vão falar que trabalham, mas não trabalha não, quem trabalha em roça são poucas.

P - A maioria trabalha na casa?

Rosa- Só em casa, bebe cachaça e ‘ruassa’ (festas). Aqui tem mulher que passa de segunda a sexta feira na porta da prefeitura ‘vagabundando’. Tem hora que eu preciso colocar uma gasolina na moto, buscar uma peça ou um remédio, comprar uma carne na cidade, quando chego lá, está aquela fileira de mulheres da roça. Muitas pedem ajuda pra construir banheiro, outras estão pedindo o prefeito dinheiro pra beber na porta do buteco(...). Não é todo mundo que pega em uma enxada aqui não moça, as que mais trabalham...

Gabriel -Quem mais trabalha é você!

Rosa - Carla também trabalha.

Gabriel - Eu nunca vi uma mulher trabalhar mais que Rosa.

Rosa - É moça, mas pra gente adquirir alguma coisa na vida temos que trabalhar, não tem jeito.

Rosa é a única assentada que também cuida de criação de gado, embora não tenha muitos. Isso é interessante, visto que esse trabalho se configurou como uma atividade praticamente estrita ao homem, como no caso de Joana e Clara, por exemplo. Além disso, a criação de gado pode ser observada como uma atividade de melhor *status* se comparada à agricultura, sobretudo porque envolve mais recursos financeiros. A maioria das mulheres cuida somente de animais de terreiro, como porcos e galinhas – animais que compõem, de certa forma, as atividades da “agricultura”.

Dessa forma, Rosa relatou que assumiu a agricultura, a pecuária e os trabalhos domésticos em âmbito privado, e ainda pontuou que participou como tesoureira da Associação durante alguns anos.

A assentada relatou que, durante o período em que assumiu o cargo, trabalhou muito para conseguir dinheiro e fazer as obras que o Assentamento demandava. Todavia, frisou que nada se concretizou e que nem sabe o que foi feito com o dinheiro.

Rosa - Quando ia ter uma reunião da Associação e vinham os jovens de Aruega e das comunidades em volta, eu saía daqui de casa cedo e ia pedir patrocínio nos armazéns em Itaipé. Em todo canto que eu conhecia as pessoas, as que eu não conhecia também, pedia ajuda. Uma vez, fiquei oito dias vendendo cartela de bingo. Eu tinha que ficar indo atrás de fundos. Arrumar dinheiro para pagar carro para carregar as coisas. Depois, quando tinha o dinheiro na mão, João (que era o presidente da Associação) pegava. Ele ganhou trinta litros de gasolina e pra que era esse dinheiro? O dinheiro era pra fazer uma Igreja e um galpão para fazer reunião aqui. Esse dinheiro acabou todo e ninguém sabe o que aconteceu com ele (...).

Nesse sentido, a assentada narrou uma descrença em relação à organização política do Assentamento. Disse que a atualmente ainda participa das reuniões, porém não assume nenhum cargo de diretoria. De acordo com ela e Gabriel, a falta de união entre a(o)s assentada(o)s é um dos principais problemas do Assentamento.

Rosa - Nós assentados era pra ser igual irmão, e não é! Se eu ver você comendo uma bolachinha eu to doida para tirar de você. Aqui é desse jeito. Por isso que nós do assentamento não cresce todo mundo junto. Às vezes eu consigo fazer uma casinha com telha e o outro lá tem um barraco, por quê? Por causa dessa falta de união, nós não temos união. E é assim, toda hora que tem uma reunião, tem uma equipe de gente de fora eu falo dentro da reunião, “aqui não cresce e não está melhor, porque ninguém não olha o lado do próximo, nós não temos união. Então se continuar assim nós vamos ficar do mesmo jeito”.

Gabriel - Aqui teve uns momentos bons. Vinha uns fundos perdidos, ganhávamos caminhões de feira e dividia direitinho pra todos. Tem hora que você pegava meio saco de feijão e dividia direitinho. Mas é bom também do jeito que está hoje, porque na época que eles davam as coisas era só comer e ‘papiar’, ninguém queria trabalhar não. Aqui é tão ‘coisa’, tão esquisito, que se for vir um dinheiro pro assentamento o lugar que sabe primeiro é dentro daquela venda, você está entendendo? Então, imagina se ficasse naquela vida até hoje. Tem gente que fez projeto de comprar criação e acabou com tudo, tem gente que deve o banco e não tem como pagar porque não tem nada, não tem nada plantado na terra. Ela (sua companheira) pegou dois mil e cento e sessenta reais no banco e já pagou tudo. O que nós temos aqui nós não dependemos do banco, graças a Deus, nós batalhamos e pagamos.

Conforme Gabriel, a(o)s assentada(o)s deixaram de trabalhar quando recebiam alguma ajuda, como se se acomodassem diante de alguma assistência externa. Outro elemento importante no seu depoimento se refere à identificação da venda da Cedir como um lugar de fofoca e de pessoas “sem serviço”. Gabriel contou que parou de beber e, por conta disso, evita ambientes onde as pessoas consumam álcool. Em sua narrativa, a bebida figura como um problema central na área, principalmente por contradizer o valor principal que considera em um homem ou em uma mulher, o trabalho.

Gabriel – Aqui tem gente que bebe mais que... eu falo com você a verdade. Tem Tico que come com farinha, esse porqueira aqui do Ernani que come com farinha, Hélio que já é alcoólatra e o outro que o pai dele já não é assentado mais, esses comem mesmo. Eu to falando de pessoas assentadas que não querem nada da vida, levam a vida pra beber (...) Tico parece que o álcool já não sai das veias dele, o próprio Daltoé que é o que menos bebe, teve doente e voltou a beber de novo.

P - Mas eles já bebiam muito antes de serem assentados?

Gabriel – Desde antes daqui.

P – E as mulheres?

Gabriel – Tem muitas que bebem, mas outras não. Tem mulher que bebe mais que homem, mas é mais cerveja ou vinho. A minha mãe mesmo, agora que ela parou, porque bebida cachaça pior que um homem. Hoje ela bebe vinho e cerveja. Ela almoçava era com um copo de cerveja na mão (...) Joana, minha irmã, parou agora dizendo que vai para a Igreja, mas ela até derrame ela quase já sentiu duas vezes. Hoje ela parou dizendo que é crente.

A bebida é um assunto narrado por vários dos atores sociais com os quais conversei. Ela é acionada principalmente para questionar o caráter da(o) assentada(o) e, às vezes, como justificativa para dificuldades financeiras. “É porque ao invés de trabalhar vai beber cachaça”, explica Gabriel. Escutei expressões com o mesmo sentido diversas vezes. No caso de Gabriel e Rosa, ambos não ingerem álcool, evitam ir à venda da Cedir onde acontecem as “fofocas” e há comercialização de bebida alcoólica. Trabalham muito e isso, consequentemente, reflete em seu maior patrimônio.

Também é preciso chamar atenção que suas terras são totalmente cultivadas. A família possui horta e frutas, cultiva feijão, mandioca, café, milho e cana. Esses

alimentos bancam a subsistência da família e garantem uma segunda renda, principalmente com a venda do café e do feijão. Como divide o trabalho na roça e o cuidado dos animais com Gabriel, Rosa tem o *status* de produtora.

Outro fator que influencia no sentimento de pertença que Rosa diz ter no Assentamento é que, embora não tenha parentes consanguíneos na área, casou-se com Gabriel, que pertencente ao maior grupo de parentesco do Assentamento. Durante nossa conversa, Gabriel relatou ter problemas com sua mãe, Ana. Disse que não frequenta a casa dos seus pais por conta disso. Todavia, ficou evidente que ter vínculos sanguíneos com outras famílias da área significa “ser parte” de um todo, mesmo com divergências.

De maneira geral, entre as mulheres que são titulares do lote, Rosa é a que mais anunciou sua autonomia sobre a criação da(o)s filha(o)s, a produção agrícola, a gestão dos recursos financeiros e a dinâmica doméstica – a posse da chave da dispensa é central pra esse controle –, além de atuar na política do Assentamento e expressar uma grande valorização da família extensa que constituiu.

Durante o trabalho de campo, conversei com Rosa e Gabriel em outros momentos, na grande maioria das vezes quando cruzávamos pela estrada do Assentamento. Esses encontros foram importantes, visto que conversávamos sobre as atividades do dia – eu sempre estava indo ou voltando da casa de alguém e eles sempre trabalhando. Foi a partir dessas conversas também que desenvolvi este relato sobre as experiências de Rosa – conversas rápidas e surpreendentes que ocorreram no meio do caminho e evidenciavam como o trabalho é um valor importantíssimo para ambos, além do fato de estarem compartilhando as atividades.

No último dia em que caminhava pela área eu os encontrei, agradeci a acolhida e me despedi. Rosa falou que na próxima vez que eu fosse ao Assentamento ficaria hospedada em sua casa, pois talvez a casa nova já estivesse pronta. Ela foi ainda mais gentil e me emocionou quando disse que se algum dia na vida eu não tivesse para onde ir, estivesse passando por dificuldades, poderia me lembrar deles e ir para a casa dela: “ah, tem a casa da Rosa”. “Nós somos pobres, chucros, mas temos um teto e comida...”.

3.2.2 PAULA

Só porque o freguês morreu a gente também não vai ficar enterrada, não; a gente tem que seguir a vida da gente (...). Assim como eles podem seguir a vida deles pra frente, pois é homem, nós mulheres também temos que viver e seguir.

(Declaração de Paula durante nossa primeira conversa, enquanto tomava café da manhã).

Paula é assentada na área do Córrego das Posses, filha mais velha de Ana e João, e atualmente tem 53 anos. Durante os dias em que fiquei na área para conhecer a(o)s assentada(o)s, foi em sua casa que dormi e, por isso, foi com ela que mais convivi nessa área do Assentamento. Como não tinha conhecido Paula na vivência em 2010, estávamos bastante tímidas inicialmente. Fiquei em sua casa durante três dias. No final, percebi que, dentro do possível, tínhamos conseguido ficar à vontade e desenvolver um bom diálogo, ao ponto de Paula me dizer, enquanto eu me organizava para ir embora, que sentiria minha falta: “a casa vai ficar vazia agora, mas você vai voltar, né?”.

Sua casa é grande, comparada às outras do Assentamento. É composta por quatro quartos, banheiro, sala, varanda e uma grande cozinha onde ficamos a maior

parte do tempo, até durante a noite para nos esquentar no fogão à lenha, pois chovia e fazia frio. Mora com Paula apenas seu filho mais novo, de aproximadamente 14 anos, e seu companheiro, do terceiro casamento. Porém, é uma casa movimentada por filha(o)s, neta(a)s, noras ou vizinha(o)s. Nesse sentido, foi muito interessante, sobretudo porque convivi com pessoas que cotidianamente passavam por ali. Especialmente com uma de suas filhas, Camila, que tem uma casa ao lado e, por isso, compartilha o mesmo quintal, os cachorros e o portão de entrada com sua mãe.

Camila é uma mulher jovem, com aproximadamente vinte cinco anos. Tem quatro filha(o)s e está em seu segundo casamento. Gostava muito de conversar e passamos horas proseando enquanto cuidava de suas filhas, uma de um ano, outra de três anos de idade. Chegava cedo à casa da mãe, ajudava Paula na limpeza, na cocção do almoço, almoçava juntamente com a(o)s filha(o)s e depois iam para sua casa, assistir alguma novela. Seu marido saía cedo para trabalhar e voltava no fim da tarde. Paula demonstrou gostar muito de sua filha morar ao seu lado, principalmente pela presença da(o)s neta(o)s em sua casa. Durante todo ao dia tentava agradá-la(o)s com balas, biscoitos e outras guloseimas⁷⁹.

A assentada não aparenta ter 53 anos. É baixa, magra, tem os cabelos pretos longos e uma pele morena queimada pelo sol. Cuidava dos servidos domésticos durante todo o dia, varria, lavava, preparava o almoço, o café, o jantar e alimentava os cachorros. Paula adora tomar “um cafezinho” durante todo o dia, especialmente quando acorda e até antes de dormir. Durante as noites conversávamos e escutávamos música, pois em sua casa não havia antena para a televisão e, por isso, não era possível assistir “às novelas”. Contudo, isso não impedia Paula de assistir televisão, pois às vezes ia à casa de Camila.

No total, Paula tem 08 filha(o)s, 13 neta(o)s de sangue e 06 “emprestada(o)s” – que não são neta(o)s biológica(o)s. Entre suas/seus filha(o)s, 06 vivem em Córrego das Posses: 01 filho e 01 filha, ambos casados, têm casa no lote de Paula; outros 02 filhos casados têm casa na agrovila; 01 filha casada tem lote oficializado; 01 filho mora com ela. Dessa forma, a terra da assentada é compartilhada com suas/seus filha(o)s, cada um planta em um pedaço.

Camila – A terra aqui é pequena e a maioria dos filhos de mãe mora é perto dela, mas assim não dá pra todo mundo fazer um serviço grande. Eu tenho um pedacinho de cana, um pedacinho de mandioca e um pedacinho de cafezeiro. Não tenho grandes coisas não. Há uma hortinha também. Aqui não dá pra ‘coisar’ muita coisa não, ai cada um trabalha em um pedacinho, se só um só for trabalhar, os outros como é que faz? Então a gente já sabe, é só no pedacinho da gente que podemos trabalhar.

Em meio a essas possibilidades, em sua maioria, os homens da família saem para trabalhar em outras roças ou temporariamente na cidade para ter uma renda melhor. As mulheres, consequentemente, assumem o trabalho na agricultura do lote e cuidam das crianças. Por conta disso, Paula disse que quando se aposentar gostaria de morar na cidade, Itaipé, para ter uma vida mais tranquila e deixar a terra para suas/seus 05 filha(o)s que não têm lote. Assim, cada uma/um teria um pouco mais de espaço.

⁷⁹Como Paula e Camila estavam quase sempre juntas, acredito que seja interessante apresentar os discursos compartilhados, pois foi assim que o campo se desenvolveu. Além disso, é rico expor atores sociais de gerações diferentes e com laços de parentesco muito fortes, identificando o que foi dito em momentos particulares e o que foi dito “junto”. A seguir, será feito um esforço de distinguir os momentos.

Em frente a sua casa, Paula tem uma venda onde comercializa alimentos, bebidas e alguns utensílios domésticos, como panelas e cobertores. Quem cuidava desse comércio era seu falecido companheiro, César, e atualmente quem administra é seu novo companheiro, Zeca. A venda ajuda a complementar a renda de Paula, além de contribuir para que as famílias que vivem em Córrego das Posses não dependam estritamente do comércio da cidade. Durante os dias em que estive em sua casa, não observei grande movimento de clientes, sendo que durante a manhã a venda ficava fechada; contudo, de certa forma é um ponto de encontro no final do dia para a(o)s assentada(o)s.

Paula está em seu terceiro casamento. Contou que se amasiou primeiramente com 14 anos e tiveram sete filhos. Como ele “era muito estúpido”, separaram-se após sete anos juntos⁸⁰. O homem abandonou a luta pela terra e ela continuou acampada com a(o)s filha(o)s, porque seus pais e irmãs/irmãos também estavam acampados.

Quando estava na Lajinha, amasiou-se com César, que era separado e foi sozinho para as ocupações de terra. Quando chegaram a Córrego das Posses, Paula tinha 7 filha(o)s do primeiro casamento e, após alguns anos, teve mais um filho com César. Porém, há alguns anos César faleceu e Paula se juntou com outro homem, Zeca, também assentado em Córrego das Posses, que tinha se separado da mulher.

Sobre seus casamentos, no momento em que estávamos sozinhas na cozinha de sua casa, a assentada expôs que quis se casar novamente para que outros homens não ficassem lhe paquerando. De acordo com Paula, a mulher solteira fica “desamparada”, então, mesmo se não gostar muito do homem, é melhor ter sua companhia a ficar sozinha.

Paula - Eles ficam dando muito de cima da gente, então pra livrar deles tem que casar. Assim, se for pra gente ficar solteira para os outros ficarem dando de cima da gente e depois sair falando, mesmo se a gente não gostar, não gostar muito do homem, a gente amparada é melhor que a gente sozinha.

P – Então estar casada, de certa forma, significa amparo?

Paula - Pelo menos tem uma segurança dos outros não ficarem “bestando” com aquela palhaçada. Às vezes, você não está nem dando bola pra marido de outra, mas se você está solteira (...) vai criando inimizade pra mim, pra você e para o próprio homem (...). Tem hora que é melhor caçar pelo menos um “toco” e encostar. Ficar encostada ali, que a gente tem mais respeito.

P – É por isso que as moças também casam jovens?

Paula - Tem mais responsabilidade quando se casa. Só que tem umas que não querem saber de ter homem para ter responsabilidade, tem muitas que arrumam homem e ficam na mesma “bandalha”. Fica na mesma bandalheira, não adianta ter arranjado. É melhor ficar sozinha mesmo.

P – E os homens?

Paula - Ah! Para os homens também é a mesma coisa. Aqueles que querem uma coisa séria ficam com aquela mesma responsabilidade séria. Mas, mesmo assim eles “bandelha” ainda. Você já sabe como é (...), acabam separando. Às vezes na frente eles arrumam outra que ele agrada mais do que daquela que ele estava (...). Outros têm hora que mesmo não dando certo eles ficam juntos. Porque acontece assim, a pessoa fica junto mesmo não dando certo. Ai acaba um fazendo “ato” com o outro, por isso separa, pra livrar de fazer isso com o outro. Às vezes as pessoas vão fazer certas coisas, então é melhor separar.

P - Você acha que por não estarem casados juridicamente facilita a separação?

⁸⁰ Sobre isso, Paula pontuou que com esse primeiro companheiro teve “um filho atrás do outro”. Quando foram para Sapezinho ela já tinha 5 filha(o)s.

Paula - Oh moça, pra casar sem papel e separar os corpos é mais fácil, mas o pior é que na divisão das coisas é mais difícil (...). Quem é casada no civil é mais difícil a separação, porque mesmo que separa, faz aquele divórcio, fica enrolado, não pode casar com outro. Tem hora que tudo que vai fazer ainda aparece o nome daquele infeliz lá ainda. Casamento de civil é bom, dá uma segurança tanto pro homem quanto pra mulher, mas se for para uma separação fica mais difícil porque o que o homem tem a mulher tem direito. No caso de alguma coisa que ele quer vender como uma terra, ele não tem autorização de vender sem a assinatura da mulher e se a mulher tem alguma coisa de bem, ela não pode vender sem a assinatura do homem. Se o homem não assinar não tem nada feito, se a mulher não assinar não tem nada feito.

É interessante esse relato de Paula, pois, para ela, o casamento está relacionado à segurança da mulher. Estar solteira significa “problemas” não só para a mulher, mas também para as outras. Ela não é uma exceção no Assentamento em relação a ter tido vários casamentos e separações. Muitas mulheres apresentam essa trajetória. Contudo, Paula foi a assentada que narrou a possibilidade de uniões e separações entre homens e mulheres de forma mais naturalizada ou orgânica. Para ela, isso não é problemático. O adultério aparece em seu discurso como o elemento que mais influencia nas separações e é praticado por homens e mulheres. Além disso, pontuou que o casamento no civil, apesar de gerar “garantias”, produz, ao mesmo tempo, uma burocracia considerada, às vezes, inoportuna.

Na sequência, Paula, explicou como se dá o casamento e a separação:

Paula - Você está jovem, não deu certo com aquele homem com que nem casada é, somente ajuntou, e separa. Só porque não deu certo você vai viver sozinha por toda a vida? Você não vai viver? Você torna arranjar outro homem. Só que depois esse falece. Por conta que ele morreu você não vai ficar presa? Sem arranjar outro companheiro? Se você achar quem gosta de você e também gostou dele você vai tornar juntar de novo. É isso. Só porque o “freguês” morreu a gente também não vai ficar enterrada também não, a gente tem que seguir a vida da gente, assim como eles podem seguir a vida deles, pois é homem, nós mulheres também temos que viver e seguir. Gostar de quem gosta da gente. Porque às vezes você gosta de um freguês, mas tem hora que ele não gosta muito de você, acaba vocês dois não dando certo, ou talvez ele gosta muito de você, mas você não, você dorme com ele ali, mas não gosta muito é só para não ficar desamparada sozinha. Igual eu, o que me fez morar mais o velho é por causa disso, quando a gente está solteira muita gente dá de cima da gente.

Essa narrativa mostra como os atores sociais “lêem o mundo” a partir de suas próprias experiências. Para explicar como se dão as separações e uniões, Paula contou por que se casou três vezes. O primeiro casamento foi desfeito, visto que o homem era muito “bruto”, não se gostavam. Posteriormente, casou-se com César, de quem disse ter saudades, pois era um bom marido, mas este faleceu. Consequentemente, Paula ficou morando com o filho mais novo. Mesmo próxima de vário(s) parentes se sentia “desamparada”. Nesse sentido, resolveu se ajuntar com um assentando, Zeca, bem mais velho do que ela, mas que, de certa forma, é uma segurança de que outros homens não vão “dar de cima” dela. No seu discurso fica claro que seu último marido é como um “toco” que colocou dentro de sua casa para lhe “proteger” e que os melhores frutos de seus casamentos são, principalmente, suas/seus filha(o)s.

Todavia, a união de Zeca e Paula é polêmica no Assentamento. Zeca era casado com Mariza e participaram da luta por terra, desde 1989. Depois foram assentados na área do Córrego das Posses, tiveram três filha(o)s, que atualmente estão casada(o)s e moram no Assentamento.

Quando conheci Mariza, ela me contou que eles eram acampados em Aruega; contudo, como lá não daria para assentar todas as famílias, foram para a Lajinha e posteriormente vieram para o Assentamento. Atualmente, Antônio (filho) tem lote no Córrego das Posses e Isabel (filha) tem lote em Santa Rosa. Apenas um filho, Miguel, que mora na agrovila da área do Córrego das Posses, não é oficialmente assentado. Depois que se separou de Zeca, há dois anos, Mariza foi morar com a filha em Santa Rosa, mas vem diariamente a Córrego das Posses trabalhar na terra. Seus filhos, Antônio e Miguel, também cultivam no lote dos seus pais, principalmente o segundo, que não tem lote.

De acordo com Mariza, Zeca a largou para se amasiar com Paula, que tinha ficado viúva. Seu relato difere, portanto, do de Paula, que afirma ter se “amigado” com Zeca quando ele já estava separado da mulher e morava sozinho em sua casa em Córrego das Posses. Mariza pontuou que trabalha em seu lote mesmo morando em Santa Rosa e que preferiu sair de casa e ir morar com a filha para não mais encontrar cotidianamente com o ex-companheiro que a traiu. Além disso, disse que não deseja se casar novamente e que está feliz morando com a família da filha. Não foi possível conversar com Zeca. Ele pareceu não gostar da minha presença na casa de Paula, apesar de ter-lhe encontrado pouco – passou dois dias em Teófilo Otoni para se consultar.

Paula contou que, como Zeca não aguenta mais trabalhar na terra, depois que foi morar com ela, ficou responsável pela venda. Para a assentada não foi uma situação constrangedora se amasiar com Zeca, mesmo com algumas pessoas do Assentamento dizendo que ele se separou da mulher para ficar com ela, como anunciou Mariza.

Camila também contou que seu segundo casamento é considerado “estranho” por muita(o)s da comunidade, visto que se casou com o filho de César, segundo marido de sua mãe. Enquanto fazíamos o almoço, Camila, na presença de sua mãe, contou-me que se casou primeiramente com 16 anos, sem saber por que estava se casando. O homem era natural de Itaipé e tiveram dois filhos. Todavia, o casamento não deu certo principalmente porque ele contava para seus amigos na comunidade sobre a “intimidade” de Camila.

P – Por que você se casou com ele?

Camila – Você sabe, né? Gente é nova tem hora que você não pensa.

Paula – Quando pensa que não, já fez o sacrifício (risos).

Camila – Às vezes a gente nem pensa o que é melhor pra gente, depois que pensa e vai ver que a gente deu foi mancada. Mas está bom, eu casei e Deus me deu dois filhos com ele. Mas eu já separei dele.

P – Há vocês se separaram. E ele foi embora daqui?

Camila – Voltou pra Itaipé. A família dele mora lá.

P – Mas por que você se separou dele?

Camila – Ah, moça, ele ficou com umas palhaçadas. Você sabe que o que acontece entre o homem e a mulher não pode ficar falando. Ele ficava falando com o pessoal de fora. Eu falei, quer saber de uma coisa? Vou dar saída nisso.

Segundo Camila, somente depois de estar casada pôde participar das conversas com as outras mulheres, também já casadas, sobre sexo, por exemplo. Na pesquisa de Schaaf (2003), uma situação parecida foi exposta:

As agricultoras contaram que as poucas informações recebidas eram passadas nas “entrelinhas”, de mãe para filha, dentro de um imaginário em que o corpo e o sexo eram relacionados com o pecado. Assim, desenvolveram-se o medo e a vergonha em relação ao sexo e aos homens, que, nesta visão, roubavam a “pureza” das mulheres, o que resultava numa grande falta de conhecimento. “Até o dia de meu casamento, eu não sabia de onde vinham as crianças.

Diziam que vinham do banhado. Depois pensava que cada vez que se fazia sexo crescia o nenê. Comecei a entender depois" (SCHAAF, 2003, p. 427).

Dessa forma, após os problemas com o primeiro marido, Camila se separou e, dois anos depois, casou-se com o filho de César. Relatou que quando o conheceu não teve dúvidas de que o queria como companheiro. Porém, não foi fácil, pois as pessoas do assentamento comentaram que eram “irmãos”, apesar de nunca terem convivido como irmãos.

Camila – Meu marido é parente dos meninos de mãe, por isso o povo fica achando complicado sabe? Porque ele é irmão dos filhos de mãe. Mas, ele não é nada meu.

Paula – Igual eu falei pra você. Quando eu fui morar mais ele (César) eu tinha meus filhos e ele já tinha os dele, o marido dela e o caçula.

P – Por que que é complicado?

Paula – Porque tem gente que pensa que eles são irmãos. Porque eu que criei eles. Quando eu fui morar mais ele, eles eram todos pequenininhos. Ela (Camila) chamava Zeca de pai, e ele (marido de camila), que é filho dele, chamava Zeca de pai, assim é irmão dos meus meninos.

Camila – Os filhos de mãe que são irmão dele agora são irmão e cunhado.

P – Então vocês não são parentes de sangue?

Camila – Não, graças a deus! Se fosse eu também não queria.

P – Você se apaixonou por ele?

Camila - Apaixonei. Mas eu já gostava dele mais do que do primeiro. Quando ele era casado teve aqui (assentamento) e pai falou que era filho dele. Mas eu não conhecia. A gente conheceu ele quando teve aqui e pai falou que era filho dele. Nessa época eu já tinha meus dois filhos.

P – Ele veio morar aqui com você?

Camila - É, veio morar comigo e tivemos duas meninas. Dei sorte, no primeiro arrumei dois meninos, no segundo arrumei duas mulheres.

P – Você quer ter mais filhos?

Camila - Não quero ter mais não, só se Deus quiser. Se Deus falar assim, você vai querer. Mas se for pra mim querer eu não quero não.

P – A maioria das mulheres daqui após alguns anos de casamento operam? Você já operou?

Camila - Não, eu fico com medo de operar. Porque tem muita gente que opera e depois fica reclamando que está sentindo isso, está sentindo aquilo. Eu to tomando remédio, mas eu comecei a tomar uns dias pra trás.

P – Sua filha mais nova tem quantos anos?

Camila- Tem um ano e seis meses e a outra vai fazer quatro anos.

Nesse sentido, torna-se interessante a análise de vários elementos presentes na narrativa exposta acima. Primeiramente, evidenciam-se similitudes entre a trajetória da mãe e da filha. O casamento e a separação, por exemplo, sendo que o primeiro marido, em ambos os casos, foi apresentado com uma experiência matrimonial ruim. Além disso, ambas se casaram muito jovens e justificaram isso como um “não pensar”, algo que estava no *script* da vida de uma moça jovem. Camila apresentou o assunto da sexualidade, evidenciando como é difícil o diálogo em âmbito familiar. Nesse sentido, evidencia-se a diferença da educação sexual para mulheres e para os homens. No sentido que foi exposto por Schaaf (2003), o sexo é colocado para as mulheres como “vergonhoso”, enquanto para os homens é a afirmação da masculinidade, “ser homem”. Esse ponto de vista dicotômico é reiterado na experiência de Camila.

Nessa perspectiva, tanto o discurso de Paula como o de Camila envolveram principalmente assuntos relacionados ao casamento e à sexualidade. De acordo com Paula, o casamento se justifica especialmente pela necessidade de “proteção” para a mulher e por isso há possibilidade de conviver com um homem sem haver

necessariamente sentimento amoroso. Estar casada significa, entre outras coisas, respeito, tranquilidade e amparo. Uma mulher solteira está vulnerável. Ao mesmo tempo, tanto Paula como Camila evidenciaram que a relação conjugal deve ser rompida quando a mulher se sente desrespeitada, declarando não haver muita tolerância frente a alguma forma de violência. Esses discursos demonstram que o casamento e a separação não são construções fixas, não são relações que representam um fim.

Sobre o assunto “renda”, Paula narrou que recebe a pensão de César, para seu filho mais novo, e também a bolsa família. Zeca também é aposentado, mas Paula afirmou que não interfere em seu dinheiro. A venda contribuiu para gerar renda para a família; contudo, não ficou claro como é a gestão da renda, visto que é Zeca quem trabalha na mesma.

A assentada cria galinhas e porco em seu quintal e tem uma grande horta. Durante os dias em que estive lá não a vi trabalhando na roça, pois estava sempre em casa. Pareceu-me que Paula disponibiliza a maior parte da terra para suas/seus três filha(o)s trabalharem. Nessa perspectiva, ela não demonstrou assumir a agricultura, mas se concentra nos serviços domésticos.

Embora Paula pertença ao maior grupo de parentesco do Assentamento, disse não visitar seus parentes e não gostar de sair de sua casa, da mesma forma que Gabriel. Mesmo que não tenha uma relação próxima, existe uma noção de pertencimento devido ao fato de a maior parte de sua família estar no Assentamento. Atualmente o lote está sob a responsabilidade de Paula, visto que após César ter falecido ela entregou ao INCRA a certidão de óbito, pedindo para ser reconhecida como a titular da concessão de uso das terras. A assentada me surpreendeu ao dizer que, depois que se aposentou, quer ir morar em Itaipé e deixar a terra para sua/seus filha(o)s, demonstrando um “desapego” pela vida na roça e pela própria convivência diária com seus familiares. Ela expõe esse desejo como se estivesse “passando a bola” para suas/seus filha(o)s.

3.2.3 Joana

Tem mulher que é muito besta que se deixa levar pelo marido, elas vivem a ‘especialidade’ de viver para o marido, entendeu? Não vive para elas, não vive sua própria vida.

(Enunciado de Joana enquanto fazíamos um jantar)

Joana, como exposto no capítulo II, é filha de Pedro e Ana. Nesse sentido, é irmã de Gabriel, cunhada de Rosa, irmã de Paula e tia de Camila, atores sociais das narrativas acima. Foi assentada na área do Santa Rosa na redistribuição de terras registrada no ano 2004, o documento de concessão de uso do lote está apenas em seu nome. Primeiramente, justificou a titulação individual, pois na época estava solteira. Em outro momento, afirmou que foi pelo fato de que seu companheiro não tinha os documentos (identidade ou carteira de trabalho). Independentemente disso, Joana recebeu um lote na redistribuição, sobretudo porque participou das ocupações de terras juntamente com sua família e morava na casa dos pais com dois filhos durante o período da nova divisão.

Joana tem aproximadamente 35 anos, longos cabelos pretos, encaracolados, pele negra e pequenos olhos finos, que de certa maneira lembram os orientais. Por ser baixa e magra, todos a chamam pelo diminutivo do seu nome. Todavia, sua personalidade forte e sua voz alta e aguda não a deixam transparecer ser uma pessoa frágil. Foi, sobretudo, através dessa assentada extremamente dinâmica, alegre e boa de conversa que consegui conhecer o Assentamento e realizar a pesquisa. Quando estive pela

primeira vez na área do Santa Rosa, Joana me acompanhou em muitas casas, me apresentou às famílias, me ensinou a matar porco e galinha, a cozinhar vaca atolada, a fazer biscoito e requeijão, entre outras deliciosas comidas. Fez questão de apresentar o que de melhor aquele espaço tinha.

Quando voltei com o intento de realizar esta pesquisa, apesar de ter dividido meu tempo com outras famílias o convívio mais intenso ainda foi com Joana. Em março de 2013, a assentada me ensinou a colher café e, enquanto realizávamos essa atividade, passávamos horas conversando. Ela me deixou ciente das principais mudanças durante os dois anos em que eu tinha me distanciado do Assentamento. As duas principais notícias, que tangiam a sua vida, eram sua conversão a uma Igreja Evangélica e o fato de ter vencido o alcoolismo.

Era visível que Joana estava mais saudável, sua pele estava lisa e havia melhorado em relação às dores que sentia constantemente no estômago, além de não sentir mais as tonturas e as dores na cabeça. Em 2010, Joana claramente se afirmou alcoólatra, bebia cachaça todos os dias – uma garrafa estava sempre cheia na cozinha. Nessa época, presenciei-a bêbada várias vezes.

Joana me mostrou que ampliaram a casa, reformaram a cozinha, fizeram um banheiro interno e uma área de serviço. Sua casa era outra se compararmos com a que existia em 2010. Narrou que conseguiram melhorar a casa, entre outras coisas, porque seu filho mais velho estava trabalhando em Belo Horizonte e, assim, ajudou financeiramente nas obras. Mas pontuou que, por não gastar mais dinheiro com o álcool, seu dinheiro estava “rendendo”.

A assentada tem quatro filhos, dentre os quais dois são com seu primeiro companheiro – um tem 19 anos e mora em Belo Horizonte, e o outro vive com o pai, mas Joana não tem praticamente nenhum contato com esse filho. Cada um dos outros dois é fruto de um relacionamento, porém ambos moram no Assentamento. Um tem aproximadamente 15 anos e vive na casa dos avós, Ana e João. O mais novo mora com Joana e seu atual companheiro, Gaspar. Com este não teve nenhuma/nenhum filha(o), pois já tinha feito laqueadura⁸¹ quando foram morar juntos.

Joana é muito apegada ao filho que mora em Belo Horizonte e ao mais novo que vive com ela. Já com o filho que mora com seus pais tem uma relação conflituosa e, por conta disso, ele mora com os avós⁸². A assentada trabalhou como doméstica em área urbana durante 02 anos. Disse que acompanhou sua família até o acampamento da Lajinha, mas depois decidiu tentar a vida na cidade para ganhar algum dinheiro.

Joana - Eu era moça, ficava andando de pé no chão, ia pra escola de pé no chão, ia pra Igreja de pé no chão, por isso eu decidi, eu vou é embora daqui. Mãe não queria que a gente saísse, ai eu fugi. Fui para favela do boiadeiro e consegui um trabalho na vila Barreiros (Teófilo Otoni). Depois fui para Belo Horizonte, fiquei uns dois anos lá e depois voltei para cá. Como aqui ei não tinha renda nenhuma (...) fui embora de novo. Fui para Lajinha, fiquei lá 6 anos, tive dois filhos e voltei para cá, pois eu não dava certo mais o homem. Mas quando eu cheguei aqui com dois meninos não existia esse negócio de

⁸¹ Laqueadura ou ligadura de tubas uterinas (trompas de Falópio) consiste no método de esterilização feminina caracterizado pelo corte e/ou ligamento cirúrgico das tubas uterinas, que fazem o caminho dos ovários até o útero. Assim, as tubas uterinas impedem a passagem do óvulo e os espermatozoides não o encontram, não havendo fecundação, ou seja, impossibilitando a gravidez da mulher. Fonte: <http://goo.gl/8Lsjw>

⁸² Joana afirmou que ele é um menino “preguiçoso” e na casa de seus pais não precisa trabalhar. Quando ele morava com ela, não gostava de ir à escola, trabalhar em casa, ajudar na roça e por isso eles brigavam muito. Então sua mãe, Ana, disse que ele poderia ir morar com ela.

bolsa família, essas coisas. Era aquele sofrimento, até casca de banana nós comíamos para sobreviver. Meu irmão mais novo chorava de fome, coisa que nunca acontecia porque pai sempre dava um jeito de não deixar faltar às coisas. Mãe tinha um porco, nós íamos ao vizinho para roubar banana, tirava duas pences para cada um e trazia. Quando chegávamos, nós cozinhávamos as bananas pra gente comer e dávamos as cascas para o porco. Foi sofrimento em cima de sofrimento viu.

Dessa forma, Joana relatou que trabalhou como empregada doméstica em Teófilo Otoni e posteriormente foi para Belo Horizonte. Nessa última cidade, morou na casa da família onde trabalhava e relatou que desistiu do emprego porque que o homem, chefe da família, a assediava sexualmente. Disse que quando estavam sozinhos na casa, ele a perseguia ou batia em seu quarto de noite. Joana não relatou ter sido estuprada, mas, por conta dessa violência, decidiu voltar a morar com a família na roça⁸³.

Quando voltou, sua família estava assentada em Santa Rosa, passando por muitas dificuldades e por isso decidiu não morar na área. Joana contou que nesse período se apaixonou por um homem e foi morar com ele na área da Lajinha, em Teófilo Otoni, e tiveram dois filhos. Porém, o companheiro bebia muito e por sua influência começou a beber também e brigavam cotidianamente. Os problemas foram se agravando ao ponto de ele bater nela, até que um dia Joana resolveu se separar e voltou para o Santa Rosa, onde moraria com os pais.

De acordo com a assentada, voltar a morar com a família foi muito difícil, porque depois que saiu de casa a pessoa cria outros hábitos e “manias”; porém, naquele momento não tinham outra forma de sobreviver.

Joana - Sem contarar que quando eu vim para cá eu entrei em depressão. Por ter separado do pai dos meus meninos, ter vindo pra cá sem lugar, morar na casa dos pais da gente de novo é difícil. Comecei a beber, bebendo, bebendo pouquinho, só para esquecer os problemas, mas fui aumentando e virei alcoólatra. Alcoólatra mesmo. Tudo que eu fazia era para gastar com bebida. Mas, Deus abençoou que eu fiz um tratamento. Precisou de tratamento, consegui parar de beber, hoje sou da Igreja, batizada, não bebo mais.⁸⁴

Durante uma das noites em que assistíamos televisão, Joana contou mais detalhes de como foi sua volta ao Assentamento. Antes de ser assentada, em 2000, ela viveu na casa dos pais e nesse período namorou outro homem que morava na região e, com ele, teve mais um filho. Em 2000, o INCRA fez uma nova distribuição das terras no assentamento, pois muitas famílias tinham evadido o lote. Como morava na casa dos seus pais com seus filhos, foi beneficiada com uma terra e oficialmente assentada.

No lote construiu um barraco e foi morar com seu filho mais velho, mas passaram muito frio e fome. Seu outro filho continuou morando com o homem na Lajinha e quanto ao que atualmente tem 15 anos, fruto do segundo relacionamento, ela não relatou onde estava nesse momento. Disse apenas que nesse primeiro barraco morou com seu filho mais velho, que atualmente vive em Belo Horizonte. Nessa época, relatou que conheceu outro homem e com ele teve seu quarto filho, mas que também brigavam muito e não foi possível continuar juntos. Durante todo esse tempo o álcool

⁸³ Esses detalhes Joana me contou durante uma noite em que assistímos novela. Todavia, em 2010 já tinha contado que sofreu assédio quando trabalhou como doméstica em Belo Horizonte.

⁸⁴ O tratamento do vício e sua entrada para a Igreja aconteceram há dois anos.

foi um problema em sua vida. Relatou que deixava os filhos sozinhos à noite para ir à venda da Cedir comprar uma garrafa de cachaça.

Depois, menos de um ano, Joana conheceu Gaspar e se amasiaram. Ruam, o filho mais novo da assentada, trata Gaspar como seu pai, pois na época em que se juntaram o menino tinha pouco mais de um ano de idade.

Gaspar vivia em uma terra próxima ao Assentamento e a vendeu para investir no lote. Joana contou que a vida do marido melhorou porque antes ele trabalhava e sua antiga mulher mandava em tudo, diferentemente dos dias atuais, pois ela dividiu o lote com ele. Enquanto ele cuida da pequena criação de gado, a agricultura é responsabilidade dela.

Joana - (...) lá onde ele trabalhava, não podia usufruir do que ele fazia. Por que a mulher que ele morava com ela na época que mandava, entende? Ele trabalhava e ela que ficava com tudo. Não é igual aqui que ele tem as vaquinhas dele, tem a pastagenzinha lá. Aqui quem mexe com agricultura é só eu. Ele planta um pezinho de mandioca uma coisinha assim, mas ele mexe é com as vacas dele. Está é roçando a manga dele. Então, eu falo mesmo, você não mete bedelho no meu e eu não meto o bedelho no seu. Do lado de dentro quem manda sou eu, do lado de fora quem manda é você.

Joana justificou sua união com Gaspar, sobretudo, porque ele era aposentado e poderia ajudá-la a melhorar de vida. Quando ela se referiu aos antigos relacionamentos, principalmente ao que mantivera com o homem que morava na Lajinha, frisou que “se apaixonar não prestava, não; a gente tem que gostar de quem é bom pra gente”.

Gaspar é um senhor de aproximadamente 60 anos e realiza uma alimentação cuidadosa, pois sofre de hipertensão e diabetes. Antes de se amasiar com Joana, foi casado e tinha mais de dez filha(o)s. Depois que se separou não tem contato com a(o)s filha(o)s; entretanto, sabe que algumas/alguns moram em São Paulo. Apesar de ter idade avançada, ainda trabalha muito. Sua atividade cotidiana é cuidar do gado – tem umas oito vacas e umas/uns bezerra(o)s. Além disso, também faz cercas, “roça as mangas” e realiza negócios. Quando não está trabalhando está em casa. Quase nunca anda pelo Assentamento. Quando sai é para ir ao culto na igreja evangélica com Joana.

Joana vai à Igreja com um grupo de assentada(o)s que moram na “grotão do grilo” em Santa Rosa, composto por sete núcleos familiares, incluindo a sua família extensa. A partir do dízimo, construíram uma igreja no Assentamento e atualmente a pastora vai três vezes por semana para realizar as celebrações. Nesse sentido, esse culto é um momento de encontro no Assentamento e tem gerado uma aproximação forte dessas famílias, visto que sempre é preciso realizar alguma atividade, como comemoração de aniversários, arrecadação de doações, trabalhos voluntários nas campanhas da igreja, etc.

Outro elemento fundamental que marca o discurso de Joana é a necessidade de afirmar sua autonomia no relacionamento com Gaspar. Na presença do marido, diz que quando ele não a trata bem briga com ele. O relato a seguir indica que essa “briga” se refere principalmente à realização de greve de sexo:

Joana – Oh, moça, outro dia Gaspar me irritou tanto. Eu estava tão cansada, cheguei e perguntei, “o Gaspar tem café?” Ele estava ali deitado no sofá, disse, “tem não”. Ai eu coei o café, e gritei a ele assim, “o Gaspar você quer café? coei café, você quer um golinho?” Em vez dele falar assim, “quero, trás um pouquinho pra mim”. Ele gritou de lá, “claro”. Aquilo me deu uma raiva, deu vontade de despejar o café na cabeça dele. Porque ele não podia ter educação? Eu achei isso uma humilhação, sabe? Porque eu gosto de ser bem tratada, homem me maltratou, eu fico brigada com ele.

Apesar de considerar que os trabalhos devam ser compartilhados, considera que em cada espaço há uma/um “responsável” e uma/um “ajudante”. Dessa forma, dá um exemplo de que quando a mulher trabalha fora de casa, como é o seu caso, o marido precisa ajudá-la com o serviço doméstico. Sobre esse assunto ela deu exemplos interessantes:

Joana - Sabe meu irmão (Gabirel)? Ele ia para o mato mais Rosa. Agora não sei se ele faz isso porque os meninos estão grandes, mas os dois iam para o mato, eles iam roçar, fazer uma cerca, eles trabalhavam de manhã cedo até de tarde. Quando dava no sábado, ela enchia a bacia de roupa e colocava lá de molho, às vezes, enchia duas bacias de molho e ele sentava em uma e ela em outra. Quando ela estava com a roupa dela no varal ele também estava. Ajudava ela de meia a meia em casa. Então, tem homem que contribui, mas tem homem que é machista ainda. O pessoal fala o machismo acabou, mas tem homem que é machista ainda. Você acredita que outro dia eu matei uma galinha aqui e falei com Gaspar, “limpa essa galinha pra mim”. Ele me disse que não sabe limpar galinha! Sabe por quê? Porque achou quem matasse, cozinhasse e desse a ele. Porque se não achasse ele aprendia a fazer tudo. Ele não lava um copo para mim. Diz, “eu não sou mulher”. Mas porque acha mulher pra fazer. Na hora que as mulheres começarem a fazer greve dentro de casa você vai ver se os homens não vão pra cozinha. Meu pai (Pedro) lava vasilha, meu pai varre a casa e meu pai está com 86 anos. Ele mata galinha, corta, põem no fogo, faz tudo, comida, faz café. Desde que meu pai casou com minha mãe pode contar os cafés que minha mãe levantou de manhã cedo e coou. Ele precisava pegar no batente então nunca precisou que mulher coasse café para ele. Mas hoje em dia acabou esse negócio, pode contar os homens que contribuem.

P – Então a mulher deixa de trabalhar na roça porque o marido não ajuda em casa?

Joana - Isso, porque o homem não ajuda. Às vezes a mulher é escrava, sabe? Ela acaba acarretando muito serviço para cima dela. Se o homem está no mato e ela está junto, quando chega em casa ela vai cozinar, trabalhar em casa, do jeito que é nojento arrumar casa. Lavar vasilha é enjoado. Sobra tudo pra mulher. Ai ela vai ajudar ele pra quê no mato? Ela vai fazer o de casa e arrumar jeito de fazer renda pra ela. Porque ela tem que ganhar também pra não ficar dependente de marido. Depender de marido presta não.

Essa conversa aconteceu em uma noite em que fazíamos o jantar e Joana tinha chegado a casa depois de um dia de serviço na cantina da escola no Santa Rosa. Gaspar, que estava em casa, não tinha lavado a louça que havia sujado. Percebi que ela falava isso bem alto, para que fosse escutando da sala de televisão. Foi perceptível que, apesar de ter se casado com Gaspar por ele ser aposentado, ela procura maneiras de ganhar o seu próprio dinheiro para não depender do companheiro e expõe, na frente do marido, sua autonomia econômica, principalmente agora que seu filho trabalha em Belo Horizonte e existe outra renda que chega a ela.

Além do trabalho na cantina da escola⁸⁵, Joana recebe o dinheiro da bolsa familiar de Ruam e trabalha na casa da mãe, ajudando na limpeza e a fazer o almoço. Como seus pais estão aposentados, podem pagá-la R\$15,00 reais pelo dia de serviço. No momento em que estive fazendo o trabalho de campo, a assentada trabalhava na casa de seus pais, saía cedo e voltava às 18hs para fazer o jantar. Era visível que Gaspar se

⁸⁵ Conforme explicado anteriormente, Joana trabalha na cantina da escola quando a cantineira contratada pela prefeitura viaja. Assim, recebe pelo dia de serviço.

incomodava com isso, pois, além de ficar sozinho, tinha que esquentar ou fazer seu próprio almoço. Ruan, após ir à escola (de manhã), ficava com Joana onde ela estivesse.

Com o dinheiro que recebe Joana compra coisas sem consultar o marido. Quando conversei com Gaspar, ele disse que se aborrecia com isso, porque a mulher era muito “gastadeira”, sempre tinha uma dívida em lojas em Itaipé. Ele é quem banca as despesas principais da família, como alimentação, paga a conta da energia elétrica, compra gás, remédios, entre outras coisas, e considera que a mulher trabalha para comprar o supérfluo. Não precisaria, de fato, trabalhar fora de casa se não fosse “gastadeira”. Entretanto, Joana não abre mão de ter seu próprio dinheiro e administrá-lo.

P – Aqui à maioria das mulheres arrumam forma de ter renda?

Joana - Algumas. Porque aqui não tem nem como. É difícil fazer alguma coisa pra ter renda. Cada um que planta o seu come ele, colhe o feijão e guarda, pois não sabem como vai ser nas outras águas e tem que vender o resto para despesa. A horta não sai pra vender pra fora, só pra consumo. Galinha caipira também só pra consumo. Então dá muita ajuda em casa, mas não vende pra fora.

P – Geralmente o trabalho da mulher é o que mais fica pra casa?

Joana - É. Vem tudo pra casa, mas o meu não vem tudo para a casa não! Fica para casa um pouco, mas eu tiro também para vender. Eu vendo para fora.

P - Mas, você acha que outras mulheres aqui têm o mesmo ponto de vista?

Joana - Tem não. Tem mulher que é muito besta, que se deixa levar pelo marido. Elas vivem a especialidade de viver para o marido, entendeu? Não vive para elas, não vive sua própria vida. Eu sempre falo, “gente, tem que parar de viver a vida dos seus maridos e viver a sua vida, vocês vivem para seus maridos. Lavar, cozinhar e dar eles comida na mão. Vocês estão vivendo para eles”.

P – Mas elas concordam ou não? Muda alguma coisa?

Joana - Concordam! Por incrível que pareça elas concordam. É bem difícil, mas vai indo que muda moça, muda! Tem uma mulher que, eu não vou citar o nome. Ela ia trabalhar com o marido e colhiam muito café. Mas a mulher pra comprar uma calcinha você acredita que precisava tirar escondido do café para vender? A gente fazia um negócio com ela e falava você pode me dar em café, ela tirava escondido. Eu falei pra ela, “moça deixa de ser besta, você trabalha a morrer e porque depois de trabalhar se você precisa de alguma coisa você precisa tirar escondido? Começa a tirar na vista dele, “to tirando e pronto”!” Se ele for em cima de você, você desse o pau também. Agora, ela tira, vende e ele não fala nada. Se ela matar um porco, geralmente é ele que pega e vende. Ela tira uma pedaço e diz isso aqui eu que vou vender. Mudou, ela não está mais aquele capacho. O homem sentava lá e dizia, “pega comida pra mim”, ela colocava, o homem dizia, “pega água pra mim”, ela pegava, “me dá um café”, ela trazia na mão, sendo que tinha vindo os dois do mato, sendo que todos dois estavam apanhando café. Eu achava aquilo um absurdo, ficava olhando aquilo e falava, “fulana deixa de ser besta, você não é escrava não”. Outro dia eu tava passando por lá e ouvi ela falando com ele, “se quiser vai lá apanhar, pois se você está cansado, eu também estou” (risos).

Joana narrou ter opiniões diferentes da maioria das mulheres do Assentamento. Em outras palavras, mesmo que outras mulheres pensem o mesmo, não é simples falar, principalmente na frente do marido. Além disso, realiza atividades como trabalhar fora do lote e receber remuneração, dividir o que é responsabilidade sua e do marido no uso da terra, passar férias na casa de uma irmã em Belo Horizonte e, ainda, participar de atividades políticas. A assentada acompanha as reuniões na assistência social e no STR de Itaipé, mobilizando as outras mulheres do assentamento a participarem também. Vai às reuniões da Associação do Assentamento (por um tempo foi secretária da

Associação) e participa de reuniões do MST nos assentamentos da região, mantendo contato com o assentamento Aruega.

Algo que diferencia Joana das outras assentadas, também, é que tem o costume de circular bastante pelo Assentamento. Ficou evidente durante os trabalhos de campo em Santa Rosa/Córrego das Posses que não é comum fazer visitas e frequentar as casas da(o)s vizinha(o)s e, até mesmo, da(o)s parentes. Isso é até considerado, em certa medida, um “incômodo”. Contudo, Joana visita seus parentes, vai à casa de seus vizinhos na Grotão do Grilo e constantemente vai a Itaipé. É difícil observar um dia em que Joana permanece dentro da sua casa durante todo o tempo. Por conta disso, está sempre bem informada, é uma pessoa “influente” e pode me apresentar a muitas pessoas.

Essa prática da assentada não pode ser justificada pelo fato de pertencer ao maior grupo de parentesco do Assentamento, porque outros membros não têm o mesmo hábito. Joana circula por todo o assentamento como se estivesse “em sua casa”. Sabe histórias de vida das pessoas, como cada família trabalha, de onde vieram, etc. Assim, por algumas/alguns é considerada “fofoqueira”, mas tem uma boa relação com a maioria.

Joana expôs que a melhor maneira de negociar com o marido é fazer greve de sexo. Disse que durante sua vida tudo o que conseguiu foi assim. As reformas na casa, o banheiro com chuveiro elétrico, a área de tanque, alguns aparelhos eletrônicos, entre outras coisas. Para ela, se esperasse a vontade de Gaspar não tinha nada. “Essa é a melhor forma de conseguir as coisas porque de outras maneiras, como parar de cozinhar ou de limpar a casa, mulher também fica prejudicada.” Contou ainda que outras mulheres utilizam esse “método” para conseguir melhorar a casa, mas a maioria tem medo de perderem os maridos. A partir disso, percebi que a casa é um elemento central que influencia no bem estar das mulheres, onde os ganhos com a negociação serão “investidos”.

Joana - Para mulher é principalmente a casa. Você sabe o que é uma pessoa chegar na casa dela e perguntar “até quando eu vou morar em barraco?” Não ter condições de comprar telha para colocar. Aqui ainda tem gente que mora em barraco de pau a pique⁸⁶. Ela mora porque não tem aquele apoio, entende? P – E para o homem, o que importa?

Joana - São outras coisas. Homem não preocupa com casa. Quem preocupa com casa é a mulher. Primeiro porque a mulher fica com vergonha de chegar alguém na casa dela e ela não ter uma casinha decente para oferecer. Se você chegou e tem é uma esteira pra jogar no chão pro homem está bom, “oh fulano, tem um esteira ai pode dormir”.

A importância dada à casa foi exposta pela maioria das mulheres do Assentamento com as quais conversei. A casa é como se fosse uma das “traduções” principais do que a mulher tem ou não. Um exemplo é quando não se tem o mínimo de conforto em uma casa, refletindo uma espécie de anulação da mulher, visto que ela é a responsável pelo doméstico, e a casa é seu espaço por excelência.

⁸⁶Pau a pique, também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo ou taipa de sebe, é uma técnica construtiva antiga que consistia no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transformava-se em parede. Disponível em: <http://goo.gl/zdcLm5> Acesso: 10 jan. 2014.

A posse da terra foi narrada pela assentada como um elemento importante nas “negociações” que realiza, sobretudo, com o marido. Ela pontuou que ele tem direito à metade da propriedade, visto que ajudou a beneficiar toda a área, ao mesmo tempo em que sua contrapartida é justamente compartilhar e metade do lote com ele.

Se pro lado de dentro é meu, pro lado de fora é dele. A casa é minha. O café é meu. Tudo é meu (risos). Se nós dois tivermos um “pega pra capá” ele tem que sair e fazer a casa dele lá no que é dele. Eu to dividindo a terra no INCRA, 50% pra mim e 50% para ele. Eu to colocando que ele tem 50%, mas o dele é lá do lado de fora da cerca. Dentro da cerca é meu, só que ele ajudou a beneficiar. Ele que fez a casa, ele que fez tudo, ele que colocou água e ele que comprou o café para plantar. Mas depois que ta pronto é a divisão. Lá é dele, aqui é meu. Só que não tem precisão de ter confusão, sabe? Mas esses dias eu estava querendo ir embora. Mas ai meu filho (o que mora em Belo Horizonte) falou comigo, “não vai não maínha, deixa de bobagem, para e pensa direito, você está ai livre, o ar daí é muito melhor, melhor que aqui, mais saudável”. Ai eu disse que ia pensar direitinho, analisar.

Quando fala “de dentro da cerca”, a assentada se refere a essa parte com a casa e um terreno lateral, que, além do café, possui uma horta, árvores de frutas e um mandiocal. Do “lado de fora” é uma outra parte do lote, onde ficam as vacas e os bois de Gaspar, uma pastagem que, às vezes, ele arrenda para outra(s) criadora(e)s de gado das ‘redondezas’. Nesse sentido, é perceptível que Joana reconhece que Gaspar tem direito ao lote proporcionalmente a ela, que participou da luta pela terra com sua família e foi assentada. Ao mesmo tempo, relata conseguir se apropriar de benfeitorias feitas por Gaspar, sem que ele diga que é dele, pois a terra é dela.

Em seguida, pontuou que a posse conjunta da terra pode contribuir para a construção de igualdades de direitos. Mas, cotidianamente, se não houver uma boa relação entre o casal a posse não “impõe” uma relação compartilhada, não impede que exista uma relação de competição, ou seja, é difícil um documento mudar a relação no dia a dia.

Quando se tem uma boa vivência, a mulher quer colocar o marido dela junto com ela, não tem esse negócio de ir na frente não. Quando tem uma boa relação. Agora quando é assim um pra lá e outro pra cá, tem sempre um querendo ser titular. Mas agora não existe isso. Titular não existe mais não. Existe assim, como eu, coloca assim Joana e Gaspar. Não coloca meu nome e lá no final do documento coloca Gaspar não. Coloca Joana e Gaspar, eu mandei colocar, mas não sei se chegou “na mão” do INCRA. Eu falei, vai fazer 11 anos que nós dois está junto, na época (da homologação) eu estava sozinha, mas depois eu procurei colocar ele junto comigo. Porque se a pessoa trabalha na roça não tem que ter uma pessoa que fala que tem mais direito do que você, direitos iguais para cada um. Metade para cada um. Se for o caso de resolver separar. Vamos medir, rachar lá de cima até aqui em baixo, metade é seu, metade é meu. Meu ponto de vista eu penso assim, mas às vezes eu posso falar brincando sabe? Mas meu ponto e vista é esse.

Joana conseguiu verbalizar significativamente suas experiência e expor elementos da espera privada e de âmbito público que, de acordo com ela, são centrais para sua participação na família e na comunidade.

O convívio com Joana se deu de forma muito intensa. Ela é daquelas mulheres que ocupam todo o seu dia com atividades e, também, das pessoas que estejam próximas a ela: delega trabalhos, gosta de ensinar, de ter companhia durante o trabalho e uma pessoa perto conversar. Sua vida é muito dinâmica se compararmos às rotinas de

outra(o)s assentados e o contato com ela foi fundamental para perceber como as relações de gênero se configuram como uma complexa negociação.

3.2.4 Clara

Olha só, tudo isso aqui dentro. O meu marido gosta é de mexer com negócio de gado, fazer negócio. Quem cuida daqui de dentro sou eu. Roço manga, capino, cuido de cafezeiro... Eu cuido de tudo
(Fala de Clara quando conversávamos)

Clara assistia televisão quando cheguei a sua casa; era fim de tarde de agosto de 2013. Nosso diálogo foi relativamente rápido se comparado aos realizados com as Assentadas, conforme expus anteriormente. Sua filha mais nova nos fez companhia enquanto conversávamos e muito gentilmente serviu um café assim que cheguei. Como foi a primeira vez que encontrei Clara, considero que a conversa foi interessante. Ela falou sobre sua trajetória e sua família, sem se alongar e citar eventos – aparentou ser dessas pessoas muito objetivas. Conversamos umas duas horas até o momento em que seu marido chegou. A partir daí, Clara agiu muito tímida, desenvolveu uma conversa vazia e, percebendo isso, fui embora para evitar constrangimentos. Entretanto, foi tempo suficiente para narrar elementos que enriquecem a reflexão central desta dissertação – as implicações da mulher ter a posse formal do lote.

Clara contou que é moradora do Santa Rosa há aproximadamente oito anos. O lote no qual vive era anteriormente de sua família, que foi embora do Assentamento após alguns anos na terra. A assentada não contou detalhadamente por que decidiram ir embora da área e para onde foram; somente relatou que não gostavam muito de trabalhar na terra. Na época em que o lote ficou vago, Clara estava casada e com quatro filha(o)s. Ela e o marido trabalhavam para um fazendeiro da região de Itaipé. Com a possibilidade de perderem o lote caso o deixassem vago por algum tempo, seu pai ofereceu a posse da terra para a filha e sua família.

Clara, que tinha participado das ocupações de terras junto à sua família, só saiu do Assentamento quando se casou. Assim, aceitou a proposta do pai e se mudou para o lote com sua família. Dessa forma, tem a concessão de uso das terras individualmente em seu nome.

Quando eles (INCRA) foram passar para o meu nome, os assentados disseram que o direito era meu, não era dele (marido), porque ele não era acampado. Ninguém conhecia ele. Por causa disso que colocaram em meu nome. “Nos vamos colocar em seu nome, porque nós conhecemos você desde pequeninha, você sofreu mais nós nos acampamentos e tudo”.

A assentada frisou que no lote não existia praticamente nada plantado; era tudo mato, o que existe de cultivo atualmente é resultado de seu trabalho a partir do momento em que chegou à terra.

P- Por que sua família não quis permanecer na terra que demoraram tanto tempo para conquistar?

Clara - Preguiçosos, moça! Esse povo não trabalhava não, vivia ‘abestando’. Eu falo mesmo. A verdade é que eles não trabalhavam! (...) Olha só tudo isso aqui dentro. O meu marido gosta é de mexer com negócio de gado, fazer negócio. Quem cuida daqui de dentro sou eu. Roço manga, capino, cuido de

cafezeiro... Eu cuido de tudo. Trabalho na roça e dentro de casa. Todo mundo chega aqui e me vê na roça trabalhando. Eu cuido de tudo aqui e ele sai pra fazer viagem(...). Agora mesmo eu estou roçando essas mangas ai. Não gosto de ficar parada dentro de casa, tenho que estar fazendo alguma coisa.

Dessa forma, Clara contou que seu marido cuida de gado e negocia os animais, enquanto ela cuida da agricultura e do serviço doméstico. Entretanto, em um momento deu-se a entender que essa divisão não é muito bem resolvida, como foi exposto no caso de Joana. A assentada afirma o seguinte:

P - Pra você faz diferença a terra estar em seu nome?
Clara – Pode-se dizer que é ele quem manda, porque ele que planta, cuida, mexe com criação...
P – Mas você não acabou de falar que você que cuida da agricultura?
Clara - Pois é, eu que cuido.. Mas falo que é dele, porque ele compra criação pra ele e coloca ai. Cuida e tudo.
P – A criação é dele ou é sua?
Clara - É dele. Ele que comprou. Só que eu tinha dez cabeças de gado e ele vendeu. Falou que ia comprar outras para mim e até hoje (risos). Vendeu tudo. Mas eu não ligo pra isso, não. Tudo é para dentro de casa mesmo. Vai vender, o dinheiro é para dentro de casa, pra colocar na despesa, faz diferença nenhuma.

Essa narrativa de Clara mostra elementos que até então não tinham aparecido no discurso das outras assentadas, principalmente o fato de afirmar que é o homem quem “manda”, ainda que ela realize todo o trabalho vinculado à agricultura, na medida em que possui o dinheiro para investir na terra. Dessa forma, apesar de ter a posse formal do lote, Clara deixa evidente que quem toma as decisões no núcleo familiar é seu marido.

São poucas as famílias no Assentamento que criam gado no lote, visto que isso depende de dinheiro para investir. Uma delas é a família de Clara. Talvez seu marido seja quem tenha mais cabeças de gado no Assentamento e isso confere poder a ele, tanto na família quanto na comunidade. Todavia, Clara pontuou que também tem participação na criação, embora seu marido tenha vendido todos os seus animais com a promessa – não cumprida – de repô-los. Na sequência, a assentada encerra a história ao afirmar que isso não é um problema, visto que significa investimentos para a “casa”, ou seja, que beneficia toda(o)s da família. Assim, fica evidente que a mulher enfrenta “dificuldade” em negociar determinadas questões com o marido ou que a negociação não é realizada, pois a preocupação maior concerne à estabilidade econômica da casa. Apesar de Clara ocupar o espaço de agricultura na roça, a criação de gado, por pertencer ao marido, simboliza *status* de mais poder de barganha nesse caso.

Clara tem aproximadamente 35 anos, mas aparenta ser mais nova. É baixa, tem cabelos pretos e lisos, pele clara e uma voz baixa, ao ponto de às vezes eu ter dificuldades de entender o que dizia. Abria um sorriso tímido quando eu perguntava algo que parecia um pouco mais “polêmico”. Clara tem três filhas e um menino, mais novo. Seu marido é um homem também novo, muito magro e, pelo pouco tempo em que estivemos juntos, demonstrou ser ressabiado. Antes de se casar com Clara, vivia com sua família em uma das comunidades rurais próximas ao Assentamento.

A assentada expôs que duas das suas filhas mais velhas trabalham como empregadas domésticas e por isso não moram no Assentamento. Uma tem 17 anos, estuda e trabalha em Itaipé, e a outra tem 16 anos, mora na casa de uma senhora na comunidade do Baixão, mas também estuda em Itaipé. Sua filha mais nova tem 15 anos

e o menino tem 13 anos, ambos moram no assentamento com a família e também estudam nas escolas em Itaipé.

Quando perguntei o porquê das filhas morarem e trabalharem fora, Clara disse que “elas ficam doidas pra sair (...), ganhar dinheiro e comprar as coisinhas delas”. Mas, pontuou que acredita que é somente por um tempo; depois elas voltarão para casa.

P – Por que você acha que as meninas vão voltar?

Clara - Porque tem mais amor à família, quer ficar é perto da família.

P – Elas falam que vão voltar?

Clara - Falam! Essa que está no Baixão, a mulher vai mudar, ela está fazendo uma casa lá pros lado de Caraí afora. Ela vai pra lá, ficar perto dos parentes, porque ela mora sozinha. A filha que ela tem aqui mora muito distanciado dela. O filho fica trabalhando em Belo Horizonte também, por isso ela vai embora.

É interessante observar que estar “perto da família” é um fator principal para Clara e, por isso, ela acredita que as duas filhas voltarão a morar com a família no Assentamento. Contudo, em nenhum momento a assentada se referiu a sua família. Não disse onde moram e nem que se encontram regularmente. Apenas tem contato com a família do marido.

Além disso, é importante pontuar que Clara ressaltou que todas as suas filhas e também seu filho vão à escola, sendo que as duas mais velhas estão terminando o Ensino Médio. Em sua narrativa, deu valor especial à escolarização da prole.

Sua filha que mora no Baixão tem um namorado e espera terminar os estudos para se casar, ao contrário da que mora em Itaipé, a mais velha, que diz não querer se casar e não tem namorado. Diante disso, perguntei:

P - Por que ela diz isso?

Clara - Ela diz que homem é muito enjoado, muito nojento, que não quer se casar, não.

P - E você concorda com ela?

Clara - Há... eu concordo! Tem muitos homens que quando está namorando é um anjinho, mas depois que “cresce” vira bicho, vira demônio (risos).

Clara se casou há 18 anos e depois de ter o quarto filho fez a laqueadura, pois não queriam ter mais filha(o)s. Essa prática é bastante comum no assentamento, visto que a grande maioria das mulheres fez a operação como prática preventiva. Quando perguntei se os homens também operam, fazem vasectomia⁸⁷, ela respondeu rindo:

Clara - Os homens não querem operar, não. Eles falam que o direito é da mulher. Falou em operar, eles “caem é fora”. Podem operar, não. Só tem um homem aqui que eu conheço que é operado. Ele é vizinho nosso, mora lá do outro lado (...). Ele operou porque a mulher tinha problema, por isso ele operou no lugar dela. Mas é só porque ele queria operar e operou. Eu falei com o meu pra ele operar, ele disse “eu não”, pulou foi fora!

P – Por quê?

Clara - Ele disse que a mulher que tem que operar, o homem não pode operar, não.

⁸⁷A vasectomia ou deferentectomy é um método contraceptivo através da ligadura dos canais deferentes no homem. É uma pequena cirurgia feita com anestesia local em cima do escroto. Não precisa de internação. É uma cirurgia de esterilização voluntária. Disponível em: <http://goo.gl/JIih79> Acesso: 15 jan. 2014.

Esse é um discurso reiterado por outras mulheres. Em alguns momentos, é uma situação que expressa crítica da mulher, como no caso de Clara, e, em outros, demonstra ser algo consensual. Existe uma naturalização de que a mulher deve operar se não quiser ter mais filha(o)s porque é ela quem fica grávida.

Sobre a organização do assentamento e as atividades da Associação, Clara disse que participa e acompanha pouco. Relatou que não gosta de participar de reuniões, que sempre contribuiu com a associação, mas não sabe o que a diretoria faz com o dinheiro que as famílias repassam, visto que sempre estão pedindo mais. Como o seu marido não participou da luta pela terra e também não é considerado assentado, disse que “se” ele foi a alguma reunião, foi apenas uma vez durante os oito anos de vida na área.

P - Você gosta de participar de reuniões?

Clara - Eu não gosto muito de reunião não. Meu esposo mesmo não gosta, ele nunca foi a nenhuma reunião. Acho que se ele foi, foi sozinho aqui uma vez. P - A maioria das vezes quem vai é você? Mas você também não gosta de participar?

Clara - Sou eu! Não gosto de ir, mas têm umas boas, outras ruins... Esse negócio da Associação... eles ficam arrecadando dinheiro e ninguém sabe pra que. Dizem que não vai mais vir dinheiro aqui pro Assentamento, que o INCRA não vai mais liberar dinheiro. Mesmo assim eles ficam juntando dinheiro, falam que é pra correr atrás de recurso pra gente. Não sei pra que eles ficam juntando tanto dinheiro. O dinheiro que a gente tem que dar é cinco reais cada família, só que tinha um ‘muncado’ de gente reclamando disso, pois a outra Associação era dois e cinqüenta todo mês. Para eles é cinco reais todo mês. No mês que a gente não tem eles ficam com raiva da gente ainda, eles ficam reclamando que não deu, mas sabem que aqui às vezes não tem e ninguém sabe fazer dinheiro(...). Eu falo que é “vagabundar”, porque eles andam, andam e não traz nada. Eu mesmo disse que eu não vou dar mais nada pra essa Associação, tanto de dinheiro que eles já apanharam aqui (...) Eles não vão trazer nada porque tem um tanto de gente aqui que tem dívida e, enquanto não pagar essas dívidas, não vem nada.

É interessante observar, ainda, que Clara se refere à Associação “deles”, como se não fosse algo que a inclua ou que lhe interesse. Como já exposto por outros atores sociais, existe uma descrença quanto às ações e possibilidades da Associação contribuir com o Assentamento. Além disso, para ela, nas reuniões vão mais os homens, visto que muitos deles não trabalham e por isso têm tempo livre. As mulheres em maioria são mais ocupadas.

Clara - Na reunião acaba juntando mais os homens, porque tem muitos homens que não faz nada fica à-toa. As mulheres às vezes têm coisa pra fazer. Tem hora que a gente está trabalhando na roça, e avisam, “tem reunião”, a gente sai que nem uns doidos, nem toma banho, chega lá faz reunião e ninguém vê nada de resultado.

P - Mas você acha que as mulheres trabalham mais que os homens?

Clara - Eu acho. Algumas. Porque algumas ficam “medindo estrada”, andando pra cima e pra baixo. Mas tem muitas que trabalham e tem homem também que trabalha (...). Mas têm outros que só vemos na porta de boteco, virando copo, bebendo (...). Tem homem que não faz nada, não se preocupa com nada nem com os filhos. Mas mulher é mais difícil, deixar a filha mulher pra trás. Aqui mesmo, não tem jeito de sair, porque não posso deixar a menina e o menino dentro de casa sozinhos. Lugar assim é muito perigoso deixar menina mulher dentro de casa.

P - É perigoso? Já teve casos complicados?

Clara - Eu acho que é. Só uma vez no Baixão que teve um caso com a coitada de uma velha, o homem foi até preso e pouco tempo aí agora soltaram ele.⁸⁸

Esse depoimento sugere que é mais complicado para a mulher sair e participar de reuniões ou de outras atividades políticas, pois ela é a responsável por cuidar da(o)s filha(o)s. Além disso, ela ressalta que existe uma falta de segurança na área rural, principalmente para as meninas, e menciona um caso de violência sexual.

Segundo Clara, a primeira geração de assentada(o)s, de 1992, recebeu o PROCERA e não pagou. Dessa forma, no Assentamento existe uma dívida que faz com que outros projetos não cheguem. O seu lote mesmo tem alguma pendência no INCRA, herança de seu pai. A assentada pontuou que “nunca recebi nada. Essa casa aqui toda foi com o suor nosso, não tem nenhuma telha dessa aqui do Incra”.

A casa em que Clara e sua família vivem é de alvenaria, relativamente grande para o padrão do assentamento e chama atenção, pois é pintada de uma cor laranja forte. Apesar de eu não ter conhecido toda a casa, percebi que é bem confortável. Tem sofá, televisão, cama para toda(o)s a(o)s filha(o)s, eletrodomésticos, piso de cerâmica, etc. Além da renda com venda de produtos agrícolas e os negócios com gado de seu marido, Clara recebe a bolsa família de dois filhos mais novos. “Ajuda a gente demais”, disse, sem entrar em detalhes sobre o que faz com o dinheiro.

Quando estávamos em meio a essa conversa, seu marido chegou. Notei que usava calça jeans, camisa social, bota e chapéu, como um “fazendeiro”, diferentemente de todos os homens do assentamento, que, em maioria, usavam chileno, boné e bermuda. Sua presença causou uma nítida timidez em Clara. Tentei conversar com seu companheiro, perguntei se ele percebia diferença em morar no Assentamento para as outras áreas rurais que já tinha vivido, mas ele disse que não. Durante o pouco tempo em que conversamos, ele disse que o problema da comunidade é a bebida e, por isso, evita circular pelas festas e casas de outras famílias, principalmente porque parou de beber e fumar.

Minha conversa com Clara se encerrou quando pedi para ir ao banheiro. “Posso usar o banheiro?”, perguntei. Seu marido a olhou, ficou muito constrangido, e Clara disse que infelizmente o banheiro estava em construção. O vaso sanitário ainda precisava ser instalado, mas poderia urinar no chão do cômodo que seria o banheiro – como eles faziam. Também fiquei constrangida, afinal de contas evitava pedir para usar o banheiro em casas que não conhecia, pois ficavam com vergonha de dizer que precisaria “ir ao mato”. Entretanto, imaginei que como tinham uma casa confortável tinham também um banheiro. Afirmei que não me importava e não precisavam se incomodar, mas precisava com urgência urinar - falei rindo.

No entanto, o constrangimento partiu especialmente do marido. Ele olha para a mulher como se falasse, “e ai? Responde você”. Clara reage de forma mais espontânea, humilde, dá uma risada sem graça e explica que ainda não tem banheiro. Isso é interessante, porque de certa maneira complexifica a fala de Joana, que afirma que homem não liga para a casa. Nesse caso específico Clara demonstra se importar menos, embora isso não signifique que seja o marido que de maneira geral se preocupe em melhorar a casa.

Tentei retomar a conversa, mas não existia mais “clima”. Como já estava noite, argumentei que também precisava ir embora. Infelizmente não tive a oportunidade de

⁸⁸Esse caso a que Clara se refere é de uma senhora que foi estuprada dentro de sua casa, na comunidade do Baixão.

voltar a sua casa para tentar estabelecer uma relação menos “tímida”, após esse fato. Contudo, considero que esse caso foi bastante emblemático. Primeiro, porque mais uma vez a “casa” aparece como elemento que representa “vida digna” e não ter banheiro é sinal de marginalização, causando constrangimento.

Para mim, ficou evidente que seu companheiro destoa do “perfil de assentado”, pelas roupas, pelo jeito e pela atividade que realiza na roça. Isso pode contribuir para o fato de Clara dizer que não gosta de circular pelo assentamento, preferem ficar em casa. Por outro lado, eles não pertencem a nenhum grupo de parentesco, logo a sociabilidade desse núcleo é familiar é mais restrita se compararmos com as outras famílias.

Mesmo que outra(o)s assentada(o)s tenham questionado a organização do Assentamento, Clara apresentou um “não pertencimento” com relação às questões políticas e sociais da área. Mesmo que tenha participado da luta e seja reconhecida como “assentada”, o fato de seu companheiro ser “de fora” e apresentar-se como diferente influencia no “isolamento” desse núcleo familiar.

4 REFLEXÕES SOBRE AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO MUNDO RURAL A PARTIR DA LENTE DE ANÁLISE “POSSE DA TERRA”

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

JOAN SCOTT

4.1 Gênero, uma categoria útil para análise de processos no campo⁸⁹

A categoria gênero, presente na teoria contemporânea, apresenta diferenças, sendo algumas decorrentes dos diversos campos de pesquisa que a categoria adentrou, tanto nas ciências exatas (como estudos biológicos e físicos) como também nas humanas (história, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras). Nesta dissertação, é realizado o exercício de trabalhar com algumas abordagens presentes no campo das ciências humanas, sobretudo aquelas com olhares para o mundo rural.

Acredito que os olhares para as construções sociais de gênero podem contribuir com a reflexão sobre as alterações ou permanências das estruturas e processos que impedem ou possibilitam as mulheres de acessarem recursos, espaços e realizarem projetos – perspectivas de empoderamento no Santa Rosa/Córrego das Posses. Segundo Fraser, isso seria “examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais” (2007, p. 108).

A categoria “gênero” começou a ser utilizada pelas feministas estadunidenses na década de 1960 com referência à construção social da diferença entre os sexos e sugere um novo olhar para as relações sociais entre homens e mulheres. É interessante observar que a categoria “gênero” criou espaço também para que os estudos sobre mulheres se desenvolvessem, já que a palavra tem uma conotação mais neutra do que “mulheres” (SCOTT, 1989).

Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (SCOTT, 1996, p. 6).

Desde cedo as pesquisadoras feministas apontaram que os estudos sobre mulheres iriam impor uma “reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”, além de acrescentar novos temas (SCOTT, 1996, p. 3). A mesma autora disse ainda que os estudos sobre classe, raça e gênero assinalavam, a princípio,

⁸⁹ Esse título é uma analogia ao título do artigo de Joan Scott “Gênero, uma categoria útil para análises de processos históricos”, pois as reflexões acerca da categoria gênero desenvolvidas pela autora é referência para este trabalho.

um compromisso do pesquisador com a história dos oprimidos, com o sentido e a natureza de sua opressão.

Para Scott, gênero é uma categoria histórica e relacional; neste sentido, implica uma crítica a estudos que a tratam como estática e descritiva. A autora pontua que existem três proposições teóricas diferentes que estudam gênero no âmbito das ciências humanas: a que focaliza o patriarcado, a de orientação marxista e a voltada para a psicanálise. As teorias do patriarcado encontraram explicação para a subordinação da mulher na necessidade de dominação, do que representa, o masculino. “Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades” (SCOTT, 1996, p. 10).

A teoria marxista contribuiu bastante para a construção de estudos sobre gênero, uma vez que, como salientou Scott, aporta uma análise histórica dos processos sociais. Contudo, a autora chamou atenção para o fato de que uma das problemáticas dessa teoria foi a necessidade de encontrar uma explicação material para o gênero, isso limitou ou atrasou o desenvolvimento de algumas análises. Além disso, apontou que, no interior do marxismo, o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise; é como um subproduto das estruturas econômicas.

Sobre a terceira proposição teórica de análise de gênero – a psicanálise – Scott afirmou que essa muito contribuiu, principalmente, por sair do campo clínico para pensar a sociedade, para entender as relações coletivas e não individuais. Contudo, a autora criticou a lei universal do falo, pois essa lei coloca uma permanência histórica. Em sua visão, há uma mudança em torno do mesmo significante.

Mesmo se esta teoria leva em consideração as relações sociais, relacionando a castração com a proibição e a lei, ela não permite a introdução de uma noção de especificidade e de variabilidade históricas. O falo é o único significante; o processo de construção do sujeito de gênero é, em última instância, previsível, já que é sempre o mesmo. (SCOTT, 1996, p. 16)

Seja na teoria lacaniana ou freudiana, o que vai organizar os indivíduos para a psicanálise é a linguagem, pois a própria linguagem já é estruturante da sociedade, não só é estruturada por ela. Essa é a principal contribuição da psicanálise para os estudos sobre gênero de acordo com a autora. Em meio às várias abordagens de gênero, Scott propôs uma definição, baseando-se na conexão entre duas proposições:

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1996, p. 21).

A autora complementa essa afirmação, assinalando quatro elementos que constituem o gênero: símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos que colocam sentidos nos símbolos, limitando suas possibilidades metafóricas; referência ao político, tanto quanto das instituições e organizações e a identidade subjetiva.

Paulilo (2004), sob a ótica do mundo rural, ponderou sobre a “neutralidade” do conceito de gênero, especialmente esta contribuir para difícil apropriação do conceito pelos movimentos sociais.

Sobre a categoria ‘gênero’, embora seja quase impossível discordar da conceituação a ela dada por Joan Scott, acreditamos que é preciso romper com a aparente tranquilidade teórica que seu conteúdo relacional transmite,

pois, para os movimentos sociais, seu uso (e abuso) está sendo um obstáculo para se pensar diferenças importantes. Ninguém discorda de que não existe uma questão feminina que não seja também masculina, ou melhor, que não seja da sociedade toda. Mas se nem a sociedade toda, nem todos os movimentos de mulheres e nem as famílias isoladamente estão dispostos a levantar bandeiras de luta que toquem em pontos tão cruciais como a distribuição da terra e da renda no meio rural, fica difícil continuar utilizando um conceito tão genérico. O problema não está na construção teórica do conceito, mas na sua apropriação pelos movimentos sociais rurais. Admitir que um problema é resultado de uma relação e ter como corolário pensar que, por isso, sua superação só poderá ocorrer se houver concordância entre as partes é ter uma confiança excessiva e não justificada na magnanimidade dos privilegiados em abrir mão de seus privilégios. (PAULILO, 2004, p. 249).

Nancy Fraser (1997), de certo modo, preocupada com a *práxis* e refletindo principalmente sobre o campo da política, problematizou que as relações estruturadas com referência ao masculino e ao feminino constroem injustiças analiticamente distintas. As injustiças de gênero estão relacionadas ao androcentrismo, como afirmou a autora, normas que privilegiam as características ligadas à masculinidade. Essas podem ser socioeconômicas, como, por exemplo, a exploração e marginalização econômica, a privação de bens materiais indispensáveis para ter uma vida digna; e culturais ou simbólicas que estão ligadas a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Constituindo tipos distintos, requerem soluções distintas; por isso demandam distribuição de recursos e bens materiais e, no caso de gênero, descentrar as normas androcêntricas valorizando o gênero considerado menosprezado. Para a autora isso implica políticas de redistribuição e de reconhecimento.

Rosemary Crompton (2003), assim como Fraser, critica uma primazia da cultura em relação à classe em âmbito dos movimentos sociais ou dos trabalhos intelectuais. Essa autora também é herdeira do marxismo; contudo, critica o negligenciamento da mulher presente na análise marxista. Questiona, por exemplo, como “classificar” as mulheres que trabalham em seu ambiente doméstico a partir da abordagem marxista da sociedade de classes? Nessa teoria a mulher estaria deslocada, não existe uma reflexão que a considere.

A noção de relações de gênero neste trabalho vai ao encontro das abordagens expostas, que afirmam que essas são imbricadas nas relações de poder, particularmente na condição desfavorável que, na maioria das vezes, a mulher ocupa em relação ao homem. “Quando falamos relações de gênero, estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal (COSTA, 2004 p. 04). A desnaturalização das hierarquias de gênero, ou seja, a contestação das subordinações por viés biológico, contribuiu para o desenvolvimento de estudos os quais consideram as relações de poder como historicamente construídas.

Entre as contribuições das teorias feministas às ciências sociais, interessa mais precisamente a esta dissertação a reviravolta epistemológica provocada pela demonstração de que “as relações sociais de poder se estruturam não apenas em torno do capitalismo, mas de um sistema correlato, o patriarcado⁹⁰” (SOUZA, 2011. p.13).

⁹⁰ Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril) (COSTA, 2004 p. 04).

Nesse sentido, Bourdieu (2001) descreveu que as relações de gênero fazem parte de uma “ordenação de mundo”.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2011, p. 17).

Dessa forma, as relações de gênero constituem-se como um complexo repertório de interações (desenvolvidas por indivíduos e ambiente) em espaços diversos, compreendendo o doméstico, o público e privado. Elas se orientam por construções hierárquicas (relações de poder), baseadas em aspectos classificatórios psico-biológicos e sociais do masculino e feminino. As relações de gênero estão em constante formação (ou transformação) e disputa, e, ao longo de anos, desembocam em relações assimétricas entre os indivíduos e as coletividades, gerando desigualdade social, principalmente aquela associada ao feminino, gênero subjugado.

No Brasil, parte interessante dos estudos de gênero vem apontando essa categoria como uma importante lente de análise para reflexões sobre o mundo rural. Essa literatura é expressiva e vem aumentando por meio de pesquisas que se preocupam com aspectos particulares, como o direito e à posse da terra para as mulheres, a divisão sexual do trabalho no campo, a participação política das mulheres em movimentos sociais e sindicatos rurais, as políticas públicas que contribuem para geração de trabalho e renda para as trabalhadoras rurais, entre outros temas.

Essas pesquisas, de modo geral, empreendem esforços na problemática sobre a construção do empoderamento da mulher no meio rural, embora apresentem reflexões, a partir de metodologias, teorias e realidades distintas. Em outras palavras, se preocupam em analisar o cotidiano dos atores sociais, leis, eventos e como esses estão relacionados à alteração ou permanência das estruturas e processos que impõem a subordinação da mulher.

Brumer e Anjos, expondo o que entendem por “empoderamento”, categoria que Carmen Derre e Magdalena Leon (2002), também utilizam, escreveram

Considero como uma ampliação do poder, que tem caráter relacional, o empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder (BRUMER, ANJOS, 2010, p. 220-221)

Baseando-se na definição de Young (1993, p. 158), empoderamento para a mulher significa “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a oposição subalterna da mulher como um gênero”. Deere e Leon (2002) afirmaram:

[...] está a noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica (p. 53).

A noção de poder nos estudos de Deere e Leon (2002), que é a adotada neste trabalho, aponta para a possibilidade de um poder positivo e considera que o acesso da mulher ao poder pode se dar sem o imperativo de dominação. As autoras falam de poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro⁹¹, sendo que essas diferentes formas de poder podem ser percebidas considerando a capacidade de negociação ou de barganha “dita” e “não dita” pelos atores sociais.

Neste trabalho, interessa essa perspectiva. Para tal reflexão, a lente de análise é a “posse da terra” pelas mulheres assentadas. Nesse sentido nossa questão é, a posse da terra reposiciona as mulheres?

4.2 O direito e a posse de terras para as mulheres: como isso se dá no espaço social estudado

Entre as principais teorias que orientam este trabalho, destaco uma que enfatiza que o direito e a posse da terra, entre outras coisas, possibilitam ampliar o poder de negociação das mulheres em âmbito público (sociedade) e privado (famílias). No estudo de Carmen Deere e Magdalena León (2002), a “terra”, além de ser considerada como um bem econômico material, que proporciona segurança econômica, pode significar bem-estar e garantia de liberdade e dignidade. As autoras dialogam com a perspectiva que a propriedade aumenta a possibilidade de produção, acesso a crédito, assistência técnica, informação e participação em diferentes espaços políticos, sendo elemento essencial na construção de igualdades reais entre homens e mulheres camponesa(s).

Para as mulheres rurais, a posse de terra é a melhor garantia de que elas serão capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, já que age como mediadora para seu acesso ao crédito e a outros serviços. A posse da terra também melhora a posição de retaguarda das mulheres no casamento e lhes dá maiores opções matrimoniais. Ao aumentar o poder de barganha das mulheres, a posse de terra está também associada ao papel de maior importância das mulheres na tomada de decisão quanto à família e à propriedade (DEERE, LEON, 2002, p. 412).

Esse argumento não pode ser confundido com o da “mulher em desenvolvimento”, debate que sustenta a importância da posse da terra com perspectiva producionista. As autoras querem enfatizar o direito à propriedade, independente das

⁹¹ A palavra “poder” está no centro da reflexão feita pelas autoras, baseada em Jo Rowlands (1997, p. 218-223). Este expôs que existem quatro tipos de poder. “Poder sobre representa a estaca zero de um jogo: aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras 3 formas – poder para, poder com e poder dentro de – são todas positivas e aditivas: um aumento de poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos” (DEERE E LEON, 2002, p. 53). “O “poder para” é um poder gerador ou produtivo, um poder criativo ou facilitador que abre possibilidades e ações sem dominação – ou seja, sem o uso do “poder sobre”. O “poder para” está relacionado ao “poder com”, pois permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. Isso serve para confirmar que o grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder positivo e aditivo é o “poder de dentro”, ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado a auto-estima” (Ibid, p. 54).

mulheres próprias trabalharem a terra ou o que denominam de igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, quando falamos de “propriedade” nos referimos a um bem que tem uma/um possuidora/possuidor com garantias legais, contudo podendo tê-lo apenas como “disposição” - valor de troca. Por outro lado, quando nos referimos à “posse” estamos considerando três características em relação ao bem, “uso, gozo e disposição”, que são garantidos legalmente (MELO, 2012). Além disso, é importante explicar outro conceito fundamental para esse trabalho, a saber, o “acesso”. Este diz respeito aos meios pelo qual se pode obter o direito, como a política de reforma agrária, e inclui os meios informais, como exemplo o empréstimo por um parente, entre outras formas (DEERE e LEON, 2012).

A reflexão de Deere e Leon (*ibid*) tem suas bases nos estudos de Bina Agarwal, uma das primeiras estudiosas a chamar atenção para o fato de que a posse da terra é um dos elementos centrais a empreender poder de negociação na atual sociedade e que, desde a instituição da propriedade privada, a mulher, por ser mulher, foi excluída do acesso à posse e do direito à posse.

Um dos principais trabalhos que investigou as origens da propriedade privada e a posição que a mulher assumiu com esse sistema é a de Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. De acordo com o autor, a subordinação da mulher está vinculada à criação da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica patriarcal. O autor relacionou o deslocamento da mulher, que antes tinha *status* perante a sociedade (períodos que nomeou como selvageria e barbárie), para um membro subordinado e dependente (na civilização) com a mudança da produção e da propriedade coletiva (uso e posse) para a produção individual e posse privada da propriedade pelo homem em uma sociedade estratificada em classes⁹². De maneira geral, a perspectiva de Engels aponta para o fim da propriedade privada como *sine qua non* para o fim da subordinação da mulher⁹³.

Embora exista a possibilidade de haver a posse da terra em um sistema outro – que não o da propriedade privada – é interessante empreender esforços em refletir sobre as implicações do direito e da posse da terra pela mulher sem subverter a noção de propriedade privada instituída⁹⁴. Noutros termos, vislumbrar as mulheres como

⁹² Para o autor foi na civilização que a mulher se viu privada do controle do que mais lhe “valorizava”: a maternidade. Nesse período, observou a instituição do direito paterno dos filhos, a mulher foi entregue a um único homem sem reservas e foi instituída a monogamia⁹² (essa nota aqui aparece onde?está meio deslocada, né?). Para ele, o Estado surge para legitimar essa relação e construir a coesão da “sociedade civilizada”. Os interesses do Estado estavam vinculados ao controle do território, “à medida que ia aumentando a influência das classes abastadas, iam sendo abandonadas as antigas corporações consanguíneas” (ENGELS, 2012, p. 147).

⁹³ “Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O tratado e a educação das crianças torna-se-ão assunto público; a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais. Desaparecerá, assim, o temor das “consequências”, que é hoje o mais importante motivo social tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista econômico – que impede uma jovem solteira de se entregar livremente ao homem que ama” (ENGELS, 2012, p.99).

⁹⁴ Nesse sentido, é importante pontuar a função social da propriedade rural como descrita na Constituição, “Art 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (MELO, 2012, p. 20).

proprietárias no sistema vigente talvez possa ser um quadro de análise diferente, visto que a propriedade é acessada, em grande maioria, pelos homens.

Deere e Leon fizeram críticas à formulação de Engels, pois, além de desconsiderar a mulher como possível proprietária da terra, vinculou a superação da família individual, enquanto unidade econômica da sociedade à reincorporação feminina à indústria social.

Ele não considerou o impacto nas relações de gênero nas famílias se a mulher, também, dispusesse de propriedade e não ponderou outras alternativas, além de ela entrar para a forma de trabalho, que pudesse modificar a situação de dependência econômica da mulher (DEERE, LEON, 2002, p. 38).

A autora Verena Stolcke (1980) também fez críticas às análises de Engels, pois, para ela, a proposição caminha no sentido do determinismo econômico e, por conta disso, resumiu a subordinação da mulher à procriação de filhos para a legítima transmissão da propriedade privada masculina.

(...) esta posição “falocrática” celebra a “produção” como única fonte de riqueza e trata a mulher como trata a natureza, ou seja, como objeto passivo e dominado, destituído de qualquer significado transcendental, aos desejos depredadores do pai-trabalho. Os marxistas, igualmente aderindo a esta ética produtivista, falharam, por esta razão, em compreender a centralidade das mulheres para a reprodução social e assim, as raízes de sua subordinação” (STOLCKE, 1980, p. 90).

Nesse sentido, Stolcke (*ibid*) defende que a subordinação da mulher não é produto do capitalismo, da família e do casamento na civilização, mas que no capitalismo a subordinação é o paradoxo da burguesia⁹⁵. A subordinação das mulheres seria produto do uso social das diferenças fisiológicas e o significado que lhes é atribuído, no sentido que depende do sistema social no qual estão inseridas. “A questão é, se papéis diferentes desempenham funções complementares em benefício da coletividade, ou se são um instrumento para perpetuar as desigualdades sociais (*ibid*, p. 112)”.

Contudo, o apontamento presente na obra de Engels que interessa à perspectiva deste trabalho é aquele que indica que a construção de direitos iguais na sociedade capitalista possibilita em grande medida as pessoas de negociarem de patamares “iguais”. “Para firmar contratos, é necessário que haja pessoas que possam dispor livremente de si mesmas, de suas ações e de seus bens, e que se defrontem em igualdade de condições” (ENGELS, 2012, p.104). Em outras palavras, o autor considera que o predomínio do homem em relação à mulher não se manifestará com tamanha força quando houver direitos iguais para homens e mulheres.

⁹⁵ “A questão, então é tentar rever esta visão distorcida da família e da subordinação das mulheres, em seu interior. Nem o casamento monogâmico, nem a família são particulares à sociedade capitalista, nem tampouco se originaram dela. Outras formações sociais hierarquizadas – por exemplo, a sociedade de castas ou a sociedade feudal – também possuíam como instituições fundamentais o casamento monogâmico e a família. Mas, como observou recentemente Hobsbawm, “o ponto crucial era a de que a família burguesa estava em direta contradição com a sociedade burguesa. Dentro dela, a igualdade, a oportunidade, o nexo do dinheiro e a busca do lucro individual não eram a regra. A permanência da família baseada em relações de dependência pessoal e a subordinação das mulheres inerente a ela são um paradoxo na sociedade burguesa” (STOLCKE, 1980, p. 91).

Preocupadas com essa questão, Deere e Leon (2002) expuseram a diferença da “igualdade formal” para a “igualdade real”: enquanto a formal refere-se à igualdade de direito, a igualdade real é em relação aos “resultados”, abrangendo mais do que a igualdade econômica, pois inclui dimensões simbólicas. Relacionado a isso está a igualdade de oportunidades, que basicamente significa dar condições de homens e mulheres terem os mesmos pontos de partida (igual acesso a educação, emprego, assistência médica, circulação por espaços públicos, entre outros) (DEERE, LEON, *ibid*).

Agarwal (apud Deere e Leon (2002) trabalhou com o conceito de “direitos efetivos” à terra, o que inclui o “direito legal”, além do “reconhecimento social” perante a comunidade como também o “controle efetivo” sobre a terra. Dessa forma, para a autora existem três fatores da relação com a terra que podem coexistir, mas também podem existir separadamente, o que para Agarwal não garante a igualdade de gênero. Baseando-se nessa perspectiva, Derre e Leon (*ibid*) construíram suas análises. A diferença é basicamente de nomenclatura, visto que as “igualdades reais” seriam o mesmo que os “direitos efetivos”. Além disso, as autoras enfatizaram que a capacidade de negociação que a pessoa exerce na comunidade está associada ao que dispõe nas relações intrafamiliares, visto que são construídas relationalmente.

As principais possibilidades de acesso à terra, atualmente, expressam desigualdade de gênero, segundo Deere e Leon (*ibid*). Em relação à “herança” afirmaram que existe uma forte preferência masculina tanto na herança, como no casamento. Além disso, os programas estatais responsáveis pela “distribuição de terras” transparecem privilégios aos homens e o “mercado de terra” também não é neutro: claramente a mulher tem menos probabilidade de compra⁹⁶.

No Brasil, o Censo Agropecuário de 2006 indicou que dos “4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar”⁹⁷ pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7%, segundo IBGE (*apud* NOBRE, 2012, p. 43).

No âmbito da reforma agrária, que é a forma de acesso à terra que interessa a esse trabalho, os homens são os principais beneficiados. O I Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 indicou que apenas 12,6% de mulheres beneficiárias tinham o título da propriedade, significando em números 14.460. Enquanto a titulação masculina era de 98.749, ou seja, 85,9% dos beneficiários da política (MELO, SABBATO, 2012). O discurso do governo é que dessa forma o Estado estaria contemplando todas as pessoas da família, um princípio de generalidade do papel do homem.

⁹⁶ Nessa perspectiva, a terra é uma interessante lente para as análises das relações de gênero independentemente da forma de acesso. Como experiência em minha própria família, posso elucidar o exemplo da herança. Quando meu avô materno morreu deixou uma fazenda pequena e um imóvel da cidade de herança para suas/seus filha(o)s e esposa. Quando fizeram a divisão, os filhos homens alegaram maior direito à posse da fazenda, visto que nela trabalharam ao lado de meu avô durante toda vida. Dessa forma, a fazenda foi dividida para os filhos homens enquanto as mulheres ficariam com o imóvel da cidade, que no caso só terão controle do bem após a morte de minha avó, que atualmente tem o usufruto do mesmo. Tudo isso foi acordado e registrado formalmente, mas claramente essa divisão mostrou a dificuldade de se reconhecer o direito da mulher à propriedade rural e a dificuldade da construção de igualdades reais em âmbito doméstico.

⁹⁷ “O estabelecimento foi considerado agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família, a força de trabalho familiar era superior a contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento”(NOBRE, 2012, p. 43).

Essa prática era também apoiada pelos códigos civis, sob os quais o marido representava a família em todos os assuntos externos e era o administrador da propriedade comum da mesma. Esta prática também era apoiada por uma divisão de trabalho por gênero, em que o homem era socialmente reconhecido como agricultor e a mulher era considerada apenas como “ajudante”, ou trabalhadora secundária da família, independente da quantidade de tempo que dedicava a atividades de agricultura. Além disso, um objetivo das reformas agrárias era mudar a estrutura da posse de terra em favor da criação da agricultura familiar. Neste contexto, era inconcebível para os planejadores da reforma – assim como para a liderança das organizações de camponeses que conduziram a luta pela reforma agrária na América Latina – que a mulher pudesse querer direitos conjuntos ou individuais à terra (DEERE, LEON, 2002, p. 30).

Dessa forma, um dos principais trabalhos das feministas, nas últimas décadas, foi destacar que a família é antes caracterizada pela hierarquia e desigualdades do que pela igualdade. Nesse sentido, beneficiar os homens chefes de família não significa necessariamente favorecer as mulheres e os filhos em igualdade (DEERE, LEON, 2002).

A titulação conjunta foi uma conquista baseada nessa reflexão. Além de ser um importante meio pelo qual a mulher tem obtido acesso à posse, ao mesmo tempo, o homem não é excluído. Deere e Leon (*ibid*) defenderam conclusivamente que a titulação conjunta de terras, a partir dos estudos em países da América Lática, implicou maiores conquistas para as mulheres, de modo que, em números, é a forma de acesso à terra que tem mais beneficiado as mulheres.

(...) entre as maiores realizações em assegurar os direitos da mulher à terra estão as medidas obrigatórias para a distribuição e titulação conjunta de terra para os casais, independentemente de seu estado civil, uma medida consistente com a chefia compartilhada e necessária para sua implementação básica (p. 412).

Dentre o conjunto de aspectos até aqui discutidos, percebi que eles têm relação com aspectos contidos, por exemplo, durante uma conversa com Joana. A assentada expressou ser a favor da concessão de uso das terras conjunta, demonstrando que é importante a mulher ter o título para não depender do marido principalmente em momentos de crise. Além disso, afirmou que a posse majoritariamente masculina também estava vinculada ao fato de apenas o homem ter documentos, tais como identidade ou carteira de trabalho.

Joana - (...) na primeira vez foi assim, o homem como o titular. Agora não, sabe? Coloca fulano e fulano. Porque na realidade o homem que tinha documento, se não tinha a identidade tinha a carteira de trabalho.

P – Você acha que faz diferença estar em nome do casal?

Joana - Faz, sabe por quê? Porque um sempre joga na cara do outro “isso aqui é meu”. Se tiver uma discussão o homem acha que a mulher deve sair ‘abandonando as mãos’ (sem nada). Na realidade, às vezes, a mulher é casada com o homem e o homem fala que o que ele tem é só dele. Eles não compartilham com ela porque os homens hoje querem mulher só para cama. Só para dormir. O que eles constroem é somente deles. Eu acho errado, sabe por quê? Se dividem a mesma casa, a mesma comida e a mesma cama porque o que o homem faz é só dele? O que a mulher faz é para dentro da casa, para tudo mundo e o que ele faz ele segura só para ele. Você pode ver, o homem caça jeito de comprar um cavalo, pra ele segurar, “isso aqui é meu”, ele nunca fala “é nosso cavalo”. Ele fala, “meu”! Caça jeito de comprar uma vaca, uma égua (...) investe nisso. A mulher não! Mulher está precisando em casa é de um lençol, de uma cama, de um colchão, sabe? Uma vasilha ela tem

que estar comprando. Ela vai gastar com isso. Então, ela não tem como juntar o dinheiro e fazer “boniteza”, comprando isso e deixando lá. O homem não, ele caça jeito de comprar isso daí e qualquer briguinha que tem com a mulher ela fala assim, “isso, isso, isso é meu”! “Quem manda é eu”! Quer dizer, então a mulher não manda. Só serve pra servir eles quando eles “estão afim”. Matar as necessidades deles. Eu sou contra isso ai! Já que divide tudo, tem que ser tudo dividido.

Essa narrativa de Joana, pontuando momentos de “crise”, vai ao encontro da visão das mulheres apresentadas por Deere e Leon (2002). Nesta pesquisa, as camponesas consideraram a titulação conjunta como uma maneira de “evitar que em caso de separação ou divórcio a mulher fique sem a terra, para impedir que o companheiro ou a companheira venda a terra sem o consentimento do casal, fortalecer o poder das mulheres, melhorar seu poder de tomada de decisão na casa” (*ibid*, p. 316).

Outra evidência apresentada por Deere e Leon (*ibid*) é de que ao mesmo tempo em que as mulheres possuem menos a posse das terras na América Lática, quando as têm, na maioria das vezes, os lotes ou parcelas são menores em relação aos dos homens. Essa situação é a regra, independentemente da forma como a mulher adquiriu a posse (herança, compra ou distribuição pelo Estado)⁹⁸.

Torna-se ainda importante chamar atenção, como introduzido no capítulo I, para o fato de que os principais direitos de propriedade da terra para as mulheres são consequências da participação das trabalhadoras rurais em organizações sindicais e no MMTR, e que embora tenham pautado nesses espaços o direito e o acesso à propriedade, a tônica das reivindicações, desde a década de 1980, são os direitos trabalhistas. Deere (2004) concluiu, sob essa perspectiva, que o direito formal das mulheres à terra na reforma agrária foi uma conquista secundária em meio às reivindicações diversas que propunham formas de diminuir a discriminação.

A conquista do direito formal à terra na Constituição de 1988 deve-se sobretudo à coalizão de mulheres dentro do Estado e dos partidos políticos, trabalhando junto com um movimento unificado de mulheres rurais e urbanas, lutando pela expansão dos direitos das mulheres na Constituição. Os direitos formais das mulheres à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. A conquista da igualdade formal no direito à terra, entretanto, não levou a um aumento na parcela de beneficiárias na reforma agrária. O INCRA modificou sua prática mais explicitamente discriminatória, a designação de menor pontuação para as mulheres do que para os homens no processo de seleção do beneficiário. Outros critérios, contudo, continuaram a discriminhar as mulheres chefes de família. Além disso, embora a distribuição e a titulação conjunta[s] sejam agora uma possibilidade legal, o fato de que sejam uma opção ao invés de uma obrigação significa que elas simplesmente não foram implementadas. (DEERE, 2004, p.194).

Dessa forma, o que as pesquisas da autora apontaram foi que apesar das conquistas legais das mulheres à propriedade e da possibilidade de titulação conjunta para as terras distribuídas pela reforma agrária, a concessão conjunta não constituiu uma política do INCRA até o ano 2000.

⁹⁸ Contudo, não apresentaram dados específicos sobre essa questão no Brasil, mas fazem parte das conclusões gerais da pesquisa.

Pode-se ler em Brumer e Anjos (2010) que, em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fez algumas mudanças importantes nas normas de seleção de beneficiários pela reforma agrária para melhorar o acesso das mulheres e alterou seus procedimentos administrativos para uma perspectiva de igualdade de gênero (Resolução nº 6 de 22 de fevereiro de 2001). Para as autoras, essa mudança reflete o reconhecimento de que o acesso à terra e à titulação conjunta são mecanismos importantes para que as mulheres assentadas tenham maior poder de barganha, não só dentro de casa, mas externamente, na sociedade. Todavia, chamaram atenção para que as políticas de redistribuição sejam acompanhadas por outras, que garantam às mulheres renda, visto que não necessariamente a titularidade permite que elas participem das atividades com trocas monetárias.

Na agricultura familiar, há uma divisão de trabalho entre os sexos, com base na qual cabem aos homens as atividades consideradas “produtivas”, isto é, aquelas atividades destinadas à comercialização e, às mulheres, as atividades consideradas “não produtivas”, envolvendo as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, o trabalho na horta, ordenha e cuidado de pequenos animais (BRUMER, ANJOS, 2010, p. 233).

Nesse sentido, em 2003, foram implantadas outras ações voltadas para minimizar a exclusão social das mulheres do campo, como efetivar os direitos à propriedade de terra, ampliar e qualificar o acesso ao crédito, fortalecer a participação das mulheres nos espaços de decisão e sua capacidade de gestão. Além disso, foi criada a “Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”, vinculada ao MDA e tornou-se obrigatória a titulação conjunta das terras distribuídas a casais. No caso de separação, a mulher fica com a terra (se esta tiver a guarda dos filhos), e as famílias chefiadas por mulheres cadastradas no INCRA terão prioridade na ordenação do sistema de classificação de beneficiárias(os) (BUTTO, HORA, 2010).

Em referência aos dados empíricos desta pesquisa é importante destacar que os primeiros dez anos do Santa Rosa/Córrego das Posses são referentes ao período em que a política de reforma agrária brasileira não se preocupava com a questão de gênero. Nesse sentido, os documentos de concessão de uso das terras desse período foram homologados em nome dos homens, embora nesses documentos esteja explicitado se o beneficiado tem cônjuge ou não. No caso de ter, no verso do documento foi escrito o nome da mulher sem nenhuma indicação de que aquele é o nome da esposa⁹⁹.

Contudo, com a atualização e o novo cadastramento, realizado em 2002 pelo INCRA, a maioria dos lotes foram registrados em nome do homem e da mulher. Todavia, como chamei atenção anteriormente, a compreensão de algumas/alguns assentada(o)s sobre a titulação conjunta é difusa. Prova disso foi a dificuldade que Rita anunciou quando seu marido, proprietário do lote, segundo ela, faleceu recentemente e ela precisou “comprovar” que era amasiada com o mesmo para vir a ser a titular do lote e receber pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pensão do marido.

Rita - Foi muito difícil porque eu não sabia que tinha que levar o livro da Associação. Eu fui lá ao Sindicato, ajeitei os papéis e fui lá ao INSS. Mas eles falaram comigo assim, “não tem como não Rita, não tem como provar que você é casada”. Pra conseguir a pensão eu fui lá ao hospital e o conhecido meu - cidade pequena todo mundo se conhece - me deu um documento dizendo que eu acompanhava meu marido no tratamento. Depois

⁹⁹ Todos os documentos de concessão de uso dos lotes que a(o)s assentada(o)s me mostraram estavam dessa forma.

peguei também o livro da Associação. Lá dizia que nós íamos às reuniões, no ano que ele faleceu. Nós tínhamos ido à reunião, ai que comprovou que eu era companheira dele pra conseguir a pensão. Depois fui ao INCRA, levei a certidão de óbito e os documentos da Associação pra terra ficar em meu nome.

Neste trabalho, decidi dialogar principalmente com as mulheres que têm a posse da terra, visto que esse conjunto ofereceu elementos diferentes sobre as implicações da posse em relação à capacidade de negociação. Em outras palavras, a variação de poder não se apresentou vinculadas apenas às “posições” formais diferentes – titular, titulação conjunta e excluída formalmente.

Isso se deu principalmente porque a posse da terra não é um dado ou um direito objetivado para mulheres. A posse foi exposta como um processo em curso, a partir de um conjunto de relações com a “terra”. Essa constatação empírica apontou que é interessante considerar as condições pelas quais as mulheres adquirem o direito formal e, ponderando isso, refletir como a propriedade influencia a construção de igualdades reais para as mulheres.

No caso de Rosa, a posse da terra se deu porque seu primeiro marido lhe abandonou na terra com seis filha(o)s e posteriormente faleceu. Nesse sentido, a assentada recorreu ao INCRA, solicitando o documento do lote em seu nome. Para ela, a terra foi considerada um produto da luta, dos confrontos e dos acampamentos. No entanto, o fato de o lote estar em “seu” nome foi relacionado a sua capacidade de trabalho e coragem em permanecer na terra sozinha com a(o)s filha(o)s. E ainda remete a um momento difícil, de vulnerabilidade – ser mãe solteira no meio do mato –, visto que, de fato, não teve escolha, se não enfrentar o trabalho duro e permanecer na terra para que suas/seus filha(o)s não morressem de fome.

Nesse sentido, Rosa não acionou a titularidade do lote a uma espécie de mérito de “sua” participação na luta ou a uma noção de reconhecimento como “mulher rural”. Em outras palavras, quando Rosa foi para ocupação com sua família, posteriormente foram assentados, e o título do lote foi emitido em nome apenas do seu falecido marido. Isso não foi um “problema” para ela. Por outro lado, uma espécie de “injustiça” aconteceu quando ela foi abandonada e teve de assumir as responsabilidades pela(o)s filha(o)s sozinha, incluindo o filho com problemas mentais.

A terra foi um elemento fundamental para enfrentar esse momento de “marginalidade”, e o casamento com Gabriel proporcionou que a família se estruturasse – vieram a ter uma casa, a produzir, não passar mais fome e ter a segurança de um “homem” que protegesse suas/seus filha(o)s e ela própria. Portanto, a terra foi o elemento material que deu condições a essa estruturação, mas em nível simbólico o casamento significou dignidade e bem-estar. Na trajetória de Rosa, esses elementos se combinaram. Refletir sobre seu poder de barganha por meio da posse da terra conduz a incorporação de principalmente dois elementos: o trabalho e o casamento.

Dessa forma, a pertença que Rosa narrou em relação à terra, sua autonomia, inserção nos processos produtivos, sua capacidade de tomar decisões em esfera privada e pública e de fazer projetos futuros, acrediro que esteja vinculada em alguma medida à segurança proporcionada pelo direito formal ao lote. No entanto, sua margem de manobra também foi justificada por ser agricultora e ter um companheiro com que compartilha os trabalhos, embora não em igual proporção – elementos que não dependeram da titularidade do lote para se configurar.

A questão da posse da terra envolve outras dimensões presentes na vida da(o)s assentada(o)s, se refletirmos a partir do caso de Joana. Essa é uma da(o)s assentada(o)s da segunda geração do Santa Rosa/Córrego das Posses que veio a receber um lote visto

que era mãe solteira, vivia na casa de seus pais (assentados em 1992) e tinha participado da luta pela terra.

Quando Joana foi assentada no lote na área do Santa Rosa, tinha recentemente se separado de um homem com quem teve um relacionamento marcado por violência e alcoolismo. Ela cuidava de dois dos seus quatro filhos e com eles foi morar no lote, debaixo de um barraco de lona. Passaram por muita dificuldade, incluindo fome. Pouco tempo depois se casou com Gaspar, um senhor separado que morava sozinho em uma área próxima ao Santa Rosa. Este vendeu sua terra e foi morar no lote com ela. Com o dinheiro da venda da terra e da aposentadoria de Gaspar, Joana expôs que conseguiram construir uma casa, investir na agricultura e compraram “umas vaquinhas” – estas são apenas do marido. Em contrapartida ao investimento financeiro, Joana “dividiu” o lote com o companheiro. Atualmente, ela cuida da agricultura e da casa, enquanto ele trabalha com a pecuária.

Nesse caso, a terra em si foi acionada com uma barganha bem clara. Mas no decorrer de seu discurso percebi que a sua renda ocupa um lugar de destaque para que ela acesse bens materiais e tenha dignidade, negocie no ambiente público e no privado. Joana não abre mão de retirar de sua produção agrícola uma renda e de trabalhar “fora” de casa (seja para outra(o)s assentada(o)s ou externo ao assentamento), e com esse recurso investir no que considera importante para si, seus filhos e sua casa, muitas vezes sem consultar Gaspar. Um elemento que permite que ela acesse esses trabalhos é seu contato com a(o)s assentada(o)s e fora da área. Isso se dá em grande medida porque Joana interage cotidianamente com parentes e vizinhos no Assentamento. Ser “influente” determina muito nas negociações em âmbito da casa e da comunidade, visto que existe uma rede de relações que proporciona trocas de mercadorias, informações proporcionando a ela uma retaguarda ou maior segurança. Dessa maneira, as dimensões do parentesco e da renda foram evidenciadas no cotidiano de Joana como fundamentais para negociar¹⁰⁰.

Por reconhecer que Gaspar foi importante para que sua vida e de seus filhos se estruturasse, Joana aceitou que a posse da terra fosse anunciada em conjunto com o marido. Todavia, esta na prática não é partilhada, mas dividida – cada um trabalha na sua parte e dentro “desta” possuem autonomia. Gaspar, sobretudo por ser um senhor, não tem condições físicas de cuidar da agricultura e da pecuária sozinho e assim não disputa com a companheira os espaços internos. Contudo, o ambiente externo é foco de conflitos, pois ele não gosta que ela trabalhe fora de casa.

Nessa perspectiva, Joana cotidianamente negocia com o marido suas “andanças” e seu trabalho externo. Mas, para além da terra, o que a assentada oferece a ele é uma família e cuidados com sua saúde. Concomitantemente, Gaspar, é uma retaguarda importante para ela por ser aposentado.

Apontando outro caso específico de como a mulher veio a ter a posse da terra, no caso de Clara, esta é a única assentada titular pelo motivo da herança. Quando Clara voltou para o Santa Rosa/Córrego das Posses para assumir o lote que era do seu pai, estava casada e tinha quatro filha(o)s. Como participou da luta pela terra, a(o)s assentada(o)s não consideraram essa transição um problema e, nesse sentido, Clara se tornou a titular do lote.

Embora a assentada afirme que cuida de toda a agricultura no lote e dos trabalhos domésticos, enquanto o marido trabalha com a pecuária, seu discurso indicou

¹⁰⁰ Chamamos atenção para essas dimensões expostas pelas assentadas, mas não elegemos ordem de importância, mas, sim, pontuamos que tentaremos tratar neste trabalho. Como o discurso de Joana é muito rico, muitos elementos poderiam ser destacados.

que quem “manda” é o seu companheiro. Como se seu trabalho fosse inferiorizado, menor e uma espécie de “ajuda” se comparada ao trabalho do marido. Uma relação de poder mais hierarquizada foi exposta por Clara e descrevo uma situação que demonstrou como se dá a autoridade do marido.

Acredito que a posse da terra signifique para Clara, em alguma medida, poder, principalmente porque a comunidade a reconhece como a “assentada”, enquanto no âmbito privado isso foi exposto de modo bem mais sutil. Essa configuração indicou que a posse formal da terra não foi apresentada relacionada às negociações que Clara realiza em casa, mas como é ela que responde pela família perante a comunidade, esse *status* gera uma retaguarda que é conferida à assentada em âmbito externo ao lar e que pode incidir nas relações domésticas¹⁰¹.

Outro caso de referencia é o de Paula, moradora da área do Córrego das Posses. Acredito que um fator central para as principais diferenças que observei está relacionado à sua idade. Paula possui 53 anos e tem a posse da terra porque ficou viúva. Nesse sentido, essa assentada, além de mãe de filha(o)s adultos, é avó, o que implica outras preocupações. A principal talvez seja a necessidade de dar assistência a uma “família”, não mais uma(um) filha individualmente como o caso das outras assentadas. Paula afirmou que um dos seus planos é se mudar para a área urbana de Itaipé após se aposentar, justamente para deixar a terra para suas filhas e seus filhos que atualmente vivem no Assentamento com suas famílias e não possuem lote. Nessa perspectiva, uma dimensão que incide nas negociações dessa mulher é a sucessão, mais fortemente do que nas outras assentadas com quem dialogamos. E ainda que essa está sendo pensada com igualdade de gênero, visto que ela pretende deixar a terra para toda(o)s.

Assim, especificamente nesse caso, a terra foi exposta como de “sua família” e o título está em seu nome como resultado de sua viudez, que não era desejada. Sua capacidade de negociação foi “dita” como fortemente ligada ao casamento e a presença de um homem “marido” em sua vida. Este gera uma retaguarda, segurança, possibilidade de acesso e circulação, embora a separação seja também um elemento acionado para garantir esse bem-estar. Isso coloca outros elementos a serem considerados em nossa análise, pois é como um “limite” na monogamia, uma troca que precisa ser clara para a manutenção do casamento.

Nessa perspectiva, Rosa, Clara, Joana e Paula vieram a ser titulares do lote por processos diferentes e a luta pela terra não foi o fator “principal” acionado por elas para essa “conquista”, que em alguns casos não foi necessariamente narrado com a noção de ‘vitória’. Nem mesmo cruzaram a titulação do lote com uma espécie de reconhecimento delas como “mulheres”. A titularidade para a mulher se deu por conta da “não presença” do homem, situação que de acordo com algumas narrativas significou momento de muita vulnerabilidade¹⁰².

¹⁰¹ Todavia, como meu contato com a assentada foi relativamente menor se comparado com as outras três mulheres com as quais dialoguei, acredito que seja um limitante para ter compreendido algo que ela não expressou verbalmente.

¹⁰² As outras 06 mulheres que também são titulares do lote se aproximam dessa situação. Por exemplo, Dona Flor é titular porque se separou do marido; este se amasiou com outra mulher e foi embora do Assentamento. Após esse fato, Flor começou a beber bebida alcoólica até se tornar uma dependente. Na entrevista ela expôs que ainda espera que o marido volte para a “casa”, pois ela o receberia de volta. Outro caso interessante é o de Ordália. Esta atualmente tem a posse de um lote porque se separou do marido (que era o titular) que lhe violentava fisicamente e psicologicamente há mais de 20 anos. Este continua morando no assentamento, na casa de um filho e muitas das pessoas da comunidade aceitam que ele more ainda no Assentamento por ser muito velho. Mas, para se proteger, Ordália se amasiou com um homem praticamente 20 anos mais novo do que ela e o colocou dentro do lote. A partir desse momento,

Nessa perspectiva, a reflexão sobre as condições de negociação em âmbito rural sob a lente “posse da terra” apresentou-se complexa. Principalmente porque a “posse” não é um produto isolado, mas um processo relacional que quando a acionamos como elemento de reflexão trouxe consigo várias outras dimensões presentes na vida das mulheres. Justamente porque nosso olhar não é para a posse “em si”, mas se e como ela reposiciona as mulheres.

No caso empírico apresentado ficou evidente que após as mulheres terem assumido o lote, uma nova configuração foi criada, mas a posse apresenta-se como um elemento insuficiente para identificarmos o que é capacidade de barganha e como ela ocorre se não for relacionada às outras dimensões presentes no discurso das mulheres, como: parentesco, renda, trabalho, casamento, etc. Em outras palavras, pontuo que no caso apresentado a posse da terra “em si” não pode ser relacionada a uma subordinação das assentadas, mas imersa nas tradições e nas trajetórias mostrou que foi uma possibilidade de alterar situações que marginalizaram as mulheres, ao mesmo tempo, que reproduziu costumes. Mais especificamente, ficou evidente que a posse formal do lote pode possibilitar para as mulheres a defesa e a busca de seus interesses.

Compreendendo que a propriedade e o controle sobre a terra talvez sejam fatores insuficientes para as reflexões sobre a capacidade de negociação das mulheres rurais, Agarwal (1997) apontou mais sete que incidem na arena doméstica, na comunidade, Estado e o mercado, quais sejam: acesso a emprego ou outro meio de geração de renda, acesso a recursos comuns (como florestas e pastagens), acesso a sistemas de apoio sociais tradicionais externos (dentro da comunidade – amigos – ou com parentes), apoio do Estado, apoio de ONGs, normas sociais e percepções sociais sobre as necessidades, contribuições ou outros determinantes de merecimento.

Com base nos discursos das assentadas e considerando as “pistas” da literatura serão consideradas outras dimensões presentes no discurso das mulheres enunciadas concomitantemente a posse da terra.

seu ex-companheiro não lhe procurou mais, visto que sabe que o novo companheiro de Ordália pode lhe matar.

5 MULHERES RURAIS E PODER DE BARGANHA

[...] é difícil, mas vai indo que muda moça, muda!
Fala de Joana

Seria preciso o desenvolvimento de um trabalho muito mais extenso para discutir como a família nuclear, a divisão de trabalho em seu âmbito, as relações com a parentela, com a comunidade ampla do Assentamento e, também, o acesso à renda dialogam com a questão do direito e com a posse da terra para as mulheres. Todavia, ao realizar o exercício de refletir sobre as implicações da posse para a capacidade de negociação a partir das experiências das mulheres titulares, foi possível identificar que outras dimensões da vida delas foram enunciadas ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, farei o exercício de desenvolver uma reflexão sobre algumas delas a partir de como as mulheres as expuseram e segundo alguns apontamentos de outros estudos que trataram desses temas. Por fim, discuto algumas negociações realizadas pelas mulheres e como a posse da terra pode ser observada combinada aos outros elementos.

5.1 Divisão sexual do trabalho no campo e as possibilidades de acesso à renda pelas mulheres assentadas

A divisão sexual do trabalho e as possibilidades de acesso à renda pelas mulheres no Santa Rosa/Córrego das Posses foram apresentadas relationalmente pelos atores sociais e de forma imbricada pela literatura com que dialogo. Possivelmente, essa vinculação seja decorrente do fato do conceito de “trabalho”, atualmente, ter uma conotação mais limitada, vinculado a uma “remuneração” pelo dispêndio de energia para realização de uma atividade específica. De acordo com o conceito exposto no Dicionário do Pensamento Social do Século XX.

O conceito é ambíguo e disputado, indicando diferentes atividades em diferentes sociedades e contextos históricos. Em seu sentido mais amplo, trabalho é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas. Tal interpretação, contudo, conflita com o significado e a experiência mais limitados do trabalho nas atuais sociedades capitalistas. Para milhões de pessoas, trabalho é sinônimo de emprego remunerado, e muitas atividades que se qualificaram como trabalho na definição mais ampla são descritas e vivenciadas como ocupações em horas de lazer, como algo que não significa verdadeiramente trabalho (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996, p. 773).

Inicialmente é importante pontuar, como expôs Engels (2012), que a “divisão sexual do trabalho” estruturou a sociedade em períodos anteriores a civilização. O homem incumbia-se principalmente da caça de alimentos e de matérias primas – atividades localizadas na floresta –, enquanto a mulher se responsabilizava pelo preparo da alimentação e confecção de roupas, por exemplo – trabalhos realizados em âmbito doméstico.

Entre as mudanças ocorridas que caracterizaram a passagem para a sociedade civilizada, o mesmo autor destacou a desvalorização dos trabalhos circunscritos à “casa”, sendo que esses perderam seu valor pelo fato de ser a mulher a responsável por realizá-lo. De acordo com sua análise, o trabalho seria o principal mecanismo de expansão e reprodução do domínio da classe capitalista, e os homens os representantes da autoridade dessa classe. Nesse sentido, a mulher precisava ser excluída de realizar

trocas monetárias. Para isso, seu trabalho não poderia ser considerado como “econômico”¹⁰³.

Sobre a transformação capitalista, Paulilo (2004) comentou que foi por meio desta que se tentou subordinar a sociedade pelo mercado. A noção de “trabalho”, por esse sistema, foi diretamente relacionada ao econômico, sendo que o econômico seria o “produtivo” e, nesse sentido, o trabalho “não produtivo” seria o realizado no espaço doméstico.

O capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. Os princípios da antiga ordem social foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender (PAULILO, 2004, p. 244).

Assim, a separação entre trabalho doméstico e produtivo em meio rural torna-se insuficiente, pois, como apontou a mesma autora, nesse contexto a relação produção e consumo está imbricada. Paulilo (2004) ressalta que é um empobrecimento do termo “trabalho produtivo” ser cunhado no que tem “valor de troca”, ou seja, ser trabalho o que se produz e pode ser vendido.

De acordo com Bruschini (2007), o trabalho foi o tema pelo qual os estudos de gênero se iniciaram no Brasil nos anos 1960 e 1970. Uma primeira gama de trabalhos focalizava apenas a questão econômica, sem levar em consideração o papel de reprodução que a mulher carrega. Atualmente, a virada epistemológica desses trabalhos foi conciliar o espaço reprodutivo e produtivo, visto que não é possível desvincular esses espaços: “o trabalho remunerado e o não remunerado são duas dimensões do trabalho social, intimamente ligadas” (*ibid*, p. 32). Quando desqualificamos algumas atividades ou não as reconhecemos como trabalho, ignoramos o dispêndio de capacidades físicas e mentais de uma grande parte das mulheres na sociedade.

A maioria dos estudos que vieram a contribuir com a mudança do conceito de trabalho, como os realizados por Bruschini, referenciam-se na “mulher urbana”; porém, por significarem esforços em compreender o trabalho das mulheres de maneira relacional e ampliada, além de afirmá-lo como “trabalho”, fornecem elementos interessantes também para as reflexões em meio rural. Nesse sentido, considero principalmente a definição de “trabalho doméstico” da autora, pois empreende ao conceito um conjunto de atividades na esfera material e simbólica.

São eles (a numeração não significa ordenação ou hierarquia): 1) cuidados com a moradia familiar (limpeza, arrumação, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.); 2) alimentação e higiene pessoal, cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas); 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos,

¹⁰³ Considera-se a interpretação marxista limitada para refletirmos sobre a divisão sexual do trabalho, principalmente camponesa, mas não podemos desconhecer que sua abordagem contribuiu significativamente para as feministas desenvolverem reflexões sobre as bases materiais da opressão da mulher (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996).

idosos ou dependentes); 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo); e 5) manutenção da rede de parentesco e de amizade (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade) (BRUSCHINI, apud BRUSCHINI, 2012, p. 263).

Relacionando essa perspectiva de Bruschini (2012) ao que Beatriz Heredia (1979), em “A morada da vida”, considerou como “atividades da unidade de consumo” no campo, é possível perceber que na abordagem da segunda autora praticamente não está incluída a noção de administração da unidade doméstica. Ao mesmo tempo, Bruschini (*ibid*), por se preocupar com vida em área urbana, não considerou os cuidados com animais e o cultivo da terra.

As tarefas relacionadas à casa, por outro lado, são reconhecidas como múltiplas e incluem atividades bastante variadas como a limpeza da casa, o cuidado com a roupa, e todas aquelas que estejam relacionadas com o cuidado e a alimentação das pessoas e animais ligados à mesma (HEREDIA, 1979, p. 79).

Nesse sentido, exponho as duas abordagens como complementares para esta pesquisa, visto que, ao vivenciar o cotidiano do Assentamento, as atividades “domésticas” ou às “relacionadas à casa” como as cinco, apresentadas e explicadas por Bruschini (2012), incluindo também os cuidados com os “animais do terreiro” (galinha, porco, cachorros, etc.) e as atividades ligadas à terra em volta da casa, como horta e árvores frutíferas, apresentada por Heredia (*ibid*). Essas seis atividades dão conta de expressar a complexidade dos afazeres que algumas mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses realizam e consideram como trabalhos domésticos. Não obstante, dizer que consideraremos trabalho doméstico como esse conjunto de atividades não significa afirmar que “todas” as mulheres que se disseram responsáveis pelo trabalho doméstico realizam todas essas funções.

As análises de Paulilo (1987), em seu trabalho “O peso do trabalho leve”, convergem com a perspectiva de que as atividades da unidade familiar são desvalorizadas por ser a mulher o agente da ação. A autora concluiu que nas áreas rurais o trabalho realizado pelas mulheres é considerado “leve” não pelo fato de ser menos desgastante, complexo ou nocivo, mas por ser a mulher responsável por realizá-lo. O trabalho leve é o menos valorizado social e economicamente, considerado um trabalho secundário ao trabalho do homem – o trabalho “pesado”.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 7).

Nesse mesmo artigo, Paulilo (*ibid*) complementa que no meio rural, mesmo que o trabalho considerado masculino e o feminino sejam nomeados diferentemente de “leve e pesado” e, ainda, no caso da mulher realizar o mesmo trabalho que o homem, na

grande maioria das vezes a mulher será pior remunerada. Paulilo conclui, portanto, que o que determina o quanto se paga é, em suma, quem recebe.

Heredia (1979), ao analisar a relação entre a unidade de produção¹⁰⁴ (roçado) e a unidade de consumo (casa) no meio rural, apontou que se configura uma relação estreita entre esses dois meios da vida cotidiana e que as relações de gênero são fundamentais para compreensão das atividades que as mulheres e os homens desenvolvem. A conclusão a que a autora chegou, de maneira geral, é que “a oposição casa-roçado delimita a área de *trabalho* e do *não-trabalho*, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão” (ibid, p. 79).

A casa é concebida como lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica (ibid, p. 79).

Em outras palavras, a casa é um espaço estritamente feminino; por conseguinte, o homem por ser o provedor, é quem exerce a autoridade, ou seja, existe a noção de que é o roçado (produção) que dá condições de existência ao consumo (casa), e, por isso, em última instância, quem define o funcionamento da casa é o chefe de família. Além disso, por mais que a mulher ou a(o)s filha(o)s realizem atividades no roçado, seu trabalho geralmente tem o caráter de “ajuda”, visto que é o homem que controla as tarefas, mesmo quando essa “ajuda” pode ser percebida em todas as funções desempenhadas no roçado.

O que a mulher faz no roçado não é caracterizado como trabalho, este se limita às tarefas realizadas especificamente pelos elementos masculinos, tanto o processo anterior ao plantio dos produtos como também a ação de cavar os buracos nos quais efetua a semeadura. Considera-se assim que a mulher não trabalha, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões realiza tarefas no roçado. As tarefas que pertencem ao roçado, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho. É exatamente por essa razão que ao se descrever o trabalho no roçado a mulher nunca é incluída. (ibid, p. 80-81).

Essas observações apresentadas por Heredia (1979) a partir de seu trabalho de campo na Zona da Mata de Pernambuco são bastante convergentes com o que foi observado no Santa Rosa/Córrego das Posses. As mulheres assentadas, ou a maioria delas, realizam atividades na roça (conceito usado na área compatível ao de roçado) e também são totalmente responsáveis pelos trabalhos na casa. Em grande parte das famílias, foi possível perceber que o trabalho que a mulher realiza na roça é realmente considerado como “ajuda”, pois o homem é quem controla. Por outro lado, não é possível generalizar, visto que algumas mulheres deixaram claro que decidem, às vezes exclusivamente, sobre o trabalho na roça. Isso não quer dizer, consequentemente, que a autoridade em âmbito doméstico esteja nivelada entre o casal. E, menos ainda, que o

¹⁰⁴ As atividades que são desenvolvidas na “casa”, de acordo com Heredia (1979), já foram expostas acima. Sobre a “produção” a mesma autora disse, “as tarefas desenvolvidas no roçado são consideradas como portadoras de um caráter determinado único: é o trabalho ligado a terra” (p.79).

homem e a mulher tenham acesso a rendas iguais, porque o trabalho na terra é “uma das” vias para se obter renda.

No caso de Joana, por exemplo, mesmo ela ocupando a função de agricultora do núcleo familiar, é com o salário da aposentadoria de Gaspar que a família é mantida economicamente. Joana fez questão de delimitar qual parte do lote lhe pertence e qual é de direito de seu companheiro. A assentada planta café, mandioca, cuida da horta e das galinhas e o dinheiro que recebe, quando vende os produtos, cabe a ela gastar. Gaspar, seu companheiro, em sua parte da terra prefere criar gado ou alugar seu pasto para fazendeiros da região. Todavia, como é aposentado, sua renda cobre os principais custos da família (alimentação, remédios, transporte, energia elétrica, etc.). Em suma, a mulher realiza o trabalho doméstico e na roça, é reconhecida como agricultora, mas a renda principal é proveniente do salário do homem. Esse caso apesar de trazer elementos novos fortalece o que as autoras chamaram a atenção, que o homem é o “provedor” e é isso que constrói em grande medida a autoridade patriarcal.

Outro exemplo interessante para este trabalho é o caso de dona Carminha, a moradora mais velha na área do Córrego das Posses¹⁰⁵. Quando cheguei à sua casa pela primeira vez, a assentada fazia uma cerca em seu lote e, apesar de a conversa ter sido curta, visto que não queria interromper seu trabalho, foi o suficiente para mostrar-me sua casa e, após me servir um café, levou-me para conhecer “sua” roça. Contou que desde o início do assentamento, no lote, sua roça é separada da roça de seu companheiro. A assentada tinha plantado mandioca, cana, feijão, horta e, além disso, criava porco e galinha. Seu companheiro, que também estava trabalhando na roça quando cheguei, tinha a roça com basicamente as mesmas culturas – exceto a horta. Dona Carminha fez questão de afirmar que cada um tem sua roça para que possam fazer o trabalho “de seu jeito”. Contudo, ponderou que a roça do marido às vezes produz mais, porque ele “só” se dedica à roça, enquanto ela também cuida da casa.

Dessa forma, mesmo que as mulheres exerçam atividade de produção com total autonomia e a gestão de uma possível renda proveniente desse trabalho, como são, simultaneamente, as “únicas” responsáveis pelo trabalho doméstico não conseguem ter, na maior parte dos casos, o mesmo “rendimento” que os homens. Apenas o caso da família de Rosa abre uma exceção a essa “regra” no Assentamento. Tanto a assentada como o seu companheiro, Gabriel, afirmaram que ele realiza também trabalhos domésticos. Em uma das vezes que estive no lote, Gabriel disse: “eu trabalho a metade que ela trabalha e faço as coisas que ela manda”. Além disso, em outro momento, declarou ter cozinhado durante um período que Rosa estava grávida, ao mesmo tempo em que trabalhava na roça e fazia a construção da casa que atualmente existe no lote.

Gabriel - Quando eu fiz essa casa aqui, os meninos estavam estudando e ela apanhando café, “barriguda e apanhando café”. Eu tinha que trabalhar aqui em casa, fazer almoço para ela e correr de tarde pra apanhar 5 sacos de café.

A grande maioria da(o)s assentada(o)s afirmou que o serviço da casa é total responsabilidade da mulher, da “mãe” e/ou alguma “filha” adolescente. Joana expôs que por conta dessa sobrecarga algumas mulheres param de trabalhar na roça porque os homens não ajudam em casa e pontuou não considerar “justo” a mulher fazer o serviço doméstico sozinha.

¹⁰⁵ Nesse caso o documento de concessão de uso das terras está em nome de seu companheiro.

Joana - Tem algumas mulheres que ajudavam muito os maridos no mato e pararam, porque quando chega em casa o marido não lava um copo para ela - deixa tudo por conta dela. Quando chega em casa o marido senta no sofá esperando a comida sair e ela tem que se matar no serviço de casa. Eu acho que a contribuição tem que ser assim: se a mulher está ajudando o marido no mato o certo é ele chegar em casa e ajudar também. Se ela está trabalhando fora para contribuir com alguma coisa, o certo dele é lavar pelo menos um copo e varrer uma casa, contribuir com ela. Não é só ensebar tudo e fazer dela uma escrava.

Dessa forma, apesar de existir exceções e a intenção dessa pesquisa é destacadá-las, de maneira geral o trabalho na roça – os ligados à terra e criação de gado - é considerado masculino, e o trabalho doméstico – conjunto de atividades circunscritas à casa e ao entorno dela, é o “lugar da mulher”. Essa divisão também está relacionada ao que é considerado “trabalho” e “não trabalho”, como concluiu Heredia (*ibid*) em sua pesquisa. Um exemplo sobre isso foi a fala de Gaspar, companheiro de Joana, quando disse que são poucas as mulheres que “trabalham” no Assentamento, porque, além de não trabalharem na roça, as casas são pequenas, e por isso têm pouco “serviço”. Ao escutar essa fala, Joana corrigiu o marido. Disse que a mulher que não “trabalha” é porque não tem lote (não é assentada oficial e, por isso, não tem terra para cultivar).

Gaspar – Aqui as mulheres não trabalham na roça e dentro de casa quase nada tem para elas fazerem.

Joana - Algumas!

Gaspar – Algumas não. Eu ia dizer o nome das mulheres que trabalham, porque a maioria tem a casa ‘pequeninha’ e o serviço é pouco. Rosa trabalha. Joana - Só não trabalha na roça quem não tem lote. Marieta de Tião, aquela mulher é igual a um macho. Quando as coisas apertam e Tião precisa sair para trabalhar fora, quando ele volta o café está todo apanhado no terreiro. Mãe não trabalha na roça porque já está velha (...) Só não trabalha as mulheres que não tem lote para trabalhar e só tem o dinheiro da bolsa familiar pra fazer alguma coisa. Aqui não tem ninguém que não trabalha na roça. E trabalha pra morrer, porque eu nunca vi um negócio para dar serviço igual à terra.

É preciso ter atenção para o fato, como anunciou Paulilo (2000), de que o enfrentamento que as mulheres podem demonstrar realizar para desconstruir as barreiras e serem consideradas agricultoras pode estar dissociado da busca por igualdade das relações de gênero ou da percepção de uma opressão baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres.

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, como mostramos no início deste texto, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros (PAULILO, 2000, p.13).

Sobre a possibilidade de trabalhar “fora” do Assentamento, são poucas as mulheres que procuram ou procuraram, sobretudo pela dificuldade de se ausentar da unidade doméstica, além de ser extremamente difícil encontrar trabalho nas áreas próximas. Quando as assentadas narraram ter experienciado trabalhar fora, geralmente foi como empregada doméstica em residências nas cidades ou como diarista em alguma fazenda da região. Situação diferente foi observada em relação aos homens, que, em sua

grande maioria, têm o costume de ficar períodos fora do Assentamento, trabalhando nas cidades, principalmente em obras de construção civil – a conhecida migração temporária.

Rita é um exemplo de assentada que, juntamente com seu marido e filho mais velho, decidiu trabalhar nas fazendas próximas ao Assentamento, visto que não tinham dinheiro para investir no lote. O dinheiro que recebiam como diaristas era a renda que custeava, sobretudo, a alimentação da família. Entretanto, por conta disso, afirmou que atualmente no lote só existe uma “moitinha de mandioca”.

Rita - Nós trabalhávamos para as pessoas daqui da região. Saía eu e meu marido, depois meu menino cresceu, juntava nós três e íamos trabalhar. Os outros ficavam dentro de casa. Os mais velhos iam pra escola mais cedo e depois iam trabalhar. No final juntava e comprava essas coisas que comemos. Porque a farinha sempre foi tirada daqui. Plantamos mandioca. Não chegamos a comprar farinha de mandioca. Mas tipo, gordura, arroz, essas coisas que é mais difícil nós comprávamos. Também se fosse trabalhar na terra pra esperar dar... Por isso, nós saímos pra trabalhar. Os assentados que tinham recurso pra cultivar no lote já não está dando pra eles trabalharem. Eu mesmo, só tenho uma moitinha de mandioca.

Outro relato interessante foi o exposto por Camila, filha de Paula, após ter perguntado se ela tinha desejo de trabalhar fora do Assentamento.

Camila - Um dia eu tive, quando era nova, mas agora eu não tenho mais não. Eu acho que se eu for trabalhar fora eu nem sei trabalhar de doméstica. Mas eu não tenho essa vontade de trabalhar fora não, prefiro trabalhar na roça do que pra gente de fora, porque o povo de fora arranca é o couro da gente. Às vezes, tem gente que conta que pega uma casa de todo tamanho pra ganhar pouquinho. Então é melhor trabalhar na roça, tira melhor vantagem você plantar uma maneiра, um tanto de mandioca... Se você for trabalhar pra os outros seu dinheiro acaba rapidinho. Eu não tenho vontade de trabalhar fora não.

Para a assentada, a vontade de trabalhar remuneradamente remete ao período em que “era nova”. Atualmente ela tem 24 anos. Sua referência para se considerar “nova” é o período em que era solteira e não tinha filha(o)s. Essa noção foi expressa por outras assentadas: a vida adulta começa quando se tem filho e se casa/amasia.

A(o)s assentada(o)s que disseram ter melhores condições de vida, significando especialmente ter acesso a bens materiais (geladeira, fogão à gás, TV, água encanada, banheiro interno nas casas, entre outras coisas) vincularam essa situação à aposentadoria de um ou mais membros do grupo familiar. Tal é o caso de Joana, que, após se casar com Gaspar, aposentado, afirmou que sua vida melhorou.

Joana - Quando eu vi que o negócio estava apertando pro meu lado, eu morava nesse lote em um barraquinha que não cabia uma cama no barraco, não cabia nada. Foi ai que fui morar com Gaspar, moramos 2 anos juntos e depois nós casamos. O meu filho mais velho está com 18 anos e o mais novo com 11 anos. Graças a Deus as coisas melhoraram pra gente, não por causa do INCRA, mas porque Gaspar é aposentado. Se não fosse por Gaspar estávamos passando fome até hoje. Minha renda é pouca, mesmo trabalhando ali e aqui. O que produzimos na roça não tem valor. Éramos para ter um grupo de mulheres que plantasse e vendesse as coisas aqui, mas nem isso a gente tem porque parece que a gente é abandonado. Nós somos abandonados!

Como no Assentamento existe um contingente grande de pessoas de mais de setenta anos, homens e mulheres, talvez para a metade das famílias da área o salário da aposentadoria seja a principal renda.

Em nível nacional, Paulilo (2004) apontou que o acesso à previdência social é uma pauta estabelecida na agenda de reivindicações dos movimentos de mulheres rurais, mas, mesmo assim, os dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DESER/CUT) expõem uma desigualdade de gênero.

Dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DESER/CUT) mostram que, enquanto para os homens existe um excluído da aposentadoria por idade para cada 47,3 já aposentados, entre as mulheres essa proporção é de uma não-aposentada para cada 14,4 aposentadas. Além disso, há um homem inválido excluído da aposentadoria por invalidez para 3,2 aposentados e uma mulher excluída para 1,4 aposentada. Embora a legislação preveja um máximo de 45 dias para que sejam concedidos os benefícios e o tempo médio, incluindo os benefícios urbanos, seja de 20 dias; para os rurais, 81% das concessões demoram mais de um mês. A maioria (53,1%) dos beneficiários rurais, teve de esperar entre 2 e 6 meses, e 18,9 % esperou mais de um ano. As mulheres são um pouco mais discriminadas que os homens na espera da concessão, pois 20,8 % recebem o benefício no mínimo depois de um ano de entrada do requerimento, o que ocorre com 10,9% dos homens. Como os homens estão familiarizados há mais tempo com o sistema de concessões de benefícios através do antigo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), encontram menos problemas do que as mulheres durante o processo. Enquanto 28,8% dos homens afirmaram ter tido problemas, essa porcentagem se eleva para 39,5% no caso das mulheres. A luta por direitos previdenciários iguais está presente nas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais, mas a exclusão da terra é quase um tabu, não aparecendo como uma bandeira de luta forte em nenhum dos movimentos (PAULILO, 2004, p. 236).

Apesar de a aposentadoria ser a renda mais elevada de uma/um assentada(o), e por isso muito significativa, a maioria das mulheres assentadas se referiu à renda que atualmente obtém pelo programa “Bolsa Família”¹⁰⁶ de forma mais entusiasmada, responsável por melhorias na suas vidas e na se suas/seus filha(o)s. Demonstraram, ainda, serem simpáticas ao fato de o benefício poder conferir a “elas” responsabilidades pelo núcleo familiar.¹⁰⁷

¹⁰⁶ “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam”. Disponível em: <http://goo.gl/0WV7>. Acesso: 27 jan. 2014.

¹⁰⁷ De acordo com o Art. 23-A. do Decreto do Programa. “O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento. (Incluído pelo Decreto nº 7.013, de 2009). Disponível em: <http://goo.gl/7pzGWk> Acesso: 27 jan. 2014.

Joana - Graças a Deus depois que saiu a Bolsa Família ajudou a gente demais (...) As coisas melhoraram, pois a gente pode comprar um caderno pro filho da gente e uma comida. Meu bolsa família em um mês era R\$15,00 no outro era R\$30,00, por conta do vale gás. O Bolsa Família começou com Fernando Henrique, chamava Bolsa Escola. Depois que Lula entrou que ampliou. Agora nós mulheres recebemos por criança, pois a gente passava muito aperto.

Rita também se referiu ao programa,

Rita - Essa bolsa família ajudou tanto, ajudou e continua ajudando(...) Graças a Deus o meu cadastro começou com a Bolsa Escola, meus meninos eram todos pequenos, uns estudavam outros não, começou com Júnia, que está casada, Caio, e Potira, Conforme os filhos vão chegando na idade limite vamos colocando os outros.

A pesquisa de Maria Mercedes Rabelo (2011), “Redistribuição e Reconhecimento no programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias”, buscou analisar os “sentidos” que podem emergir dessa política pública à luz da teoria do Reconhecimento na perspectiva de Nancy Fraser. As observações que Rabelo expôs sobre o uso desse dinheiro pelas mulheres do Rio Grande do Sul são muito próximas das narradas pelas assentadas do Santa Rosa/Córrego das Posses. A maioria das mulheres que Rabelo entrevistou usa o recurso para alimentação e compra de bens, como roupas, calçados, material escolar para os filhos, gás, etc. – da mesma maneira que as beneficiárias do Bolsa Família no Assentamento contaram. Destacou, ainda, que a estabilidade que o dinheiro proporciona, no discurso das mulheres, possibilitou realizar algum tipo de planejamento. Ao comentarem sobre o Programa, as assentadas disseram que é pouco dinheiro, mas, por ser “recebido todo mês”, conseguem ter garantia de alimento.

A mesma autora concluiu que o Programa tem contribuído para a construção e ampliação da “noção de ter direitos”, “a política redistributiva produz impactos tanto do ponto de vista material quanto simbólico” (RABELO, 2011, p 259). Destacou também que, apesar da Bolsa Família não ser uma “política de gênero”, a transferência de renda à mulher pode inicialmente promover mudanças nas relações de poder, como relações mais igualitárias entre homens e mulheres. A partir do momento em que uma mulher dispõe de uma renda estável para si e para seu filho, há a possibilidade de certo empoderamento, afirmou Rabelo.

Concluímos, que o Programa Bolsa Família, ao possibilitar um incremento da capacidade de consumo e a redução da desigualdade social, pode gerar um alargamento do sentimento de privação relativa e do horizonte de desejo (SANTOS 2006) levando que as beneficiárias passem a almejar mais recursos, direitos e inclusão social (*ibid*, p. 264)

O programa Bolsa Família beneficia a grande maioria das mulheres do Santa Rosa/Córrego das Posses. Segundo Joana, quem não é cadastrada recebe aposentadoria. A única assentada que tem filha(o)s e não recebe é Rosa, visto que seu núcleo familiar recebe duas aposentadorias. Ponderando isso, a Secretaria de Assistência Social de Itaipé negou o benefício, pois ultrapassam a renda que é considerada carência.

É interessante expor que, além de possibilitar um acesso das mulheres assentadas a bens essenciais, o Programa tem contribuído para uma espécie de “recrutamento” das assentadas. A convocação para reuniões e participação em projetos sociais da prefeitura de Itaipé tem se baseado no cadastro das famílias que são

beneficiadas pelo Programa, como um critério de carência, segundo as assentadas. O que pretendo destacar é que o “recrutamento” das “mães” pode vir a gerar processos que permitam a inserção política das mulheres em espaços que até então não tinham acesso. Em outras palavras, pode contribuir diretamente com outras esferas que compõe a vida das mulheres, para além da econômica, que não é o previsto pela política.

Dessa forma, as possibilidades de acesso à renda da maioria das mulheres que moram no Santa Rosa/Córrego das Posses são o Programa Bolsa família – que significa também o apoio do Estado. Além disso, há a aposentadoria, comercialização dos produtos agrícolas e trabalhos remunerados externos ao lote¹⁰⁸, este último em pouquíssimos casos. Chamo atenção para essa questão, visto que nesta pesquisa concordo com a proposição de Paulilo (2004, p.229), de que o “direito de tomar decisões sobre a própria vida pode ser desvinculado da obtenção de um salário individual, mas não do acesso a uma renda própria”, e esse acesso relaciona-se à mulher deixar de ocupar a posição do “não trabalho”.

A renda foi uma dimensão exposta pelas mulheres, algumas mais diretamente e por outras como pano de fundo, que possibilita que elas acessem o que desejam – bens materiais e simbólicos. Como utensílios e equipamentos para casa, alimentos, roupas, produtos de higiene e beleza, brinquedo para a(o)s filha(o)s, deslocamentos ou passeios, diálogos por telefone, investimento na agricultura ou criação de animais, ajudar a(o)s amigos e vizinha(o)s, dar o dízimo para Igreja, entre outras coisas.

Esse acesso proporcionado pela renda está ligado, em certa medida, à divisão sexual do trabalho. Se a mulher trabalha estritamente em âmbito doméstico, será difícil conseguir uma renda própria pelo seu dispêndio de energia. Mas, ao mesmo tempo, isso não significa que a mulher, ocupando os ambientes de produção na roça, vai obter uma renda ou poderá decidir sobre a renda do grupo familiar. Em outras palavras, quero dizer que se todo o trabalho da mulher for consumido pela família (subsistência), não necessariamente os outros membros que têm renda própria vão permitir que a mulher disponha sobre esse dinheiro, reconhecendo que ela tem ‘direito’ já que o seu “trabalho” foi colocado em função da família.

Um exemplo que contribui para pensar isso e visualizar como a renda pode ser um elemento ordenador de posições é o caso de Clara. Apesar de cuidar de toda agricultura, além dos trabalhos domésticos, ela não possui outra fonte de renda a não ser a Bolsa Família. Como é o seu marido quem realiza as atividades econômicas praticamente sozinho, como o pagamento de água, luz, gás, alimentos, etc., ela afirme a autoridade dele. Dessa forma, mesmo ela trabalhando na terra e sendo a titular do lote, é o marido quem manda. A partir desse caso, volto ao que inicialmente foi pontuado: o trabalho tem, sobretudo, valor quando é considerado econômico e o que “justifica” a renda é, em certa medida, quem recebe. Quando quem realiza o trabalho não é o “provedor”, a “renda” é desvalorizada ou minimizada.

Dessa forma, aprofundando sobre a questão de quais são as dimensões que as mulheres demonstraram ser importantes para analisarmos o que seja barganha e como ela se dá em seus cotidianos, estão a renda e o trabalho, indicando que estes fatores são importantes no enfrentamento de alguma forma de dominação percebida pelas mulheres.

Todavia, Agarwal (1997), refletindo sobre os fatores que podem contribuir para a construção da capacidade de negociação das mulheres em âmbito rural, comentou que

¹⁰⁸ Durante o campo, foram relatados pelas mulheres trabalhos externos realizados para fazendeiros e algumas mulheres que trabalham em campanhas eleitorais em Itaipé.

é preciso fazer um esforço para que os fatores relacionados ao econômico não sejam sempre os enfatizados nos estudos sobre o poder de barganha das mulheres. Dessa maneira, farei o exercício de pontuar mais alguns elementos enunciados nos discursos das assentadas que não estão diretamente ligadas ao econômico.

5.2 Dimensões não diretamente relacionadas ao poder econômico: casamento, filha(o)s, parentela e sistemas de apoio social

A oportunidade de discutir, mesmo que brevemente, as relações sociais que são construídas para além das unidades domésticas contribuiu para ampliar os olhares a cerca das dimensões que condicionam, possibilitam e restringem as possibilidades de negociação das mulheres. Para expor algumas dessas relações, será discutido os vínculos co-sanguíneos, ou seja, as relações de parentesco¹⁰⁹, e também alguns espaços não institucionalizados onde as pessoas se encontram regularmente ou com certa frequência, que vamos denominar de grupos.

Em Santa Rosa/Córrego das Posses, os núcleos familiares estão vinculados, em sua maioria, a um grupo de parentesco, sendo que existem três famílias que se reproduziram predominantemente. Essas famílias possivelmente têm o maior número de pessoas porque durante as ocupações de terra o “patriarca” tinha um grande número de filha(o)s, a maioria jovens ou crianças. Posteriormente, ele(a)s cresceram na área e constituíram seu núcleo familiar na mesma. Quem não pertence a um grupo de parentesco é porque possivelmente foi para as ocupações de terra solteira(o) e sozinha(o) e, ainda, teve pouca(o)s filha(o)s quando já assentada(o).

Na obra “Impactos dos assentados: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, é salientado uma espécie de “capacidade” dos assentamentos em fortalecer laços de parentesco e construir grupos.

Os assentamentos podem atuar, então, como mecanismos de recomposição das famílias, aproximando membros que anteriormente se encontravam dispersos, possivelmente em função das dificuldades acarretadas pela necessidade de se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também e fundamentalmente social desse grupo de trabalhadores. Por outro lado, podem gerar novas pressões sobre a terra, na medida em que a agregação de novos membros pode intensificar o uso da terra no lote e favorecer a saída para outros lotes ou mesmo para novas ocupações de terra (...) A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, *et al*, 2004, p. 259).

Essa citação contribui para refletir sobre os “arranjos” observados durante a pesquisa de campo no Santa Rosa/Córrego das Posses. Embora a parentela não tenha sido um elemento exposto como um dinamizador social, proporcionando diálogo, circulação e encontros entre a(o)s assentada(o)s, foi possível perceber que a rede de parentesco atua construindo uma espécie de legitimação “invisível” das pessoas que

¹⁰⁹ Na obra “Herdeiros, Parentes e Compadres”, de Ellen Woortmann (1995), o parentesco é considerado relevante para o entendimento da reprodução social do campesinato, seja como casamento ou como descendência, e se relaciona ao patrimônio territorial camponês.

compõe o grupo. Assim, não por coincidência a maioria das minhas principais informantes (entre elas, Paula, Joana e Rosa) faz parte de um mesmo arranjo familiar. Os laços co-sanguíneos agiram como espécie de “guia” pelo Assentamento. Apesar de ter conhecido todos os núcleos familiares, a “ordem” desse percurso durante o trabalho de campo estava vinculada de onde “vinha” – da casa de Joana. Além disso, esse lugar de “partida” interferiu em como as pessoas me receberam, nas conversas que desenvolvemos e ainda como me comportava¹¹⁰.

Todavia, pertencer a uma rede de parentesco não proporciona necessariamente a(o)s assentada(o)s apoio material e imaterial (psicológico, espiritual, afetivo, etc). As relações sociais com esse caráter são construídas em outros ambientes, como nos grupos de oração (católica ou evangélica), no time de futebol feminino, nos encontros nas vendas, nas reuniões na escola e cotidianamente com a vizinhança mais próxima, ajudando principalmente com doação ou trocas de alimentos.

Nesses ambientes a dimensão do apoio, ajuda e cuidado estão mais presentes para os atores sociais. Poderia dar como um exemplo Rosa, que diz ter prazer em atender pedidos da vizinhança, como uma “medida” de açúcar, café, farinha e frutas, mas em relação aos parentes prefere se manter afastada. No caso de Joana, apesar dela estar sempre em diálogo com seus pais e trabalhar para eles, foi possível perceber que na igreja evangélica constrói mais laços de solidariedade. Um exemplo foi um dia que fomos à casa de sua “irmã” da Igreja, aproximadamente às 22 h, para lhe avisar que haveria uma reunião da Assistência Social em Itaipé no dia seguinte muito cedo. Além desse, é possível resgatar o fato de Joana, na época em que eu fazia o segundo trabalho de campo, todos os dias levava um fruta para uma vizinha e também “irmã” da igreja, pois esta estava grávida e com anemia, porém não tinha dinheiro para se alimentar melhor.

Além disso, é importante pontuar que os grupos que identifiquei são fluidos – ora são construídos por algumas pessoas e ora por outras, também podem ser excludentes de outros, como a venda e a Igreja evangélica, ou, por outro lado, fortalecer outro grupo. Como exemplos desse último caso, cito o fato dos horários do treino do futebol ser diferente do grupo de oração católico, para as mulheres poderem conciliar as duas atividades, ou ainda algumas mulheres que se encontram no futebol e depois vão tomar uma “cervejinha” na venda. Também existe o caso do grupo ser composto por pessoas do Assentamento e “não assentada(o)s”, sendo esse o grupo de oração católico do Córrego das Posses.

Torna-se interessante pontuar que a maioria das mulheres participa geralmente de algum espaço de encontro regular, ainda que muitas tenham afirmado que preferem ficar a maior parte do tempo em ambiente privado, como se estar neste fosse uma forma de evitar fofocas, brigas e problemas. Nessa perspectiva, é interessante pontuar que possivelmente as mulheres criaram mais possibilidades de circulação e diálogo que os homens. Estes, em maioria, não frequentam os grupos de oração, não vão às reuniões na escola e não se encontram para realizar nenhuma atividade física ou de lazer com frequência.

Tive a oportunidade de questionar a um assentado que assistia ao treino do time feminino por que os homens não se encontravam para praticarem também o futebol. Ele disse que homem é mais descomprometido, visto que já tentaram criar um time

¹¹⁰ Um bom exemplo foi quando foi conhecer a área do Córrego das Posses pela primeira vez. Ficar na casa da irmã de Joana, Paula fez com que me sentisse “segura” e acredito que Paula, embora tenha ficado tímida inicialmente, não se sentiu desconfortável com minha presença, visto que Joana tinha lhe falado que eu não era “moça de frescura”.

masculino, mas os homens faltavam ao treino, queriam sempre disputar com outros times sem praticar toda semana. E pontuou que o principal espaço que os homens vão para se distrair é nas vendas durante à noite. Todavia, esse espaço também é freqüentado pelas mulheres, mesmo que em menor número.

De maneira geral, os relatos e as observações em campo indicaram que a parentela é um arranjo que confere principalmente uma legitimidade, sutil, para os membros e as relações sociais construídas nesses grupos citados, onde a(o)s assentada(o)s circulam e se encontram com alguma regularidade, configurando-se como sistemas de apoio social, segundo termo Agarwal (1997).

Ainda neste capítulo é interessante trabalhar com mais dois elementos expostos pelas mulheres titulares de lotes que, ao mesmo tempo, não estão diretamente ligadas ao econômico e que foram narrados pelas mulheres, sendo esses o casamento e filha(o)s.

Nos casos que abordei, é perceptível a construção de uma legitimidade ou maioridade da mulher quando ela é mãe. Um exemplo é a conquista do lote para uma mulher que é mãe solteira. Mesmo considerando que um dos requisitos para a titulação seja a participação na luta pela terra, no caso de Joana, dificilmente ela teria sido beneficiada com um lote se fosse “sozinha”¹¹¹. Outro exemplo são as narrativas de Camila, expondo que após ser mãe e se casar pode participar de conversas as quais quando se é solteira não se é incluída.

Segundo a pesquisa de Sarti (1996), “a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornado-se reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou” (*ibid*, p. 43). Mas, ter filha(o)s também significa, principalmente para a mulher, a desvinculação da família de origem e o “direito” ao prazer sexual, visto que, segundo a pesquisa da autora, a reprodução legitima moralmente a sexualidade da mulher.

Motta-Maués (1994), a partir de uma pesquisa em comunidade de pescadora(e)s no Pará, pontuou que as mulheres passam por experiências “exclusivas”, pois estão vinculadas a sua fisiologia, como, o início da menstruação, ficar grávida, momento do parto, período de resguardo e menopausa, que são as responsáveis por defini-las como mulheres. Essas experiências sujeitam suas condições de existência, pois definem sua alimentação, possibilidades de trabalho, de ter ou não relações sexuais, participar de rituais, entre outras coisas. Em cada um desses “momentos” a mulher tem um “lugar” específico.

Embora no Santa Rosa/Córrego das Posses a fisiologia da mulher não envolva muitos ritos e restrições tão explícitas, a possibilidade de reprodução e o exercício dela é importante para o que é compreendido como mulher. As mulheres mães com as quais conversei expuseram direta ou indiretamente que desejava ter filha(o)s, e as jovens que tive a oportunidade de perguntar consideraram a maternidade um experiência desejável. Por outro lado, o casamento foi exposto com algumas ressalvas.

Ainda que a grande maioria das mulheres que vivem no Assentado com mais de 18 anos tenha pelo menos uma/um filha(o) e esteja casada ou amasiada, foi possível mapear também casos de meninas que não desejam se casar. Uma delas foi uma garota com 20 anos que disse não querer se casar, visto que desejava sair do Assentamento para estudar¹¹² – fatos que se excluem, segundo ela. Ao mesmo tempo que uma das

¹¹¹ Nesse sentido é importante pontuar que um homem assentado da segunda geração na época que recebeu o lote era solteiro.

¹¹² Essa garota relatou que tem um namorado e que ele deseja o casamento, assim como seus pais, mas que

filhas de Clara, segundo a assentada, diz não querer se casar. Nesse último caso, é interessante chamar atenção que Clara disse apoiar a escolha da filha, demonstrando reconhecer o casamento como uma escolha.

Todavia, de maneira geral o casamento foi narrado pelas mulheres como o meio para se construir uma vida melhor, pois este pode implicar, entre outras coisas, ter uma casa própria onde a mulher terá um pouco mais de autonomia. Paulilo (2000), expondo sobre o matrimônio no mundo rural, aponta que a mulher solteira, geralmente, tem mais chances de não ter uma vida “própria”.

O meio rural não é um bom lugar para as solteiras. RODRIGUES (1993), na sua leitura antropológica do celibato laico, camponês e feminino mostra como esta condição é constituída por “*recusas, retenções e negações*”. A solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até que morram, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e a cuidar dos sobrinhos (*ibid*, p.12).

No caso de Clara, constituir uma família significou mais que sua autonomia em relação à família de origem, mas, também, herdar o lote que era do seu pai. Embora tenha dito que recebeu o lote do pai por “ser trabalhadora”, também é importante considerar que era a única filha que havia constituído uma família. Nesse sentido, ela possuía condições de cuidar da propriedade, enquanto, seus irmãos ainda eram solteiros e não gostavam de trabalhar na terra. Provavelmente, o lote não seria propriedade de Clara atualmente se ela na época fosse solteira e não tivesse filha(o)s, mesmo sendo uma mulher trabalhadora.

Ademais, o casamento também pode significar para a mulher segurança. Segundo Paula, uma espécie de vulnerabilidade é iminente a mulher solteira, e esse caso é interessante porque ela possui recursos econômicos para sustentar a família, é titular da terra, tem a maioria de sua/seus filha(o)s morando próximo e, inclusive, tem um filho solteiro que mora com ela, embora esse seja adolescente. Mesmo assim, deixou claro que seu terceiro casamento se justifica para não ficar “desamparada”, reconhecendo a importância de ter um companheiro mesmo que esse não seja o provedor de teto e alimento.

Para Joana e Rosa, a ausência do homem marido foi narrada relacionada a uma vulnerabilidade, para elas e a(o)s filha(o)s, e a presença deste foi relacionada a um momento em que a vida no lote começou a melhorar, especialmente no sentido de não faltar alimentos. Isso é muito significativo, pois privação de necessidade básica, como o alimento, é fonte de sofrimento para qualquer pessoa. Assim, a satisfação desta está vinculada ao apoio de uma pessoa, conferindo-lhe muito valor.

As contribuições do casamento, nesses dois casos, também podem ser identificadas em vários aspectos: na força de trabalho para realizar as atividades na roça, no carinho e cuidado com a(o)s filha(o)s, pelo dinheiro que o companheiro possuía e pode investir na roça e na construção de uma casa e, ainda, está vinculado à legitimidade moral que este empreendeu à família, como bem explicado nas narrativas de Paula. O homem pode representar um “guardião”.

Um exemplo interessante que também ilustra o fato de o casamento significar em algum nível uma maioridade foi que, por diversas vezes, percebi que era melhor

ela tem feito de tudo para não se casar. De acordo com a narrativa dessa jovem, se casar e ter filhos é a possibilidade de vida mais aceita para as jovens do assentamento e fazer diferente envolve desagradar às pessoas, principalmente sua família.

dizer que tinha um companheiro, sem de fato ter, para me afirmar perante as mulheres e homens. Quando disse ser solteira, responderam-me: “então vou arrumar um moço bom pra você não ficar sozinha”. Percebendo essa preocupação, passei a afirmar que tinha um companheiro. Isso também significou meu acesso à “vida da mulher casada”¹¹³.

Em outro momento, uma jovem de aproximadamente 22 anos me perguntou se já tinha me casado e se tinha filha(o)s. Disse a ela que tinha um namorado, mas não tinha filha(o)s. Consequentemente, ela olhou nos meus olhos e disse, com expressão de deceção, “mas que triste, uma moça tão bonita sozinha, ficar sem marido e filhos é triste demais”. Tentei explicar que não me sentia triste, tinha família, amigos e trabalho, contudo ela voltou a afirmar que minha vida era triste ao seu entender.

Por outro lado, as narrativas das mulheres expressaram também rompimentos com o matrimônio, principalmente quando sofreram alguma forma de violência pelos seus companheiros. Paula, Joana e Rosa evitaram falar da relação com seus primeiros maridos, contudo ambas afirmaram que a separação se deu porque foram desrespeitadas, e no decorrer das narrativas pontuaram, às vezes, implicitamente que os relacionamentos atuais estão sendo mantidos porque sentem que são respeitadas.

Nesse sentido, quero destacar que tanto o casamento como a separação são ações que se complementam, em certa medida, para manutenção da família. A separação não anula a importância do homem marido para estas, visto que está entre as possibilidades das mulheres a busca de outro marido que zele pelos membros e que ajude a bancar a alimentação e o bens materiais para o bem estar do núcleo.

Dessa forma, tanto o casamento como a(o)s filha(o)s são componentes importantes para as mulheres serem mulheres e é envolvendo, principalmente, o que consideram importante para a família que construíram suas possibilidades de trabalho, lazer, espiritualidade, relações sociais externas, entre outras coisas. Para isso, negociações cotidianas são realizadas, assim como rupturas, quando se sentiram desrespeitadas.

5.3 Apontamentos sobre a capacidade de negociação das mulheres em contexto rural

Refletir sobre as possibilidades de negociação das mulheres titulares de lotes no Assentamento, sob a lente de análise “posse da terra”, é um exercício que indica que ambos os conceitos, “barganha” e “posse”, são processuais e relacionais. Dessa forma, encontramos dificuldades em objetivar o que seja de fato a negociação para as mulheres e como ela se dá, assim como o que significa a posse da terra para as mulheres e como esse elemento é acionado para se obter o que se considera importante.

A posse como conceito inicialmente exposto – uso, gozo e disposição de um bem – foi adotado como referência para analisarmos as narrativas das mulheres. Todavia, sem substantivar, como se dá o uso, o gozo e a disposição, torna-se vazio, por exemplo, o uso mesmo em um contexto comum foi apresentado de acordo com “quem” usa. Percebi, portanto, que seria mais interessante para esse trabalho analisar os caminhos pelos quais os atores sociais vieram a ter a posse da terra para posteriormente considerarmos como a posse aparece no cotidiano.

Dessa forma, identifico a posse como um processo porque, embora as mulheres tenham participado da luta pela terra, o título em nome delas foi o resultado de outras experiências para além da luta. Assim, como já exposto, cada mulher titular de lote no

¹¹³ Estou considerando assuntos relacionados a sexo, problemas conjugais, criação da(o)s filha(o)s, etc.

Assentamento tem hoje a propriedade por motivos singulares. A luta pela terra é açãoada para legitimar ter a terra, estar no Assentamento, mas a posse do lote inclui outro repertório de experiências, como ser trabalhadora e a responsabilidade pela família.

O trabalho de Deere e Leon (2002) é uma referência para nossa pesquisa, visto que articula a posse da terra com o aumento de poder de barganha para as mulheres rurais. Entretanto, para as mulheres com as quais dialogo o direito formal não está imbricado na luta pela terra, ou seja, lutar por uma terra não inclui lutar pela posse da terra. Dessa forma, a conquista de igualdade formal não envolve uma noção de “direito da mulher”, primeiramente, mas remete a outros processos que “legitimam” a titilação individual para a mulher, como ser mãe, trabalhadora, filha de assentado e etc, quando esta não possui um homem marido que compra com estes mesmos requisitos.

Nessa perspectiva, queremos chamar atenção para o fato de que como a propriedade foi um elemento negado à mulher por décadas, não ter o direito formal sobre este bem não necessariamente significa para elas uma injustiça. Em outras palavras, como o homem se configurou como o representante legal da família, a titularidade do lote em nome dele no Assentamento não representou um problema para as mulheres. Essa configuração deve-se aos arranjos de poder vigentes em uma sociedade caracterizada aqui como masculina, ou de acordo com Bourdieu (2011), sob a dominação masculina, na qual mesmo a mulher possuindo direitos formais, não significa dispor da mesma margem de manobra do que os homens e ainda compreender esse direito ou a ausência deste da mesma maneira.

Nessa perspectiva, indico a posse como um “processo” e não como um produto – porque a luta das mulheres para conquistarem esse direito é identificada quando consideramos suas trajetórias e seus cotidianos, ocupando a agricultura, os trabalhos domésticos, disputando os espaços públicos, etc. E para refletir como a posse dialoga com o poder de barganha, compreendo-a como “relacional” a outras dimensões da vida dessas mulheres, visto que se apresenta interdependente.

Concomitantemente com a dimensão do trabalho, por exemplo, a posse possibilita a desmistificação, em certo sentido, da noção de trabalho leve e pesado, visto que a responsabilidade sobre o lote pode ser açãoada para viabilizar a autonomia nos trabalhos realizados na roça, além dos circunscritos à casa. A posse também pode ser açãoada pela mulher como autoridade para “dividir” os espaços de trabalhos na terra.

A posse relacionada à renda pode proporcionar, por exemplo, a autoridade de colocar a terra à disposição do outro, uma vez que a renda gera uma retaguarda, já que a terra é vista como necessária apenas para morar, mas não para gerar renda e desenvolver produção. Assim, a “posse” é relational não só a outras dimensões presentes na vida das assentadas, mas também as outras pessoas, principalmente as que compõem a família.

A barganha ou a negociação, conceitos que trato com o mesmo sentido nesse trabalho, para as mulheres, significam “o meio pelo qual se consegue” o que se valoriza e o que está na ordem do que importa para si ou para um coletivo. Para isso, não se pode e nem é o desejado abdicar completamente de lugares, papéis ou estruturas que reproduzem a dominação de gênero. Como chamou atenção Paulilo (2000), muitos enfrentamentos das mulheres, como a autonomia econômica, por exemplo, podem estar dissociados de um desejo ou ideal de igualdades de gênero. Dessa maneira, a barganha, realizada pelas mulheres, se dá fundamentalmente com a participação do homem e da(o)s filha(o)s, e assim, relational ao que é importante para esses – marido e filha(o)s.

Quero dizer que refletir sobre a negociação que as mulheres realizam no contexto analisado significou fazer um exercício de não tomar como referência um ideal

individualizador da conquista da autonomia. Sem fugir à perspectiva de identificar como as mulheres estão se reposicionando e qual é o papel da posse da terra para esse processo, considero que essa mudança se dá, antes, sem a anulação da noção do papel da mulher como mãe e esposa. Assim, o reposicionamento ocorre quando a mulher “usa” desse seu lugar socialmente legitimado para conseguir o que deseja. Dessa maneira, a mulher não deve ser considerada um sujeito que ‘sofre’ a subordinação passivamente ou que não constrói também as hierárquicas relações sociais de gênero, sobretudo, porque para discutir barganha, segundo Deere e Leon (2002), é importante existir um ator social com intencionalidade.

Dessa forma, considero como possibilidade de negociação quando uma mulher se casa com um homem aposentado para melhorar de vida economicamente, quando decide ter filhos para sair da casa dos pais, ou deixa de realizar trabalhos na roça, visto que o companheiro não contribui com os trabalhos domésticos. Além disso, é possível apontar como ações de barganha a mulher fazer greve de sexo como instrumento para melhorar estruturalmente a casa, realizar trabalhos externos à unidade doméstica para ter um salário ou tirar carteira de motorista para pilotar a moto e se locomover sem precisar do companheiro.

Externamente, o Programa Bolsa Família tem recrutado as mulheres para participarem de ambientes novos. A princípio é difícil perceber se isso está alterando a comunidade e as famílias. Entretanto, proporcionar a maior circulação das mulheres pela cidade, exigir que elas aprendessem a usar os Bancos para sacar o dinheiro e serem elas os focos das políticas de Assistência Social é um novo repertório de atividades que foram enunciados por elas como “novos”.

Nessa perspectiva, torna-se importante notar que a negociação pode ser pontual, especificamente para algo, ou cotidiana e com efeitos em longo prazo, embora em ambos os casos possa ser entendida como processual, pois as experiências anteriores interferem nas ações e nos desejos que movem os atores sociais.

Gostaria ainda de pontuar uma observação sobre a casa. Esta foi exposta no discurso das mulheres como um “espelho” da capacidade de negociação, visto que é o espaço feminino de excelência; é como se nesse lugar se materializasse o poder que a mulher dispõe. Quando se vê uma casa que não têm eletrodomésticos, móveis, utensílios na cozinha, banheiro ou não está limpa, organizada e bem cuidada, além de indicar a pobreza, expõe uma desvalorização da mulher, uma vez que esta é a “dona de casa”.

O que é considerado como justo para as mulheres se aproxima da composição material básica circunscrita à casa – estrutura, móveis, alimento, etc, assim como, a existência do marido, de filha(o)s, do valor trabalho, união, proteção, bom gosto/asseio, etc, elementos que, talvez, podem ser considerados simbólicos ou abstratos. Em outras palavras, quero chamar atenção que nas principais negociações realizadas pelas mulheres a casa ou, melhor, o lar é como a fonte de entusiasmo para os enfrentamentos cotidianos. E, assim, os principais constrangimentos narrados pelas assentadas e também os que se pode presenciar durante o trabalho de campo estão de alguma forma ligados à ordem do lar.

Dessa forma, a posse formal foi um elemento que possibilitou às mulheres construírem novas ordenações e, apesar de não se poder generalizar, foi por meio dessa que vieram a ter um lar. Embora essas ordenações não tenham sido no sentido de questionar, por exemplo, a divisão do trabalho doméstico ou, com preeminência, a autoridade masculina.

As construções sociais de gênero, nessa perspectiva, são construídas enquanto território imaterial por valores que se reproduzem no tempo e no espaço. O que se

entende, sob esse âmbito e quando se considera o espaço social estudado, é que a posse da terra é parte dessa construção. Dessa forma, a posse da terra tem condições de contribuir para a manutenção das hierarquias e, ao mesmo tempo, para mudanças das mesmas. Todavia, um dos caminhos para desmistificar o gênero da posse pode ser o acesso das mulheres à propriedade da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta neste trabalho foi refletir sobre as implicações da posse da terra para as mulheres titulares individuais de lotes do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, buscando compreender se e como a posse está relacionada ao poder de negociação das mulheres em espaço doméstico e público. Dessa forma, nosso objetivo principal foi investigar se a propriedade é um fator de reposicionamento das mulheres no espaço social estudado, com o propósito de atentar para as construções de gênero nesse espaço social.

O caminho para discutir essa questão foi analisar as trajetórias de algumas das mulheres titulares individuais e, imbricado a estas, chamo atenção para os meios pelos quais elas acessaram a posse. Tive como referência, sobretudo, a pesquisa de Deere e Leon (2002), que apontou que a posse da terra pode fortalecer o poder de barganha das mulheres rurais, na perspectiva em que contribui para que elas defendam e persigam seus próprios interesses ou, em outras palavras, abrindo possibilidades de empoderamento.

As considerações ao finalizar este trabalho dirigem-se no sentido de ampliar os questionamentos a respeito do que altera ou reforça as relações hierárquicas construídas com referência ao gênero em âmbito rural, assim como problematizar que a posse da terra é um elemento que importa na construção dessas relações; porém, a sua potencialidade para alterar processos precisa ser melhor discutida. Pondero isso porque é esperado que o acesso à propriedade contribua para que as mulheres passem a questionar o feminino como gênero subordinado e não somente se insiram na sociedade de mercado como atores do “desenvolvimento” como pontuaram Deere e Leon (2002).

Nos casos analisados a posse formal da terra – em nome das mulheres – não foi exposta como resultado da luta pela terra, representando um reconhecimento delas enquanto mulheres que têm direito à propriedade por via da reforma agrária. Chamou atenção também, que a posse da terra não foi um elemento “anunciado”, estando imbricado à subordinação relacionada ao gênero. Nessa perspectiva, a análise do poder de barganha, por meio da posse da terra, foi tratada como um processo e relacional a outras dimensões de vida presentes nos discursos das mulheres, como renda, apoio social da comunidade, parentesco, divisão sexual do trabalho, casamento e filha(o)s.

A partir desse exercício observei que a posse formal do lote gerou novas configurações na vida das mulheres, possibilitando a melhoria de sua vida e de seus familiares, como ter a segurança de onde morar, suprir algumas das necessidades de alimentação, inserção em processos produtivos e renda a partir desta, fazer planos futuros, reconstrução da família, etc.

Ponderamos que, devido ao fato de a posse da terra ser negada à mulheres rurais ao longo de muitos anos, a propriedade como caminho para empreender poder de barganha ao ponto de contribuir para a mulher questionar as hierarquias de gênero é algo que precisa ser construído. As construções sociais de gênero atuam condicionando o que as mulheres “podem” fazer e o que a sociedade permite que elas façam. Por acreditar nisto, a posse da terra contribuiu para que as mulheres realizassem negociações, porém no Assentamento a posse do lote individual para as mulheres não é um fator acionado por elas para questionar as hierarquias de gênero.

Outro ponto que vale a pena ressaltar é como as ações governamentais, sobretudo do INCRA, relacionadas à reforma agrária, têm implicações no modo como a mulher comprehende a propriedade da terra – embora esse debate não tenha sido central neste trabalho.

Considero no decorrer do trabalho, dois momentos da política da reforma agrária no Brasil: primeiramente, quando o assentamento foi formando, em 1992, período em que os lotes eram registrados, sobretudo, em nome dos homens; em segundo lugar, a pesquisa se dá em um ocasião em que a titulação obrigatoriamente deve incluir as mulheres.

Sobre esse ponto, percebo que a ação do INCRA contribuiu para reforçar o papel do homem como representante da família patriarcal em ambos os momentos, ou seja, no caso estudado a nova legislação não contribuiu para nenhuma mudança substantiva na vida das mulheres e homens da comunidade. Fica uma questão: o Instituto pressupõe que atualizar o cadastro sem oferecer a(o)s assentada(o)s um novo documento que comprove a posse conjunta e sem promover um espaço de debate que informasse às mudanças é uma prática que vai contribuir para que as políticas focadas em diminuir as disparidades de gênero no mundo rural implementadas em 2003 tenham efetividade?

Também merece ser sublinhado que a discussão inicialmente exposta sobre a luta pela terra e sobre os atores sociais que protagonizaram as ações na região nordeste de Minas Gerais (MST, CPT e STRs) se tornaram pano de fundo da dissertação justamente porque as experiências relatadas pela(o)s assentada(o)s significaram um distanciamento da luta protagonizada por esses movimentos sociais. Ao longo do trabalho alguns pontos que ajudam a compreender esse “afastamento” foram expostos, mas de maneira geral dois fatores se destacaram. Um deles consiste nas experiências durante o período acampamento – despejos, fome, frio, violência, morte, etc. – e outro concerne à saída da(o)s principais militantes que haviam sido assentada(o)s logo no início da formação do PA. Assim, considero que não houve um rompimento com os movimentos sociais que contribuíram para que a(o)s trabalhadora(e)s fossem assentada(o)s. Existiu um conjunto de processos que enfraqueceram a relação com as lutas pela reforma agrária no estado, ao mesmo tempo em que os movimentos não conseguiram ou não se interessaram em fazer um trabalho na comunidade para integrá-la nas ações pró-reforma agrária.

A reconstrução histórica do processo de formação do Assentamento contribuiu, ainda, para compreendermos, em parte, a debilitada organização política, a estrutura física e as carências básicas de que sofrem a(o)s assentada(o)s na área. Essa reconstrução evidenciou que o período acampamento se deu, em grande medida, sem uma experiência de organização produtiva e política e, ainda, sem a construção de uma união ou confiança entre a(o)s sem terra.

Resgatar as memórias da luta pela terra das trabalhadoras que atualmente moram no Santa Rosa/Córrego das Posses trouxe, sobretudo, algumas questões que muitas das vezes não estão presentes em estudos sobre luta pela terra. Entre essas, detalhes relacionados à alimentação, às condições de vida das crianças e à falta de “privacidade” para as famílias. Trazer as memórias das mulheres contribuiu para perceber que nem a terra, nem a luta tiveram os mesmos significados para homens e mulheres.

Viver em barraco de lona, com falta de alimentos, com poucas possibilidades de limpeza, experienciando a morte de filha(o)s, entre outras coisas, implica uma acepção de luta pela terra específica para as mulheres, talvez mais cruel, principalmente se considerarmos que o ambiente doméstico é central na vida delas. No período acampamento este ambiente privado está em grande medida fragmentado e fragilizado.

Nessa perspectiva, se é permitido expor nas considerações finais possibilidades de continuidade de estudos e avanços nessa temática, indico o lar como um elemento que talvez possa contribuir para a discussão sobre o poder de barganha. Afinal, o lar demonstrou ser uma dimensão que envolve muito do que é considerado importante pelas mulheres que dialoguei, onde está à família, onde se alimenta, descansa, tem

segurança, desenvolve seus trabalhos; o lar “expõe” o que a pessoa tem, o que gosta de comer, de assistir, é o espaço no qual se pode receber e ajudar alguém.

Porém, ficam muitas questões: o que constituiu o lar para elas é algo que é passível de ser alcançado e definido? As principais barganhas que as mulheres realizam estão de alguma maneira vinculadas ao lar? Qual a relação entre o lar e a posse da terra? O que move às mulheres rurais a questionar algumas subordinações baseadas nas construções sociais de gênero necessariamente perpassa um sentimento de injustiça vinculado à noção de lar?

Exponho essas indagações sem saber de fato o que significaria um estudo nesse sentido, como o caminho teórico e metodológico. Todavia, elas surgem, sobretudo, pelo ensejo de continuar discutindo as construções sociais de gênero em âmbito rural, identificando como as hierarquias baseadas nessas construções são percebidas pelas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGARWAL, Bina. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. IAFFE: *Feminist Economics*, Routledge, n°3 , v.1, 1997.
- ÁLVAREZ GONZÀLEZ, Ana Isabel. As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres. Trad. Alessandra Ceregatti ... {et al.} – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2010. 208p.
- BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec. 1993. Cap. 2: Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. p. 47- 64.
- BRUSCHINI, M.C.; Ricoldi, A. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, 20 (1), 2012. P.259 -287
- BRUSCHINI, M.C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: Araújo, Picanço e Scalon (orgs). *Nova Conciliações e antigas tensões*. Bauru, EDUSC, 2007. P. 331-353
- BUTTO, A. HORA, K. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: Scott, P. Cordeiro, R. Menezes, M. *Gênero e geração em contextos rurais* – Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010. P.121 – 157.
- BUTTO, A. HORA, K. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil* / Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. – Brasília MDA, 2010. P.19-38.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2009.
- COSTA, A. A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *A química das mulheres*, Salvador, p. 20-21, 08 mar. 2004. Disponível em: <http://goo.gl/JLxVuY>. Acessado em 20 de julho de 2011.
- BOURDIEU, PIERRE. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. – 10º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 160p.
- BRUMER, A. e ANJOS, G. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil* / Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. – Brasília MDA, 2010.
- CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, M. *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Editora Unesp: São Paulo, 2010. P.27 -79.
- Crompton, Rosemary. Class and Gender Beyond the “Cultural turn”. Sociologia, problema e práticas, n.42, 2003.
- DELGADO, G. C., A questão agrária e os movimentos sociais no campo. In: CARTER, M. *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Editora Unesp: São Paulo, 2010. P.81-113.
- DERRE, C. D. LÉON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher*: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Trad. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azmbuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DEERE, C. Direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1):360, janeiro-abril/2004.
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HAUBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora. Revista dos Tribunais, 1990.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. – 3 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304p.

- ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P. e MEDEIROS, L. S. de. (organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Editora Alternativa, 2013. P.237-257.
- FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999). TESE apresentada no Curso de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de doutor. São Paulo, 1999.
- FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 12, n. 12, 2006. P.219 -245.
- FRASER, NANCY. *Iustitia Interrupta –Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”*. Universidad de los Andes, Facultad de Derecho. Siglo Del Hombre Editores, 1997.
- FRASER, NANCY. Reconhecimento sem ética? *Revista Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007.
- HEREDIA, B. M. A. de *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil* – Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1979.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, Leonilde S. de., et al (cordenadores). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- LERRER, Débora Franco. *Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST*. Tese de doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.2008. 197 f.
- LIEBSCHER, Peter. Quantity with quality? Teaching quantitave and qualitative methods in a LIS Master's program. *Library Trends*, v. 46, n 4, p. 668-680, Spring 1998.
- MARTINS, J. S. *Os camponesas e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5º Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil / Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar.* – Brasília MDA, 2010. P.7-19.
- MEDEIROS, L. S. de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Urgente).
- MEDEIROS, L. S., *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os cuministas e a constituição de classe no campo*. TESE apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- MEDEIROS, L. S. de. LEITE, SÉRGIO. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: *Assentamentos rurais: mudanças social e dinâmica regional / Leonilde Sevoro de Medeiros e Sérgio Leite.* – Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.17-52.
- MELO, SABBATO, UFF. O Censo da reforma agrária de 1996-1997 em uma perspectiva de Gênero. In: *Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil / Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar.* – Brasília MDA, 2010.
- NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: *As Mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul. / Organizadoras Andréa Butto, Isolda Dantas e Karla Hora.* – 1 ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012, P.41-119.
- PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de.;

- PAULILO, M. I. S. (organizadores). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P.179-202.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: *Algumas questões de gênero na agricultura familiar - Cadernos de Pesquisa PPGSP*, nº 21, junho 2000. Disponível em: <http://goo.gl/ZNGmvg> Acessado em: 10 de janeiro de 2014.
- PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. Departamento de Ciências Sociais-UFSC. *Revista Ciência Hoje-* nº 28/1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. v. 48. P.7-42.
- POLETO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização para a reforma agrária. In: CARTER, M. *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Editora Unesp: São Paulo, 2010. P.137-158.
- RABELO, Maria Mercedes. *Redistribuição e reconhecimento no programa Bolsa Família: A voz das beneficiárias*. TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2001.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES, 1996.
- SARTI, Cyntia A. *A família como espelho: estudo sobre a moral dos pobres* – Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SCHAFF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.
- SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; PAULILO, M. I. S. (organizadores). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P.203-222.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.
- STEDILE, J. P., FERNANDES, B. M. *Brava Gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. *Estudos Cebrap*. Petrópolis: Vozes, nº26, 1980. S/P.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Ed. Willian Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gliner, Robert Nisbet, Alain Taouraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; Trad. Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols.
- VALENCIANO, R.C. THOMAZ JUNIOR, A. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (26), 2002. [ISSN: 1138-9788] Disponível em: <http://goo.gl/vWEVin> Acessado em 07 de Junho de 2011.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: HUCITEC, Edunb, 1995.

YOUNG, K. Reflections on meeting women's needs. In: YOUNG, K (org.) *Womens and economic development: local, regional, and national planning strategies*. Oxford: Bergs Publishers, e Paris: UNESCO, 1988. p.1-30.

ZANGELMI, A. JOSÉ. *Histórias, identidade e memória no assentamento Aruega-MG*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ZANGELMI, A. JOSÉ. *Mediações em ocupações no nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da UFRRJ. 2012.

ANEXO I

Documento que descreve o processo inicial de criação do Assentamento

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

PLANO PRELIMINAR: Projeto de Assentamento Santa Rosa/Córrego
das Posses
UF: Minas Gerais

I - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROJETO

Os imóveis rurais denominados Fazenda Santa Rosa e Fazenda Córrego das Posses, estão localizados no Município de Itaipé, Minas Gerais, distantes aproximadamente 08 km da sede do município.

Os imóveis foram desapropriados para assentamento das famílias de trabalhadores rurais, acampadas na localidade de Lajinha, Distrito de Teófilo Otoni. Estas famílias haviam invadido propriedades rurais em Teófilo Otoni, gerando forte clima de tensão social pela posse das terras. Posteriormente foram demovidos de seu propósito pela promessa de assentamento em outra área e que veio a se definir pelas Fazendas

Os imóveis apresentam solos com relativa restrição à implantação de culturas anuais, sendo mais apropriado à culturas perenes e pecuária. A topografia é acidentada e os solos são de baixa fertilidade, entretanto, através de

~~esta proteção, utilizando técnicas adequadas, poderá se obter~~

DATA

ASS. DO SUPERINTENDENTE ESTADUAL

Documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /MG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

PLANO PRELIMINAR: Projeto de Assentamento Santa Rosa/Córrego
das Posses
UF: Minas Gerais

ANEXO II

Listagem das famílias que estavam acampadas na Lajinha e iram para o Assentamento, segundo nome da(o) representante

Foram feitos 68 (sessenta e oito) cadastro con
forme relação:
01 - Génésio Manoel dos Santos
02 - Santos Pereira da Silva
03 - Sebastião Alves dos Santos
04 - Vivaldo Bernardo Soares
05 - Sebastião Evaldo Gomes
06 - Joseilton Ferreira
07 - Geraldo de Souza Pereira
08 - Antonio Ferreira de Souza
09 - Olívio Gomes Silva
10 - José Nunes da Cruz
11 - João Gomes de Andrade
12 - Maurílio Ramos Pinheiro
13 - Antonio Cardoso da Silva
14 - José Carlos Ferreira
15 - Sebastião Ferreira de Souza
16 - Madalena Gomes dos Santos
17 - João Maria Orneles de Souza
18 - Sercundino Cardoso de Passos
19 - José Maria Rodrigues da Silva
20 - Aurino das Neves
21 - Maria Dalva
22 - Vicente Celestino Barbosa
23 - José Ramos da Silva
24 - Valdivino Ferreira da Silva
25 - Adão Coimbra Santos
26 - João Francisco de Jesus
27 - Nivaldo Coelho Dourado
28 - Nelson Ramos Pinheiro
29 - Santo Rodrigues de Jesus
30 - Odetina Vieira Miranda
31 - Braulino Ferreira Dourado
32 - Roberto Antonio Luz
33 - Terezinha Barbosa da Silva Coimbra
34 - Hildo Fagundes Santos
35 - Wenceslau Lopes dos Santos
36 - Antonio Pereira Santos
37 - Helena Hilário Santos
38 - João Lopes Mendes
39 - José Gomes Pereira
40 - João Rodrigues dos Santos

13

Foram feitos 68 (sessenta e oito) cadastro con
forme relação:
01 - Génésio Manoel dos Santos
02 - Santos Pereira da Silva
03 - Sebastião Alves dos Santos
04 - Vivaldo Bernardo Soares
05 - Sebastião Evaldo Gomes

41 - João Leite dos Santos
42 - Pedro Barbosa Souza
43 - Daimo Antonio de Quadros
44 - Antonio Lopes da Conceição
45 - Adelino Gonçalves Santos
46 - Sebastião Ramos Pereira
47 - João Batista Ramos Pinheiro
48 - José Aparecido Borges Lima
49 - José Milton Ferreira Martins
50 - Jonas Ferreira Oliveira
51 - Heleno José dos Santos
52 - João Ferreira de Souza
53 - Júlio Gomes da Conceição
54 - Maria Sivelia de Oliveira
55 - Leônidas Esteves Lima
56 - Adenilson Teixeira Alves
57 - Risomar Ferreira Martins
58 - Patrocínio Gonçalves de Souza
59 - Nelson Cardozo de Passos
60 - Adelino Gomes da Silva
61 - Serafim Gomes de Souza
62 - José Ferreira Martins
63 - Sebastião Gomes Pacheco
64 - Ornelino Nunes Pinheiro
65 - Milanês Lopes da Silva
66 - Jesuino de Oliveira Santos
67 - Silvio Gomes de Oliveira
68 - Elza Ribeiro da Silva

A considerações superiores.

Belo Horizonte/MG, 29 de janeiro de 1992


CARLOS HENRIQUE M. DIAS
Téc. Agrônomo CREA/MG/TD
INCRA/MG


Marcelo Guedes Dugan
TÉCNICO AGROPECUÁRIO
CREA/MG - N.º 4770/TD

ANEXO III

Documento que comprova a formalização do Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses

790
PORTARIA/INCRA/P/ N° 790 DE 31 DE agosto DE 1992

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27, alínea "c", do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985, publicada no D.O.U de 28 de janeiro de 1985, combinado com o disposto do Decreto nº 92.627, de 02 de maio de 1986, publicado no D.O.U de 05 de maio de 1986.

Considerando a manifestação do Superintendente Regional, constante do TELEFAX/SR(06)/MG/GAB/Nº 345/92, em relação aos compromissos assumidos pôr esta Autarquia com a Representação dos ocupantes das Fazendas Santa Rosa e Córrego das Posses, referentes à liberação dos créditos de alimentação, fomento e habitação;

Considerando que o prazo desses compromissos expira-se em 02 de setembro de 1992;

Considerando a impossibilidade do Conselho de Diretores reunir-se até essa data;

Considerando a manifestação do Diretor de Assentamento, às fls. 51, do Proc./INCRA/SR(06)/MG/Nº 1112/92 e,

Considerando, finalmente, que estão previstos no orçamento global deste exercício, os recursos para a criação de Projetos de Assentamento,

R E S O L V E :

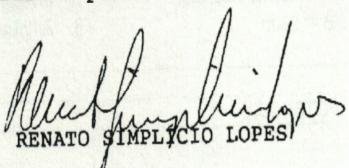
I - Aprovar ad referendum do Conselho de Diretores do INCRA, a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, nos imóveis rurais denominados Fazenda Santa Rosa e Fazenda Córrego das Posses, adquiridos através de Escrituras Públicas de Compra e Venda, estando devidamente registradas em nome desta Autarquia, com área de 720,9000 (setecentos e vinte hectares e noventa ares), localizado no Município de Itaipé, Estado de Minas Gerais, que prevê a criação de 36 (trinta e seis) unidades agrícolas familiares e implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar elaborado pela Superintendência Estadual do INCRA naquele Estado, e as recomendações da Diretoria de Assentamento, objeto do processo INCRA/SR-06/MG/Nº 1112/92;

II - Criar, para efeitos da destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento SANTA ROSA/CÓRREGO DAS POSSES, a ser implantado e desenvolvido por aquela Superintendência Estadual, em articulação com a Diretoria de Assentamento;

III - Autorizar o Diretor de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Diretoria de Assentamento que participe aos Órgãos de Meio Ambiente, Federais e Estaduais, a criação do Projeto ora aprovado;

V - Determinar que as Diretorias responsáveis, tomem as providências necessárias para a inclusão da Programação do Projeto no Plano Plurianual.



RENATO SIMPLICIO LOPES

ANEXO IV

Documento que formaliza a redivisão dos lotes no Assentamento em 2002

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS
EMPREENDEDORES SOCIAIS

MEMORANDO/ADOLFO/Nº14/2002

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2002.

PARA: Chefe da Divisão de Suporte Operacional
ASSUNTO: Lotes vagos do Projeto de Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses.

Senhora Chefe,

Contrariando a capacidade de assentamento definida na portaria de criação, foram demarcados 67 lotes e efetuado o assentamento de 67 famílias, formalizando o contrato de assentamento com os beneficiários e destinando créditos de implantação para a maioria destas famílias.

A Superintendência Regional do INCRA não formalizou na época o processo individual dos beneficiários com a documentação necessária exigida em norma de seleção e assentamento. Alguns documentos individuais foram arquivados em pastas e a abertura dos processos foram solicitados recentemente para que pudéssemos ter maior controle dos beneficiários do Projeto e Assentamento e os créditos recebidos.

No período da criação do Projeto de Assentamento até os dias atuais, somente 24 assentados permanecem ocupando-o, que levou aos atuais ocupantes a solicitar uma nova divisão espacial dos lotes para que os mesmos pudessem ter condições de sobreviver. A solicitação foi aceita pelo INCRA, sendo decidido no colegiado regional a divisão da área em 34 lotes.

(Signature)

(Signature)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS
EMPREENDEDORES SOCIAIS

MEMORANDO/ADOLFO/Nº14/2002

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2002.

PARA: Chefe da Divisão de Suporte Operacional
ASSUNTO: Lotes vagos do Projeto de Assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses.

Senhora Chefe,

Contrariando a capacidade de assentamento definida na portaria de criação, foram demarcados 67 lotes e efetuado o assentamento de 67 famílias, formalizando o contrato de assentamento com os beneficiários e destinando créditos de implantação para a maioria destas famílias.

Como só existem 24 assentados no Projeto de Assentamento, as 10 famílias que ocupariam o restante dos lotes foram indicadas pela comunidade, sendo filhos de assentados.

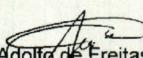
Estas famílias se manifestaram em ata que a disponibilidade do crédito investimento do PRONAF A, seria a condição básica para que os mesmos pudessem assumir o lote, do contrário não seria viável o assentamento, desistindo de concorrer às vagas. Das 10 famílias candidatas a ocupar os lotes, 08 se cadastraram nos correios e foram entrevistadas pelo INCRA. Estas famílias já ocupam estes lotes.

Toda a documentação encontrada nos arquivos do Projeto de Assentamento foram juntadas individualmente e solicitadas a abertura dos processos. *Segue em anexo a lista dos processos abertos, com a numeração dos lotes antigos, os créditos recebidos, sendo que os nomes destacados em azul são os atuais ocupantes do Projeto de Assentamento.*

Diante disto, solicito manifestação desta Divisão quanto à posição tomada pelas famílias candidatas a ocupar os lotes no Projeto de Assentamento, como também o procedimento necessário para a efetivação do assentamento haja visto que o montante de créditos destinados ao Projeto de Assentamento é superior à capacidade de assentamento e como ficará as dívidas dos lotes que foram incorporados nos 34 atuais.

Segue em anexo, ata da associação do PA e entrevista(cadastro) dos candidatos: Arabela Pereira da Silva, João Ramos Santos, Xarle Esteves Borges, Ioni Esteves Borges, José Gomes da Silva, Antônio Fagundes Santos, Edilmar Cardoso Silva e Gildásio Pires de Andrade.

Atenciosamente,


Adolfo de Freitas Oliveira
Empreendedor Social/Técnico Agrícola
INCRA/MG

2

Documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /MG

Como só existem 24 assentados,no Projeto de Assentamento, as 10 famílias que ocupariam o restante dos lotes foram indicadas pela comunidade, sendo filhos de assentados.

Estas famílias se manifestaram em ata que a disponibilidade do crédito investimento do PRONAF A, seria a condição básica para que os mesmos pudessem assumir o lote, do contrário não seria viável o assentamento, desistindo de concorrer às vagas. Das 10 famílias candidatas a ocupar os lotes, 08 se cadastraram nos correios e foram entrevistadas pelo INCRA. Estas famílias já ocupam estes lotes.

Toda a documentação encontrada nos arquivos do Projeto de Assentamento foram juntadas individualmente e solicitadas a abertura dos processos. *Segue em anexo a lista dos processos abertos, com a numeração dos lotes antigos, os créditos recebidos, sendo que os nomes destacados em azul são os atuais ocupantes do Projeto de Assentamento.*

Diante disto, solicito manifestação desta Divisão quanto à posição tomada pelas famílias candidatas a ocupar os lotes no Projeto de Assentamento, como também o procedimento necessário para a efetivação do assentamento haja visto que o montante de créditos destinados ao Projeto de Assentamento é superior à capacidade de assentamento e como ficará as dívidas dos lotes que foram incorporados nos 34 atuais.

Segue em anexo, ata da associação do PA e entrevista(cadastro) dos candidatos: Arabela Pereira da Silva, João Ramos Santos, Xarle Esteves Borges, Ioni Esteves Borges, José Gomes da Silva, Antônio Fagundes Santos, Edilmar Cardoso Silva e Gildásio Pires de Andrade.

ANEXO V

Relação da(o)s Assentada(o)s oficiais do PA Santa Rosa/Córrego das Posses



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: DTI
Relatório: Rel_1b_PNRA
Data de emissão: 10/07/2012

Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário

SR	Nome Projeto	Município	Cód. Beneficiário	Nome(s) do(s) beneficiário(s)	Data Homologação no PNRA	Situação Atual
SR-06 ITAÍPE SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS						
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS		MG00260000058	Braulino Ferreira Dourado	Maria Francisca Coelho Dourado	02/11/2000
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS		MG00260000068	JOÃO RAMOS DOS SANTOS	MARIA LOPES DOS SANTOS	06/23/2004

(*)Suspensão em função da elegibilidade de seleção, Lei nº 8.629/93

896

MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000044	ADELINO GONÇALVES SANTOS	MARINA OLIVEIRA SILVA SANTOS	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000025	Silvio Gomes de Oliveira	Maria de Lourdes dos Santos	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000018	João Ferreira de Souza	Nazinha Moreira dos Santos Souza	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000018	João Ferreira de Souza	ROSLINA SOARES DOS SANTOS	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000064	CLÁUDIO GOMES SILVA		06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000053	Elenice Sena de Souza	JOSE GOMES PEREIRA	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000045	GILSON SOUZA SANTOS	CLESIA BORGES LIMA	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000074	FABIO COIMBRA SANTOS		09/09/2008	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000056	Luzia Francisca de Souza Gomes		02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000066	LEONARDO CARDOSO DA SILVA		06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000062	Antônio Perela Santos	Esterlita Gomes da Silva	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000047	Terezinha Barbosa da Silva Colmara		02/11/2000	Evidido
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000071	ARABELA PEREIRA DA SILVA		06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000065	CARLOS EDUARDO COELHO DOURADO	LUCIANA LOPES DOS SANTOS	06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000016	DELZITA SOUZA SANTIAGO	JOSÉ APARECIDO BORGES LIMA	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000038	Geraldo de Souza Perela	Donarla Gomes da Silva	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000055	ROBERTO MANOEL ORNELES FRANCISCO	ROSANE PIRES DE ANDRADE ORNELES	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000021	JOANA PEREIRA DA SILVA	PATROCÍNIO GONÇALVES DE SOUZA	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000035	PEDRO BARBOSA SOUZA	ANA ROSA CAVALVANTE	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000050	OLIVIO GOMES SILVA	Maria Elete Ramos Silva	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000072	GILDASIO PIRES DE ANDRADE		10/19/2004	Evidido
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000063	SERAFIM GOMES DE SOUZA	Maria de Fátima Belião	02/11/2000	Evidido
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000046	Madalena Gomes dos Santos	Durval Manoel Brandão	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS	MG00260000043	ANTÔNIO CARDOSO DA SILVA	Mercha Alves da Silva	02/11/2000	Assentado

(*)Suspensão em função da elegibilidade de seleção, Lei nº 8.629/93

897



Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário

MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000041	GENESIO MANOEL DOS SANTOS	Maria Souza Santos	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000030	João Gomes de Andrade	Osvaldina Pires de Andrade	02/11/2000	Desistente
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000073	ANTÔNIO FAGUNDES SANTOS	STELA PEREIRA DE SOUZA	10/19/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000022	HILDO FAGUNDES SANTOS	IDALINA MADALENA DE JESUS	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000069	XARLE ESTEVES BORGES	GIRLANE SOUZA SANTOS	06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000041	GENESIO MANOEL DOS SANTOS	ILANY MARIA DE JESUS	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000067	IONE ESTEVES BORGES	JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR	06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000070	JOSÉ GOMES DA SILVA	CIMARA BORGES LIMA	06/23/2004	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000028	João Francisco de Jesus	Odeté Ferreira Neves de Jesus	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000031	Mauricio Ramos Pinheiro	ISABEL MADALENA FAGUNDES	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000023	LEÔNIDAS ESTEVES LIMA	MARIA JÚLIA BORGES DE SOUZA	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000036	ADÃO COIMBRA SANTOS	Maristela Oliveira Santos	02/11/2000	Assentado
MG0026000	PA SANTA ROSA/CORREGO DAS	MG00260000049	José Nunes da Cruz	RITA ALVES DOS SANTOS	02/11/2000	Assentado



Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário

Total PA SANTA ROSA/CÓRREGO DAS POSS

37 Beneficiários

LEGENDA TIPO DO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA:

ORD	TIPO	SIGLA
1	ASSENTAMENTO FEDERAL	PA
2	ASSENTAMENTO AGRICULTIVO MISTA FEDERAL	PAE
3	ASSENTAMENTO ESTADUAL	PE
4	ASSENTAMENTO MUNICIPAL	PAM
5	PROGRAMA CÉDULA DA TERRA	PCT
6	ASSENTAMENTO ESTADUAL SEM CONVÉNIO	PE
7	ASSENTAMENTO CASULO	PCA
8	COLONIZAÇÃO	PAP
9	ASSENTAMENTO DIRIGIDO	PAD
10	ASSENTAMENTO RÁPIDO	PAR
11	ESPECIAL DE ASSENTAMENTO	PEA
12	COLONIZAÇÃO OFICIAL	PC
13	ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO	PEC
14	INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO	PIC
15	ASSENTAMENTO CONJUNTO	PAC
16	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	DF
17	ASSENTAMENTO OUTOLÔMBOLA	PAQ
18	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	PDS
19	RESERVA EXTRATÍVISTA	RESEX
20	TERRITÓRIO REMANESCENTE DE QUILOMBOS	TRQ
21	ASSENTAMENTO FLOR ESTAL	PAF
22	FLORESTA NACIONAL	FLONA
23	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	RDS
24	REASSENTAMENTO DE BARRAGEM	PRB
25	RECONHECIMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDIDO DE PASTO	PFP
26	TERRA INDÍGENA	TI
27	RECONHECIMENTO DE PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO	PPC
28	ASSENTAMENTO AGRICULTURAL	PAG
29	FLORESTA ESTADUAL	FLOE

Disponível em: <http://goo.gl/MAobuA> Acesso em: 19 de janeiro de 2013.

ANEXO VI

Relação da(o)s moradora(e)s do Santa Rosa/Córrego das Posses por núcleo familiar.

Moradores da área Santa Rosa	Observações
1 - Rosa e Gabriel	Ela é assentada desde 1992 e ele não participou da luta pela terra.
2- Nanci (viúva) 3- Tião e Margarida	Ela tem a posse da terra e desde o início a família do filho mora no lote.
4- Sônia e Davi	Ele é filho de assentada(o), ela é de fora, não tem lote.
5- Flávio e Aline	São filhos de assentada(o), não tem lote.
6- Hélio e Dora	Moradores desde 1992. Um filho tem casa no lote, mas mora em Belo Horizonte.
7 - Joana e Gaspar	Ela é assentada da 2º geração e ele não participou da luta pela terra.
8- Inês e Juca 9- Mário e Regina	Assentados da 2º geração (não participaram da luta) e a família do filho mora no lote.
10 - Jonas e Mônica 11 – Dona Marta e seu filho Fabrício	O lote é de Jonas, assentado em 1992, e a mãe e o irmão também moram no lote.
12 - Claudete e Jacinto 13 - Vilma e Raimundo	Esse lote está em disputa. Era do pai de Jacinto, mas como ficaram fora da área Vilma ocupou e alega direito hoje.
14- Fabiano e Mercês	Assentados desde 1992. A família da filha mora no lote também.
15 – Pedro e Ana 16 – Kênia e Maurício	Assentados desde 1992. A família de dois

17- Sergio e Patrícia	filhos mora também no lote.
18- Gionave e Eri	Assentados da 2º geração, filhos de assentada(o).
19 - Dona Flor	Assentada desde 1992, separada do marido. Tem filha(o)s que moram com ela.
20- Otávio e Jandira	Assentada(o) desde 1992, atualmente a família da(o) mora no lote.
21- Felipe e Gabriela	
23- Gustavo e Keila	Assentada(o) desde 1992.
24 - Joyce e Murilo	Filha de assentada(o), não tem lote.
25 -Ordália	Assentada desde 1992, separou no morado que ainda mora no assentamento, mas ficou com o lote.
26 - Meire	Assentada desde 1992 é viúva e mora sozinha no lote.
27 - Diego	Assentado desde 1992 é viúvo e mora sozinho no lote.
28- Lúcio e Vera	Filha(o) de assentada(o), não tem lote.
29- Salomão	Separado da mulher que é filha de assentada(o), cuida dos filhos, não tem lote.
30 - Luciana e Samuel	Assentada(o) desde 1992. A mãe da assentada com ela.
31- Clara e Augusto	Ela herdou o lote de seu pai, assentado em 1992.
32 - Nadir e Cíntia	Assentada(o) desde 1992.

33- Sálvio e sua mãe	Assentada(o) desde 1992.
34- Marcos e Juliana	Assentada(o) desde 1992, mas perderam o lote porque ficaram fora um tempo, mora hoje na agrovila.
35- Dolores e Anselmo	Filha(o) de assentada(o), moram na agrovila.
36- Jairo e Dilma	Filha(o) de assentada(o), moram na agrovila.
37- Artur e Alice	Ela Filha(o) de assentada(o), ele de fora, moram na agrovila.
Moradores da área Córrego das Posses	Observações
38- Beto e Judite	Filha(o) de assentada(o) da 2º geração.
39- Mateus e Mágda	Assentada(o) desde 1992.
40- Sâmara e Joel	Ela foi assentada na 2º geração, ele é de fora.
41 - Rita	Assentada desde 1992, viúva, mas filha(o)s moram com ela.
42- Paula e Zeca	Ela é assentada desde 1992 e depois que ficou viúva Zeca foi morar com ela. Ele também era assentado desde 1992.
43- Camila e Rodrigo	
44 - Ivan e Viviane	A família de uma filha e um filho moram no lote.
45 - Vicente e Lodi	Ele é filho de assentado e ela é de fora, moram na agrovila.

46- Magalí e André	Assentada(o) desde 1992.
47- Bruno e Laura	Ele é filho de assentada(o) e moram na agrovila
48- Virgínia e Marcelo	Filho de assentada(o), moram na agrovila.
49 – Cláudio e Josi	Filho de assentada(o), moram na agrovila.

Observação: Todos os nomes na tabela são fictícios.